

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL DOUTORADO**

DAYGLES MARIA DE SOUZA LIMA

**JUVENTUDE, IDENTIDADE E VIOLÊNCIA NA PERSPECTIVA DOS
SOCIOEDUCANDOS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NO
CSE-RR POR ATO INFRACIONAL DE NATUREZA GRAVE**

SÃO LEOPOLDO

2017

Daygles Maria De Souza Lima

JUVENTUDE, IDENTIDADE E VIOLÊNCIA NA PERSPECTIVA DOS
SOCIOEDUCANDOS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NO
CSE-RR POR ATO INFRACIONAL DE NATUREZA GRAVE

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em Ciências
Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio
dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Profa. Dra. Miriam Steffen Vieira

Coorientador: Prof. Carlos Alfredo Gadea Castro

São Leopoldo

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do Instituto Federal de Roraima- IFRR)

L732j Lima, Daygles Maria de Souza.

Juventude, identidade e violência na perspectiva dos socioeducandos em cumprimento de medida socioeducativa no CSE – RR por ato infracional de natureza grave / Daygles Maria de Souza Lima. – São Leopoldo - RS, 2017.

315f. : il. Color ; 30 cm.

Inclui bibliografia.

Orientador: Profa. Dra. Miriam Steffen Vieira.

Coorientador: Prof. Carlos Alfredo Gadea Castro.

Tese (doutorado) – Programa de Pós – Graduação em Ciências Sociais da Universidade Vale dos Rios dos Sinos -UNISINOS, 2017.

1. Juventude. 2. Identidade. 3. Violência. 4. CSE-RR. 5. Socioeducando. I. Título. II. Castro, Carlos Alfredo Gadea. III. Vieira, Miriam Steffen (orientador).

CDD – 364.36098114

Daygles Maria de Souza Lima

JUVENTUDE, IDENTIDADE E VIOLÊNCIA NA PERSPECTIVA DOS
SOCIOEDUCANDOS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NO
CSE-RR POR ATO INFRACIONAL DE NATUREZA GRAVE

Tese apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutora em
Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS

Aprovado em 31 de março de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Miriam Steffen Vieira (Orientador) - UNISINOS

Prof. Dr. Carlos Alfredo Gadea Castro - UNISINOS

Profa. Dra Laura Cecília Lopéz.- UNISINOS

Prof. Dr. José Ivo Follman - UNISINOS

Profa. Dra. Roseli Bernardo Silva dos Santos. – IFRR

Profa. Dra. Rochele Fellini Fachinetto - UFRGS

Ao meu mano amado Wellington (in memoriam) que, na violência da sua solidão, optou por transformar as dores e medos de sua existência em ausência de vida, fazendo-se presente em meu mundo por meio do ar que eu respiro, do vento que farfalha as folhas das grandes árvores perto de minha casa, do canto dos pássaros na minha varanda a cada final de tarde, das águas que caem das nuvens como lágrimas do céu, do orvalho nas flores que cintila ao luar, do arco-íris que representa as cores de seu discreto modo de se portar, da luz que entra pelo vidro de minha janela sinalizando que mais um dia se inicia, ou da escuridão da noite que me faz elucubrar seus medos em vida. Dedico esta tese que versa sobre violência ao meu mano, cuja a opção de ausência de vida se faz presente de forma interrogativa: que se pode fazer para aplacar a pior forma de violência que existe – a violência de não mais querer viver?

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos é uma tarefa muito significativa porque, sem a participação de algumas pessoas e entidades, o sonho de concluir este doutorado não teria se realizado. É também uma tarefa muito desafiadora pois, no decorrer desses quatro anos, muitas pessoas contribuíram de forma direta e indireta na construção dessa tese. Assim, pela extensão do tempo e quantidade de pessoas, neste momento tão significativo de reconhecimento, corro o risco de esquecer de nominar alguém, sem com isso significar que não tenha tido importância.

Agradeço ao Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR, na pessoa do Ex-Reitor Prof. Edvaldo Pereira da Silva, que, ao investir no Programa de Capacitação de seus servidores, me oportunizou a realização de um sonho: fazer Doutorado.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNISINOS Aloísio Ruscheinsky, José Ivo Follmann, José Luiz Bica de Melo, José Rogério Lopes, Luiz Inácio Germany Gaiger e Marília Veríssimo Veronese, que além de nos receberem com muita atenção e carinho, socializaram seus conhecimentos conosco, dentro de cada especificidade que lhes é de competência, permitindo-nos a reelaboração no construir nosso próprio conhecimento.

Em especial, agradeço a minha querida orientadora Profa. Míriam Steffen Vieira e ao meu não menos querido Coorientador Prof. Carlos Alberto Gadea Castro, por me compreender e permitir o espaço necessário à superação de momentos difíceis da vida, por se deixarem contaminar nos meus momentos de entusiasmo da pesquisa de campo, incentivando-me, e, acima de tudo, pelas preciosas contribuições, críticas e correções inerentes ao processo de orientação.

A caríssima Maristela Simon, que muito prestativa e eficiente, procurou nos atender da melhor forma possível, mantendo-nos informados de todos os trâmites necessários ao desenvolvimento e do curso.

Aos componentes da banca de defesa, que gentilmente dispuseram de seu tempo para realizar a leitura desta tese e compartilhar comigo suas impressões, sugerindo possíveis melhorias ao estudo.

Ao juiz da Vara da Infância e Juventude, Dr. Parima Dias Veras, por ter expedido, de forma rápida e eficaz, a autorização que me proporcionou liberdade de

acesso aos espaços do CSE-RR, aos jovens e aos dados necessários à execução da pesquisa de campo no CSE-RR.

A cada jovem do CSE-RR que participou dessa pesquisa de forma generosa e atenciosa, contando-me suas histórias de vida, compartilhado suas experiências e expressando seus medos, suas dores suas alegrias.

A todos os funcionários do Centro Sócio Educativo de Roraima, em especial a Maria da Conceição Araújo e Célia Regina Carneiro, por me receberem na primeira etapa da pesquisa de campo no CSE, dando-me liberdade e depositando confiança em meu trabalho, ao atual Gerente da Unidade do CSE-RR Diego Bezerra, por me permitir dar continuidade à pesquisa de campo em sua segunda etapa e por prestar informações e possibilitar acesso às dependências do CSE-RR, ao Supervisor de Coordenação de Plantão Zigomar Maia por me acompanhar nas visitas às celas e se tornar meu primeiro interlocutor direto junto aos jovens. Agradeço ainda à Gerente da Equipe Técnica, Fabiana Carla Amaral e ao Assistente Administrativo, Francivaldo Soares pela facilitação ao acesso às pastas individuais dos jovens internados para coleta e análise de dados, a Assistente Social Ridan de Lima pelas primeiras conversas me possibilitando enxergar sob outro prisma a trajetória de vida de alguns jovens, à Gerente Administrativa em exercício Miucha Salazar que me prestou informações funcionais e estruturais contribuindo para que me situasse no âmbito do CSE-RR e, em nome de Gilson da Costa, a todos os 46 socioeducadores, que não me mediram esforços para garantir minha segurança no convívio com os jovens, bem como pela disposição em deslocá-los de suas celas sempre que necessário à minha pesquisa de campo.

A toda equipe da Unidade Descentralizada da Escola Estadual Jaceguai Reis Cunha, na pessoa da Gerente do Núcleo Pedagógico do CSE, Elyda Cristina Santos e da Coordenadora Pedagógica da Unidade Descentralizada da Escola Jaceguai, Márcia Cristina Utsch, que me recebeu de braços abertos, prestando-me toda a assistência necessária, disponibilizando espaço para a realização das entrevistas, permitindo minha convivência com os jovens e participação na rotina escolar. Meu reconhecimento a todos os professores pelo esforço empregado para vencer as dificuldades de ordem prática e desenvolver um trabalho pedagógico diferenciado, procurando atender às necessidades específicas dos jovens sob suas responsabilidades por um determinado período de tempo. Parabéns a todos pela habilidade de saber ouvir cada um desses jovens.

A minha família de coração Virlândia Alcoforado, Frank Maximiliano, Eliane Caetano, Francisco Caetano, Rosimere Cabral, Wladimir Cabral, Alexandra Sampaio e a Tadeu Alcoforado, que soube compreender a razão de meu recolhimento nos últimos quatro anos para construir esta tese. A minha sogra Terezinha Cabral que rezou incansavelmente para que me saísse bem em todas as etapas deste processo de Doutorado.

As minhas amigas, companheiras de jornada do doutorado Adeline Farias, Raimunda Maria Rodrigues, Arlete de Oliveira, Eliselda Corrêa, Saula Dantas e Aparecida Fernandes, com as quais convivi, compartilhando momentos de angústias peculiares ao processo de produção da tese, de alegrias regadas a gostosas gargalhadas e, sobretudo, de crescimento intelectual. A presença de cada uma delas, mesmo que virtual, todos os dias de minha vida nestes últimos quatro anos, além de muita alegria me fornecia a energia necessária finalizar esse projeto – doutorado. A união, a solidariedade e o carinho sempre presente entre nós tem um significado muito especial e firmou nossas amizades para toda vida. Em especial agradeço a amiga Jocelaine dos Santos, ou simplesmente Jô que, além de tudo que já foi dito, teve o carinho de aceitar de última hora a tarefa da correção textual da tese.

E, por último, por ser o mais importante, o mais profundo agradecimento ao meu tripé de sustentação, os três homens de minha vida: Meu esposo, por ser meu maior incentivador e companheiro de todas as horas, meu porto seguro, responsável pelos meus momentos de fortaleza. Meu filho amado e amigo, Rafael, por compartilhar comigo seus conhecimentos no campo jurídico, contribuindo com minha pesquisa, compreendendo minha ausência e me fazendo acreditar que chegaria com sucesso ao final desse grande desafio. Ao meu filhão amado Douglas, por entender os motivos de meu recolhimento no decorrer da construção desta tese, fazer-se presente no momento de que mais precisei de um ombro amigo e, acima de tudo, por saber perdoar e se fazer presente em minha vida com a minha netinha Isabela e minha nora Fabíula Moraes. A Beto e Lalá, filhos do coração, que mesmo distantes estavam na torcida para que este trabalho fosse concluído com brevidade.

“Ninguém escapa ao sonho de voar, de ultrapassar os limites do espaço onde nasceu, de ver novos lugares e novas gentes. Mas saber ver em cada coisa, em cada pessoa aquele algo que a define como especial, um objeto singular, um amigo – é fundamental. Navegar é preciso, reconhecer o valor das coisas e das pessoas, é mais preciso ainda!”

Antoine Saint-Exupéry

RESUMO

A temática desta tese se articula com Juventude, identidade e violência na perspectiva dos socioeducandos em cumprimento de medida socioeducativa no CSE-RR por ato infracional de natureza grave. O objeto de estudo consiste, então, na percepção si e da violência, a partir da perspectiva e trajetória de vida dos socioeducandos em cumprimento de medida socioeducativa no CSE-RR por ato infracional de natureza grave. O objetivo geral é compreender a percepção do jovem sobre si, sobre os atos de violências na sua natureza mais grave e como são subjetivamente elaborados. Frente a este contexto, o universo empírico do qual esta pesquisa se ocupa é o jovem que cometeu ato infracional de natureza grave (conduta descrita como crime ou contravenção penal), mais especificamente latrocínio, estupro e homicídio qualificado, que está internado no Centro Socioeducativo Homero de Souza Cruz, respondendo medida socioeducativa com ou sem possibilidade de atividade externa. Para cumprir com o objetivo, optou-se de método qualitativo com viés antropológico e etnográfico por compreender que permitem uma abordagem naturalista, interpretativa do mundo circundante sob a ótica do outro. A seleção e coleta de dados se deu por análise de documentos, entrevistas e voluntariedade por parte dos participantes. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram entrevistas semiestruturadas, interações por meio da observação direta e de análise de documentos, por meio de roteiro semiestruturado, registro em diário de campo e análise de documentos. As categorias trabalhadas foram juventude, violência e identidade. Da teia de informações coletas e registradas em gravações e no diário de campo, foi possível interpretar e compreender os sentidos da violência cruel dos atos infracionais cometidos pelos jovens participantes, sob a lente de seus olhos. Da análise, resultou as concepções de violência, os sentidos da violência naturalizada na prática criminal e o sentido da violência cruel a partir da percepção do jovem interno do CSE-RR.

Palavras-chave: Juventude. Identidade. Violência. CSE-RR. Socioeducando.

ABSTRACT

The subject matter of this thesis is articulated with Youth, Identity and Violence in the perspective of individuals participating in a social educational program under social educational measure in CSE-RR for an infraction of a serious nature. Therefore, the object of study is the perception of self and violence, based on the perspective and life trajectory of individuals participating in a social educational program under social educational measure in CSE-RR for an infraction of a serious nature. The general objective is to understand the young people's perception of themselves when it comes to the acts of violence in their most serious nature and how they are subjectively elaborated. In the face of this context, the empirical universe of this research is the young person who committed a conduct described as crime or criminal contravention, more specifically robbery, rape and qualified homicide, who is interned at Homero de Souza Cruz Social-Educational Center, under social educational measure with or without the possibility of external activity. In order to comply with the objective, we chose a qualitative method with anthropological and ethnographic bias because we understand that they allow a naturalistic, interpretative approach to the surrounding world from the perspective of the other. The data selection and collection took place through the analysis of documents, interviews and willingness on the part of the participants. The instruments of data collection were semi-structured interviews, interactions through direct observation and document analysis, through semi-structured script, field journal and document analysis. The categories used were youth, violence and identity. From the web of information collected and recorded in recordings and in the field journal, it was possible to understand the meanings of the cruel violence related to the infractions committed by the young participants from their point of view. From the analysis, it is possible to access the notions of violence, the senses of the naturalized violence in the criminal practice and the sense of cruel violence from the perception of the young inmates in CSE-RR.

Key-words: Youth. Identity. Violence. CSE-RR. Individuals in social educational programs.

LISTA DE FOTOS

Foto 01 - Sala de leitura	97
Foto 02 - Livros doados	97
Foto 03 - Canto acolhedor	97
Foto 04 - Entrada do CSE-RR	104
Foto 05 - Guaritas na entrada	105
Foto 06 - Refeitório	105
Foto 07 - Lavanderia	105
Foto 08 - Bloco de acomodação	105
Foto 09 - Entrada do Bloco B	106
Foto 10 - Entrada do Bloco C	106
Foto 11 - Tranca	107
Foto 12 - Cella do B1	107
Foto 13 - Cella do B2	107
Foto 14 - Cella de Isolamento D1	108
Foto 15 - Cella de Isolamento D2	108
Foto 16 - Porta do C2	109
Foto 17 - Chão do C2	109
Foto 18 - Grade/cella do C2	109
Foto 19 - Artesanato B2	110
Foto 20 - Artesanato B2	110
Foto 21 - Cella A1 dos Provisórios	111
Foto 22 - Cella A2 dos Provisórios	111
Foto 23 - Cella A1 ocupada com jovem maior da semiliberdade	112
Foto 24 - Teto A2	113
Foto 25 - Paredes do A2	113
Foto 26 - Corredor do A2	113
Foto 27 - Tv no final do corredor	113
Foto 28 - Sistema de ventilação	113

Foto 29 - Pia	114
Foto 30 - Vaso sanitário	114
Foto 31 - Roupas	114
Foto 32 - Palhaços	116
Foto 33 - Morte ao BOPE	116
Foto 34 - Exaltando Facções.	116
Foto 35 - Futebol society	117
Foto 36 - Quadra coberta	117
Foto 37 - Jogo de Pebolim	117
Foto 38 - Capela	117
Foto 39 - Sala de Tv	117
Foto 40 - Área interna e passarelas	117
Foto 41 - Professores participantes da pesquisa - Escola Jaceguai	118
Foto 42 - Aula na escola	119
Foto 43 - Corredor da escola	119
Foto 44 - Biblioteca	119
Foto 45 - Dramatização na Páscoa	121
Foto 46 - Oficina de música	121
Foto 47 - Foto oficial de torneio de futebol	121
Foto 48 - Abertura de futebol com oração	121
Foto 49 - Equipe Multidisciplinar	123
Foto 50 - Socioeducadores	123
Foto 51 - Logotipo do CSE-RR	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Fluxo de socioeducandos por medida socioeducativa	100
Gráfico 02 – Audiência Concentrada	101
Gráfico 03 - Idade dos socioeducandos	131
Gráfico 04 - Número de socioeducandos por estado e país	132
Gráfico 05 - Naturalidade dos socioeducandos	132
Gráfico 06 - Socioeducandos por Zonas e Municípios	133
Gráfico 07 - Socioeducandos Bairro da Zona Oeste	134
Gráfico 08 - Renda mensal familiar	135
Gráfico 09 - Provedores do sustento familiar	136
Gráfico 10 - Com quem moram	137
Gráfico 11 - Relação de reincidência e sentenças	139

LISTA DE MAPAS

Mapa Conceitual 01 - Tipologia da Violência

44

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Dos participantes	83
Quadro 02 – Estrutura do PIA	128
Quadro 03 – Principais crimes cometidos	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Escolaridade	138
Tabela 02 - Substâncias Entorpecentes	141

LISTA DE SIGLAS

BOPE	Batalhão de Operações Policiais Especiais
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial de Roraima
CECRIA	Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes
CSE- RR	Centro Socioeducativo de Roraima -Homero de Souza Cruz
CV	Comando Vermelho
DDIJ	Delegacia de Defesa da Infância e Juventude
DENARC	Departamento de Narcóticos de Roraima
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IFOPEN	Informações Penitenciárias
IML	Instituto Legal de Medicina
IPEA	Instituto de pesquisa Econômica e Aplicada
MSE	Medida socioeducativa
MSE CP	Medida Socioeducativa com Possibilidade de Atividade Externa
MSE LA	Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida
MSE Semi	Medida Socioeducativa de Semiliberdade
MSE SP	Medida Socioeducativa Sem Possibilidade de Atividade Externa
PAMC	Penitenciária Agrícola de Monte Cristo
PCC	Primeiro Comando da Capital
PESTRAF	Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil
PIA	Plano de Atendimento Individual
SEAC	Setor de Estatística de Análise Criminal
SEJUC	Secretaria do estado, da Justiça e da cidadania
SESAU	Secretaria da Saúde
SESP	Secretaria Estadual de Segurança Pública de Roraima
SETRABES	Secretaria do Estado do Trabalho Bem-Estar Social
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
1.1 CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA: PROBLEMATIZAÇÃO, MOTIVAÇÃO, OBJETO DE ESTUDO E UNIVERSO EMPÍRICO	21
1.2 CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA	30
1.3 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	31
2 VIOLÊNCIA, JUVENTUDE E PROCESSOS IDENTITÁRIOS	38
2.1 VIOLÊNCIA	38
2.1.1 Mas, o que é violência?	38
2.1.2 Tipos e manifestações de violência	44
2.1.3 A Violência no Brasil a luz da contemporaneidade	46
2.1.3.1 Os números da violência no Brasil	47
2.1.4 Roraima no contexto amazônico e os demarcadores da violência	50
2.1.4.1 Roraima – Que lugar é este?	50
2.1.4.2 A violência localizada no espaço roraimense e suas dimensões	53
2.2 JOVENS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE	58
2.2.1 Regate histórico e concepções	58
2.2.2 Adolescência e juventude: Transitoriedade e faixas	62
2.2.3 Concepção de Juventude : Tendências e correntes teóricas	65
2.3 O JOVEM E A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO BRASILEIRO	69
2.3.1 Principais estudos no contexto brasileiro	69
2.3.2 Do jovem em conflito com a Lei	72
2.3.3 Do jovem no contexto do Sistema Prisional e a questão da maioria penal	74
2.3.4 A Violência e os jovens no contexto de Roraima	75
2.4 PROCESSOS IDENTITÁRIOS E REFLEXIVIDADE	77
2.4.1 O self/identidade como processo social – George Mead	78
2.4.2 Ação social e identidade – Alfred Schutz	80
3 PERCURSOS DA PESQUISA	82
3.1 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PROCEDIMENTOS E ABORDAGENS	82

3.1.1 Caracterização	82
3.1.2 Dos participantes a coleta e análise de dados	82
3.1.2.1 Da seleção dos participantes a sistematização e análise de dados documentais	83
3.1.2.2 Das Entrevistas	87
3.1.2.3 Da Observação participante	88
3.1.2.4 Concepção para procedimentos de análise	88
3.2 DIFICULDADES DE PERCURSO	89
3.2.1 Portas abertas – Portas fechadas: Percalços e conquistas.	89
3.2.1.1 Primeira Etapa	90
3.2.1.2 Segunda Etapa	95
3.3 DESCRREVENDO OS CENÁRIOS DA PESQUISA	99
3.3.1 O fluxo de jovens no CSE-RR	100
3.3.2 Explorando a estrutura física, relações e os significados	102
3.3.2.1 Cenário 1 – Estrutura física e integração	102
3.3.2.2 Cenário 2: o lugar – Expectativas e frustrações	104
3.3.2.2.1 <i>As acomodações dos jovens</i>	106
3.3.2.2.2 <i>A Escola: Espaço de interação</i>	118
3.3.2.2.3 <i>Funcionários do CSE-RR</i>	122
4 OS JOVENS NA PERSPECTIVA DA INSTITUIÇÃO	124
4.1 DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS	124
4.1.1 O Plano de Atendimento Individual - PIA	124
4.1.2 O Relatório Técnico de Avaliação	127
4.1.3 O Acompanhamento no CSE-RR	127
4.2 APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL DO JOVEM DO CSE-RR	130
4.2.1 Sexo e idade	130
4.2.2 Nacionalidade e naturalidade	130
4.2.3 Localidade onde mora	133
4.2.4 Aspectos sócio econômicos	135
4.2.5 Escolaridade	137
4.2.6 Sentenças e reincidências	139
4.2.7 Drogadição	140

4.2.8 Os crimes pelos quais os jovens foram aprendidos	143
4.3 O JOVEM COMO RESULTADO DA LEITURA DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA CONTIDAS NO PIA, NOS AUTOS E NOS RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO, NA PERSPECTIVA INSTITUCIONAL	146
4.3.1 Da exclusão a culpabilização - Resultados da Vulnerabilidade	146
4.3.2 A Estigmatização – Rótulos	151
5 O OLHAR DO JOVEM SOBRE ELE MESMO E SOBRE A VIOLÊNCIA	154
5.1 DIMENSÃO I – AS IDENTIDADES DO JOVEM DO CSE EM SUA PERSPECTIVA	156
5.1.1 Ser Jovem	156
5.1.2 Percepção do Eu	160
5.1.2.1 A vida no CSE e a influência na formação do eu	160
5.1.2.2 Autopercepção - Eu institucionalizado	170
5.1.2.3 Autopercepção - Eu estigmatizado	174
5.1.2.4 Autopercepção - Eu idealizado	177
5.1.3 Galera X Bandido	178
5.2 DIMENSÃO II - NARRATIVAS DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA E ATOS INFRACIONAIS COMETIDOS NA FALA DOS JOVENS SELECIONADOS	185
5.2.1. A história de Raquel	186
5.2.2. A história de Madalena	190
5.2.3. A história de Joaquim	192
5.2.4. A história de Cláudio	196
5.2.5. A história de João	202
5.2.6. A história de Pedro	205
6 PERCEPÇÃO DO JOVEM SOBRE A VIOLÊNCIA DE NATUREZA GRAVE	209
6.1 DIMENSÃO III - O JOVEM DO CSE: PERCEPÇÃO E SENTIDOS DAS VIOLÊNCIAS	208
6.1.1 Das concepções de Violência	211
6.1.2 Dos Sentidos da violência	213
6.1.2.1 Da violência sofrida pelo jovem	213
6.1.2.2 Da Violência sofrida por agressão aos seus	216
6.1.2.3 Do sentido da Violência cometida no ato infracional	218

6.1.2.3.1 <i>Faz parte!</i>	218
6.1.2.3.2 <i>Eu, violento? Não!</i>	221
6.1.3 Do Sentido da violência de natureza cruel	222
6.1.3.1 Um recorte necessário	223
6.1.3.2 A Percepção e o sentido Raquel.	227
6.1.3.3 A Percepção e o sentido em João	230
6.1.3.4 A Percepção e o sentido em Joaquim	234
6.1.3.5 A Percepção e o sentido em Madalena	240
6.1.3.6 A Percepção e o sentido em Cláudio	243
6.1.3.7 A Percepção e o sentido em Pedro	246
CONSIDERAÇÕES FINAIS	249
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	255
ANEXO A - SOLICITAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DO JUIZ	266
ANEXO B - AUTORIZAÇÃO DO JUIZ	267
ANEXO C - CARTA DE ANUÊNCIA	268
APÊNDICE A - SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS DOS DOCUMENTOS DAS PASTAS INDIVIDUAIS	269
APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS E QUESTÕES SURGIDAS NO DECORRER DA PESQUISA	310
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 1	314
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 2	315

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA: PROBLEMATIZAÇÃO, MOTIVAÇÃO, OBJETO DE ESTUDO E UNIVERSO EMPÍRICO

Era um sábado à noite, dia 08/04/2008 e uma discussão se inicia entre filha e mãe na cozinha da casa onde moravam. Na casa, estavam uma mulher de 37 anos (a mãe), uma jovem de 17 anos (a filha mais velha), uma criança de 7 anos (sobrinho da mulher) e uma criança de cinco meses (a filha mais nova da mulher)

A jovem de 17 anos passou o dia planejando ir ao show do Calypso com os amigos no carro recém comprando da mãe e insiste para que ela autorize. À noite, com a proximidade da hora para a saída, a discussão fica acirrada. Seus pedidos não são atendidos pela mãe, principalmente porque a filha é menor. Enquanto a jovem lava a louça na cozinha, a mãe, retirando-se para o quarto, comunica que não lhe entregará a chave do carro e dá a conversa por encerrada. Em ato contínuo, a filha pega uma faca peixeira da cozinha, segue-a até o quarto onde a discussão fica mais acalorada e passa para o nível de agressão física culminando com 27 facadas desferidas pela filha na mãe. A primeira no pescoço. A mãe cai de bruços na cama e recebe as demais estocadas.

O corpo da mãe ficou estendido na cama, onde ao lado dormia sua filha de cinco meses em um berço. No outro quarto, estava o garoto de 07 anos que dormia.

A jovem, após cometido o crime, tomou banho, trocou de roupas, pegou o carro da mãe e foi encontrar os primos e amigos para assistirem ao Show do Calypso. Os amigos viram o corte em sua mão e perguntaram o que havia acontecido. A jovem informou que tinha sofrido um acidente na cozinha e foi levada ao Pronto Socorro para fazer um curativo. Depois, seguiram todos para o show.

Ao amanhecer, voltou para casa sozinha, entrou no quarto onde a mãe estava morta e dirigiu-se direto para a irmãzinha de cinco meses, verificou que ela estava dormindo no berço, deu um cheiro na irmã e foi dormir no seu quarto. Ao acordar, encontra o garoto de cinco anos assustado, que lhe pergunta o que houve com a tia e por que está toda ensanguentada. A jovem responde que não havia acontecido nada demais. A mãe estava suja, mas estava descansando. Que não fosse mais olhá-la, que não a importunasse. Disse ao garoto que ia sair e que ele deveria tomar conta da bebezinha que dormia no berço. Quando acordasse, era para dar-lhe

iogurte e colocá-la no carrinho. Mandou que o garoto tomasse iogurte e tornou a sair, deixando as duas crianças sozinhas trancadas na casa com a mãe morta.

A jovem passou o dia fora de casa fazendo compras com o cartão da mãe. No final do dia, voltou para casa, tomou banho, trocou de roupa e tornou a sair com os colegas. Por volta das 23 horas, foi dormir na casa de uma amiga.

O crime só foi descoberto nas primeiras horas da segunda-feira por meio de uma ligação anônima. Presa em flagrante na casa da amiga, não demonstrou surpresa nem arrependimento.

Esse crime aconteceu em Boa Vista- RR, no extremo norte do país. Roraima é o estado brasileiro com o menor número de habitantes¹ e, comparando a grandes centros, apresenta um índice de criminalidade relativamente baixo. No ano em que ocorreu este crime, a taxa de homicídio em Roraima foi a mais baixa do Brasil².

A mãe se chamava Mara Júnia e era professora de uma escola estadual e técnica administrativa do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR.

Amplamente divulgado na mídia local³, o assassinato da Mara Júnia cometido pela filha chocou os amigos e parentes e foi motivo de amplos debates na busca explicações sociais, de indícios de violência na família e/ou motivação de ordem psicológica e perturbação mental. Temas como a violência na juventude, a relação de pais e filhos, violência na família, a liberdade adolescente e outros começaram a ser discutidos inclusive no âmbito escolar.

O que chamou atenção neste caso não foi o cometimento do crime de homicídio, pois este poderia ser apenas mais um dentre muitos outros, afinal, de acordo com o Atlas da Violência 2016, o Brasil é o país que em números absolutos apresenta o maior quantitativo de homicídio do mundo⁴, já que uma em cada dez

¹ Segundo dados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Roraima apresenta uma população estimada em 514.310 habitantes de um total de 205.938.509 da população brasileira. Isso corresponde a 0,2 da população total do país, o que nos torna o estado com menor número de habitantes por metro quadrado. <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/> Acessado em 25/05/2016.

² Taxas de homicídio em Roraima em 2008.

³ Garota é suspeita de matar a mãe para ver Calypso - Notícias - Terranoticias.terra.com.br > Brasil - Matou a mãe para ir no show do Calypso - Mundo Gump. www.mundogump.com.br/nao-deixou-a-filha-ir-no-show-do-calyp... Roraima - Filha mata mãe a facadas e sai para festa - Rondoniaovivo www.rondoniaovivo.com/noticias/roraima-filha-mata.../38113

⁴ Resultados do Atlas da Violência 2016 mostram que o Brasil tem o maior número absoluto de homicídios no mundo. Uma em cada dez vítimas de violência letal reside no Brasil. O estudo foi desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que analisaram dados do número de vítimas de registros policiais e do

vítimas de violência letal reside no Brasil⁵. Por este ângulo, este teria sido mais um número a incrementar os dados estatísticos em 2008. Aliado a isto, a literatura do campo da psiquiatria e psicologia está repleta de teorias e estudos de casos, que tratam de situações em que pessoas, submetidas a situações de extremo estresse, podem ultrapassar os limites da racionalidade e num rompante momentâneo de descontrole mental e ódio, cometem crimes, inclusive de homicídio.

O que chamou atenção neste caso, que causou à época grande comoção social local, foram basicamente os seguintes aspectos: a autora ser uma jovem menor de idade (17 anos à época do fato ocorrido), a violência brutal do ato cometido (27 facadas, inclusive no rosto), os laços parentais (as facadas foram desferidas pela filha), e o comportamento de aparente tranquilidade nas horas que se seguiram pós ato cometido, encontrando-se com parentes e amigos e participando de atividades festivas (show) sem que ninguém percebesse o que se sucedera. Enfim, o que chama atenção neste caso é sua dinâmica de acontecimento.

Semelhantes ao caso da Mara Júnia, existem inúmeros outros espalhados nos lugares mais recônditos do país que não chegam ao conhecimento público. A mídia nacional normalmente prioriza casos que, além da violência brutal, apresentem, entre os partícipes, pessoas das classes média e alta. Dentre os crimes brutais envolvendo jovens da classe média alta ganhou bastante destaque o caso do índio Galdino⁶ (jovens como autores), Caso Liana Friedenbach e Filipe Caffé⁷ e do

Ministério da Saúde. Em relação à taxa de homicídios, o Brasil está em 15º no ranking mundial. Mas os dados do Atlas da Violência 2016 tornam o Brasil campeão mundial de assassinatos, em números absolutos. Segundo o relatório, “além de outras consequências, tal tragédia traz implicações na saúde, na dinâmica demográfica e, por conseguinte, no processo de desenvolvimento econômico e social”

⁵Atlas da Violência 2016 – IPEA. <

http://infogbucket.s3.amazonaws.com/arquivos/2016/03/22/atlas_da_violencia_2016>. Acesso em : 13/ 07/2016.

⁶ 1997 – Caso do Índio Galdino: na madrugada de 20 de abril, em Brasília, cinco jovens de classe média alta, dentre eles um menor de idade, assassinaram o índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, de 45 anos, que dormia em uma parada de ônibus após ter participado de uma festa em comemoração ao dia do índio, ateando fogo ao seu cobertor. Afirmaram que o confundiram com um mendigo.

⁷ 2003 – Caso Liana Friedenbach e Filipe Caffé: em outubro de 2003, o casal Liana Friedenbach, 16 anos, e Felipe Silva Caffé, 19 anos, foi acampar, sem o consentimento dos pais, em um sítio abandonado na Grande São Paulo. Eles foram capturados por um grupo que os manteve em cativeiro por vários dias. Felipe foi o primeiro a ser morto, com um tiro na nuca. Liana foi torturada, estuprada e morta três dias depois. Roberto Aparecido Alves Cardoso, conhecido como Champinha, na época com 16 anos, foi apontado como idealizador do crime e líder do grupo. À polícia, Champinha disse que assassinou Liana porque "deu vontade".

menino João Hélio⁸ (jovens como vítimas). Mais recentemente, os casos do estupro coletivo no Piauí⁹ e do Rio de Janeiro¹⁰ envolvendo jovens de classes menos favorecidas.

O caso do menino João Hélio e da Liana Friedenbach e Filipe Caffé traz à baila inúmeras discussões acerca da violência de gênero, as relações familiares (ambos haviam escondido dos pais que iam acampar), a culpabilização da vítima, dos pais, da sociedade e acima de tudo a culpabilização social dos jovens infratores que são julgados, rotulados como monstros e sentenciados a priori como culpados.

O caso do índio Galdino merece aqui um destaque uma vez que pode ser considerado um divisor de águas. Este caso, em especial, imprime novos contornos sociais à temática da violência juvenil em decorrência da ampla divulgação dada ao envolvimento de jovens de classe média alta, como protagonistas de um crime classificado como cruel e brutal. Para piorar a situação dos jovens, além de ter sido um crime bárbaro impetrado contra um indígena justamente na semana alusiva à comemoração do dia do índio, em suas defesas os jovens afirmaram ter confundido o índio com um mendigo (indígena não pode, mas mendigo pode?). Para Barreira (2011, p. 200/201), este assassinato foi um marco sociológico, pois ampliou a problemática do que se entende por violência juvenil na medida em que foram “[...] sendo incorporados aos estudos [sociológicos] outros setores sociais, antes restritos aos trabalhos com jovens negros, das classes menos favorecidas e habitantes de favela”. Além disso, para o autor, a partir deste caso “os estudos sobre as práticas juvenis, compreendidas como violentas, nas escolas públicas e também nas

⁸ 2007 - Caso do menino João Hélio. Em Fevereiro o menino de 6 anos, morreu ao ser arrastado por 7 km do lado de fora de um carro, no Rio de Janeiro. Após o anúncio do assalto, a mãe e a irmã da criança desceram do carro, mas não conseguiram retirar menino, que ficou preso e pendurado pelo cinto de segurança, do lado de fora da porta do carro. As pessoas nas ruas gritavam na tentativa de avisar aos ocupantes do veículo que o menino estava pendurado no carro.

⁹ 2015 – Estupro coletivo no Piauí. Em maio cinco jovens foram agredidas, amarradas estupradas e arremessadas do alto do penhasco com cerca de 10 metros de altura. Uma delas morreu poucos dias após o ocorrido. Cinco pessoas foram presas: um homem de 40 anos, que estava foragido da Justiça e quatro adolescentes com idade entre 15 e 17 anos, todos com passagens por atos infracionais. Segundo o Conselho Tutelar e a Delegacia de Polícia da cidade Castelo do Piauí, foram registradas pelo menos 23 ocorrências contra três dos rapazes envolvidos.

¹⁰ Caso de uma jovem de 16 anos que sofreu um estupro coletivo no Rio de Janeiro, no qual jovens a doparam, estupraram, tiraram fotos, filmaram e publicaram as imagens nas redes sociais com comentários jocosos. O estupro aconteceu em uma comunidade na zona oeste do Rio de Janeiro. A jovem foi encontrada por um assistente social usando roupas masculinas rasgadas. Após a repercussão do caso na imprensa nacional e internacional a policial começou uma investigação. Além do estupro a jovem sofreu represálias por parte dos jovens homens envolvidos no seu estupro, com ameaças de morte, para que não desse prosseguimento ao processo.

privadas, passam a ocupar um lugar importante nas análises sobre violência”. (2011, p. 200/201).

Em todos estes casos, a repercussão ocorre em torno da brutalidade no crime cometido, do requinte de crueldade, do desprezo pela vida do outro, da indiferença, da frieza das ações pós ato cometido e, principalmente, o fato de ter como autores, jovens. Não se trata apenas da violência do crime, mas da brutalidade e crueldade que dão outra dimensão à violência: barbárie.

Jovens que cometem crimes de natureza bárbara, segundo Spagnol (2008, p. 21) representam ainda uma pequena parcela dos jovens que cometem crimes.

Estamos falando de uma parcela de jovens que comete infrações consideradas violentas e nesta parcela de uma parte menor que ao realizar tais infrações o fazem com requintes de crueldade, que impressionam e provocam pavor nos outros. Tudo isso envolto num discurso que não é o de defesa, especificamente, mas de ataque. Um ataque que denota a revolta para com o mundo que o cerca.

Estes jovens, mesmo que em parcelas menores, são reais e estão presentes nas ruas de bairros pobres ou ricos, em escolas, nos Centros Educacionais de Socialização, em abrigos e em vários outros lugares, sejam em maior ou menor incidência. São Jovens que, conforme seus relatos¹¹, praticam roubos por pura diversão, para sustentar o vício em drogas ou adquirir produtos de consumo que lhes proporcionem status. Jovens que não hesitam em atacar, espancar ou matar para garantir o êxito de sua ação criminosa. Que praticam estupros pelo prazer ou simplesmente pelo poder sobre o outro. Jovens que sentem prazer e se divertem com a angústia, o medo e desespero no olhar daquele a quem ele subjuga sob ameaça de morte, na ponta do cano de uma arma de fogo ou na lâmina de uma arma branca. Jovens que carregados de ódio lançam mão de meios cruéis em atos já violentos pela própria natureza, não só destruindo a vítima, mas a família, a saúde mental e emocional de uma sociedade cada vez mais apavorada (SPAGNOL 2008, p. 23-26).

Essas situações de violência que envolvem jovens como autores ou coautores é real tanto quanto o medo e a sensação de insegurança generalizada, compartilhada pela sociedade e dimensionada de forma exagerada pela exploração da mídia sensacionalista que, além de lucrar com a pregação do caos social e a

¹¹ Relatos obtidos no CSE-RR para estes estudos e de jovens entrevistados por Spagnol (2008).

tragédia alheia, é a principal difusora do preconceito, da discriminação, de estigmas e de ódio contra estes jovens.

Não raramente, em conversas corriqueiras travadas nos bares, nos coletivos entre conhecidos e amigos a explicação de senso comum para tal fenômeno contempla a visão de que estes jovens em conflito com a lei sejam meras vítimas do sistema social, produtos do meio e os delitos por eles cometido sejam uma estratégia de sobrevivência ou, nos casos mais violentos, uma resposta mecânica a uma sociedade injusta. Há ainda quem faça associação direta entre o jovem e a desigualdade social, como se os crimes só fossem cometidos por indivíduos em situação de risco, vulnerabilidade ou exclusão social. No outro extremo, há quem atribua aos jovens a total, única e exclusiva responsabilidade pelos delitos cometidos e justifiquem a ação como resultado da falta de educação por parte dos pais, falta de punições mais severas por parte do Estado, má índole, tendência, motivação interna e personalidade.

Nas metrópoles brasileiras, as pessoas, de certa forma, estão habituadas a um número alarmante de “pequenos” crimes cometidos nas ruas de suas cidades e bairros. Parece haver uma certa naturalização da violência decorrente de situações que de tão cotidianamente comum, passaram a incorporar-se à cultura. As pessoas se indignam quando são assaltadas, furtadas, mas se não houver vítimas fatais saem aliviadas por terem tido prejuízos apenas materiais (SPINK; SISPINK, 2006, p. 17-41).

Entretanto, crimes que envolvem requintes de crueldade e que violam a vida, o corpo e alma, a exemplo do estupro, homicídio e latrocínio, sejam eles praticados em Roraima ou qualquer outro lugar do país, são difíceis de ser compreendidos e explicados apenas pelas vias da vulnerabilidade social e exclusão, até mesmo dentre a parcela da população que é mais permissiva com algumas infrações cometidas pelos jovens. Estes são crimes que expressam um tipo de violência mais profunda que mexe de forma significativa com o imaginário humano, causam grande comoção da opinião pública, repulsa e por vezes retaliações, principalmente quando explorados pela mídia. É o tipo crime que no seu cometimento viola o corpo de quem sofre a violência e as consequências deste ato violam a alma de quem sofreu a violência e de quem circunda aquele que fora violentado (SPAGNOL, 2008; LIPOVETSKY, 199[]; RICOUEUR, 1988; BATAILLE, 1987).

Embora sejam os crimes contra o patrimônio (roubos e furtos) que concentram os maiores números de jovens internados nas instituições socioeducativas¹², são os crimes de lesão corporal de natureza grave que pautam a mídia, repercutem e acabam por influenciar não só as opiniões de senso comum como também o próprio campo da justiça, atuando como inferências sobre o poder judiciário que deveria fazer valer as garantias jurídicas dos autores do ato infracional.

O impacto emocional que crimes dessa natureza causam na sociedade, o destaque dado pela imprensa à brutalidade do ato cometido, combinado às discussões sobre a maneira mais eficiente de reprimir as violências praticadas por estes jovens, costumam render inúmeras reportagens e debates acalorados sobre o tema da responsabilização dos jovens. A maioria dos programas e matérias jornalísticas apresentam opiniões de “expertises” de diferentes linhas de pensamento, mas que normalmente culminam com um cenário público desfavorável ao jovem e com a retomada da temática da maioridade penal, num claro desrespeito aos direitos destes jovens (CARLOS, p. 15, 2011). Há quem ressalte uma mudança no perfil do adolescente, afirmando que se tornaram mais violentos porque seus referenciais são os traficantes. Termos como trombadinha, pivete, batedor de carteiras foram sendo substituídos por bandido, assassino, traficante, monstros e menor infrator e todos eles continuam rotulando e estigmatizando jovens que cometeram ato infracional.

Enfim, estes jovens que praticaram crimes de natureza grave são tidos como violentos na percepção de quem sofre ou presencia atos violentos. São jovens tidos como violentos em conformidade com os estudos que, no campo conceitual, definem e classificam as diversas formas, tipos e manifestações de violência, que qualificam as pessoas como violenta ou não de acordo com o comportamento que apresentam. Mas, estes jovens se percebem como pessoas violentas? Qual o sentido da violência em suas vidas? Qual o sentido do (dos) atos de violência praticados por estes jovens? Percebem as consequências ou impactos de atos de violência cometidos por eles na vida de outras pessoas? E em suas vidas? Quem são estes jovens? Como eles se percebem? Qual a história de vida destes jovens?

¹² A exemplo do CSE-RR (ver Quadro 2).

Foram estes questionamentos e reflexões sobre as falas de senso comum que motivaram o desenvolvimento da pesquisa a partir da temática: juventude-violência - identidade. A temática no campo científico tem sido explorada pelas mais diversas áreas do conhecimento. Psicólogos, filósofos, sociólogos, antropólogos, juristas, cientistas políticos entre outros, tem se ocupado em compreender os fatores que levam o indivíduo a adotar comportamentos violentos e destrutivos. Buscam por respostas que tornem o fenômeno da violência manifesta pelo homem compreensível e passível de sofrer interferência.

É possível encontrar uma variedade de material produzido sobre o tema como resultado de pesquisas e trabalhos acadêmicos, mas que, em certa medida, giram em torno do mesmo eixo: a influência da mídia na estigmatização dos menores infratores e na sublimação da vítima; análise e compreensão do fenômeno da violência impingido ou praticado pelos jovens; busca da culpabilidade do surgimento e incremento do fenômeno da violência entre os jovens; a existência, eficiência e necessidade de revisão dos mecanismos de controle e socialização por vias jurídicas; e a prevenção por meio de programas e ações sociais governamentais ou não, bem como a eficiência e eficácia desses mecanismos.

Entretanto, quase nada há produzido no intento de compreender o campo do sentido da violência a partir do ponto de vista do outro, daquele que cometeu a violência. Nestes termos, nos propusemos a realizar um estudo etnográfico buscando entender qual o significado da violência a partir do olhar do jovem que praticou o ato violento na sua natureza mais cruel e que está respondendo judicialmente. O objeto de estudo de pesquisa consiste, então, no estudo da percepção da violência, a partir da perspectiva e trajetória de vida dos socioeducandos em cumprimento de medida socioeducativa no CSE-RR por ato infracional¹³ de natureza grave¹⁴. A delimitação foi um exercício de muita reflexão e suscitou alguns porquês, a saber:

- Por que jovens do CSE-RR? Primeiro, porque em princípio presumiu-se que os jovens internados no CSE-RR praticaram algum ato infracional de natureza grave, já que ato infracional de natureza leve não culmina com internação. Segundo, dentre estes jovens o acesso àqueles que cometeram ato de violência cruel pareceu

¹³Lei 8.069/1990 - Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

¹⁴ ato infracional de natureza grave é equiparado a lesão corporal de natureza grave, gravíssima, ou mesmo seguida de morte (arts. 129, § 1º, 2º e 3º do Código Penal).

mais viável e seguro que buscá-los nas ruas como corajosamente fazem alguns pesquisadores¹⁵; e terceiro, em Roraima o CSE-RR é a única instituição que recebe jovens que tenham cometido ato infracional.

- Por que ato infracional de natureza grave? Porque o impacto emocional sobre as vítimas que sobrevivem, ou de familiares que perderam parentes e amigos, bem como a comoção social decorrentes de crimes de natureza grave são expressivos. Frente a este contexto, interessa saber como essa violência cruel protagonizada pelo jovem se situa dentro do sistema de relações sociais.

- Por que partir da trajetória de vida destes jovens? A resposta a este questionamento constitui o eixo norteador desta pesquisa, uma vez que por meio da trajetória de vida narrada pelo próprio jovem, será possível: entender a relação destes jovens com o mundo, seus valores, suas representações de si e do outro, numa perspectiva que considera a globalidade de seu modo de vida e que procura a compreensão dos significados que eles próprios dão as suas práticas, crenças e vidas. O eixo norteador desta pesquisa é tentar situar essa violência protagonizada pelo jovem dentro do sistema de relações sociais.

O objetivo geral desta tese é compreender a percepção do jovem sobre os atos de violências na sua natureza mais grave e como são subjetivamente elaborados.

Alguns desses jovens respondem por seus crimes internados, cumprido medidas socioeducativas nas Instituições legal, teoricamente responsáveis por sua reeducação e ressocialização. Privados momentaneamente de suas liberdades, passam atualmente por uma experiência diferenciada daqueles que, embora tenham cometido crimes de mesma natureza, estão libertos. Estes jovens estão num lugar onde as relações que ali se estabelecem são, em certa medida, diferentes das relações estabelecidas na liberdade do mundo exterior. Existem regras de convivência próprias, regras institucionais, códigos de comunicação e conduta que, de maneira subjetiva, impactam em sua visão de mundo e na elaboração de sua identidade. Assim, o universo empírico do qual esta pesquisa se ocupou é o jovem que cometeu ato infracional de natureza grave (conduta descrita como crime ou contravenção penal), mais especificamente latrocínio, estupro e homicídio

¹⁵ A exemplo de Antônio Sérgio Spagnol que buscou nas ruas de São Paulo seu objeto de estudo constituído por Adolescentes e jovens adultos autores de homicídio com requinte de crueldade. Ver Jovens rebeldes: um estudo sobre jovens delinquentes de São Paulo.

qualificado, que está internado no Centro Socioeducativo Homero de Souza Cruz (CSE-RR), respondendo medida socioeducativa com ou sem possibilidade externa.

1.2 CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

Para o desenvolvimento da análise, a metodologia de pesquisa é qualitativa, de orientação etnográfica, a partir da técnica da observação participante, conversas informais e entrevistas semiestruturadas e focalizadas na história de vida dos jovens socioeducandos do CSE-RR. A seleção dos métodos se deu em consonância com o tipo de pesquisa que se pretendia realizar e dos objetivos propostos. Optei, a priori, por uma pesquisa qualitativa por compreender uma abordagem naturalista, interpretativa do mundo circundante. Isto significa dizer que os pesquisadores vão a campo, ao encontro do objeto de estudo em seus cenários naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos a partir dos significados que o outro confere. Além disso, apesar de também ter utilizado dados quantitativos no Cap. 04, a pesquisa qualitativa vai além da fria estatística e pode utilizar-se de uma variedade de técnicas com a finalidade de apreender e interpretar os significados existentes no ambiente da investigação.

Deste modo, como já mencionado, priorizei a observação participante e demais técnicas de coleta de dados como entrevistas semiestruturada e análise documental. As informações foram coletadas por meio de conversas informais, um roteiro de entrevista semiestruturado, da participação direta na rotina dos internos e dos servidores do CSE e da análise de documentos institucionais.

As análises dos documentos foram realizadas inicialmente com o objetivo de selecionar os possíveis jovens participantes que haviam cometido ato infracional de natureza grave, enfoque e objeto de estudo desta pesquisa; conhecer o que deu causa à medida socioeducativa aplicada pelo Juizado de Infância e Juventude; acessar o perfil deste jovem na perspectiva da Justiça. Definir com clareza o objeto desta pesquisa foi um exercício de intensa reflexividade que resultou em vários recortes e redimensionamentos. A sistematização e análise de dados concernentes aos documentos se deu com base no material contido nas pastas individuais dos jovens que, de maneira geral, contem os seguintes documentos: Cadastros de Identificação; Plano de Atendimento Individual – PIA ; Relatórios de Ocorrências Internas; Relatórios Situacional e Comportamental enviados a cada seis meses para o juiz e Cópias de peças dos autos dos processos (Termos de Depoimentos, Fichas

de antecedentes, Exame de Corpo de Delito e Representações, Decisões e Sentenças, Cópias das ocorrências na Polícia Civil de Roraima dos casos onde a apreensão foi efetuada em flagrante delito) e, em alguns casos, laudos de psiquiatras do Centro e Atenção Psicossocial – CAPs. O quantitativo destes documentos variam de acordo com o período em que o jovens passam internados, com as reincidências e consequentes reinternações.

A narrativa de suas histórias de vida foi realizada em momentos distintos. Está presente nas entrevistas e nas conversas informais registradas no diário de campo.

Foram sistematizados e analisados os documentos contidos nas pastas individuais de 94 jovens. Destes, após consulta face to face, 16 se dispuseram a participar voluntariamente da pesquisa. Destes 16, após a primeira entrevista, selecionei 06 com base nos critérios estabelecidos inicialmente e em outros que foram se delineando no decorrer da análise de dados documentais e da primeira entrevista. Todo processo de seleção e os respectivos critérios adotados estão descritos no Capítulo 03.

Para desenvolver esta pesquisa no âmbito do CSE-RR, obtive permissão do juiz da vara da Infância e Juventude (anexo 1) e da Diretoria do CSE-RR, por meio de carta de anuência (anexo 2). Além disto, todos os jovens entrevistados foram devidamente esclarecidos quanto ao teor da pesquisa, e o acesso às histórias de vida só ocorreu após a concordância de participação, devidamente registrada em forma de gravação já na primeira entrevista.

Os funcionários que participaram assinaram termo de consentimento livre e esclarecido.

Todas as imagens que ilustram este estudo, em especial no capítulo 3, foram registradas no decorrer da pesquisa e sua publicação autorizada pelas autoridades competentes (Juiz e o diretor do CSE-RR), nos documentos já mencionados. Os jovens, menores ou não, mesmo tendo autorizado o uso de suas imagens, por princípios ético e legais, neste estudo tem suas identidades preservadas pelo uso de tarjas nos rostos que preservam sua imagem e o uso de pseudônimos.

1.3 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

A tese está estruturada em 6 capítulos. O primeiro trata da Introdução, com a apresentação do contexto da violência de natureza grave envolvendo jovens que,

embora em pequena parcela, cometem crimes de natureza cruel. Trata das reflexões que motivaram o desenvolvimento da pesquisa a partir da Tríade Juventude – Identidade e Violência e apresenta o problema delimitado, o objeto de estudo, o universo empírico e a caracterização da metodologia que será aprofundada no Capítulo 03.

Sob o título Violência e Juventude, o capítulo 2 apresenta uma abordagem acerca dos estudos, concepções teóricas, discussões, linhas de pesquisa existentes e produções científicas sobre a Violência, Juventude e Identidade tratando cada um deles em momentos distintos, mas subsequentes.

Em um primeiro momento, as discussões ocorrem em torno do fenômeno violência e tem início com a análise do conceito e significado do termo, sua resignificação através do tempo, a dimensão adquirida e as possíveis explicações de suas causas e consequência. Toda essa discussão parte da indagação título da seção: “Mas, o que é violência? ”. Toma como interlocutores Asblaster (1996), Michaud (2001), Porto (2002), Minayo e Souza (2003), Gadea (2015), Dadoun (1998) e Waiselfisz (2012)

O estudo apresenta a classificação dos principais tipos e manifestações de violência na perspectiva da OMS - que diferencia a violência auto infligida da violência cometida contra outras pessoas e as categoriza conforme os modos de manifestações – e na perspectiva sociológica tomando como aporte estudos realizados por Gadea (2015) na área da violência Urbana, Juventude e subjetividades. O autor tipifica a violência como direta, indireta e simbólica e apresenta algumas formas de manifestação sem, contudo, singulariza-las. Ao tipificar a violência indireta e simbólica, trata da estigmatização identitária e das subjetividades, conceitos estes que aliados a conceitos de Goffman (2008) são fundamentais para a análise da violência sob a perspectiva do jovem infrator e que se constitui no objeto de estudo desta pesquisa no Capítulo 5.

Tendo clara a pluralidade, força e subjetividade acerca do entendimento, significado e dimensão do termo violência, bem como das principais formas de tipificação e suas respectivas manifestações enquanto fenômeno, ainda neste primeiro momento em que se trata da categoria da violência, o estudo busca conhecer e dimensionar a violência no Brasil e no estado de Roraima.

Na seção “A Violência no Brasil” procura-se fazer um breve histórico a respeito dos primeiros estudos realizados sobre a temática no país, tomando como

interlocutor Adorno (2002). Esta abordagem possibilitou a compreensão de algumas teorias vigentes, adotadas inclusive por teóricos brasileiros, que apontam a violência e criminalidade como resultado das injustiças sociais, pobreza e vulnerabilidade social. Dando prosseguimento e considerando os argumentos de Zaluar (2001) no que se refere à validade e importância das pesquisas quantitativas para compreensão da dimensão da violência no estado brasileiro, apresentamos “*Os números da violência no Brasil*” tomando como aporte as pesquisas publicadas nos Anuários Brasileiros de Segurança Pública, nos Mapas da Violência no Brasil e dados estatísticos do IPEA e da IFOPEN.

Somente após contextualizar a Violência no Brasil este estudo ocupou-se de situar a “*Violência em Roraima*”. A abordagem tem início apresentando o estado de Roraima, ainda pouco conhecido pela maioria da população brasileira, para em seguida tratar do contexto da violência. Desta forma, sob a indagação título “*Roraima – Que lugar é este?*”, o estudo apresenta Roraima a partir de sua localização geográfica, transitando pelo contexto histórico de sua ocupação, respectivos conflitos e distribuição espacial das zonas e dos bairros que compõem a capital do estado – Boa Vista -, concomitante à composição da população. Para esta abordagem, nos apoiamos em estudos realizados por Staeve, (2011), Silva (2010) Feltran (2011) e nos dados do IBGE e INCRA. Os problemas de ordens estruturais, econômicos e sociais que podem ser considerados como fatores intervenientes para a estigmatização de moradores de determinadas zonas/regiões de Boa vista, por parte de uma parcela da população e da mídia local, que associa local de habitação e vulnerabilidade social às manifestações e contextos de violência em Boa Vista/RR.

Redirecionando o foco para a questão da violência, “*A Violência no estado de Roraima*”, tem início a partir da narrativa da vivência da pesquisadora - migrante, habitante deste estado desde 1983, período em que a população da capital era de apenas 76 mil habitantes¹⁶ - a respeito do cotidiano e da relação dos habitantes de Roraima com a questão da violência nos dos anos 80 e início dos anos 90. Aqui, são retomados alguns aspectos presentes do contexto histórico-geográfico, incluindo as ondas de migrações, numa interlocução com STAEVIE, (2011, p. 68-87), para em seguida apresentar os principais tipos e manifestações de violências em Roraima. Para este fim, esta tese toma como fundamento os estudos de Oliveira (2003 e

¹⁶ Segundo dados do Datasus. <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/poprr.def>

2008), da Pestraf (2002) e os números 8º e 9º do Anuário Brasileiro de Segurança pública. Em alguns casos, por falta de bibliografia específica, foi necessário recorrer a fontes primárias e realizar uma análise dos dados coletados para que se pudesse conhecer e abordar tipos e manifestações de violência ocorridas em Roraima, com a devida fundamentação. Assim, a abordagem relativa ao narcotráfico toma por base os dados estatísticos fornecidos pela DENARC e algumas narrativas de jovens internados no CSE-RR que, dentre outros delitos, participaram do tráfico nacional e internacional.

A abordagem sobre a Violência se encerra com apresentação das situações de violência em Roraima envolvendo imigrantes, especialmente os venezuelanos, e a existência de uma relação do incremento da violência direta com a imigração. Por ser uma situação recente, não existe bibliografias tratando desta temática, por isso a abordagem da questão toma como referência narrativas de brasileiros e venezuelanos, bem como matérias publicadas nos meios de comunicação.

O segundo momento do Capítulo 2 – apresenta-se com o título Jovens, Adolescentes e Juventude. Esta seção começa fazendo um resgate histórico interdisciplinar das raízes das principais correntes e tendências teóricas sobre a juventude, ressaltando concepções e significados que foram construídos e discutidos por diversos autores em um tempo não linear. Aqui a ênfase é na teoria defendida por G. Stanley Hall (1904), na área da psicologia, que aborda a adolescência a partir da perspectiva biológica e psicológica. Tomamos como interlocutores para as discussões acerca dessa teoria autores como Feixa (2006), Pais (1990) e Mead (1935), que questionam a maturação biológica como condição primordial para o estabelecimento de limites cronológicos (por faixa etária) e o caráter de unicidade e universalidade da adolescência e transitoriedade em Stanley (entendimento da juventude e adolescência a partir da perspectiva que ela ocorre do mesmo modo, com as mesmas características em todas as sociedades e cultura).

Dando prosseguimento ao segundo momento, Adolescência e juventude: transitoriedade e faixas etárias, aborda as diferentes formas de entender e conceituar a juventude e o consequente estabelecimento de marcos etários diferenciados. Dentre os autores que questionam os limites etários como determinantes de uma fase da vida, este estudo priorizou Castro e Abramovay (2002). No que se refere às tendências e correntes teóricas, a discussão perpassa pelas correntes classista e geracional na concepção da sociologia da juventude de

Pais (1990) e apresenta as críticas efetuadas às teorias que tomam a juventude como algo imutável com base em Sposito (1999) e Silva e Silva (2011). Por fim, encerra o segundo momento apresentando a concepção de juventude sob o prisma da diversidade como a adotada pela pesquisadora neste estudo e justifica o porquê da escolha.

O terceiro momento dedica-se a discutir 'O jovem e a violência no contexto brasileiro'. Tem início tratando dos principais estudos no Brasil e apresentando alguns autores que desde os anos 80 se debruçaram sobre a temática. Ressalta algumas linhas de pesquisa de produções acadêmicas levantadas por Oliveira (2008), alocadas em blocos organizativos e prossegue tratando, em especial, do jovem em conflito com a Lei, com Volpi (2010), Adorno (2002).

No item seguinte, faz-se uma abordagem sobre as discussões da maioria penal por tratar-se de uma questão que vem causando muita polêmica cada vez que há grande comoção social devido a um crime hediondo (nos termos da lei), cometido por um jovem com idade inferior a e 18 anos e noticiado pela imprensa.

Finalizando o terceiro momento do capítulo 2, o estudo apresenta a violência e os jovens no contexto de Roraima. Para contextualizar a "Violência e os jovens no estado de Roraima" e ter noção de sua dimensão, foi necessário realizar uma pesquisa de caráter exploratório, utilizando-se prioritariamente de fontes primárias, uma vez que bibliografias que tratam da violência urbana, principalmente envolvendo jovens de Roraima/Boa Vista, é praticamente inexistente. As pesquisas que tratam da violência no estado de Roraima ocupam-se das questões que envolvem os conflitos entre indígenas e garimpeiros ou entre indígenas e fazendeiros ocorridos em função da exploração de minérios em áreas indígenas e disputas pela posse de terras.

E para que a o capítulo 2 se encerre abarcando todas as vertentes necessárias à fundamentação teórica deste estudo, apresentamos em um quarto momento a seção 'Processos identitários e reflexividade' abordando o campo conceitual da ação social e identidade com Schutz (1979 e 1972) e a Mead (1972).

O capítulo três apresenta o percurso da pesquisa sob os aspectos metodológico e de imersão no campo. Sob o aspecto metodológico, aprofunda as questões concernentes aos métodos de abordagens e procedimentos, apresenta os participantes, o processo de seleção com base em critérios estabelecidos a priori e os delineados no decorrer da pesquisa. Trata das técnicas e instrumentos de coleta

de dados, bem como da forma como procedemos para o registro e análise de dados com base nos métodos escolhidos.

Apresenta as dificuldades no percurso da pesquisa, aqui nominada de Portas abertas – Portas fechadas: Percalços e conquistas, a partir das relações sociais estabelecidas no CSE-RR, por meio de descrição densa apresentada em 2 etapas subsequentes. E, por fim, o capítulo três propicia a imersão no campo, por parte do leitor, na seção denominada os *cenários da pesquisa* em que exploramos tanto o ambiente físico, quanto as relações ali estabelecidas. A contextualização dos cenários é de extrema importância, pois trata-se do lugar de onde os jovens, neste momento, estão e de onde constroem os seus discursos. A estrutura física e os movimentos que ali ocorrem também passam uma mensagem. As pichações nas paredes, a distribuição dos socioeducandos por unidade, bloco e cela, a rotina ali estabelecida, as acomodações, as atividades cotidianas, a escola e todas as atividades por ela desenvolvidas, os funcionários que compõem o CSE-RR e a escola, pessoas estas com quem os jovens se relacionam, todos estes aspectos compõem o cenário onde a pesquisa foi desenvolvida.

O capítulo 04 se ocupa da análise dos documentos contidos nas pastas dos socioeducandos. Por meio delas, foi possível acessar a perspectiva da Instituição sobre os jovens que estão internos no CSE-RR. Com base nos dados coletados e analisados, foi possível a apresentação institucional do jovem a partir de dados gerais como: idade, sexo, nacionalidade (fazemos fronteira com a Guiana Inglesa e a Venezuela), naturalidade, localidade onde mora (município e bairros), aspectos sócio econômicos (renda familiar, responsável pela manutenção do lar), composição familiar, escolaridade, sentenças e reincidências, drogadição, atos infracionais e os crimes cometidos pelo jovem, bem como o que deu causa à apreensão do jovem e à medida socioeducativa pela qual respondem. Este capítulo encerra apresentando o jovem como resultado da leitura das trajetórias de vida contidas no PIA, nos autos e nos relatórios de avaliação, na perspectiva institucional. Da análise deste discurso, é possível inferir a percepção institucional que aponta como principal causa de internação dos jovens a exclusão e vulnerabilidade social, além de culpabilizar a família pela trajetória de vida do jovem em que o crime se faz presente. Ressalta ainda o estigma sobre os jovens desde as peças judiciais e demais documentos analisados, até a comunicação diária estabelecida entre jovens, entre jovens e socioeducadores e entre técnicos.

Os capítulos 5 e 6 apresentam a análise dos dados e apresentação dos resultados acerca da percepção dos jovens sobre si e sobre a violência. O capítulo cinco trabalha as dimensões da identidade sob duas vertentes: a percepção do que é ser jovem e como se situa nesta categoria e a percepção e formação do eu a partir do lugar onde se encontram (o CSE-RR), das relações sociais institucionalmente ali estabelecidas e o resultado desta combinação no discurso do eu institucionalizado. Ainda dentro da vertente da identidade, o estudo apresenta a percepção do eu como resultado de um processo de estigmatização e a percepção do eu idealizado que toma como referência, para formação identitária, indivíduos que vão desde os colegas de cela a familiares (envolvidos ou não com a criminalidade). O capítulo 5 encerra trazendo um resumo das narrativas das trajetórias de vida dos 6 jovens selecionados, com ênfase nos atos infracionais (crimes) cometidos). Esta ênfase objetiva subsidiar a análise do Capítulo 6 que aborda a percepção do jovem sobre a violência de natureza grave. Da análise do discurso, além de abstrair como entendem e concebem a violência, este estudo identifica os sentidos da violência na perspectiva da violência sofrida pelo jovem (com destaque dado por eles a violência institucional – polícia), a violência sofrida por pessoas de seu ciclo de convivência estreita (familiares e amigos), percebida como sendo sobre ele mesmo; e da violência cometida em situações tidas como rotineiras à prática infracional (roubos e assaltos). Essas identificadas como algo inerente à prática (faz parte) e que estão associadas à diversão.

Por fim, esta dimensão encerra abordando o campo dos sentidos da violência cruel nos atos infracionais e crimes que deram causa à internação dos Jovens participantes desta pesquisa, e de outros praticados anteriormente, sob sua ótica. Para tanto, fez-se necessário retomar as narrativas das histórias de vida presentes nas trajetórias dos jovens descritas no capítulo 5.

Antes, porém, foi necessário um recorte abordando a categoria da violência na concepção de violência cruel em Lipovetsky (199[]), para que se possa proceder a uma análise fundamentada. Além de Lipovetsky (199[]), tomamos como interlocutores para a análise deste capítulo Spagnol (2008), Ricoueur (1988), Bataille (1987).

2 VIOLÊNCIA E JUVENTUDE E PROCESSOS IDENTITÁRIOS

As categorias e os conceitos utilizados nos mais diversos campos do conhecimento estão atrelados à temporalidade, ou seja, a seus significados que não possuem um padrão pois são construídos e reconstruídos através dos tempos.

A utilização de conceitos e categorias é condição *sine quo non* para construção do conhecimento, uma vez que permitem a orientação da análise e possibilitam a articulação de referências e noções diferenciadas e dispersas. Como não são autoexplicativos, faz-se necessário que se realize a delimitação dos conceitos e categorias, em razão das alterações e transformações de seus significados, determinados pelo tempo, espaço e realidade sociocultural.

O significado das categorias e conceitos incorporados à pesquisa precisam estar claramente entendidos para que as discussões no processo de construção do conhecimento acerca da temática se processe de maneira não evasiva (LEVI, SCHMITT, 1996). Assim, neste capítulo trato das categorias Violência e Juventude a partir das discussões entre alguns autores, que serviram de interlocutores no constructo dos conceitos e significados.

2.1 VIOLÊNCIA

2.1.1 Mas, o que é violência?

Ao iniciar as primeiras leituras sobre a categoria violência, logo se compreende o quanto é tênue o consenso sobre a percepção e entendimento do que seja a violência, o que de certa forma já traduz sua força. Asblaster (1996, p. 803/804) expressa claramente a dimensão e o significado do termo quando afirma que "Não existe uma definição consensual ou incontroversa de violência. O termo é potente demais para que isso seja possível" (ASBLASTER, 1996, p. 803-804).

Os dicionários de língua portuguesa a definem de modo muito semelhantes entre si. No Dicionário Houaiss (2012), por exemplo, violência é a "ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força". No aspecto jurídico, o mesmo dicionário define o termo como o "constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; coação". Estes significados apontam em duas direções: uma primeira trata o termo como fatos e

ações e uma segunda que, sem excluir a primeira, trata de atribuir ao termo uma dada maneira de ser da força, do sentimento.

Michaud (2001), ao abordar a origem do termo em latim, revela que o verbo *violare* significa tratar com violência, profanar, transgredir. Tais termos referem-se a *vis*, que significa força, potência, valor, a força ou emprego da força física. Destaca ele que o termo "... *vis* significa mais especificamente e profundamente, a força em ação, o recurso de um corpo para exercer sua força e, portanto, a potência, o valor, a força vital". (MICHAUD, 2001, p. 8).

Na passagem do latim para o grego, Michaud (2001) ressalta que o significado continua o mesmo, já que no grego o *is* significa músculo, força, vigor e se vincula à *bia* como força vital, força do corpo. Nesse sentido, encontramos na noção de violência a ideia de força, potência natural, "cujo exercício contra alguma coisa ou contra alguém torna o caráter violento (...). Ela [a força] se torna violenta quando passa da medida ou perturba uma ordem" (MICHAUD, 2001, p. 8).

As análises dos usos correntes do termo pelo autor nos apresentam, também, uma margem de variação das significações das palavras.

A ideia de força constitui o núcleo central [da violência], e contribui para fazê-la designar prioritariamente uma gama de comportamento e ações físicas. A violência é, antes de tudo, uma questão de agressões e de maus tratos. (...) ela deixa marcas. No entanto, essa força assume sua qualificação de violência em função de normas difundidas que variam muito. Desse modo pode haver quase tantas formas de violência quanto forem as espécies de normas. (MICHAUD, 2001, p. 8)

Nesse sentido, há de se considerar também a dimensão da transgressão das normas difundidas e definidas socialmente, que são dinâmicas e se alteram com o tempo. Nos termos de Michaud, "a violência é definida e entendida em função de valores que constituem o sagrado do grupo de referência". (MICHAUD, 2001, p. 14). Ou seja, a violência se refere ao uso da força física vinculada ao *ethos* ou na transgressão às normas contidas no *ethos*.

Tem-se, até então, dois aspectos: a violência enquanto elemento de força física que, por normalmente deixar marcas, é facilmente detectável; e a violência imaterial de transgressão de normas vinculado ao dano. Na violência imaterial, "quase qualquer coisa pode ser considerada uma violência". (MICHAUD, 2001, p. 10).

Na busca por uma definição que contemple as manifestações tanto dos

estados quanto dos atos de violência, Michaud (2011, p. 11) afirma que:

Há violência quando numa situação de interação, um ou mais atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas, em graus variáveis, seja em sua integridade física, (...) moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas culturais. (MICHAUD, 2001, p. 11).

A definição de violência, segundo o próprio autor, objetiva dar conta de vários aspectos: do caráter complexo das situações de interação onde pode haver a interferência de vários atores; das diversas manifestações de violência, segundo os instrumentos em causa; da distribuição temporal da violência que pode ser ministrada de uma só vez (maciça), gradualmente ou invisivelmente (esparsa); dos diversos e diferentes tipos de danos que podem causar (físicos, morais, psicológicos) (MICHAUD, 2001, p. 11).

Gadea (2015), ao analisar a definição de violência em Michaud, lança mão do conceito de conflito como elemento que precede as manifestações de violência, seja ela física ou não. Diz ele:

Desde esta perspectiva [definição de Michaud], a violência advém de uma situação de conflito que envolve interação entre diferentes sujeitos, admitindo-se que a utilização da força física é tão somente uma das maneiras da sua manifestação, pois lesões de caráter moral (produto do constrangimento, do insulto etc.) e atitudes ligadas à discriminação social e cultural também podem se compreender como parte da problemática da violência. (GADEA, p.29, 2015)

Das análises resultantes dos conceitos de violências, Gadea (p.30, 2015). conclui que

Em definitivo, entende-se por violência o uso ou a ameaça da força física com a intenção de lesionar ou matar a outra pessoa ou a si mesmo, assim como o resultado de relações sociais que lesionam a integridade moral de indivíduos, seja por mecanismos de discriminação e exclusão social, como por estratégias de intimidação e ameaça verbal. (GADEA, p. 30, 2015)

Embora partilhe da concepção de violência de Michaud (2001), Porto (2002) chama atenção para as ambiguidades implícitas no conceito de Michaud, ressaltando, em primeiro plano, a imprecisão sobre a intencionalidade ou não de quem comete o ato de violência. Essa questão da intencionalidade, presente também no conceito do Gadea, é analisada por Porto (2002) a partir do seguinte

questionamento: “Será a intencionalidade do ato condição *sine qua non* para a existência de violência? Será a premeditação um requerimento para a existência de intencionalidade?” (PORTO, 2002, p. 152). Mesmo considerando a intencionalidade e premeditação como elementos necessários à constituição do caráter violento de uma determinada ação, deve-se considerar também que em dadas circunstâncias ocorrem atos de violência cujos desfechos letais não estavam previstos na ação, portanto, incluem-se no rol da não intencionalidade (PORTO, 2002, p. 153).

(...) não se pode deixar de considerar as muitas circunstâncias em que atos com desfechos violentos e com danos reais a uma ou mais pessoas possam ser incluídos no rol dos chamados resultados não previstos da ação, com os quais a análise sociológica é frequentemente confrontada, potencializando a complexidade da questão da causalidade. (PORTO, 2002, p. 153)

Outra crítica que se faz a Michaud reside em considerar a violência como um fato. A violência não é simplesmente um fato, mas um fenômeno complexo que pode ser “objeto” de uma pluralidade de interpretações. Para Minayo e Souza (2003), não há um fato denominado violência, e sim violências, como expressões exacerbadas de conflitos sociais, cujas especificidades necessitam ser conhecidas. Portanto, as violências (reais e simbólicas) também se expressam através da negação do direito do outro a ser diferente, da rejeição à pluralidade, da negação da possibilidade do diálogo e da opressão e da recusa de reconhecimento dos indivíduos. As autoras ressaltam que a violência se manifesta através das ações humanas realizadas por indivíduos, grupos, classes, nações, numa rede de relações, ocasionando danos físicos, letais ou não, emocionais, morais e espirituais a outrem.

Com Arendt (1969) as discussões ocorrem na área das ciências políticas e são motivadas por suas insatisfações com as produções científicas a respeito da agressividade humana e violência, no campo das ciências Biológicas, da Psicologia e mesmo da Sociologia. Em sua análise, discorda tanto da linha teórica que associa o comportamento do homem ao comportamento animal, distinguindo um do outro com base no parâmetro da racionalidade (definição do homem como animal racional) quanto da abordagem da violência como um ato humano natural e irracional. Faz uma crítica à oposição do emocional e racional, partindo do princípio de que o racional não é desprovido de emoções, pelo contrário, é sensível a elas.

A ausência de emoções não causa nem promove a racionalidade. (...) A fim de se reagir de forma razoável, deve-se primeiro sentir-se “sensibilizado”, e o oposto de “emocional” não é “racional”, não importando o que signifique, mas sim a incapacidade de se sentir “sensibilizado”, geralmente um fenômeno patológico, ou o sentimentalismo, uma perversão do sentimento. (ARENDDT, 1969, p. 40)

A autora discute a concepção de violência a partir da distinção dos termos violência e poder e para se fazer compreender de maneira clara se propõe a aprofundar o significado tradicional do conceito de violência, explorando as diferenças entre violência, poder, vigor, força e autoridade, termos utilizados muitas vezes como sinônimos porque na compreensão comum teriam a mesma função: o domínio do homem sobre o outro.

Assim, para Arendt (2004) a violência é um instrumento, um meio para obtenção do poder, no entanto não se deve confundir violência com poder, pelo contrário, são diametralmente opostos.

(...) é insuficiente dizer não serem o poder e a violência a mesma coisa. O poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder esteja em perigo, mas se se deixar que percorra o seu curso natural, o resultado será o desaparecimento do poder. (ARENDDT, 2004, p. 35).

A violência só existe na falta do poder e decorre da incapacidade de sua conquista (do poder) por outro meio que não a violência. Desse modo, a autora caracteriza a violência como instrumental, diferenciando-a do poder que caracteriza como “a capacidade de agir em conjunto; nunca é propriedade de um indivíduo, pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo se mantém unido e o legitima. Isto significa de dizer que “não é correto pensar na não- violência como o oposto da violência; falar do poder não-violento é realmente uma redundância, A violência pode destruir o poder, mas é incapaz de criá-lo” (ibid., 2004, p. 35).

As reflexões contidas em seu ensaio “A Violência” refletem de forma sintética a maneira como Arendt tratou os temas violência e poder em suas obras: opostos relacionados. A contraposição entre poder e violência é um dos pontos mais fortes em sua escrita, que não se limita a avaliar os significados conceituais ou rechaçar compreensões equivocadas, mas apresenta o poder como, como capaz de anular ou minimizar o efeito da violência.

Uma outra coisa que logo se compreende ao iniciar os estudos sobre a violência é que, definitivamente, não é uma invenção contemporânea. Nesta linha de pensamento, Dadoun (1998), em “Figuras da Violência”, argumenta traçando um percurso temporal, espacial e histórico sobre a temática, a partir do primeiro registro de ato de violência cruel entre os homens, que se trata de um homicídio ocorrido entre jovens, com laços de parentesco estreitos, por motivos torpes (a inveja) e meios cruéis (a pedradas): o assassinato de Abel pelas mãos de seu irmão Caim que, para Dadoun, deu início a violência física entre os homens. Na análise do contexto que culmina com este homicídio, o autor aponta como causa para o desfecho trágico a violência “pura” exercida pelo próprio Deus, ao aceitar a oferenda de um e rejeitar a do outro.

Independente de crenças religiosas e do caráter de inerência da violência ao homem, defendido pelo autor, sua argumentação nos leva à reflexão de que a violência, nas suas mais diversas formas, sempre esteve presente na história da humanidade e no mundo social. O que se modificou, através dos tempos, foi a forma de perceber, abordar e de compreender as diversas manifestações de violência.

Porto, em 1997, já afirmava que nas últimas décadas a concepção de violência estava se ampliando e se resignificando “(...) de modo a incluir e a nomear como violência acontecimentos que passavam anteriormente por práticas costumeiras de regulamentação das relações sociais”. Essas formas de violência migraram da esfera do estritamente privado para a esfera pública e hoje são combatidas, algumas tidas como crimes e penalizadas como tal (WASELFISZ, 2012), a exemplo da violência doméstica contra a mulher ou crianças, a violência simbólica e física contra grupos étnicos [indígenas, negras, orientais], categorias sociais de gênero [homossexuais, transexuais, bissexuais, assexuados] e a violência nas escolas (bullying).

Como fenômeno do mundo moderno e globalizado, a violência no seu sentido mais amplo se constitui hoje em um modo de relação, perpetuado e ensinado pelos próprios atores sociais, nos seus diversos ciclos de vida e está presente no nosso cotidiano de forma naturalizada. Além de mobilizar as pessoas em torno de tragédias cotidianas, a violência é cantada em músicas populares e maquiada pelos programas televisivos, despertando risos e aplausos de uma plateia meio anestesiada e pouco questionadora. Em contraste com a banalização, está presente o medo da população de sofrer algum tipo de violência.

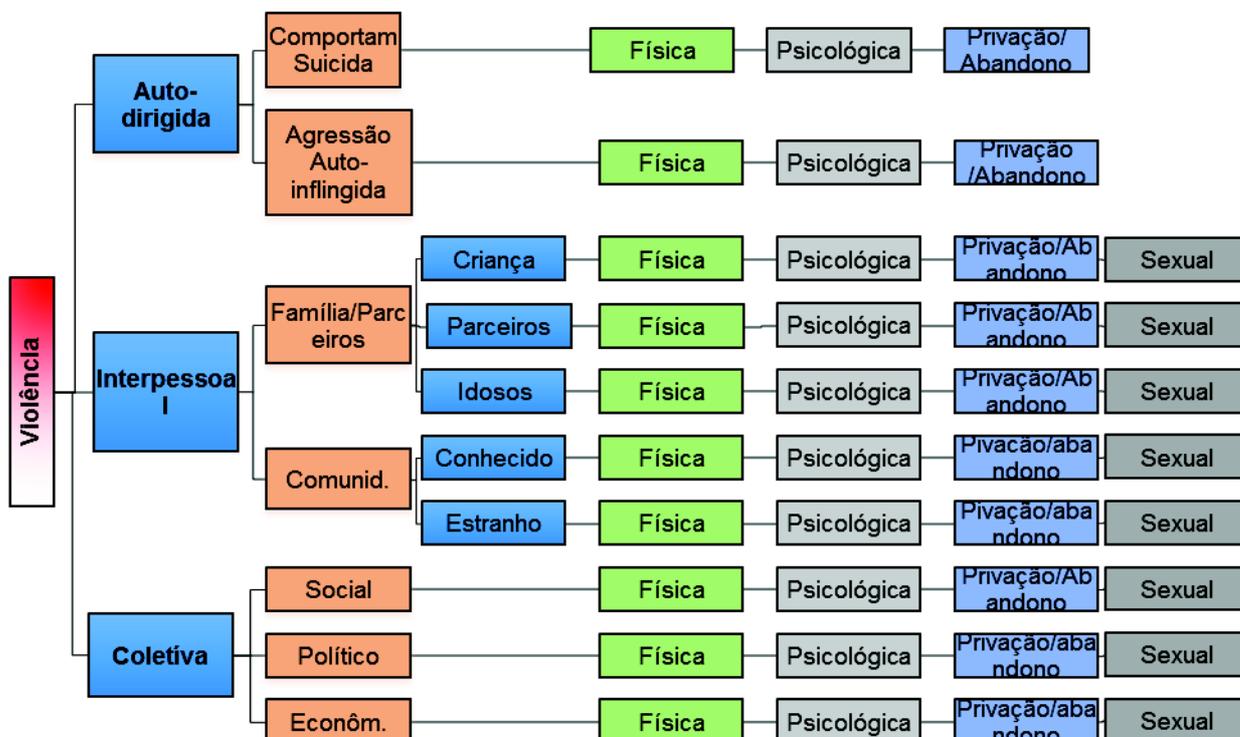
Neste sentido, alguns autores, a exemplo de Adorno (2011) incorporado a estudos que fazem referência à violência como linguagem, que procuram compreender o problema das significações da violência.

Trata-se, neste caso, de compreender o fenômeno da violência – ou das violências, como querem alguns, como conjunto de ações que, para além de agredir direitos e causar danos à integridade física ou psíquica das pessoas, constitui formas de linguagem, um repertório de narrativas sobre a vida social e inclusive sobre a vida política. (ADORNO, 2011, p. 81)

2.1.2 Tipos e manifestações de violência

A OMS (2002), ao adotar a Resolução WHA49.25, que declarou a violência como o maior e mais crescente problema de saúde pública no mundo, tipificou em 2002 a violência em três grandes categorias que se dividem em subcategorias de acordo com as características daqueles que cometem o ato violento, conforme gráfico abaixo:

Mapa Conceitual 1: Tipologia da violência



Elaborado pela autora.

Fonte: OMS (2002).

As três primeiras grandes categorias, *a priori*, as violências autodirigidas e violências cometidas contra outrem. A violência autodirigida se divide em duas subcategorias: comportamentos suicidas, que inclui o pensamento suicida, tentativas de suicídio – ou para-suicídio ou autoinjúrias deliberadas - e suicídios consumados; comportamentos de agressão autoinfligida ou autoabuso, a exemplo de auto-lesões e auto-mutilações. Nestas duas subcategorias da categoria de violência autodirigida, a OMS incluiu os atos de natureza física, psicológica e de abandono e privação, entretanto não incluiu os atos de natureza sexual auto infligidos, que culminam com sérias mutilações ou mortes decorrentes de questões culturais, saúde mental, autopunição e demais situações de violência desta natureza.

A violência interpessoal também aparece com duas subcategorias: a primeira é comportamento da família e do parceiro, relativo à violência que ocorre entre os membros da família, mas não necessariamente dentro de casa e que inclui espancamentos, abusos sexuais (infantil ou não) e toda ordem de maus tratos. A segunda subcategoria diz respeito ao comportamento da comunidade envolvendo pessoas com laços de parentescos consanguíneos ou não, e, normalmente, ocorre fora do ambiente de casa. Nesta subcategoria está inclusa a violência da juventude, atos variados de violência, estupro ou ataque sexual por desconhecidos e violência em instituições como creches, centros comunitários, escolas, locais de trabalho, prisões e asilos.

Por fim, a OMS (2002) tipifica como uma terceira categoria a violência coletiva, subdividindo-a em três subcategorias: a primeira, violência de comportamento social, é normalmente motivada por um propósito específico de ação social e inclui, entre outros, atos terroristas, os crimes de ódio e preconceitos e linchamentos praticados por grupos organizados, turbas ou pelo Estado. A segunda subcategoria é a de comportamento político da qual fazem parte os conflitos entre grandes grupos e Estados que culminam com guerras, sendo a guerra o maior ato de violência política. Por fim, a terceira subcategoria da violência coletiva é o comportamento violento econômico. Nesta subcategoria estão inclusas, por exemplo, as investidas ofensivas de grandes grupos motivados pelo lucro, que desintegram a atividade econômica, impedindo o acesso aos serviços essenciais, ou criando divisão e fragmentação econômica.

Embora esta tipologia não seja universalmente aceita, o quadro apresentado permite visualizar a complexidade do fenômeno de maneira mais pontual, de modo a

facilitar a compreensão da relação dos diversos comportamentos/manifestações e naturezas dos atos violentos praticados nas diferentes instâncias (Pessoal, interpessoal e coletiva).

Numa perspectiva sociológica, Gadea (2015), ao tratar da violência urbana, apresenta a tipificação da violência em três grandes categorias, nas quais estão inclusas as diversas formas de manifestações, os comportamentos daqueles que cometem o ato violento e a natureza. Para o autor,

A **violência direta** (grifo nosso) se refere àquela que se manifesta “contra a integridade física”, por exemplo, na forma de homicídios, agressões e lesões físicas. A **violência indireta** (grifo nosso), de difícil constatação e sutil materialização, relaciona-se com aquela que supõe, por parte de um indivíduo, “poder coercitivo” sobre o outro, como, por exemplo, nos casos de assédios morais ou os casos de abuso sexual. A terceira tipificação adquire dimensão precisa quando dispositivos socioculturais como a discriminação (sexual, racial, etária etc.) ou a lesão moral, surgidos do preconceito, põem em prática limitações às liberdades pessoais e constroem uma estigmatização identitárias: trata-se da **violência simbólica**. (GADEA, p. 31, 2015, p. 31, grifo nosso).

O autor ressalta que tanto a violência simbólica quanto a “violência indireta se referem às situações de conflito [...] que ferem, de forma profunda, subjetividades e identidades pessoais” (GADEA, 2015, p. 30).

Esta tipificação parte prioritariamente de dois princípios argumentativos: o primeiro é de que a violência existente é multifacetada, multicausal, intersetorial e varia de acordo com o lugar e com os atores sociais (vítimas e/ou protagonistas). Neste sentido, o autor ao abordar a temática e tipificá-la não o faz de forma singular. Seu olhar é plural, de maneira a considerar não apenas a violência, mas as violências em seus mais diversos contextos. O segundo princípio argumentativo tem relação direta com o primeiro e está estritamente ligado ao conceito de violência, que o autor apresenta como resultado de seus processos de reflexão.

O autor introduz na tipificação conceitos cujos termos são pertinentes à esfera sociológica e não estão contemplados de forma direta na tipificação da OMS, a exemplo da violência simbólica e da estigmatização identitária, fundamentais para análise da violência na perspectiva do jovem infrator, objeto desta pesquisa.

2.1.3 A Violência no Brasil a luz da contemporaneidade

Dentre as diversas formas de manifestação da violência com as quais se convive na contemporaneidade, os crimes cometidos contra a pessoa, mais

especificamente aqueles que atentam contra a integridade física e psicológica e que culminam com a morte intencional ou provocam danos permanentes – estupros, espancamentos homicídios, simples e qualificados, torturas físicas e psicológicas, são os que causam maior medo, preocupação e comoção. Talvez por isso que algumas dessas manifestações sejam as que mais se evidenciam, quando as estatísticas são divulgadas e exploradas pelos meios de comunicação, como resultado de algumas pesquisas. Normalmente, essas pesquisas são realizadas com objetivo de identificar e mapear a violência por meio de indicadores numéricos por instituições e organizações governamentais, ou não.

2.1.3.1 Os números da violência no Brasil

Embora não seja o foco desta investigação a análise das estatísticas acerca do incremento da violência, os números resultantes destas pesquisas de alguma forma contribuem para entender os movimentos que ocorrem, inclusive no campo acadêmico, em torno da violência. São os números apresentados que suscitam e subsidiam discussões por parte da sociedade civil organizada, dos aparelhos estatais, dos movimentos sociais e demais instituições. Eles têm o poder de sensibilizar e mobilizar as pessoas e as instituições em torno de problemas que sempre estiveram presentes no seio da sociedade, só que de forma silenciosa. Quanto maiores os índices se apresentam, maiores as discussões em torno deles.

Em uma pesquisa de caráter qualitativo, quando o pesquisador se reporta a números para explicar ou enfatizar uma dada realidade, a tendência dos pesquisadores das áreas das Ciências Sociais é suscitar questionamentos quanto à viabilidade de basear as discussões sociológicas em números. Para Zaluar (2011), parte-se do princípio que os dados oriundos dos números são poucos significativos, pois não consideram o contexto, as relações, as vivências e toda ordem de fatores intervenientes. Talvez seja por isso que pesquisas dessa natureza costumam apresentar a possibilidade de margem de erro de X% tanto para um lado, quanto para outro. Entretanto, nesta pesquisa, entende-se que os dados quantitativos são imprescindíveis para expressar o tamanho do problema que se está investigando. Paraphraseando Zaluar na apresentação do livro 'A integração perversa', para que se possa entender as questões da criminalidade, violência e políticas públicas não se pode negligenciar as subjetividades das práticas sociais; mas também não se pode desconsiderar a importância dos estudos quantitativos em detrimento dos

qualitativos, uma vez que estes propiciam a dimensão do macro por meio das estatísticas (ZALUAR, 2011, p. 66).

As pesquisas mais recentes realizadas pelas mais diversas instituições, continuam retratando a sociedade brasileira como muito violenta. Os números divulgados em 2015 pela 9ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública revelam que

Por trás da imagem de um país alegre, cordial e pacífico, somos um país que convive com 59 mil mortes violentas intencionais e com outros crimes de taxas bem elevadas.

Além dessas mortes [59 mil mortes violentas intencionais], em 2014 foram registrados quase 48 mil estupros e aproximadamente 500 mil veículos foram roubados ou furtados. (...) o número de mortos decorrentes de intervenção policial já é a segunda causa de mortes violentas intencionais e é 46,6% superior ao número de latrocínios. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015, p. 8)

O homicídio, que até a década de 80 apresentava-se relativamente limitado, passou a patamares extremamente preocupantes. No Mapa da Violência de 2012, Waiselfisz, (2012, p. 80) já alertava que a íngreme escalada de violência se iniciava aos 12 anos de idade e aos 18 alcançava índices preocupantes. A cada 100 mil habitantes, 52, 2 morriam assassinados até os dezoito anos.

No mapa da violência de 2015, quase cinco brasileiros morrem por hora no país, vítimas de disparos de arma de fogo. Considerando dados oficiais de 2012, 42.416 pessoas foram vítimas de armas de fogo no Brasil – uma média de 116 mortes/dia –, das quais 94,5% (40.077) foram resultado de homicídios. “A taxa de homicídio feminino é de 4,8 por 100 mil, resulta 2,4 vezes maior que a taxa da média internacional” que é de 2,0.

Dados mais recentes, divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, dão conta que o Brasil atingiu a marca recorde de 59.627 mil homicídios em 2014. A média de 29,1 para cada grupo de 100 mil habitantes é a maior já registrada na história do país, segundo o Atlas da Violência 2016. Jovens negros e pobres são as principais vítimas. Numa comparação com 154 países, o Brasil ostenta a 12ª posição em números absolutos. Jovens de 15 a 29 anos e do sexo masculino são 46,9% das vítimas. O percentual salta para expressivos 53% quando o recorte vai para a faixa de adolescentes entre 15 e 19 anos.

Os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, o Infopen, vinculado ao Ministério da Justiça, revelam que a população carcerária no

Brasil é de mais de 600 mil pessoas, sendo que 41% estão presas sem julgamento ou condenação. O Brasil é o quarto país com a maior população carcerária (548 mil), sendo superado apenas por Estados Unidos (2,2 milhões), China (1,7 milhão) e Rússia (674 mil). Mantendo o atual ritmo, o Brasil poderá ter até 2022 mais de um milhão de pessoas encarceradas.

Os números do Infopen e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública demonstram que a quantidade de pessoas presas aumentou, mas nem por isso a violência diminuiu. No que diz respeito ao encarceramento, a projeção é desanimadora.

(...) o crescimento da população carcerária brasileira entre 1999 e 2014 foi de 213,1%. Mantido este ritmo, em 2030, ano em que a ONU pactuou como base para o cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, anunciados em setembro de 2014, o Brasil terá alcançado uma população prisional de 1,9 milhão de presos adultos. Hoje temos 1.424 unidades prisionais e, para dar conta deste contingente, o país precisaria construir, em quinze anos, outras 5.780 unidades. (9º ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015, p. 8 e 9)

As discussões mais profundas em torno das políticas públicas existentes, sua eficiência e a necessidade da criação de novas políticas e ações sociais e programas que minimizem a problemática da criminalidade, do encarceramento e da superlotação a curto prazo e que resolvam a longo prazo são impulsionadas e se acaloram quando alguma dessas situações extrapolam os limites e os conflitos culminam em tragédias.

Frente a este panorama, a população brasileira se vê cada vez mais acuada e, sem saber como lidar com a criminalidade, endossa o coro do combate à violência com violência e, como resultado, o discurso de senso comum de que “Bandido bom é Bandido Morto” vem se proliferando no país. Não raramente, os meios de comunicação têm divulgado situações em que a população tem respondido de forma violenta e, até mesmo, bárbara a crimes cometidos em seus bairros e “feito justiça” com as próprias mãos em episódios de linchamentos. Por vezes, estes episódios encontram na voz dos apresentadores e comentaristas das matérias apresentadas em programas televisivos sensacionalistas, reforço e estímulo a novas práticas de linchamento e outras formas de violência brutais, por meio de comentários que justificam a ação da população como reação à ausência do poder público. Essa é a face mais triste e cruel da onda de intolerância moral ao crime (TONRY, 2006), em

que o entendimento da causa da violência está centrado na crença da impunidade, na má índole do indivíduo que comete o crime e na falta de credibilidade nas Instituições de justiça.

Identificar os fatores que expliquem as causas da violência, suas diversas formas de manifestação, as consequências do ato violento cometido e/ou sofrido no contexto social e individual (psicológico, judicial etc.), as impressões e percepções coletivas e individuais do sujeito social frente ao fenômeno, tem sido caminhos percorridos por estudiosos de áreas de conhecimento distintas, que, num esforço coletivo e fundamentado nas teorias particulares de suas ciências, participam da inesgotável busca de tornar a violência um fenômeno compreensível e passível de sofrer interferência.

2.1.4 Roraima no contexto amazônico e os demarcadores da violência

Quando as pessoas que moram em outros estados da federação brasileira se referem a Roraima, normalmente, tomam como referência as questões noticiadas pelos meios de comunicação de alcance nacional, relativas aos casos de corrupção política ou aos conflitos em torno das terras, minérios e das demarcações de territórios indígenas. Estas questões não deixam de ser importantes, mas nosso cotidiano não está pautado apenas nestas questões, embora sejam elas uma forma de manifestação de violência que merece ser estudada.

Antes de adentrarmos na temática da violência e dos jovens no contexto do estado de Roraima, é importante entender e conhecer, a priori, que lugar é este que se situa no extremo norte do país? Quem são seus habitantes? Como estão distribuídos no estado? Quais os tipos de violência e como se manifestam no estado?

2.1.4.1 Roraima – Que lugar é este?

O extremo norte do Brasil abriga um dos estados de sua federação que ainda é pouco conhecido pela maioria dos brasileiros: Roraima. Seu nome origina-se das palavras roro, rora, que no idioma indígena ianomâmi significa verde, mais ímã, que quer dizer serra, ou monte, compondo a expressão serra verde, que reflete o tipo de paisagem natural encontrada na região. Faz fronteira com a Venezuela (N e NO), Guiana Inglesa (L), Pará (SE) e Amazonas (S e O) e é cortado ao sul pela linha do Equador, mas a maior parte do território fica no hemisfério norte.

Compreende uma área de 225.116,1 Km² dentro da Bacia Amazônica, com extensão territorial marcada pelas distâncias e pela dificuldade de acesso aos demais estados da federação, quase exclusivo por meio da BR 174. Mais de 60% de sua área é coberta pela floresta Amazônica. Abriga parte da maior reserva indígena ianomâmi, extremamente rica em ouro, minérios e pedras preciosas, palco de constantes conflitos entre garimpeiros e índios, índios e fazendeiros, fazendeiros e governo federal.

O fato de 46,24% da área territorial do estado de sido demarcado como área indígena pelo governo federal, gerou um discurso xenofóbico com relação aos índios e grandes discussões acerca do desenvolvimento do econômico do estado.

Historicamente, sua ocupação foi marcada por migrações estimuladas por ações governamentais do antigo governo do Território, pelo Instituto de colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Plano Nacional de Desenvolvimento e Plano de Integração Nacional.

O ápice deste processo se acentuou nas últimas décadas do século XX, devido à expansão agrícola e à atividade de mineração, chegando nas décadas de 1980 e 1990, a atingir, de acordo com o IBGE, o segundo lugar em maior crescimento populacional proporcional do país, perdendo apenas para o Amapá. Como reflexo dessas migrações, ainda na primeira década dos anos 2000, mais da metade da população residente em Roraima estava composta por pessoas nascidas fora do Estado (CENSO, 2000). Dentre os principais migrantes estão aqueles oriundos do Nordeste, mais especificamente do Maranhão que vieram “respondendo especialmente a interesses políticos de assentamentos de migrantes que eram induzidos a se deslocarem para Boa Vista” (SILVA, 2010, p.8). Com relação à migração interna, é interessante destacar atualmente o crescente fluxo de indígenas que saem de suas terras para Boa Vista em busca de melhores condições de vida. Aqui chegando, acabam na mendicância, alcoolismo e prostituição sem que o governo tome as medidas necessárias para resolver essa situação. Essa situação já era uma realidade em 2011, quando Staevie (2011, p. 86) chama atenção das autoridades para “necessidade urgente de buscar soluções para a crescente migração de indígenas para a capital, que pode significar uma irreversível perda da cultura étnica desses povos”.

Atualmente, a população de Roraima continua sendo uma das menores do país. Segundo dados do IBGE (as estimativas da população dos municípios e

unidades da federação brasileira com data de referência de 1º de julho de 2015), Roraima, com seus 505,665 mil habitantes, representa apenas 0,2% da população total do país.

A maciça presença dos migrantes de toda parte do país, imigrantes (Venezuela e Guiana), associada à população local e indígena das mais diversas etnias, faz de Roraima um estado culturalmente plural, cuja diversidade é de uma riqueza extraordinária.

A maior parte da população de Roraima está em sua capital, Boa Vista, que concentra 63% da população total do estado (aproximadamente de 320.714¹⁷ mil habitantes). Os outros 37% (184.948¹⁸ mil habitantes) estão distribuídos de forma bastante desigual entre 14 municípios do Estado¹⁹.

Boa Vista possui 56 bairros assim distribuídos: centro, 6 (seis) na zona norte; 5 (cinco) na zona sul; 4 (quatro) na zona leste e 40 na zona oeste, onde estão concentrados 75% da população da Capital, ou seja, cerca 250 mil habitantes. Isso significa dizer que 50% da população de Roraima habita a zona oeste de Boa Vista. Essa distorção na distribuição espacial de Boa Vista ocorreu como consequência do processo de expansão e ocupação desordenada dessas áreas, motivadas pelo advento do garimpo ocorrido na década de 80 e sua extinção em 1991, o êxodo rural e as correntes migratórias dos anos 90 e 2000, conforme assinala Staevie,

Os anos 1990 reproduziram a expansão urbana ocorrida na década anterior, num ritmo ainda mais intenso. Com o crescimento da migração interestadual, em função da desativação dos garimpos e da falência dos projetos de assentamentos rurais no interior do estado, houve uma desordenada expansão da área urbana. (STAEVIE, 2011, p.76).

Entretanto, como se pode perceber, é na zona oeste onde o crescimento se deu de forma mais desordenada. Esta região concentra a maior parte da população excluída e marginalizada de Boa Vista. E a Avenida Venezuela funciona figurativamente como uma linha fronteira invisível de segregação socioeconômica.

Na zona oeste, aproximadamente 85% dos residentes são migrantes, que residem em áreas doadas pelo poder público, numa clara política de criação

¹⁷ Dados do IBGE

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=140010&search=roraima|boa-vista>

¹⁸ Dados do IBGE

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=140010&search=roraima|boa-vista>

¹⁹ Alto Alegre, Amajari, Bonfim, Cantá, Caroebe, Caracará, Iracema, Mucajaí, Normandia, Paracarima, Rorainópolis, São Luís do Anauá, São João do Baliza e Uiramutã.

de currais eleitorais, sobretudo pelo governo de Ottomar Pinto, entre 1979-1983 e 1991-1995. São áreas ocupadas por pessoas de baixo poder aquisitivo, ali assentadas com fins eleitoreiros, ou invasores que se apoderaram de terrenos desocupados, muitos deles pertencentes à União¹⁹F20. (STAEVIE, 2011, p.77)

As contingências que levaram à formação dos bairros da zona oeste e a maneira como esta região é percebida pelo outro lado da avenida Venezuela contribuem para a formação de um discurso de estigmatização em que, nas palavras do Feltran (2010, p 571), “as periferias seriam então o lugar dos pobres, e todos sabem o que isso significa: trata-se de subalternos socialmente, [...] que convivem misturados ‘trabalhadores’ e ‘bandidos’, que despertam piedade e insegurança”.

A partir dessa leitura, é possível inferir que a maior incidência de casos envolvendo atos de violência e crimes em Roraima seja em Boa Vista, mais especificamente na zona oeste da cidade, principalmente por concentrar o maior número de habitantes do estado. Ressalta-se que isso não implica dizer que esta pesquisa esteja correlacionando indubitavelmente a violência e criminalidade a pobreza, vulnerabilidade e exclusão social, mas com a lógica do fato de que em Boa Vista e mais especificamente na zona oeste concentram-se a maior parte da população. Portanto, a lógica está pautada na proporcionalidade.

2.1.4.2 A violência localizada no espaço roraimense e suas dimensões

Na qualidade de migrante incluída na categoria de roraimada²¹, sou testemunha viva de um período histórico de Roraima em que um crime ocorrido era coisa tão rara que se tornava motivo de comentários indignados por meses a fio. Portas e janelas não eram gradeadas ou trancadas. Comumente as pessoas saíam para trabalhar e dormiam a noite deixando suas casas apenas com as portas encostadas e as janelas abertas. Não havia roubos, assaltos, invasão à residência. Era comum usar joias e sair a qualquer hora do dia ou da noite de despreocupadamente. Não havia cuidados especiais com as bolsas ou com veículos abertos. As pessoas comumente deixavam seus veículos estacionados e, por vezes,

²⁰ Segundo Staevie (2011) parte dos terrenos urbanos de Boa Vista sofre com o problema de regularização de propriedade. Dado que até 1988 tudo era área da União (Território Federal), até hoje a situação ainda não foi resolvida, isto é, muitas áreas ainda são de propriedade do Governo Federal. Alguns bairros localizam-se em áreas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA originalmente destinadas à instalação de programas de reforma agrária.

²¹ Termo local criado e empregado para designar aqueles migrantes que, além de terem escolhido o estado de Roraima para viver, amam o estado como sendo roraimense de natureza. Seu emprego implica numa espécie naturalização simbólica do migrante como roraimense.

com as chaves na ignição. Não havia pedintes, moradores de rua nem crianças ou adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A violência estava basicamente restrita a brigas domésticas e conflitos nos garimpos. Este tempo a que me refiro não é de um passado remoto. Este era o clima em Roraima em 1983, ano em que migrei de Pernambuco para morar neste estado.

As constantes correntes migratórias ocorridas no decorrer dos anos 80 e 90 intensificadas com o advento do garimpo, a proibição da garimpagem e o êxodo rural são fatores que contribuíram para a explosão demográfica ocorrida, especialmente, em Boa Vista²², trazendo consigo toda ordem de problemas estruturais, sociais e econômicos decorrentes deste fenômeno, inclusive o incremento da criminalidade urbana, até então quase inexistente em Roraima. (STAEVIE, 2011, p. 68-87).

A prática de crimes contra o patrimônio (roubos e mais recentemente sequestros relâmpagos), crimes contra a pessoa (homicídios de toda ordem e muitos com requintes de crueldade e contra membros da família), o tráfico internacional de drogas e modalidades de crime organizado em bases transnacionais passou, então, a fazer parte da rotina de Roraima e, mais especificamente, dos moradores de Boa Vista.

Atualmente, dentre os problemas que geram violência em Roraima estão os crimes ligados às fronteiras, que incluem o descaminho de gasolina, contrabando, aliciamento para a rede de prostituição internacional, sobretudo de jovens e adolescentes, bem como o tráfico de drogas e armas (OLIVEIRA, 2008).

O contrabando de combustíveis da Venezuela, até início de 2015, ocorria de forma escancarada e era tão rentável quanto o narcotráfico. Esta prática era motivada em razão da grande diferença do preço entre os combustíveis (gasolina e diesel) da Venezuela e do ao Brasil. A maior incidência era de contrabando da gasolina, comprada na Venezuela pelo valor R\$ 0,65 o litro e revendida em Boa Vista por R\$ 2,00 reais. Produtos de limpeza e alimentícios, antes da crise e da escassez na Venezuela, eram descaminhados por rotas diversas e vendidos a céu aberto nas principais feiras livres e nos pequenos comércios de Boa Vista.

²² Em 1980 a população de Boa Vista possuía aproximadamente 44 mil habitantes. Em fins de 1991, como capital do novo Estado, o número aproximado de habitantes passou para 123 mil, concentrando o maior número da população do Estado. Foi um salto de 300%.

Há também um intenso tráfico de pessoas. A região Norte é a que apresenta o maior número de rotas do tráfico de pessoas de todo o país. Segundo dados divulgados pela Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual, a região norte lidera o ranking com 76 rotas (Pestraf)²³, seguidas do Nordeste com 69 rotas, Sudeste com 35, Centro-Oeste com 33 e por último a região Sul, com 28 rotas. Desde 2002, Roraima aparece nas 145 rotas de exploração infantil e de adolescentes, nacionais e internacionais. Ainda segundo o estudo (Pestraf), há fortes indícios de que as rotas possuam conexões com o crime organizado, sobretudo com o tráfico de drogas (Roraima, Acre e Rondônia) e com a falsificação de documentos (Roraima e Amazonas), o que vem a reforçar o envolvimento dessas atividades com o tráfico de seres humanos.

Essas suspeitas se confirmam por meio do Departamento de Narcóticos da Polícia Civil de Roraima. Segundo o DENARC, o estado de Roraima é rota de drogas para os países fronteiriços: Venezuela abastece o mercado, principalmente, com cocaína, e Guiana Inglesa com maconha. Boa Vista é utilizada como entreposto para o Amazonas. A droga comprada na Venezuela e na Guiana, em Boa Vista, é prensada, embalada e, após abastecer, o mercado local, é encaminhada para ser distribuída em Manaus.

Segundo o DENARC de Roraima, traficantes Venezuelanos, guianenses e brasileiros recrutam jovens e adolescentes brasileiros para servirem ao tráfico de drogas. No tráfico feito a partir da Guiana Inglesa, os jovens recrutados são em sua maioria de Bonfim, Normandia e Boa Vista e recebem até R\$ 150 por cada mochila de droga atravessada no rio Tacutu e que chega a Boa Vista. Por mês, chegam a ganhar até dois mil reais. Eles atravessam o rio Tacutu, divisor dos dois países, no município do Bonfim, a 120 quilômetros da Capital pela BR-401, Leste do Estado. Dados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Roraima demonstram a existência de mais de 20 rotas mapeadas ao longo dos mais de 20 quilômetros de extensão do rio que, no período de estiagem e seca, possibilitam a travessia a pé. Em algumas partes do rio Tacutu²⁴ apenas uma corredeira separa os dois países. O tráfico na região é tão intenso que, em apenas uma semana, a polícia

²³ Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (Pestraf) 2002, Cecria

– Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes. Maria Lúcia Leal e Maria de Fátima Leal.

²⁴ O rio Tacutu é um rio brasileiro a leste do estado de Roraima, constituindo uma bacia hidrográfica de 42906 km²⁽¹⁾. É um dos formadores do rio Branco e marca em um trecho a fronteira Brasil-Guiana

brasileira apreende mais de 30 quilos de maconha, grande parte transportada por jovens e adolescentes recrutados pelos guianenses.

O tráfico de drogas efetuado por crianças e adolescentes não é considerado crime de natureza grave, por isso, quando estes jovens são apreendidos em flagrante, não são internos. No máximo, são sentenciados ao cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida. Essa situação, aliada à condição socioeconômica dos jovens, contribui para que eles sejam alvos dos traficantes e presa fácil. O interesse dos traficantes é ainda maior pelos jovens que moram na faixa de fronteira, isso porque estes jovens conhecem bem a região, o que facilita o transporte da droga. É comum a troca de veículos roubados por droga. Segundo Miguel, interno no CSE-RR, “uma moto que vale cerca de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a gente troca por uns dois quilos de maconha”. A mesma situação se repete nas fronteiras Venezuelanas, entretanto lá o produto mais cobiçado é a cocaína.

Crimes como estupro e homicídio também têm sido comuns em Roraima. Segundo dados do 8º e 9º Anuários Brasileiro de Segurança Pública, em termos proporcionais Roraima é o estado que apresenta a maior taxa de estupros do País, com, respectivamente, 66,4 no ano de 2013 e 55,5 no ano de 2014 por grupo de 100 mil habitantes. Estas taxas são resultados estatísticos que tomaram por base apenas os casos registrados. Este número pode ser ainda maior pois é sabido que boa parte dos casos não chegam a ser registrados devido à cultura de ocultação e leniência existente, principalmente quando envolve parentes.

O que chama atenção nos casos de estupros em Roraima é a incidência de casos envolvendo crianças e jovens adolescentes como vítimas, além do fato de que os principais agressores normalmente apresentam algum grau de parentesco ou são pessoas muito próximas à família. Na área rural e entre os indígenas de algumas etnias, essa é uma prática tão corriqueira que algumas famílias e vítimas sequer enxergam como estupro. Para estes, a prática só é considerada estupro quando ocasionam lesões físicas graves.

Uma outra situação de violência instalada de modo muito recente no estado de Roraima diz respeito às condições de vida de imigrantes do país vizinho. A situação socioeconômica e política da Venezuela tem provocado uma onda de imigração de venezuelanos para Roraima que, ao fugirem da crise de seu país para buscar no estado melhores condições de vida, acabam por se constituir em um

problema real para as autoridades e sociedade local que não se encontravam preparadas para o incremento populacional tão repentino.

A situação caótica em que se encontram muitos destes imigrantes, perambulando pelas ruas do estado de Roraima²⁵ (principalmente indígenas), aliada à impossibilidade de contar com ações governamentais por parte do poder público estatal²⁶ que lhes propiciem condições mínimas necessárias a uma digna sobrevivência, tem levado algumas dessas pessoas ao cometimento de violências e crimes.

Uma série de matérias jornalísticas sobre o impacto da imigração ilegal e descontrolada de venezuelanos para Roraima²⁷ dão conta do aumento de detenções por crimes como furtos, homicídios e tráfico de drogas. Há narrativas de situações de invasões de famílias inteiras a residências desocupadas de brasileiros, de homicídios em disputas por alimentos, furtos a transeuntes e comerciantes locais, e de conflitos entre comerciantes locais e venezuelanos que praticam furtos, envolvendo inclusive práticas de torturas e espancamentos na fronteira. O promotor Diego Oquendo, em entrevista para o Jornal o Globo, afirmou que “Com medo da violência, os comerciantes passaram a se armar. As armas são adquiridas de forma ilegal no outro lado da fronteira. A cidade virou um barril de pólvora”.

Frente a este contexto surge a seguinte assertiva atualmente difundida entre os habitantes do estado: a ostensiva imigração de venezuelanos para Roraima, em especial para Boa Vista, pode ser considerada um dos fatores da violência contra a pessoa e em especial contra o patrimônio, sendo muitas destas cometidas por adolescente e jovens?

Esta assertiva não apresenta dados relevantes ou oficiais para corroborá-la e acaba como elemento de incitação a preconceitos e discriminações contra os imigrantes sejam estes legais ou não. Portanto, na seara das interrogações, a relação causal do incremento da violência no estado de Roraima aliada à imigração de habitantes da Venezuela, requer estudos que não estão inclusos como objeto desta tese, mas fornece excelente campo para pesquisas futuras.

²⁵ Fome, sede, moradia, emprego, saúde, educação e exposição a todo tipo de violência.

²⁶ O governo do estado de Roraima decretou estado de calamidade pública devido a sobrecarga no aumento de atendimentos nas áreas de saúde, saneamento (coleta de lixos), abastecimento de água e luz (muitas ligações clandestinas),

²⁷ O posto da Polícia Federal de Roraima registrou a entrada de 58.211 entradas no Brasil entre outubro de 2015 e outubro deste ano. O governo de Roraima estima que atualmente vivem cerca de 30 mil venezuelanos ilegais no estado

2.2 JOVENS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE

Nesta tese, trato de jovens ligados à criminalidade. Jovens que praticaram atos de violência cruel e estão internados, cumprindo medida socioeducativa no CSE-RR. Entretanto, aqui, a proposta que trago neste estudo, no que concerne ao olhar para a categoria de juventude é que se busque entender o jovem e a juventude enquanto seres sociais que, por meio das interações estabelecidas, constroem uma forma específica de ser jovem.

A categoria juventude, em função de sua amplitude e complexidade, é objeto de estudo nas mais diversas áreas do conhecimento – Antropologia, Sociologia, Saúde, História, Demografia, Psicologia, Educação entre outros - e pode ser analisada sob diferentes perspectivas e com diferentes abordagens. Ademais, o aprofundamento necessário à construção de conhecimento sobre uma dada temática, por vezes, revela a existência de raízes teóricas em discussões de autores e áreas de conhecimento distintas da área a que a temática estudada pertence. Portanto, mesmo em se tratando da categoria juventude do ponto de vista sociológico, a interdisciplinaridade, o ecletismo se faz presente por meio de conceitos, tendências e reflexões discutidas e resgatadas de outras áreas do conhecimento.

Assim, para determinar o modo pelo qual a categoria juventude é constituída na perspectiva sociológica analisei comparativamente diversas concepções de juventude e jovens encontradas no levantamento bibliográfico realizado para esta pesquisa. Essa determinação é importante porque a concepção que o pesquisador adota interfere diretamente na maneira de compreender o universo empírico e de olhar por meio da lentes do jovem.

2.2.1 Resgate histórico e concepções

Historicamente, é possível verificar que o conceito de jovem e juventude varia de acordo com a época, com o local, a cultura e o modo de inserção dos indivíduos em um determinado contexto social (VERMELHO, 1995).

A juventude é uma categoria social que começa a se constituir e adquirir o sentido atual (multiplicidade/diversidade) a partir da Modernidade. Isso implica dizer que as percepções e correntes teóricas sobre ela são decorrentes de questões sociais, culturais, historicamente desenhadas na Modernidade. É dizer também que os indivíduos “jovens” de períodos historicamente anteriores têm significados,

papéis, características, comportamentos bastante diversos do que se atribuem recentemente (WEISHEIMER, 2013). É importante ressaltar neste sentido uma questão relativa à universalidade e temporalidade: neste resgate histórico deste recorte, apesar da sistematização cronológica adotada, as mudanças ocorridas, a internalização de alguns conceitos, concepções e princípios não ocorreram nem ocorrem de maneira linear e universal.

Desde a Grécia Antiga até o século V, as raízes filosóficas tinham suas âncoras em Homero, Sócrates, Platão e Aristóteles. Neste período, a vida era organizada em torno do efebo. Segundo Ortega y Gasset (1987), apresentava-se como modelo a ser seguido a figura do homem maduro que educa e dirige. Na Roma Antiga, que tem início em 753 a.C., com a fundação de Roma, até por volta do século V, os estudiosos eram Lucrécio, Cícero, Sêneca e Quintiliano. E, no governo de Augusto, os meninos de 16 anos eram inseridos em uma classe denominada “príncipes da juventude”.

Por volta do século VI e VII, na Idade Média, as delimitações começavam a assumir características etárias, definidas como: infância (de 0 a 7 anos), puberdade (de 8 a 13 anos), adolescência (de 14 a 21 anos) e juventude (de 22 a 30 anos). Uma consideração importante trata do fato de que, apenas aos 40 anos, os homens podiam participar dos cargos políticos, porque esta idade representava o fim da idade dos perigos.

Na aristocracia urbana da Idade Média, o conceito de juventude era essencialmente “romântico” e estava ligado aos estudos, às atividades artísticas e às paixões que, muitas vezes, terminavam tragicamente. Para o ocidente judaico-cristão, a juventude significa missão, a necessidade de buscar o sustento para realizar o casamento, constituir família e, então, procriar.

Com o advento da industrialização, os jovens, como indivíduos em outros ciclos de vida, seriam mais referenciados por seu lugar no mundo do trabalho:

O surgimento da sociedade do trabalho, no século XVI, impõe uma condição nova: o jovem, para possuir condições materiais para manter uma família, deve ter um emprego. Esta ideia se dissemina ao longo do século XVII, com a expansão industrial. A relação com o mundo se faz a partir das relações de trabalho, que irão definir a situação social do indivíduo e a identidade da juventude. (Vermelho, 1995)

Embora a existência do termo adolescência remonte ao princípio do período industrial, sua democratização, segundo Feixa (2006, p. 3) só aconteceu por volta do

início do século XX, a partir de uma série de mudanças que se processaram no mundo e nas principais instituições (escola, família, mercado de trabalho), contribuindo para o reconhecimento da existência da adolescência enquanto uma fase da vida atrelada à idade, situada entre a infância e a maioridade, cujos indivíduos que nela se encontrassem carregavam o status de quem não era adulto, mas também não era criança. No campo do direito, uma das primeiras manifestações de reconhecimento da existência da adolescência ocorreu em 1899 com a promulgação de lei Britânica que proibia o encarceramento de jovens menores de 16 anos junto a adultos.

Segundo Pais (1990, p. 148),

na segunda metade do século XIX, os problemas e tensões a ela [adolescência] associados a tornaram objecto de «consciência social». O envolvimento dos jovens em grupos de amigos e os comportamentos que começaram a ser identificados como fazendo parte de uma «cultura adolescente» foi fonte de preocupações, tanto de educadores como de reformistas de meados do século passado [século XIX].

Entretanto, é com o psicólogo norte americano G. Stanley Hall (1904), responsável pela Teoria Psicológica da Recapitulação²⁸ e considerado autor do primeiro Tratado Teórico sobre a Juventude Contemporânea, que surge o conceito de adolescência (uma espécie de primeira etapa da juventude) associado a transitoriedade, maturação biológica e faixa etária. O termo adolescência na obra de Stanley Hall (1904) corresponde a um processo primariamente biológico, que transcende à área psicossocial e que constitui período durante o qual se acelera o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade simultaneamente.

Para o autor, a adolescência é uma fase da vida humana de transição entre a infância e a fase adulta, compreendida entre os 12/13 e 22/25 anos, de natureza crítica, carregada de emoções, tensões e comportamentos rebeldes, oscilantes e contraditórios, a qual denomina de *storm and stress*, conceito análogo ao *sturm und drang* difundido pelos alemães²⁹. Segundo Feixa (2006), por esta teoria de G.

²⁸ Hall, tomando como referência a teoria biológica de evolução das espécies difundida por Darwin, elaborou a Teoria Psicológica da Recapitulação, cujas bases se alicerçam na premissa de que a estrutura genética da personalidade leva incorporada a história do gênero humano: cada organismo individual, no transcorrer de seu desenvolvimento, reproduz as etapas que também ocorreram ao longo da evolução da espécie humana, desde a pré-história até os dias atuais.

²⁹ Segundo Spenlé (1945, p.2) a expressão 'Sturm und Drang' foi utilizada como título em uma peça teatral de autoria do alemão Friedrich Maximilian Klingler, publicada em 1776, na qual autor, inspirado no Estado da Natureza de Rousseau, enfatizava as emoções humanas e a expressão individualista e subjetiva sobre a ordem natural do racionalismo. A peça deu nome ao movimento literário romântico

Stanley Hall,

La adolescencia está dominada por las fuerzas del instinto que, para calmarse, reclaman un período largo durante el cual los jóvenes no sean obligados a comportarse como adultos porque son incapaces de hacerlo. (FEIXA, 2006, p. 4).

Sua obra teve uma enorme influência no reconhecimento do status de adolescente pelas mais diversas instituições – escolas, internatos, tribunais de menores, prisões, serviços de ocupação e bem estar, mas trouxe consigo um caráter ambivalente: se por um lado aclamava-se o novo status enquanto edificação de uma visão positiva da adolescência, como um modelo do progresso da civilização industrial, “celebrando la creación de un período de la vida libre de responsabilidades, caracterizado por el conformismo social” (FEIXA, 2006, p. 5); por outro lado despertou críticas que apontavam a existência de um caráter elitista, com base no argumento de que implementação da adolescência nos termos de Hall (enquanto fase de transição, de preparação para vida adulta, na qual o indivíduo está livre de responsabilidades laborais e se dedica à escolarização e à expressão de sua criatividade e etc.), estava atrelada à pertença a dada classe social, portanto privilegiando uma em detrimento da outra.

Mientras para los jóvenes burgueses significaba un período de moratoria social dedicado al aprendizaje formal y al ocio, para los jóvenes obreros era una de las consecuencias de la segunda industrialización, que los expulsaba del mundo del trabajo y los condenaba al paro forzoso y a la calle. (FEIXA, 2006, p. 4)

Uma outra crítica a Stanley Hall diz respeito à determinação da fase da adolescência e manifestações comportamentais cronologicamente atreladas à maturação biológica, desconsiderando outros aspectos que fazem parte do contexto em que o sujeito está inserido (social, cultural). Embora seja inegável o fato de que universalmente o ser humano passa por transformações físicas e emocionais específicas (surgimento de pelos, crescimento dos órgãos genitais), pensar a adolescência apenas como manifestação de atitudes e comportamentos resultante

alemão, que contestava o racionalismo iluminista do século XVIII e primava pela sentimento, a emoção natural. As palavras ‘Sturm’ e ‘Drang’ juntas expressam conceito único com uma tradução que se aproxima do sentido de “ímpeto tempestuoso”, “tempestade de sentimentos”, “efervescência caótica de sentimentos” ou “tempestade e ímpeto”. As obras publicadas por defensores deste movimento apresentam o homem contra o convencionalismo.

do desenvolvimento da natureza humana é aprisioná-la em moldes vazios de valores, emoções e expressões características de sua inserção nos paradigmas sociais e culturais.

Segundo Pais (1990, p. 146), Reuter, em artigo publicado no *American Journal of Sociology*, foi um dos primeiros sociólogos a reconhecer que o surgimento da adolescência, enquanto fase da vida humana situada entre a infância e a fase adulta, não se processa, necessariamente, de mesmo modo em todas as sociedades. No campo da Antropologia, Mead (1935) também já havia contestado a tese de que a adolescência estava limitada a uma proposição inexorável da maturação biológica e psicológica, ao afirmar que a fase da adolescência apresentava limites cronológicos e duração, diferenciados, variantes de cultura para cultura, de sociedade para sociedade.

Frente a este breve contexto interdisciplinar, é possível identificar as raízes de diversos movimentos, tendências e correntes teóricas que, corroborando, refutando e/ou redimensionando as teorias em torno da adolescência, fundamentam discussões e concepções sobre jovem e juventude.

Para este estudo, considero importante aprofundar as questões teóricas relativas à concepção de transitoriedade relacionada ao estabelecimento de marcos etários e às principais correntes teóricas relativas à sociologia da juventude. Assim, dois recortes foram feitos e desenvolvidos nos itens: adolescência e marcos etários; Concepção de Juventude: Tendências e correntes teóricas.

2.2.2. Adolescência e juventude: transitoriedade e faixas etárias

No que se refere ainda aos adeptos da classificação etária como principal elemento definidor dos limites de demarcação e identificação das fases de desenvolvimento humano, percebe-se entre os expertises divergências, tanto no que tange ao campo conceitual e estabelecimento do início e término das diferentes faixas etárias quanto aos critérios utilizados para este fim.

(...) a falta de consenso e a diversidade de opiniões dos especialistas quanto à definição ou estabelecimento da faixa etária do que compreende ser jovem". (...) "as faixas etárias são definidas de acordo com as dinâmicas regionais, contextos sociais e com a finalidade de cada demarcação. (ANDRADE, 2008, p.25).

Essas divergências contribuíram para as nomações e categorizações

diferenciadas relativas ao 'jovem', bem como para que as mais diversas instituições apresentassem como marcos iniciais e finais de uma dada faixa etária, idades diferenciadas.

Assim, instituições como a Organização Mundial da Saúde- O.M.S (2002), a Organização Pan-Americana da Saúde – O.P.S (1990), Organização Ibero-Americana da Juventude e a Organização Internacional da Juventude e documentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e o Estatuto da Juventude ENJUVE, adequadas à classificação por faixa etária, circunscrevem cronologicamente o ser jovem, desdobrando-o em adolescentes jovens e jovens adultos; diferenciando adolescência de juventude

A O.M.S desdobra o “ser jovem” em segmentos diferenciados: adolescência e juventude. Localiza cronologicamente a adolescência ao ciclo de 10 a 19 anos (adolescentes jovens) e a juventude ao ciclo de 20 a 24 anos (jovens adultos).

A O.P.S (1990) distingue jovens e adolescentes tomando como critérios as especificidades fisiológicas, psicológicas e sociológicas que cada uma delas apresentam. Assim, para a O.P.S:

Adolescência: é um processo primariamente biológico que transcende à área psicossocial e constitui um período durante o qual se acelera o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Abrange o período de 10 a 19 anos e compreende a pré-adolescência propriamente dita (15 a 19).

Juventude: é uma categoria fundamentalmente sociológica e se refere ao processo de preparação para que o indivíduo possa assumir o papel social adulto, tanto do ponto de vista da família e da procriação, quanto profissional, com plenos direitos e responsabilidades. Estende-se dos 15 aos 24 anos de idade e compreende também duas faixas distintas: 15 a 19 e 20 a 24.

Já a Organização Ibero-Americana da Juventude e a Organização Internacional da Juventude, seguindo a Unesco, definem juventude como o ciclo etário de 15 a 24 anos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA difere criança e adolescente tomando por base na definição etária apenas classificação etária. A diferenciação objetiva principalmente a aplicabilidade de medidas socioeducativas pela prática de ato infracional³⁰.

³⁰As crianças não se sujeitam a medidas socioeducativas mesmo diante de flagrante delito. Somente os adolescentes podem receber pena de prestação de serviços a comunidade, advertência,

Em seu artigo 2º, o ECA (2013, p. 11) considera adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos de idade, ainda em processo de maturação e que também necessita de amparo legal até alcançar a maioridade. “Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade”. (ECA, 2013, Parágrafo único, Art 2º, 2013, p. 11)³¹.

Na mesma linha de classificação etária, o Estatuto da Juventude - EJUVE considera jovem as pessoas com idade entre 15 e 29 anos e adolescentes as pessoas entre 15 e 18 anos. (Artigo 1º, parágrafos 1º e 2º, 2013, p. 09).

Para efeito jurídicos na aplicabilidade de penas por cometimento de atos ilícitos graves, a legislação brasileira utiliza-se das nomenclaturas e faixas etárias de maneira diferenciada. Assim, ao jovem adolescente, pessoa entre 15 e 18 anos, aplica-se o ECA. Ao Jovem adulto, pessoa entre 18 e 29 anos, em regra, aplica-se o Código Penal Brasileiro e as Leis Especiais. Excepcionalmente, em alguns casos, aos jovens entre 18 e 21 anos será aplicado o ECA.

Tanto no ECA, quanto no EJUVE a preocupação central é a garantia de direitos e não aparecem considerações acerca do que é ser jovem. A definição é meramente classificatória por faixa etária. A idade como critérios para agrupar as pessoas traz nas entrelinhas o caráter de transitoriedade e homogeneidade, desconsiderando que, mesmo estando o sujeito incluso numa mesma faixa etária, apresentam características diferentes de acordo com o contexto em que estão inseridos, com as relações estabelecidas, sexo, etnia, cultura.

Para Castro e Abramovay (1998), estes limites etários e estas periodicidades são arbitrários, pois desconsideram a juventude como processos que historicamente se redefine “... definir juventude implica muito mais do que cortes cronológicos; implica vivências e oportunidades em uma série de relações sociais, como trabalho, educação, comunicações, participação, consumo, gênero, raça etc.” (CASTRO E ABRAMOVAY, 2002, p. 25).

Entendo que a concepção de juventude atrelada cronologicamente à faixa etária e transitoriedade é uma das mais arraigadas. Mesmo sendo considerada responsável

obrigação de reparar o dano, inserção em regime de semiliberdade, entre outras previstas no art. 112 (ECA, 2013, p. 51). Aos os menores de doze anos são adotadas medidas de proteção previstas no artigo 101. (ECA, 2013, p. 46).

³¹ Esta exceção trata-se do emprego da lei em casos específicos como a medida socioeducativa do art. 121 que trata da de internação (2013, p. 55). Essa modalidade pode ser aplicada por até três anos e ser cumprida até os vinte e um anos compulsoriamente.

pela quebra de paradigmas da época e importante no contexto em que foi criada e difundida (1904), condena o jovem adolescente à eterna condição do “vir a ser”, uma vez que o sentido de todas as suas ações no presente, representam uma passagem para o futuro – a fase adulta.

[...] para um exercício futuro de cidadania, dada pela condição de adulto, quando as pessoas podem e devem (em tese) assumir integralmente as funções, inclusive as produtivas e reprodutivas, com todos os deveres e direitos implicados na participação social. (ABRAMO, 2008, p.110).

A utilização da concepção de transitoriedade com base nos limites etários, para esta investigação, possui caráter circunstancial, isto porque as normativas relativas ao judiciário obedecem a uma periodização definida, primando pela faixa etária. Assim, como no CSE-RR encontrei jovens internados na faixa de 12 a 21 anos, nosso universo empírico está delimitado por jovens que se encontram dentro dessa faixa etária específica.

2.2.3 Concepção de Juventude: Tendências e correntes teóricas

Segundo Dayrell (2003, p. 41), existe ainda uma concepção romanceada, difundida por Abramo (1994) e Feixa (1998), em que a juventude é apresentada como um tempo de liberdade, prazer e rebeldia. Essa forma de interpretar e compreender a juventude desconecta-se da concepção naturalista biológica quase unívoca na definição e veio se firmando, a partir dos anos 60, como resultado dos movimentos da época, a exemplo do crescimento da indústria cultural e do mercado de consumo destinado aos jovens.

A essa concepção se harmoniza a “noção de moratória social”, na qual a juventude é vista como um fase para as aprendizagens, “o ensaio e erro, experimentações, período marcado pelo hedonismo e pela irresponsabilidade, com uma relativização da aplicação de sanções sobre o comportamento juvenil” (DAYRELL, 2003, p. 41), ou ainda, nos termos de Marguiles e Urresti (1998),

(...) lapso de tiempo otorgado por la sociedad, para estudiar y profesionalizarse en alguna carrera, es gracias a esta moratoria social que los jóvenes que cuentan con esta (generalmente los de sectores medios y altos) alargan los tiempos de responsabilidad e ingreso a la vida adulta.

Existe ainda a tendência que associa a juventude a uma fase de crise, fase difícil de autoafirmação, de conflitos internos profundos de baixa autoestima. Ligada

a esta concepção, há a tendência de considerar a juventude como um momento de ruptura com a família ou para atender uma necessidade de autoafirmação como jovem adulto ou em função da crise da família como instituição nuclear e socializadora.

Autores como Zaluar (1997), Morcelline (1997) e Abromavay et al. (1999), em seus estudos, destacam que instituições como a família e a escola, as principais responsáveis pela formação de princípios e valores éticos e morais, estariam perdendo seu papel central.

Dayrell (2003, p. 41) destaca, ainda, a “tendência de perceber o jovem reduzido apenas ao campo da cultura, como se ele só expressasse a sua condição juvenil nos finais de semana ou quando envolvido em atividades culturais”.

Há, ainda, a tendência que percebe o jovem como um problema social. Nesta linha, ressalta Pais (1990, p. 144):

(...) eles são os problemas de inserção profissional, os problemas de droga, os problemas de delinquência, os problemas com a escola, os problemas com os pais, só para focar alguns dos problemas socialmente mais reconhecidos como específicos dos jovens.

As tendências até aqui discutidas referem-se à juventude como composta por indivíduos que se encontram em uma dada fase da vida, entretanto elas expressam ideias e conceitos diferenciados, mas “sempre encapsulada num mesmo nome – Juventude” (PAIS, p.149, 1990), como se representassem uma unidade.

A questão que se apresenta é, nos termos de Pais (p.149), paradoxal uma vez que depositar, num mesmo termo, as diversas formas de se ver e compreender a juventude, é muito complexo. No máximo, pode-se compreender que a categoria se apresenta oscilando em dois eixos: pode se apresentar como unidade (no que se refere à fase da vida) e como diversa (no que se refere às questões sociais e aos jovens uns dos outros).

Nestes termos, a sociologia da juventude nos lembra que

Não há, de facto, um conceito único de juventude que possa abranger os campos semânticos que lhe aparecem associados. A diferentes juventudes e a diferentes maneiras de olhar essas juventudes corresponderão, pois, necessariamente, diferentes teorias. (PAIS, p. 151, 1990)

Apesar da inegável contribuição destas tendências no campo teórico, para Dayrell (2003) existe uma lacuna no conceito de juventude. Isto porque ambas

constroem modelos rígidos da noção de juventude que acarretam recortes na realidade dos jovens, de tal maneira que compromete a compreensão do jovem como sujeito de sua realidade.

Pais (1990) avalia que essas várias tendências, dentro um determinado propósito metodológicos, podem ser agrupadas nas duas principais correntes tóricas da Sociologia da Juventude: a geracional e a classista.

Na primeira corrente teórica, a juventude é considerada um momento físico e psicológico, uma fase intermediária entre a infância e a vida adulta, em que o sujeito busca autonomia e redefinição dos laços de dependência familiar.

a) (...) a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada «fase da vida», prevalecendo a busca dos aspectos mais uniformes e homogêneos que caracterizariam essa fase da vida - aspectos que fariam parte de uma «cultura juvenil», específica, portanto, de uma geração definida em termos etários. (PAIS, 1990, p.140).

Ao enfatizar aspectos característicos mais uniformes e homogêneos, que fariam parte de uma cultura juvenil unitária, específica de uma geração definida por termos etários e biológicos, os defensores da corrente teórica geracional acabam generalizando a ideia de juventude e negligenciando os aspectos históricos, sociais, espaciais e culturais da juventude, extremamente significativos na diferenciação dos variados tipos de ser jovem no tempo e no espaço.

A segunda corrente teórica, a classista considera a juventude como um conjunto social diversificado, devido às diferentes origens de classe que apontam para uma diversidade das formas de reprodução social e cultural. As culturas juvenis seriam sempre culturas de classe, como produto das lutas de classe e das desigualdades sociais, o que contribui para expressar sempre um significado político de resistência, ganhando e criando espaços culturais.

b) (...) a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis, em função de diferentes pertenças de classe, diferentes situações econômicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais, etc. Nestoutro (sic) sentido, seria, de facto, um abuso de linguagem subsumir sob o mesmo conceito de juventude universos sociais que não têm entre si praticamente nada de comum. (PAIS, 1990, p. 140)

Embora a corrente teórica contribua para uma análise da juventude a partir de uma perspectiva diversificada, esta tendência, assim como a geracional, também

negligencia aspectos importantes. Noções de espaço e tempo e questões culturais relativas às relações de gênero e raciais não são levadas em consideração. A cultura juvenil, nesta perspectiva, acaba reduzida à relação de classe.

Para Spósito (1999), a crítica às correntes teóricas está centrada no fato de que ambas compreendem o conceito de juventude como algo estático, que não muda através do tempo. Segundo a autora, a condição de ser jovem varia de acordo com o tempo, demonstrando que o conceito pode ser fluido, no sentido que varia de acordo com a longevidade de uma dada sociedade. Entretanto, construir uma concepção de juventude que consiga abranger toda sua heterogeneidade é uma tarefa extremamente difícil. Por isso, afirma Spósito (2003, p. 60), “tem sido recorrente a importância de se tomar a ideia de juventude em seu plural – Juventudes –, em virtude da diversidade de situações existenciais que afetam o sujeito”. “O uso da expressão “juventudes” representa o reconhecimento da necessidade de, ao se tratar de jovens, levar em conta que esse segmento constitui identidades e singularidades de acordo com a realidade de cada um” (SILVA e SILVA, 2011, p. 664).

Autores contemporâneos como Pais (1990, 1997), Peralva (1997), Dayrell (2003), Castro E Abramovay (1998, 2002), Spósito (1999, 2003), entre outros que tratam do temática, imprimiram um novo significado aos estudos da juventude, trazendo o jovem para a cena como protagonistas de um tempo de possibilidades. Rompem com a ideia de grupo homogêneo com características comuns a uma idade e constroem uma noção de juventude pela ótica da diversidade, em que lugar e trabalho não se constituem como elementos definidores para a identidade dos indivíduos (SOUZA, 2004. p. 51).

Ao estabelecer o recorte sobre o tema Juventude, procurei buscar no debate dos autores até aqui apresentados as diversas concepções e as imprecisões que permeiam a própria definição e significado do que pode ser considerado juventude.

Sendo os jovens do CSE-RR, por força da Lei, apreendidos e internados com idade entre 12 e 21 anos, a abrangência deste estudo à faixa etária ocorre não por uma opção, determinação pessoal ou com a concordância conceitual de associação da juventude com a dada faixa etária previamente estabelecida. A faixa se impõe meramente como questão circunstancial.

A concepção neste estudo no que se refere à categoria juventude é da diversidade, uma vez que ao tomar suas trajetórias de vida evidencia-se que seus

percursos apresentam vivências intensas que provocaram rupturas e descontinuidades nas tradicionais fases de desenvolvimento humano, que consideram a infância, adolescência e a fase adulta cronologicamente demarcados. A visão de mundo e a percepção das circunstâncias são diferenciadas, os contextos são distintos: as vertentes de acesso à idade adulta mostram-se bastante flutuantes, flexíveis e elas próprias diversificadas. Apesar destes jovens constituírem um dado grupo que atualmente compartilha da experiência de reclusão em um mesmo espaço, a forma de sentir, interpretar e vivenciar essa experiência é subjetiva e diversa, muito embora, por vezes, os discursos sejam semelhantes – discurso institucionalizado.

Compreender a juventude sob o prisma diversidade e da heterogeneidade facilitou a análise das experiências destes jovens e de suas percepções acerca da violência, a partir de suas trajetórias e de seus prismas.

2.3 O JOVEM E A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

2.3.1 Principais estudos no contexto brasileiro

Nas Ciências Sociais, segundo Barreira (2011, p. 200), os estudos no Brasil voltados para o tema violência e juventude, em especial no mundo acadêmico, ganharam espaços a partir dos anos 80. Anteriormente, com algumas exceções, estudos acadêmicos neste campo não eram muito expressivos, embora já houvessem estudos e publicações de autores que abordavam a questão da violência apontando uma certa preocupação com a temática, a exemplo de Gilberto Freyre, Antônio Cândido, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Boris Fausto, Rui Facó entre outros (BARREIRA, 2011, p. 200).

No levantamento bibliográfico realizado para esta pesquisa, foi possível identificar um grupo composto por autores brasileiros que, no sentido antropológico, pensaram e elaboraram de forma coletiva e pioneira a construção do tema violência e juventude situando seus diferentes estudos a partir de um problema social. Assim, temos como pioneiros, no Rio, Alba Zaluar, Michel Misse, Luiz Gabriel Machado, Kant de Lima, Orlando Cano, Gláucio Dillon Soares; em São Paulo, Paulo Sérgio, Sérgio Adorno; no Rio Grande do Sul, José Vicente dos Santos; em Brasília, Stela Grossi; em Minas, Cláudio Beato; e, na Bahia, Eduardo Machadonto.

Este conjunto de autores brasileiros, inspirados por autores de abordagens teóricas diferenciadas entre si, debruçaram-se sobre a temática e introduziram-na às

discussões acadêmicas, fomentando novas pesquisas e a criação de Núcleos de estudos sobre a violência³² em diferentes regiões do país. (BARREIRA, 2011, p. 200),

Núcleos que tem como objeto central a compreensão das diferentes formas de manifestação da violência, a análise das políticas de segurança pública e as pesquisas sobre violação dos direitos humanos e respeito à cidadania, tendo como *locus* principais as prisões, as periferias das grandes cidades e as “minorias sociais” (BARREIRA, 2011, p. 200).

Desta forma, as produções no mundo acadêmico foram tomadas corpo de maneira que, em breve levantamento realizado no Banco de teses da Capes, utilizando como palavras chaves juventude e violência, é possível encontrar 44.783 produções no período de 2013 a 2016, das quais 1.345 são na área de Ciências Sociais.

Nesse levantamento realizado por Oliveira (2008), a autora organizou as produções encontradas a partir das palavras-chaves Juventude e Violência, em cinco blocos temáticos. Tomando como referência esta sistemática organizativa é possível encontrar atualmente produções acadêmicas que, a partir dos blocos organizativos de OLIVEIRA, quase dez anos depois, abordam as seguintes linhas de trabalho e questões:

- Bloco 1: Juventude, Violência e Ato Infracional: Este bloco apresenta as produções que se interessaram em trabalhar o jovem/adolescente que cometeu ato infracional e cumpre medida socioeducativa nas Instituições de internação. Os trabalhos priorizam “o levantamento das opiniões, percepções, representações do próprio adolescente acerca de si, dos delitos, da internação e demais questões” (OLIVEIRA, 2008, p. 75), normalmente objetivando apresentar um perfil psicossocial do jovem com a finalidade de comparar ao tipo de delito/ato infracional cometido. Há produções no sentido de investigar uma possível conexão “entre a prática delitiva e a defasagem (...) ou a “inadaptação” ao ensino formal (...)”. (OLIVEIRA, 2008, p. 76). Há também uma vertente que a aborda a desestruturação da família e sua vulnerabilidade como fator predominantemente causador do comportamento

³² Núcleo de Estudos sobre a Violência da Universidade de São Paulo -NEV-USP (1987), Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana - NECVU –UFRJ (1999); NEVIS-UNB (2006); Núcleo de Estudos e Pesquisas em Criminalidade, Violência e Políticas Públicas de Segurança - NEPS-PE (2007);

infrator do jovem e estudos que buscam apreender a subjetividade dos sujeitos, suas referências identitárias na relação com as transformações do mundo moderno, consumo, banalização da vida e da violência e as perspectivas de futuro” (OLIVEIRA, 2008, p. 75 e 76).

- Bloco 2: Juventude, Violência e Escola: Este bloco apresenta produções voltadas às questões de violência no âmbito escolar, majoritariamente em escolas da rede pública de ensino. Priorizam as relações estabelecidas dentro da escola, ressaltando a perspectiva do jovem-aluno acerca da violência, seja como autores ou como vítimas. Há ainda uma vertente que aborda a questão da violência relacionada ao próprio processo de prática educativa, com cotidiano da escolar, com as ações de gestão e com a cultura e a sociedade. (OLIVEIRA, 2008, p. 75 e 76). Mais recentemente, à temática foram inclusos estudos sobre o bullying no ambiente escolar, enquanto ato de violência, e as consequências no processo de ensino aprendizagem, na elaboração identitária e nas relações sociais.
- Bloco 3. Violência, Juventude e Exclusão social: Aqui as abordagens partem do princípio da existência de uma relação entre as práticas de delitos e atos de violência envolvendo jovens, com o universo de vulnerabilidade social e econômica a que estão expostos. A maioria das produções procuram compreender ou explicar a violência a partir de “anseios e expectativas (do jovem) num contexto de crise socioeconômica, de restrições de trabalho, de incremento do desemprego e de crescimento do narcotráfico”. (OLIVEIRA, p. 2008, p. 75-76)
- Bloco 4. Juventude, Violência e Sociabilidade: Neste bloco estão inclusas as produções que abordam os significados e as subjetividades das experiências de violência para os jovens no contexto do lazer e da sociabilidade, a partir de questões gerais da contemporaneidade a exemplo da cultura consumista, “valores éticos e morais, o niilismo, socialização e a violência virtual, a banalização da violência e as incertezas e inseguranças em relacionadas à projeção do futuro. Debruçam-se, ainda, sobre os fatores de risco, assim como as medidas de proteção à violência. A maioria dos jovens que compõem o objeto de estudo destas pesquisas encontra-se em vulnerabilidade social e com raras exceções são de classe média alta ou da elite. Há pesquisas voltadas para galeras, gangues, tribos e grupos que se

organizam e se dedicam a movimentos sociais e práticas culturais, a exemplo de grupos de hip hop, funk e grupos virtuais que, entre outros, apresentam contextos alternativos de socialização.

- Bloco 5. Juventude Violência e Mídia: o último bloco, porém não menos importante, agrega trabalhos que buscam investigar a influência dos meios de comunicação para formação e elaboração de princípios, padrões culturais e valores éticos e morais dos jovens. Há trabalhos que abordam a preocupação com a exposição da violência a partir da manipulação midiática; a relação da prática violenta com a juventude e as polêmicas em torno da maioridade, penalização e estigmatização do jovem. Ainda com relação ao tratamento e manipulação da mídia sobre a temática da violência, há produções que abordam a preocupação com a forma como os jovens interpretam, assimilam e internalizam o conteúdo violento. E, por fim, mas sem se esgotar, vi produções que se preocupam em analisar o discurso e a prática jornalística objetivando a compreensão do processo de elaboração do sentido dado à noção de juventude.

2.3.2 Do jovem em conflito com a Lei

A violência não é específica do mundo adulto. Ela tem se feito presente de forma muito marcante na vida de crianças e jovens, das mais diversas formas.

Situações de violência envolvendo o jovem como autor normalmente é tratada como delinquência infanto-juvenil pela mídia nacional e mundial. Termos como trombadinhas, pivetes, menores infratores, delinquentes juvenis, marginais, vagabundos são comumente utilizados e trazem consigo toda ordem de preconceito e discriminação. Revela ainda o estigma social que carregam. Na mídia, as notícias envolvendo jovens tendem à linha do alarmismo sensacionalista propiciando mais ainda a difusão de estigmas e temores. Para o senso comum, o jovem tem sido responsável pelo incremento da criminalidade e há uma associação direta entre o jovem e a desigualdade social, como se os crimes só fossem cometidos por indivíduos em situação de risco ou vulnerabilidade.

Conforme Cordeiro e Volpi (2010, p. 54):

Seria simples estabelecer uma relação de causa e efeito entre a pobreza sofrida cotidianamente por esses adolescentes e os atos infracionais por

eles cometidos. É falso, porém, de um ponto de vista sociológico, que a miséria produza violência, já que a relação entre as duas não é biunívoca. Hoje trabalha-se com a ideia de que a violência é provocada por vários fatores que, dependendo do contexto, desempenham pesos diferentes.

Adorno (2002) reflete sobre o cenário de medo e insegurança e, semelhante a Volpi (2002), procura desmistificar o superdimensionamento dado ao envolvimento e participação do adolescentes nos atos tidos como violentos, ou para usar o termo técnico, nos atos infracionais graves

Quando comparo as atitudes do jovem como agressor e o jovem como vítima, sou levado pelas estatísticas a verificar que ambos os problemas são graves; todavia, o jovem que é vítima revela uma situação muito mais grave do que aquele que está cometendo um ato infracional. (ADORNO, 2002, p. 108).

Volpi (2001) destaca a existência de visões extremistas e a necessidade de superação destas visões para que se possa tratar da temática: a primeira, parte do entendimento de que o adolescente em conflito com a lei é mera “vítima de um sistema social”, ou “produto do meio”, e o delito é uma estratégia de sobrevivência ou uma resposta mecânica a uma sociedade violenta e infratora em relação aos seus direitos. Essa lógica gera uma postura condescendente da sociedade para com os jovens, de modo que, ao invés da “correção” de sua conduta ou da proposição de novos projetos de vida, busca-se somente a reparação dos seus direitos violados.

A segunda visão caracteriza-se pela desconsideração de qualquer responsabilidade do meio social em relação aos adolescentes, atribuindo-lhes a responsabilidade exclusiva e definitiva pelos delitos cometidos. Nessa perspectiva, noções, pretensamente científicas—“índole”, “tendência”, “motivação interna”, “caráter” e “personalidade” – seriam suficientes para a compreensão do fenômeno.

Mesmo tendo em conta o medo estatisticamente comprovado na relação com os participantes em especial o jovem, neste estudo, não se pode permitir que a ideia de violência defina a essência ou o centro da vida dos jovens. É necessário se despir dos medos e do estigma da violência para permitir que suas trajetórias de vida se transformem em palavras por meio das quais possamos compreender o sentido, significado, da violência na perspectiva do jovem objeto de estudo desta investigação, sem vitimizá-los ou estigmatizá-los.

Neste sentido, frente ao risco de reificar as experiências destes jovens a partir destas dimensões da violência, esta pesquisa procurou problematizar a relação

desde a perspectiva dos jovens.

2.3.3 Do jovem no contexto do Sistema Prisional e a questão da maioridade penal

O Estatuto da Criança e adolescente – ECA define por ato infracional “a conduta descrita como crime ou contravenção penal” praticada por criança e adolescente. No caso de cometimento de ato infracional, a sanção aplicada ao jovem autor não é idêntica à aplicada ao adulto, pois o Estado parte do princípio de que a criança e o adolescente estão em fase de desenvolvimento e formação de personalidade e, portanto, devem ser cuidados de maneira especial, sobretudo para desviar-se da senda da marginalidade. Neste sentido, às crianças e jovens que praticaram ato infracional são aplicadas medidas de proteção e medidas socioeducativas. As medidas socioeducativas apresentam em sua definição o caráter híbrido de sanção com finalidade pedagógica e estão subdivididas em medidas de meio aberto e medidas de internação.

Quando crimes hediondos cometidos por jovens são amplamente divulgados pelos meios de comunicação, os debates em torno do tema jovem e violência vêm à tona de forma mais contundente e normalmente questionam a validade e eficácia das medidas socioeducativas, a necessidade de manutenção do jovem encarcerado por um tempo maior ao previsto em lei, bem como a polêmica da maioridade penal.

Cabe aqui um recorte sobre essa questão da maioridade penal no Brasil que vem sendo discutida há pelo menos 20 anos. É um debate extremamente polêmico e polarizado entre grupos favoráveis e contra às mudanças na legislação atual. Embora muitas das questões dispostas no ECA não tenham sido efetivamente postas em prática, existe um discurso que clama por uma punibilidade mais rigorosa, uma vez que o Estatuto da Criança e do Adolescente é tido para alguns setores da sociedade brasileira e para alguns deputados autores dos projetos de lei como sinônimo de impunidade, como liberal demais para a punição do adolescente autor de ato infracional. (SOUZA; CAMPOS, 2007, p. 239).

A ideia de que a legislação atual não promove a responsabilização dos jovens por seus atos (ECA) é utilizada como argumento principal por aqueles que defendem a aprovação da Propostas de Emenda Constitucional 171 (PEC 171/93) que muda a idade mínima de 18 para 16 anos e que intermitentemente tramita entre

as casas do legislativo (Câmara de deputados e Senado)³³ Como pano de fundo, aparecem ainda as mais diversas justificativas para as diferentes PECs que tramitam no Congresso nacional, que, segundo Souza e Campos,

baseiam-se desde o direito de voto dos adolescentes a partir dos 16 anos até a alegação de que o limite válido atualmente é condizente com uma época em que a maturidade dos adolescentes era alcançada em idades mais avançadas. Para os deputados, os jovens não possuíam em outras épocas as condições de formação atuais, podendo ser responsáveis penalmente aos 16 ou até 14 anos de idade. (2007, p. 240)

Ainda segundo Campos, no período de 1993 a 2007 tramitaram “29 PECs propondo a redução da maioridade penal para 16 anos, 14 anos ou até 12 anos na Comissão de Constituição, CCJC (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania) e na da Câmara dos Deputados [...]” (2007, p. 231-259).

Já em 2015, segundo Ribeiro e Cordeiro (p. 32, 2016), tramitavam na Câmara 20 projetos de lei que alteram o Estatuto da Criança e do Adolescente para endurecer as medidas socioeducativas de menores infratores e 36 propostas de emenda à Constituição que reduzem a maioridade penal. No Senado, existem cerca de 10 projetos que visam tornar mais rigorosa a punição a adolescentes que cometem crimes.

Tanto no primeiro quanto no segundo levantamento correm paralelamente discussões no sentido da necessidade de se implementar programas e ações que possam minimizar a problemática da exclusão e vulnerabilidade social dos jovens. Como a discussão não se aprofunda e é tão efêmera quanto o tempo que dura a comoção social em torno do caso que estiver em evidência midiática, muitos desses programas e ações sequer chegam ao papel e quando chegam estão envolvidos no ideário de que jovens vulneráveis e excluídos são os que praticam crimes com requinte de crueldade.

2.3.4 A Violência e os jovens no contexto de Roraima

No decorrer do período em que realizei este estudo, desde o levantamento bibliográfico inicial até a finalização da escrita desta tese, não surgiu um único

33 A PEC 171/93 colocará no sistema prisional comum, ao lado de adultos, adolescentes de 16 e 17 anos que cometam, além de crimes hediondos, estupro, latrocínio, roubo qualificado e lesão corporal grave entre outros.

estudo que abordasse as questões da violência envolvendo os jovens no contexto do estado de Roraima.

Para dimensionar e conhecer a violência envolvendo jovens, foi necessário realizar uma pesquisa exploratória junto aos órgãos ligados à infância e juventude, bem como recorrer às narrativas dos próprios jovens do CSE-RR e as matérias da imprensa local. O que dados que obtive se restringe a dados relacionados a crimes contra a dignidade pessoal (estupros), contra a pessoa (homicídio, simples e qualificado) e contra o patrimônio (furto e roubo simples e qualificado), bem como o aumento o aumento significativo de ocorrências criminais.

No que se refere aos casos de estupros, foi possível encontrar dados e oficiais relativos aos casos em que jovens foram vítimas, mas não encontrei estudos ou dados oficiais que apresentem o quantitativo de jovens protagonistas. Segundo informações obtidas junto a SEJUC, é possível que o número de casos de jovens que sofreram e praticaram estupros sejam bem maiores que os atuais números oficiais. Isto porque ainda existe um certo tabu em torno de crimes sexualmente cometidos. Nem sempre a família realiza a ocorrência, principalmente quando crime envolve familiares.

Entretanto, se levarmos em consideração as informações extraoficialmente coletadas por meio de confidências a esta pesquisadora (tanto de vítimas quanto de autores), dos casos divulgados pela imprensa local e da quantidade de jovens internados no CSE-RR que já tiveram algum tipo de envolvimento com a prática de estupros (vítimas ou autores que no momento estejam respondendo legalmente ou não por seu envolvimento), é possível afirmar que número é muito mais significativo.

Já o número de casos de crimes contra a pessoa em que os jovens são autores lideram as estatísticas em Roraima. De janeiro a agosto de 2015, foram registradas 438 infrações criminais cometidas por menores de idade, conforme indica o Relatório de Ocorrências com Infrator Menor do Setor de Estatística e Análise Criminal (SEAC) da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP).

O envolvimento de jovens do sexo feminino em ocorrências como roubos, furtos, tráfico e porte de drogas e homicídio que até pouco tempo eram inexpressivos tem sido motivo de preocupação por ter apresentando um aumento significativo. Segundo levantamento realizado e divulgado pelo Setor de Estatística e Análise Criminal (SEAC) da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP), em 2015 houveram apenas 37 registros de ocorrência jovens do sexo feminino, em

2016, somente de janeiro a maio, este número saltou para 201. Este número é 5,4 vezes maior em cinco meses que o montante de ocorrências registradas no decorrer do ano de 2015. Postagens de fotografias nas redes sociais, dessas jovens ostentando armamento, drogas e dinheiro, fazendo apologia ao crime e enaltecendo facções criminosas, tem sido cada vez mais frequentes e levantado suspeitas quanto ao envolvimento com o crime organizado. Essa é uma realidade que, se comum no restante do país, é muito recente no Estado de Roraima, principalmente envolvendo jovens do sexo feminino e tem chamado atenção da sociedade civil organizada, dos órgãos competentes no combate ao crime e da SEJUC-RR.

Dentre os crimes cometidos por jovens em Roraima, há também aqueles considerados bárbaros, praticados com requintes de crueldade, inclusive casos em que as vítimas são parentes próximos do infrator. Em levantamento realizado pela pesquisadora no período de 2014 a 2016, com base nas ocorrências registradas na Delegacia da Criança e Adolescente, nos documentos oficiais contidos nas pastas de jovens do CSE-RR, nos relatos de jovens do CSE-RR e nas manchetes dos jornais de maior circulação em Roraima, foram encontrados muitos casos que chamaram atenção por sua crueldade e frieza até mesmo de pessoas que profissionalmente estão habituadas a lidar com situações de violência ligadas ao mundo do crime – Delegados, investigadores e policiais. Casos de homicídios com quadros de degolas, pedradas, esquartejamentos, estripação, desfiguração com foices, enxadas e terçados, utilização de arpão de pesca, grande número de facadas e estupros de crianças com 4, 6 anos de idade, são exemplos de alguns crimes cruéis cometidos por jovens em Roraima e encontrados nestes levantamentos.

Após a pesquisa exploratória, e frente ao contexto apresentado em Roraima, buscar o olhar sobre a violência a partir da ótica do jovem que praticou e entender o campo do sentido me pareceu ainda mais motivador e intrigante.

2.4 PROCESSOS IDENTITÁRIOS E REFLEXIVIDADE

Historicamente, o termo identidade surge no século XVII, em meio as discussões filosóficas do iluminismo e teve seu uso popularizado em meados do século XX.

(...) o sujeito do Iluminismo é baseado numa concepção de indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que

emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou “idêntico” a ele – ao longo da existência do indivíduo. Seu centro essencial era sua identidade como pessoa. (SANTOS, 2010, p. 28)

Essa concepção iluminista dará origem a corrente das teorias da identidade que seria denominada de essencialista. Desde então, diversas discussões tem sido travadas no campo teórico dando origem a uma multiplicidade de abordagens, concepções e conceitos que tratam da identidade.

A reflexão teórica contemporânea não é sobre “a identidade”, mas sobre identidades: pessoais, sociais, simbólicas, profissionais, culturais, étnicas, de gênero. A Concepção de identidade, especialmente para os pós-estruturalistas, é cada vez menos essência e mais móvel, múltipla e situacional. Para este estudo, realizou-se um aprofundamento da fenomenologia, especialmente de George Mead, Alfred Schutz e a recepção destes estudos na antropologia brasileira, através de Gilberto Velho, com o objetivo de conduzir a análise das narrativas dos jovens e sobre processos reflexivos em torno da violência.

2.4.1 O self/identidade como processo social – George Mead

Self, originalmente, significa “por si mesmo”, o mesmo, o idêntico e tem sido aplicado ao ser humano com a conotação de singularidade, de identidade distintiva que persiste no tempo.

Para Mead (1982), este si-mesmo, o self é produto da interação social, emerge como fruto de um processo de experiência e ação social, ou seja, a partir das relações do indivíduo com um todo e outros indivíduos dentro desse processo.

O Self não é uma unidade. Ele está constituído pelo self-sujeito (eu) e pelo self-objeto (mim). O eu é a reação do organismo às atitudes dos demais e o mim é a série de atitudes organizadas dos outros, adotadas por cada um. As atitudes dos outros constitui o mim organizado e a reação a ele se dá através do eu (MEAD, 1972, p. 175).

Mead (1972) enfatiza a diferença entre o “mim” e o “eu” tratando-as como fases distintas do Self.

(...) o "mim" corresponde às atitudes organizadas dos outros, que nos assumimos definidamente e que determina, conseqüentemente, a nossa conduta na medida em que ela é de caráter autoconsciente. Agora, o "mim" pode ser considerado como o cedente (giving) da forma do "eu". A novidade

aparece na ação do "eu", mas a estrutura, a forma do self, é convencional. (MEAD, p. 209, 1972)

O outro generalizado corresponde à comunidade ou grupo social organizado do qual o indivíduo faz parte. A atitude do outro generalizado é a atitude de toda a comunidade e é o que proporciona ao indivíduo, a sua unidade de pessoa.

A conceituação do outro generalizado em Mead (1972) nos leva à compreensão de sua importância enquanto elemento mediador entre o indivíduo e a sociedade e de seu papel enquanto instrumento de controle social introjetado pelo self, que, por sua vez, reflete a formulação abstrata da comunidade ou sociedade a qual pertence o indivíduo³⁴.

O self congrega o passado, o presente e o futuro em suas fases distintas. Ao "eu", Mead delega a expressão presente do que o sujeito projeta como futuro. A sua fase expressa pelo "mim" está voltada ao passado. Nas palavras de Mayorga (2006),

Mead delega ao eu, um papel essencialmente de agente, que desempenha suas atividades na imediaticidade do presente e reage às atitudes dos outros no "aqui e agora". Já o mim, representa uma espécie de recordação das atitudes do eu, bem como a série de atitudes organizadas dos outros, adotadas pelo self. Nesse sentido, o mim está interrelacionado com as influências e consequências sociais da ação do eu. O mim está ligado com a cultura internalizada, com a memória e com todos aqueles valores que de uma maneira geral estão ligados à sociedade. O mim é composto pela internalização ou incorporação do outro generalizado. Eu e mim estão em constante "diálogo" e o resultado desse "diálogo" é a ação. (MAYORGA, 2006, p. 7)

Para Mead (1972), o self é processo reflexivo pois o indivíduo consegue tomar a si mesmo como objeto de reflexão, ou seja, ele pode ser ao mesmo tempo sujeito e objeto. O indivíduo se coloca a si mesmo como objeto, através dos pontos de vista particulares dos outros membros do grupo social e do ponto de vista

³⁴ Para Mead (1972) É na forma do outro generalizado que os processos sociais influenciam o comportamento dos indivíduos neles envolvidos e que eles são executados, quer dizer, que é nessa forma que a comunidade exerce seu controle sobre o comportamento de seus membros; porque e nessa forma que o processo entra como um fator determinante do pensamento individual. Pelo *pensamento abstrato* o indivíduo assume para si a atitude do outro generalizado, sem referência à expressão que esse outro generalizado possa assumir para qualquer outro indivíduo particular; e pelo *pensamento concreto* assume essa atitude em que é expressada nas atitudes para o seu comportamento, por parte daqueles outros indivíduos com quem está envolvido na situação ou no ato social. Mas, unicamente adotando a atitude do outro generalizado para si, por uma dessas maneiras, pode o indivíduo pensar, porque apenas assim pode se dar o pensamento. E somente através da *apropriação pelos indivíduos da atitude ou das atitudes do outro generalizado para si mesmo que pode existir um universo de discurso*, como um sistema de significados comuns ou sociais que o pensamento pressupõe. (MEAD, 1972).

generalizado desse grupo, enquanto o todo ao qual pertence.

Sendo assim, o self é uma articulação das experiências subjetivas do indivíduo (o eu), com os papéis objetivos que a sociedade apresenta (o mim) e depende essencialmente dos grupos sociais aos quais o indivíduo pertence, pois “o indivíduo possui o self somente em relação aos selfs dos outros membros do seu grupo social” (MEAD, 1962, p. 164). “Eu” e “mim” estão em constante “diálogo” e o resultado desse “diálogo” é a ação.

Embora façamos a distinção entre eu e mim, essas instâncias do self não estão separadas e tal noção de self rompe com a concepção moderna de conhecimento que explica a construção do mesmo e a relação entre indivíduo e sociedade através da relação entre sujeito e objeto (S → O). A partir da teoria do self, a noção de sujeito como mero observador será criticada, surgindo a valorização de seu papel como ator; como alguém que é sujeito e objeto na sua relação com o mundo, a partir de uma relação dialética. Esse posicionamento rompe com os dualismos cartesianos entre mente e corpo; entre self e mundo. (MEAD, 1962, p. 164).

Para Mayorga (2006), George Mead, através da teoria do self e do outro generalizado contribuiu para a compreensão da formação da identidade, dentro de um movimento dialético na relação do homem com o mundo, em que o homem é o sujeito e o objeto na construção do self. Portanto, dentro desta perspectiva, a identidade não seria fixa mas sujeita às transformações ocorridas ao longo do processo de interação do indivíduo com os seus grupos sociais.

2.4.2 Ação social e identidade – Alfred Schutz

Para Schutz (1979), o sujeito se constitui em uma biografia única, mas dentro de um mundo que é comum a todos os seres humanos. O mundo existe independente do sujeito e continuará a existir depois dele, pois pressupõe uma existência material constituída por vários elementos da história da cultura. Mesmo que cada um possua uma biografia diferente, cada uma destas biografias será construída dentro de um mundo constituído por todos, mas vivenciados de forma diferente. O sujeito está sempre amparado em sua biografia e em uma comunidade de pessoas que formam o Outro para ele. Este Outro é imprescindível. É graças a ele que a sociabilidade se efetiva através dos atos comunicativos.

O sujeito quando apreende e se socializa o faz através de suas experiências e vai construindo sua identidade. Mesmo dentro da mesma cultura, ele se constitui um campo subjetivo particular que, mesmo dentro de um mesmo ambiente vivido por outros sujeitos, lhe confere sentidos diferentes. Esta situação confere ao ser humano um

estoque de conhecimentos, constituído através do cotidiano, que faz com que ele dê sentido ao mundo que o rodeia, a isto Husserl denomina “sedimentação de significado”.

Estes significados são construídos a partir da intersubjetividade, que por sua vez carece da existência de um Eu e um Outro para fazer com que as experiências subjetivas, que são biográficas, sejam significativas.

Entende-se por intersubjetividade o mundo cotidiano não apenas pertencendo a um único indivíduo, mas compartilhado com os seus semelhantes. O mundo social é constituído por meio da comunicação e da ação intersubjetiva dos sujeitos capazes de envolvê-los na interação social e fazê-los experimentar e compreender os fundamentos da subjetividade. (SCHUTZ, 1972)

Essas relações experienciadas vão dando ao indivíduo uma formação única à sua pessoa. Vivendo nesse mundo, o indivíduo ocupa, na sociedade onde vive, um lugar e um tempo e toda a aquisição e sedimentação de experiências no decorrer de sua vida o faz ser diferente dos demais, embora sejamos semelhantes. Essa é sua identidade própria, o eu biograficamente construído (SCHUTZ, 1972).

Assim, a situação biográfica é caracterizada por um acervo de conhecimento experimentado, vivenciado pelo sujeito social durante sua vida, interpretada como a tipificação do senso comum.

É todo momento da vida de um homem, isto é, o ambiente físico e sociocultural conforme definido por ele, dentro do qual tem sua posição, não apenas em termos de espaço físico e tempo exterior, ou de seu status e papel dentro do sistema social, mas também sua posição moral e ideológica. É a sedimentação de todas as experiências anteriores desse homem, organizadas de acordo com o seu estoque de conhecimento à mão, são posses unicamente dele, dadas somente a ele. (SCHUTZ, 1972)

Dentro desta perspectiva, o autor ressalta a importância de compreender as pessoas dentro de seu mundo social. Segundo o autor, as ações dos sujeitos podem ser interpretadas através de três tipos “indiretos de abordagem” A primeira delas é colocar-se no lugar do outro e com isto compreender o que passa na ação de um sujeito quando age; a segunda revela que, a partir de informações sobre as ações costumeiramente desenvolvidas, as pessoas podem saber como uma outra procederia naquela situação; a terceira é, a partir da ação em curso, conseguir interpretar o que está acontecendo na ação desempenhada (SCHUTZ, 1979, p. 192).

As concepções de identidade em Mead e Shutz serviram de aporte para a compreensão da perspectiva do jovem participante desta pesquisa sobre si e sobre relação de suas concepções do ser jovem e de sua identidade.

3 PERCURSOS DA PESQUISA

3.1 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PROCEDIMENTOS E ABORDAGENS

3.1.1 Caracterização

Esta pesquisa é de caráter qualitativo e etnográfico. Sabemos que o método etnográfico, apresenta algumas limitações, mas foi por meio dele que conseguimos, principalmente na pesquisa de campo, acessar significados embutidos em fatos aparentemente corriqueiros e procuramos manter um olhar que levasse em consideração a corporalidade das informações de forma singular

Erickson (1981) sugere que existem duas fontes principais de se obter um *corpus*: olhar e perguntar. O olhar se refere a várias técnicas de observação existentes, como anotações de campo, gravações de áudio e vídeo e suas transcrições subsequentes. Perguntar refere-se à utilização de questionários, entrevistas, diários de campo, estudo de documentos.

Partindo do princípio que esta pesquisa tem como principal objetivo compreender como os jovens atores de ato infracional grave estabelecem relações com as situações de violência vivenciadas e como estas são elaboradas subjetivamente e influenciam em suas trajetórias de vida, optei por um estudo de caráter qualitativo, tomando como referencial metodológico a etnografia, tendo como principal interlocutores Eckert (2008) e Sáez (2013).

Deste modo priorizei a observação direta e demais técnicas de coleta de dados como entrevistas e análise documental. As informações foram coletadas por meio de conversas informais, um roteiro de entrevista semiestruturado, da participação direta na rotina dos internos e dos servidores do CSE e da análise de documentos institucionais.

3.1.2 Dos participantes a coleta e análise de dados

Para efeito de entendimento, definimos aqui como participantes todos que contribuíram com informações para esta pesquisa e que estão alocados nos seguintes grupos:

Para preservar a integridade e identidade dos jovens participantes, nesta pesquisa os jovens foram nominados com pseudônimos.

Dentre os participantes do grupo A e do grupo B alguns profissionais e jovens contribuíram também como interlocutores, uma vez que nos primeiros passos da

pesquisa de campo, possibilitaram a inserção e imersão na rotina do CSE-RR.

Quadro 1: Dos participantes

GRUPOS	LOCAL	PARTICIPANTES
Grupo A Profissionais	Da Escola	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenadora Pedagógica Professores – (4)
	Do CSE-RR	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenadora Pedagógica • Diretor • Socioeducadores (04) • Técnicos administrativos • Assistente social
Grupo B	Do CSE-RR	6 Jovens entre respondem medida sócio educativa em regime com ou sem possibilidade de atividade externas.

Fonte: Elaborado pela autora

3.1.2.1 Da seleção dos participantes a sistematização e análise de dados documentais

A seleção dos participantes ocorreu com base em alguns critérios que a aqui diferencio em critérios comuns aos dois grupos e critérios específicos. Dentre os critérios comuns ao grupo A e B, o principal foi o interesse e concordância em participar. Neste sentido além dos contatos iniciais e das conversas informais estabelecidas, os informantes concordaram e autorizaram a utilização de suas informações, falas e até mesmo fotografias por dois meios: via gravação e via assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido³⁵.

Os critérios para o grupo B inicialmente, foram os seguintes:

- Responder por ato infracional de natureza grave.
- Indicados por participantes do grupo A;
- Facilidade de expressão e comunicação;

³⁵ O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é uma exigência do Conselho Nacional de Saúde, regulamentada pela Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Sua obrigatoriedade se aplica a pesquisas envolvendo seres humanos na área da saúde. Para este estudo, na área das Ciências sociais, não há obrigatoriedade para autorização no Conselho de Ética Nacional, tão pouco a aplicação do Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Por uma questão de ética pessoal da pesquisadora, o Termo foi utilizado e aplicado a participantes do Grupo A. No grupo B os esclarecimentos quanto a pesquisa, suas concordâncias quanto a participação e divulgação de informações, foram realizadas por gravação.

No decorrer da pesquisa outros critérios foram sendo estabelecidos em função das variantes que foram surgindo.

1º Variante: Fluxo de jovens:

Embora tenham sido internados por haverem cometido atos infracionais de natureza grave, os jovens no CSE-RR encontram-se em Regime de internação provisória (aguardando decisão judicial que, por força de Lei, deve ser promulgada no prazo máximo de 45 dias); ou Regime de internação após julgamento, cumprindo medida socioeducativa determinada pelo Juiz. Assim, o primeiro recorte necessário para seleção foi de exclusão dos jovens em Regime de internação provisória, pois poderiam, como de fato ocorreu, serem libertos no decorrer da pesquisa. A seleção considerou apenas os jovens 'já sentenciados'.

2ª variante: Tipos de Medidas socioeducativas.

No decorrer da leitura dos processos, a noção de que a medida socioeducativa que os jovens do CSE-RR estavam cumprindo naquele momento, estava relacionada a natureza do ato infracional cometido, foi redimensionada e forçou a realização de um novo recorte. A aplicabilidade inicial da medida socioeducativa, de fato, tem relação com a natureza do ato infracional cometido, entretanto, no decorrer do período de internação o jovem pode sofrer progressão e passar, por exemplo, de uma medida de internação sem possibilidade de atividades externas, para semiliberdade. Portanto, o fato de estar em semiliberdade não implica dizer que não tenha cometido ato infracional de natureza grave. O segundo recorte foi para selecionar jovens que tenham cometido ato infracional de natureza grave, independente da modalidade de medida socioeducativa.

3ª variante: Local de Cumprimento das medidas socioeducativas por modalidade.

Quando iniciei a pesquisa de campo, ainda na fase de leitura dos processos, o CSE-RR comportava todos os jovens que respondiam medidas socioeducativas, independentemente de sua modalidade. Assim, junto aos Sentenciados com ou sem possibilidade de atividades externas, ficavam os jovens em semiliberdade. Muitos destes jovens passavam o dia lá mesmo pelo CSE-RR. No decorrer da pesquisa, os jovens da semiliberdade, por força de Lei, foram retirados do CSE-RR e enviados para Unidade específica de atendimento a esta modalidade de medida sócio-educacional. Essa determinação de mudança de prédio realizada após muitas ações impetradas pelo MP, embora necessária e demandasse providências por parte do

estado, dificultou o acesso a estes jovens para a realização da pesquisa etnográfica, pois nas novas instalações a medida socioeducativa de semiliberdade começou a ser cumprida a termos, com o retorno à nova unidade apenas a noite. Frente a este contexto, os jovens que haviam cometido ato infracional de natureza grave, mas encontravam-se em semiliberdade foram excluídos e nova seleção foi feita dentre os jovens que encontram-se respondendo por medida socioeducativa com e sem possibilidade de atividades externas. Aqui vale uma ressalva. Os jovens que cumprem medidas socioeducativas com possibilidade de atividades externas não foram excluídos neste recorte porque não se ausentam do CSE-RR. Segundo a gestão, o trabalho de acompanhamento a esses jovens para a realização das atividades externas é inviabilizado devido ao quantitativo de socioeducadores insuficiente para atender a demanda.

4ª variante: Período de cumprimento da medida socioeducativa.

Após o recorte anterior e tendo estabelecido como novo critério que consultaríamos apenas os jovens que haviam cometido ato de natureza grave e estivessem em cumprimento de medida socioeducativa com e sem liberdade de atividade externa surge a 4ª variante: independente do período da sentença estabelecida pelo juiz no ato do julgamento, a medida socioeducativa deve ser revista pelo Juizado da Infância e Juventude a cada seis meses. Portanto era necessário considerar o interstício de tempo da internação do jovem e a previsão de encerramento da pesquisa de campo, evitando assim que a coleta de dados e a relação etnográfica não fosse concluída em detrimento a uma possível progressão para a semiliberdade extinção da medida socioeducativa (liberdade).

5ª variante: Representação de exacerbado perigo a integridade física da pesquisadora.

Essa variante surgiu em função da existência de alguns laudos psiquiátricos, atestando em alguns jovens quadros psicopatia; quadros de explosões repentinas e extrema agressividade decorrente de crises de abstinência química, relatados por profissionais do CSE-RR e presenciados pela pesquisadora nas visitas as celas e assédio físico a professora. Alguns desses jovens, quando consultados do interesse em participar, se dispuseram de pronto, com bastante interesse. Entretanto, apesar das constantes cobranças por parte deles, por uma questão de assegurar minha integridade física, o quinto corte foi realizado.

As variantes foram surgindo no decorrer do processo simultâneo de leitura

dos processos, análise documental e informações coletadas junto aos profissionais do CSE-RR, todas antes do primeiro contato pessoal com os jovens, descrito na seção 4.4 deste capítulo. Faz-se uma ressalva para última variável que surgiu também por meio do contato direto com os jovens.

A cada variante um recorte foi realizado, estabeleceu-se novos critérios de seleção e um novo quadro de possíveis participantes do grupo B se apresentava. A consulta aos jovens quanto ao interesse de participação foi realizada simultaneamente a elaboração do último quadro com levantamento dos jovens (Apêndice A) a partir dos critérios que foram se estabelecendo.

Em síntese, após as variantes e recortes apresentados, os critérios de seleção para participantes do grupo B se conformaram da seguinte maneira:

- Responder por ato infracional de natureza grave.
- Ter indicação do grupo A (esse critério não foi aplicado em todos os casos);
- Ter facilidade de expressão e comunicação;
- Não estar no Regime de internação provisória, aguardando deliberação do juizado;
- Encontrar-se respondendo por medida socioeducativa com e sem possibilidade de atividades externas;
- Responder por ato infracional de natureza grave, independente da modalidade de medidas socioeducativa;
- Período de cumprimento da medida socioeducativa considerando o interstício de tempo da internação do jovem e a previsão de encerramento da pesquisa de campo;

Com objetivos iniciais de selecionar os possíveis jovens participantes com base nos critérios estabelecidos no projeto desta de pesquisa, o primeiro passo foi, simultâneo as interações com os profissionais do CSE-RR, organizar um quadro que dispusesse as informações acerca dos jovens internos no CSE-RR, partindo dos diversos documentos contidos em suas pastas individuais tais como: cadastros, relatórios técnicos, plano de atendimento individual – PIA, relatórios de ocorrências internas, processos judiciais e demais formulários. O quantitativo desses documentos variam de acordo com as reincidências e consequentes retornos ao

CSE-RR, bem como ao período maior ou menor de internação. Encontrei casos com dois extensos volumes.

A sistematização e análise dos dados destes documentos permitiram também, a partir de um contexto mais amplo, situar os jovens desde uma perspectiva institucional com os dados uniformizados (idade, sexo, trabalho, situação conjugal, escolaridade, renda familiar, moradia e quanto ao conhecimento atos infracionais cometidos e medidas socioeducativas aplicadas) - até uma perspectiva subjetiva por meio das narrativas de familiares e dos próprios jovens. Além disso possibilitou que eu conhecesse o que deu causa a sua internação.

O conjunto dessas informações permitiram elaborar um quadro institucional geral dos jovens infratores no CSE, que apresento no Capítulo 4; reunir informações a partir das quais, junto aos dados coletados em conversas informais com funcionários e indicações, estabeleci o primeiro contato *face to face* com os jovens, fazendo a pesquisa de sondagem de interesse em contribuir com este estudo na qualidade de participante; elaborar o roteiro semiestruturado para a realização da entrevista com os jovens que se voluntariassem.

Em conformidade com os critérios de seleção após a realização de alguns recortes e com o quantitativo de 16 jovens tendo manifestado interesse de participação na pesquisa, passei para a segunda etapa do processo de seleção efetuando as entrevistas com os jovens.

3.1.2.2 Das Entrevistas

Semiestruturadas, a partir de um roteiro prévio com questões que além de suas trajetórias de vida abordaram dimensões relativas a identidade e projetos de vida (Apêndice B), as entrevistas além de contribuírem para a conclusão da seleção dos participantes, possibilitaram acessar o olhar do jovem sobre sua trajetória de vida e o modo como a violência aparece em suas narrativas, em especial a violência que deu causa a sua internação (todos fizeram questão de falar).

Com duração média de 60 minutos, a primeira entrevista com os jovens foi realizada em sala específica e devidamente gravada com anuência dos jovens.

As dimensões exploradas na entrevistas semiestruturada foram se aprofundando durante a observação direta, em momentos em que foi possível realizar entrevistas semiestruturadas e observar situações de interação pessoal que trazia informações relativas as dimensões exploradas.

Desde as primeiras inserções no universo da pesquisa de campo, mesmos as de caráter meramente exploratórios, houve uma preocupação em zelar pelo olhar atento aos movimentos que dão vida ao CSE-RR, sem perder de vista acontecimentos que quebram a rotina (fugas, agressões a funcionários e etc).

3.1.2.3 Da Observação participante

Para observação participativa segundo Eckert (2008), “a interação é a condição da pesquisa. Não se trata de um encontro fortuito, mas de uma relação que se prolonga no fluxo do tempo e na pluralidade dos espaços sociais vividos”. Entretanto algumas situações inerentes ao próprio contexto em que se insere a pesquisa, condicionaram as interações estabelecidas a momentos específicos, já que a maior parte do dia os jovens ficam em suas celas. Os “espaços sociais” para interação foram limitados ao ambiente escolar, a sala de leitura, a momentos de visitação as celas e atividades extracurriculares, a exemplo dos torneios esportivos quando pude circular na quadra de esportes e ter acesso a todos. A regularidade da presença nos ambientes e momentos que era possível interagir com os jovens foi o que facilitou a inserção no campo e possibilitou a interação e a participação direta na rotina.

As observações e entrevistas não-estruturadas foram registrados em caderno de notas e transcritas para o diário de campo. As entrevistas semiestruturadas realizadas com os 16 jovens, foram degravadas e sistematizadas em quadros organizados por dimensão investigada para a realização da análise de dados. Com base na análise do discurso.

A análise de dados foi extremamente complexa principalmente por causa da quantidade de informações coletadas e da natureza subjetiva das questões e da própria análise. Frente a infinidade de registros contidos nos diários de campo e nas entrevistas alguns cortes foram feitos para que se pudesse evitar desvios do foco.

3.1.2.4 Concepção para procedimentos de análise

Considerando a orientação etnográfica quanto aos procedimentos de análise, neste estudo a sistematização, interpretação subjetiva e análise de dados foram feitas simultaneamente, logo em seguida a utilização do instrumento de coleta. Ou seja, a medida em que as entrevistas foram sendo realizadas, a transcrição, as análises e a natural comparação com informações coletas por meio das

observações registradas em diário de campo, iam acontecendo. Ao cruzar algumas informações registradas em diferentes dias e instrumentos (diário de campo e transcrição das entrevistas) foi possível identificar várias vezes diferentes discursos sobre uma mesma realidade.

3.2 DIFICULDADES DE PERCURSO

3.2.1 Portas abertas – Portas fechadas: Percalços e conquistas

O trabalho da pesquisa etnográfica no CSE foi realizado em duas etapas. As primeiras entradas ao campo ocorreram diariamente, no período matutino nos meses de agosto e setembro de 2015 e foram retomadas no período de janeiro a abril de 2016, totalizando seis meses de atividade de campo. A primeira etapa foi essencialmente exploratória, objetivando a ambientação sobre a minha presença; a inserção no universo empírico da pesquisa a partir da seleção dos jovens que cometeram ato infracional de natureza grave, por meio de levantamento com base na análise de documentos, conversas informais, observação direta e indicações; e de suas concordâncias em participarem voluntariamente do trabalho de pesquisa.

A segunda etapa iniciou-se com a retomada do trabalho de seleção e com atualização dos jovens que foram internados no período posterior ao levantamento efetuado na etapa anterior, seguida da imersão no campo por meio da participação e, o quanto tanto possível, da rotina dos jovens. Nesta etapa, as relações *face to face* se fizeram tão presentes quanto o caráter de subjetividade nas relações entre pesquisador e objeto de estudo, caráter este consequente da regularidade da presença e permanência no campo para a observação direta inerente à pesquisa etnográfica. O objetivo principal nesta segunda etapa foi olhar, escutar e registrar para buscar nos diálogos, nas conversas informais, nas entrevistas, nos olhares, nos gestos, enfim nos discursos, as informações que possibilitassem compreender o campo do sentido da violência a partir do ponto de vista do outro, daquele que cometeu a violência que é o objeto de estudo nesta pesquisa: o jovem que responde por ato infracional de natureza grave, mais especificamente homicídio, latrocínio e estupro.

No decorrer destas duas etapas, houve uma alternância quanto à receptividade e aceitação da pesquisa no âmbito institucional do CSE. A esse movimento de aceitação, dificuldades, impedimentos e aceitação chamo de Portas Abertas – Portas Fechada, que também passo a narrar com objetivo de traçar o

cenário das relações estabelecidas para inserção no Campo e os caminhos desta pesquisa.

3.2.1.1 Primeira Etapa

No início de agosto de 2014, fui me apresentar ao CSE-RR para dar início à pesquisa de campo. Estou ansiosa. O prédio novo fica fora da cidade de Boa Vista. Depois de percorrer o mesmo caminho rumo à PAMC, saio da Br e entro numa rua asfaltada que dá acesso ao CSE. Observo que ali se instalou uma grande invasão. São muitos casebres de madeira, outros de tijolos. Em alguns, a impressão que tenho, é que não habita ninguém.

Chego na frente do Centro, que está localizado no meio de um grande descampado. O prédio, de fato, é novo. Passo por um grande portão aberto, com uma guarita onde naquele momento não havia guardas. Ninguém me parou para indagar nada. Causou-me estranheza. Esperava encontrar na entrada um aparato de segurança e controle do acesso, como apresentação de documento de identificação, revista e demais ações inerentes ao ambiente onde estão as pessoas privadas de liberdade.

Mais à frente, há uma grade que dá acesso a um “terraço” ou “hall”, com uma mesa relativamente grande e algumas cadeiras. Ao me aproximar, um senhorzinho simpático de uns 68 a 70 anos, abriu a grade. Já dentro, mas ainda sem me identificar pergunto pela Diretora. Com as mudanças de gestão, comuns nas instituições do estado de Roraima a cada ano que se inicia, não sei ao certo quem está na direção neste momento, mas com certeza não é a pessoa com a qual fiz os primeiros contatos para construir o projeto de qualificação. Sou informada que o diretor, Gerente da Unidade, atualmente é uma outra pessoa e que a ex-diretora gerente (posterior a Diretora Gerente com o qual mantive os primeiros contatos), continua trabalhando como chefe da equipe técnica na gestão junto à Diretora Gerente atual. Sou encaminhada à sala da chefe da equipe técnica, em que diretora Gerente da Unidade também se encontra.

Ao entrar, tenho a grata surpresa de ver que a diretora Gerente da Unidade havia sido aluna no curso superior de Contabilidade em uma Universidade particular do estado de Roraima. A chefe da Equipe Técnica estava sentada em sua mesa atendendo uma outra pessoa. Após algumas amenidades, apresentei-me como pesquisadora e conversei com a Diretora Gerente da Unidade expondo

detalhadamente minha pesquisa, solicitando a sua permissão para desenvolvê-la no âmbito do CSE e demonstrando a intencionalidade meramente acadêmica, sem finalidade de divulgação em outros meios que não o acadêmico. O primeiro passo para que pudesse imergir no campo seria a concordância por parte da Instituição após avaliar a pertinência de minha pesquisa. Embora já houvesse mantido uma conversa similar ainda quando da elaboração do projeto, devido às inconstâncias políticas no estado e conseqüente troca de gestores das instituições, tive que me apresentar e reapresentar por diversas vezes no decorrer do tempo que durou o curso e falar da intencionalidade de minha prática etnográfica no âmbito do CSE, em cada uma dessas vezes. Essa intencionalidade, no contexto de Roraima, é imprescindível e explico mais adiante os motivos. A receptividade da Diretora da Unidade foi excelente e com certeza deveu-se fundamentalmente ao fato de já nos conhecermos. Em seguida, apresentando-me à chefe da equipe técnica como sua ex-professora e solicitando-lhe que me atendesse no que fosse preciso, a Diretora Gerente da Unidade retirou-se da sala. A partir deste momento, senti-me como se estivesse num interrogatório da Santa Inquisição. Talvez devido à cultura local de interferência política direta nas instituições, precisei explicar novamente e mais minuciosamente no que consistia minha pesquisa, qual a intencionalidade, o que eu iria fazer com os dados coletados. As desconfianças logo se dissiparam e as portas foram abertas. A Diretora Gerente da Unidade e a Chefe da Equipe Técnica foram as minhas primeiras interlocutoras no CSE-RR.

A gestão me concedeu uma sala com mesas e cadeiras e liberdade para manusear os documentos que fossem necessários à pesquisa, bem como autorização para conversar com os funcionários. Não me foi sinalizada a possibilidade nem a impossibilidade de contato direto com a rotina dos jovens. Assim, por dois meses - agosto e setembro de 2015 agosto e setembro de 2015 – tive acesso a 47 pastas individuais e privacidade para estudar e analisar toda documentação nelas constantes, entrando em contato com material referente à trajetória de vida social, judicial e privada de cada socioeducando internado no CSE, a fim de selecionar os jovens que cometeram ato infracional de natureza grave. Este primeiro recorte se deu por meio do discurso indireto – discursos dos jovens, familiares, da equipe multidisciplinar e do poder judiciário presentes nos documentos analisados.

Nestes dois meses, não tive acesso *face to face* aos jovens. Os contatos eram esporádicos e superficiais, ocorrendo apenas quando os encontrava, normalmente algemados, no pátio principal da entrada do CSE. Os jovens raramente saíam de suas acomodações, exceto para atendimento médico, da equipe multidisciplinar ou para conversas pontuais com as gestoras por motivo de indisciplina, desacatos e infração. O clima era sempre muito tenso, inclusive entre gestores e socioeducadores. Havia um impasse nas relações interpessoais e funcionais que naquele momento não consegui compreender, mas que inicialmente contribuiu como elemento complicador para o meu acesso aos funcionários.

Neste momento da pesquisa, a falta de contato direto com os jovens não implicou em prejuízos ao andamento, logo porque eu precisava primeiro explorar, conhecer o ambiente de maneira a conquistar a aquiescência das pessoas à minha presença, para que eu pudesse interagir e efetuar a observação direta, participativa e sistemática das práticas sociais que ali se estabeleceram. Mantive conversas pontuais e informais com as gestoras, assistente social e alguns técnicos que contribuíram para que eu realizasse o primeiro recorte na seleção dos possíveis jovens participantes da pesquisa e efetuasse um planejamento prévio de abordagem e sondagem para participação voluntária.

Em novembro, devido às constantes fugas da PAMC e a duas rebeliões no CSE, a Governadora do Estado resolveu militarizar o sistema prisional. Deste modo, ao retornar para dar prosseguimento ao trabalho de campo, em janeiro de 2016, havia um novo Diretor Gerente da Unidade, um tenente da Polícia Militar. Jovem, ativo e ansioso por se empoderar como o novo Diretor Gerente de Unidade do CSE-RR que, nas suas palavras, “havia sido convidado e empossado para botar ordem na casa”. O tenente, ao me receber, me informou que eu não poderia dar prosseguimento à pesquisa no âmbito da Instituição, sem antes ele obter a autorização do juiz da Infância e Juventude, mesmo eu tendo sido autorizada pela gestão anterior e tendo em mãos todos os documentos comprobatórios da aceitação. Conhecedora do aparato burocrático nas Instituições do estado, fiz profundas elucubrações e o sentimento foi de Portas Fechadas. O juiz da Infância e Juventude atual, muito sensível às questões relativas aos estudos nas áreas de Juventude e Violência, na mesma semana expediu autorização dando-me ampla liberdade de atuação. Entretanto, neste momento as portas não foram abertas de pronto. Foi um processo de conquista.

Aqui, considero importante abrir um parêntese para que se faça uma reflexão sobre as relações de Poder no âmbito Estado de Roraima. Considero importante primeiro porque o CSE-RR é uma instituição que atualmente é regida pelo governo do Estado de Roraima e, portanto, não está isenta de sofrer os reflexos e consequências em virtude das relações políticas instituídas pelo estado; segundo, porque é necessário apresentar o cenário em que o CSE-RR está inserido para que se possa compreender as relações ali estabelecidas e os reflexos destas relações no campo da pesquisa e nos movimentos de alternância supracitados, denominados por mim neste estudo de Portas abertas e Portas Fechadas.

A conversa que naturalmente se estabelece na apresentação do pesquisador na Instituição em que pretende realizar sua pesquisa normalmente ocorre de maneira muito tranquila. É praxe e ético que falemos da pesquisa deixando claro os objetivos, a intencionalidade, o período de realização, os participantes. Nas Instituições do governo do Estado e Município de Roraima, excepcionalmente, estas conversas precisam ser muito mais esclarecedoras, pontuais, cautelosas e burocráticas do que as que convencionalmente se estabelece e isto deve-se ao caráter essencialmente politiqueiro que permeia as relações entre as pessoas, gerando um clima de desconfiança. As questões políticas partidárias no estado são muito fortes e presentes nas instituições do governo do estado e do município desde o antigo Território de Roraima até os dias atuais.

Em pesquisa realizada por Lobo (2014) sobre o processo de formação e reorganização do grupos políticos do Estado de Roraima, o autor analisa a luta das elites locais após o processo de redemocratização do país e da transformação do Território de Roraima em Estado, apresentando a formação de um novo cenário e a constituição de novos líderes e grupos políticos, cujas bases de sustentação foram forjadas no clientelismo e reforçadas por elementos já consolidados na política local e nacional, como nepotismo, corrupção e impunidade.

Resguardando-se a temporalidade, alcance social e proporções, essas práticas e grupos ainda continuam fazendo parte do no cenário político de Roraima de maneira muito contundente. Os poderes estatal e municipal há décadas revezam-se nas mãos de grupos oligárquicos que atuam de maneira politiqueira a exemplo das famílias Jucá, Campos e Pinto. Essa última após o falecimento do patriarca, Ottomar de Souza Pinto, tem gradativamente desaparecido do cenário político,

enquanto que as duas primeiras se mantem no poder sustentadas pelas práticas forjadas nos anos 80, análogas ao coronelismo e clientelismo nordestino.

A prática de clientelismo é explícita na concessão dos cargos de gestão de alto, médio e baixo escalão, que são distribuídos conforme atuação do indivíduo no período de eleição e as relações estabelecidas com as pessoas que nelas atuaram diretamente. Perfil profissional, competência ou conhecimento técnico não são critérios fundamentais de definição na escolha dos gestores, embora seja possível encontrar pessoas que se enquadrem nestes critérios, atuando como gestores nos cargos de menores escalão. Quanto maior o escalão, mais distantes ficam estes critérios. Do mesmo modo que são nomeadas para os cargos, as pessoas são sumariamente substituídas quando não mais atendem aos interesses politiqueiros do grupo.

Uma vez empossada no cargo, a prática clientelista na constituição das equipes de trabalho prossegue e gradativamente ou não, o novo gestor vai fazendo as substituições que lhe convém alocando nos melhores cargos e funções as pessoas de sua “confiança” ou os apadrinhados políticos. Tem sido prática comum no início de cada ano, em todos os escalões, ocorrer troca de gestores numa espécie de “dança das cadeiras”.

Não é incomum denúncias de desmandos ou descasos nas mídias sociais ou jornalísticas e acusações de um grupo político contra o outro. A vigilância não está presente apenas no período da eleição, mas perdura todo período do mandato e é retomada no mandato seguinte pelo grupo que tiver assumido o poder.

Como consequência desta prática política, o clima na maior parte das Instituições estaduais e municipais de Roraima é de dissimulada cordialidade, competição, desconfiança.

Considerando este contexto, é possível compreender as arguições contundentes realizadas pela Chefia da Área Técnica do CSE-RR da gestão de 2015, quanto à minha intencionalidade no CSE-RR, bem como o comportamento um tanto prepotente e de autoafirmação do novo gestor (gestão de 2016) em nossos primeiros encontros. Afinal, na leitura generalizada inicial de ambos, eu era uma pessoa estranha ao sistema, que estaria presente na Instituição, batendo fotos, tendo acesso a documentos, conversando com os funcionários e com os jovens, observando tudo que se passa no meio e que certamente teria acesso a informações que poderiam ser desabonadoras para a gestão. O processo de

conquista nos dois períodos em que estive no CSE foi individual, gradativo, contínuo, longo e exitoso, mas até o último dia no CSE ainda estava imbuída de fazê-lo junto aqueles que eram necessários à pesquisa de campo.

Por uma dessas coisas que acontecem em nossas vidas e de que não dispomos nenhum controle, encerrei a primeira etapa da pesquisa de forma abrupta e me ausentei do campo até o início do mês de janeiro de 2016 que classifico aqui como início da segunda etapa. Neste interstício de tempo na pesquisa de campo, foram efetuados estudos do material coletado.

3.2.1.2 Segunda Etapa – Estratégias

Na segunda etapa da pesquisa de campo, no período de janeiro a abril de 2016, mesmo com a autorização do juiz, os meus acessos ficaram restritos. O acesso à sala que me fora disponibilizada na primeira fase, nesta fase me fora negado. As pastas com os documentos dos socioeducandos não poderiam mais sair da sala onde ficam arquivadas, sob as justificativas de que “é necessário preservar a integridade dos jovens”, “pois se trata de menor”, “o menor tem que estar incólume” ou “os documentos nesta nova gestão não podem sair da sala”. Perante estas negativas e sob a argumentação da necessidade de acesso à documentação, fui gentilmente alocada provisoriamente pelo Diretor Gerente da Unidade e pela nova Chefe da Equipe Técnica, na sala de arquivo, situada dentro de sua sala e minha frequência e permanência neste espaço condicionada ao período vespertino, com base na justificativa de que no período matutino o fluxo dos processos internos pertinentes à vida administrativa dos jovens no CSE-RR é bastante intenso, a demanda de trabalho é maior e, portanto, não teriam disponibilidade para me prestar a assistência necessária – retirada de pastas do arquivo. Nestas condições, realizei a análise da documentação de mais 50 jovens nos meses de janeiro e fevereiro a qual detalho em capítulo mais adiante.

Imergi no campo procurando, num primeiro momento, entender a dinâmica de funcionamento nesta nova gestão e as relações ali estabelecidas, afim de conseguir me movimentar com mais facilidade e coletar os dados que necessitava. Estabelecer uma relação com os funcionários do CSE, condição primordial para interação e construção do conhecimento acerca campo de pesquisa, foi uma tarefa um tanto desafiadora. Alguns pareciam sempre ‘muito ocupados’, sem disponibilidade para estabelecer contato que demandasse um pouco mais de tempo.

Para outros, a minha presença naquele meio parecia causar estranheza e desconfiança. Sem a concordância dos servidores, principalmente dos socioeducadores e profissionais da educação minha pesquisa de campo estava fadada ao fracasso. Senti neste momento que as portas estavam fechadas.

Era necessário que eu desenvolvesse estratégia que possibilitasse a aproximação, convivência e estabelecimento de relações de reciprocidade, facilitando a minha prática etnográfica a partir de uma boa relação com os funcionários, sem os quais não conseguiria acessar os jovens.

Estando alocada no espaço da Chefia da Equipe Técnica, pude observar o grande fluxo de documentos habitual e a demanda de trabalho extra decorrente da Concentrada³⁶ que ocorreria no mês de abril. Enxerguei neste momento uma estratégia de estreitamento das relações e conquista dos funcionários. Assim, objetivando contribuir e ao mesmo tempo ampliar os espaços para interação, me disponibilizei executar tarefas que estivessem compatíveis com as atividades de pesquisa que eu estava desenvolvendo naquele momento – análise de documento dos jovens – e que não comprometessem minha função de pesquisadora naquele ambiente. Como primeira e única atividade, fui imbuída de criar um modelo de Relatório para encaminhamento dos jovens com problemas de drogadição para acompanhamento e tratamento no CAPS-RR. Esta atividade foi realizada em parceria com a assistente social que, sendo única no CSE-RR, estava assoberbada com a elaboração dos relatórios para a concentrada. A atividade foi realizada a contento, mas só possibilitou uma aproximação com a Assistente Social, não atingindo a todos naquele momento.

Uma segunda estratégia utilizada foi a criação da Salinha de Leitura. A ideia surgiu após a primeira visita que realizei às celas e que pude ver que vários jovens faziam leitura. A partir de uma conversa informal com o Diretor Gerente da Unidade, descobri que poderia contribuir com os funcionários e com os jovens, ocupando de forma saudável e educacional uma parte do extenso período diário que estes jovens ficam “na tranca”. Além disso, o trabalho de dar vida a este projeto junto com os jovens me possibilitaria a aproximação, convivência e estabelecimento de relações de reciprocidade necessários à minha prática etnográfica no campo, incluindo nessa

³⁶ Audiência de avaliação dos jovens para manutenção, progressão ou extinção de medidas socioeducativas em forma de mutirão. Nesta audiência foram atendidos 25 jovens dos quais 06 receberam progressão para MCP; 04 foram para LA; 08 foram libertos com extinção da medida socioeducativa (todos maiores de 18 anos) e 07 não sofreram progressão.

perspectiva a efetivação do encontro direto e reservado com grupos de jovens em interação. Assim, paralelamente à pesquisa de Campo, com auxílio dos principais meios de comunicação da imprensa falada e escrita e com a colaboração direta de alguns jovens internos participantes da pesquisa, organizei uma sala de leitura, com um acervo de 360 livros de diversos gêneros literários, fora as revistas em quadrinhos, todos doados pela sociedade de Roraima, criando um ambiente acolhedor que também pode ser utilizado para leitura extra cela.

Foto 1: Sala de leitura



Foto 2: Livros doados



Foto 3: Canto acolhedor



Fonte: Registradas por Daygles Lima

O trabalho de catalogação, decoração e organização desta sala também possibilitou que eu tivesse um convívio bastante singular, de longos períodos, com alguns jovens sentenciados que se dispuseram a realizar esta ação e que ao conversarem entre si ou comigo, invariavelmente me proviam de informações valiosíssimas que possibilitaram análises que descrevo mais adiante.

Aqui, o desafio inicial, mas logo superado, foi fazer com que o grupo sentisse que naquele momento de trabalho da criação da sala de leitura em conjunto e na minha presença, poderiam ficar à vontade para interagir, que não havia vigilância sobre suas falas nem reprimendas em suas interações. O outro desafio, esse de cunho pessoal, foi paralelamente ao desafio anterior: conter meu receio de que ali houvesse algum atrito entre eles que culminasse em agressões físicas mais sérias que as habitualmente por mim presenciadas nos ambientes da escola e na hora do esporte (momentos de acertos de contas ou ajuste de conduta entre eles).

Com os jovens, a aceitação foi muito mais rápida. Muitos já sabiam de minha presença na Instituição o que suscitava uma certa curiosidade quanto a minha atividade. Quem é esta mulher? O que ela faz aqui?

No decorrer da pesquisa de campo, mesmo depois de ter conversado individualmente com a maioria deles nas visitas às celas e percorrido todas as salas de aula apresentando-me como pesquisadora e explicando minha presença no âmbito institucional, dentre os jovens que se recusaram a participar da pesquisa ou não foram selecionados, havia uma parcela que me via com certa desconfiança. Por estes, fui algumas vezes arguida quanto a minha “real” intencionalidade. Não seria eu uma pessoa que estava observando comportamentos, coletando informação para “cagoetar” ao gerente da Unidade ou ao juiz? Neste sentido, pelos menos uns dois jovens, sempre que tinham oportunidade expressavam suas desconfianças de maneira intimidatória.

“Pesquisadora... rum. Pesquisadora nada meu.

“Vocês são é doido em fica falando coisa prá essa mulher aí! Vê lá que tu fala moleque!”

“Ó que que tu fala moleque! Depois tá tudo lascado aí!

“Tem cara é de delegada! Até parece a que me prendeu!”

Essa desconfiança se acentuou consideravelmente próximo e depois da “Concentrada”, período que coincidiu com o final de minha pesquisa de campo. Estes mesmos jovens expressaram suas desconfianças no momento em que passei nas salas de aula para comunicar que havia terminado a pesquisa, mas que talvez retornasse para sanar algumas dúvidas e ou mesmo visitá-los.

“É... e vai voltar quando? Perto da outra concentrada é?”

“Muita coincidência essa sua pesquisa terminar depois da concentrada, né não dona!”

“Prá vocês aí que num tiveram progressão ó, bando de otário, eu falei, presta atenção o que eu disse!”

“A minha [foto] pode tirar não. Vocês são é? Ela t dizendo isso aí mas vocês numa sabe prá que é essa foto! Ela vai usar prá que?”

“A senhora é da polícia, é? Tem cara da minha delegada, aí ó!”

“Tira não! Tira a deles aí, a minha não. [Logo em seguida diz] Vou deixar só porque é com Iphone 6, ó! Dá bobeira não! [risos].”

“Deixo, não! Não, quero não, tia! Essa cara é muito manjada.”

Vale ressaltar, porém, que os partidários deste pensamento eram em número menor. No início, havia muita cobrança para participar e dar as entrevistas e a maioria participante ou não, esteve sempre muito disposta a contribuir.

“E aí professora, como tá a pesquisa? Já terminou? Se precisar é só me chamar de novo.”

“Tô conversando com os moleque aí. Fica tranquila que tô falando prá eles ajuda aí”.

“Liga pros cara não. Se precisa agente cobra o comportamento!”

“Pode tira minha foto aí, ó. Bota na pesquisa com minha cara. Precisa borrar não!”

“Quando vai me chamar prá conversá?”

“Ei, deixa ver se tô nessa lista aí, ó, porque a senhora disse que eu tô mas não me chama. Tem um bocado de moleque que conversou aí com a senhora.

“E aí, quando tua vai me entrevista loura?”

“Eu também quero falar com a senhora!”

“Num que falar comigo não é? Por que?”

Dentre os jovens que participaram da pesquisa, 14 foram para concentrada. Destes, 06 receberam progressão de medida sócio educativa, sendo uma para Liberdade Assistida. Para 05, foi mantida a mesma medida socioeducativa e 03 tiveram extinção de medida.

No final de minha pesquisa de campo, para alguns funcionários fui apenas a professora que montou a Sala de Leitura, para outros a pesquisadora. Um grupo acabou vendo-me não só como pesquisadora, mas como a pesquisadora, amiga e colaboradora. Uns poucos me tomaram como alguém com poderiam desabafar e buscar conselhos para suas vidas pessoal. Entre os jovens, eu era vista como a pesquisadora, a professora e a pessoa com quem podiam conversar sobre suas agruras. Mesmo frente a essa pluralidade de percepção quanto minha presença no ambiente ou até mesmo por essa pluralidade, acredito ter conseguido quebrar as paredes invisíveis e vencer os percalços que se apresentaram, principalmente no que diz respeito às relações. Nos dias em que não pude ir a campo, minha ausência foi questionada e sentida tanto pelos funcionários quanto pelos jovens e foi uma das coisas que me deixou muito feliz, por refletir o resultado do processo de conquista individual, contínuo e lento, mas muito exitoso.

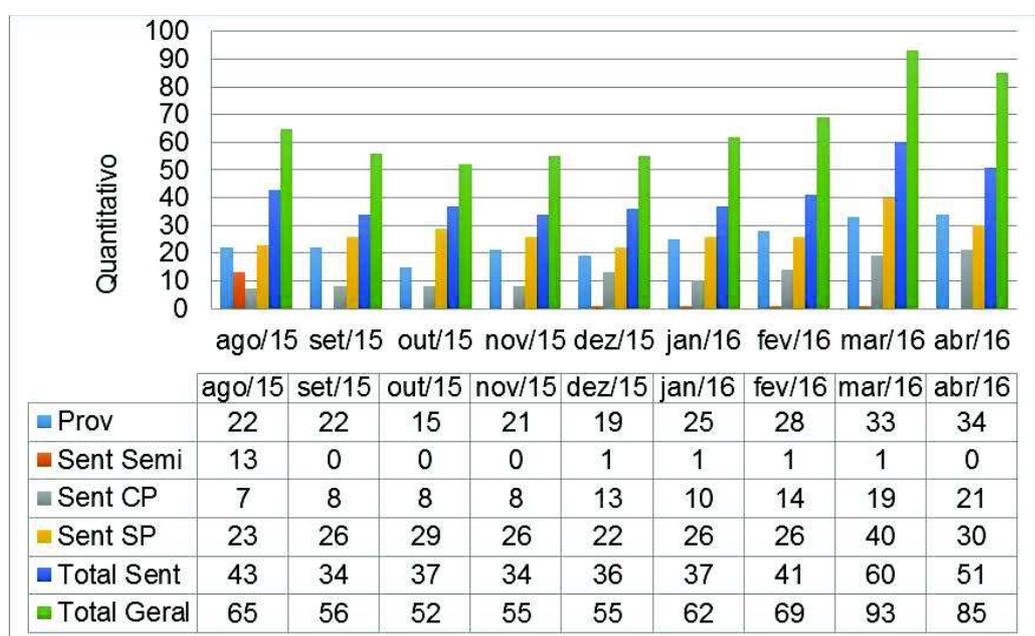
3.3 DESCREVENDO OS CENÁRIOS DA PESQUISA

A pesquisa de campo, como já foi dito, realizou-se no Centro Socioeducativo de Roraima Homero de Souza Filho – CSE-RR por ser este o único local em Roraima que se recebe jovens para cumprimento de medidas socioeducativas - MSE devido ao cometimento de ato infracional de natureza grave, portanto o único local onde podemos encontrar o objeto de estudo desta pesquisa.

3.3.1 O fluxo de jovens no CSE-RR O CSE

O CSE – Roraima abriga jovens de ambos os sexos. O fluxo de entrada e saída da internação de jovens no CSE-RR é intenso, por isso o quantitativo muda diariamente. Além disso, periodicamente os jovens internados passam por avaliação, mudando o status de sua medida socioeducativa. O gráfico 1 apresenta o fluxo dos jovens apenas durante o período de realização da pesquisa de campo, compreendido entre os meses de 08/2015 a 04/2016.

Gráfico 01: Fluxo de socioeducandos por medida socioeducativa



Fonte: Elaborado por Daygles Lima

Observe-se que em agosto de 2015 havia um total de 65 jovens no CSE-RR. Dentre estes, contabilizam-se 13 que estavam em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade em condições desconformes ao que preconiza o Sinase (internados com os jovens em cumprimento de MSE CP e MSE SP). Por ordem judicial expedida pelo Ministério Público Federal de Roraima, no mês de setembro de 2015, o governo do Estado, por intermédio da SETRABES, transferiu estes jovens para um outro prédio, contribuindo para que o quantitativo de jovens sentenciados reduzisse em 30% no âmbito do CSE-RR.

Um dos aspectos que chama atenção é o quantitativo de jovens sentenciados com MSE SP. Observa-se que entre os meses de agosto de 2015 e fevereiro de 2016 o número de jovens sentenciados com MSE SP se manteve, apresentando

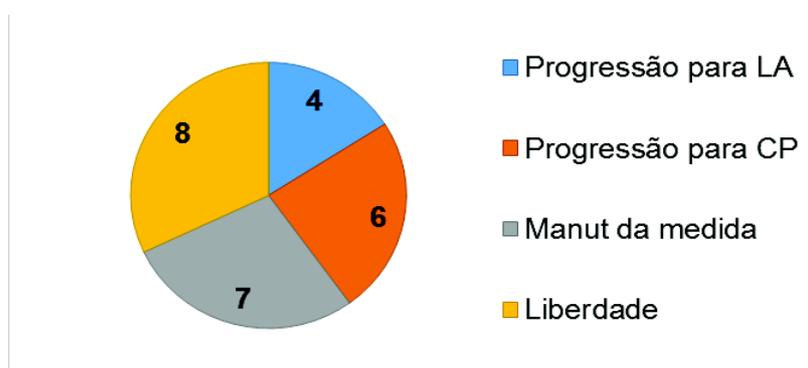
pouca diferença, apenas com um leve acréscimo no mês de outubro. Entretanto, no mês de março de 2016, se comparado ao mês de agosto de 2015, início da pesquisa documental, verifica-se que houve um acréscimo de quase 100%, uma vez que em agosto o quantitativo era de 23 jovens e em março de 40.

No caso do quantitativo de jovens que cumprem MSE CP, este número é ainda maior. Verificado o mesmo período, observa-se que de agosto de 2015 a fevereiro de 2016 houve um aumento de 100%. Se compararmos agosto de 2015 a março de 2016, o acréscimo foi de quase 170%, ou seja, quase o triplo de jovens.

No decorrer deste período, as audiências para progressão de medidas socioeducativas foram poucas. A maioria das audiências ocorridas foram de análise dos jovens em Regime de provisório.

A capacidade máxima de atendimento do CSE-RR é de 70 jovens. Entretanto, como pode-se observar no Gráfico 1, no mês de março de 2016, o CSE-RR comportava um número de 93 jovens. Devido ao fato da distribuição e acomodação dos jovens nos blocos ser de acordo com os critérios de sexo, idade e tipo de internação (provisórios e sentenciados), alguns blocos apresentavam um quantitativo de jovens por cela/quarto superior ao que o ambiente comporta e ao que preconiza o Sinase. Por isso, em 1º de abril de 2016, foi realizada uma audiência coletiva, denominada internamente de Concentrada, para revisão das medidas socioeducativas de 25 jovens, conforme é possível verificar no Gráfico 2. Com a liberdade concedida a 8 jovens e progressão de medida para LA a 04, em abril de 2016, o quantitativo de jovens internados no CSE-RR passou de 93 para 81. Se contarmos os 04 que respondem em LA, o quantitativo passa para 85.

Gráfico 02: Audiência Concentrada



Fonte: Elaborado por Daygles Lima

3.3.2 Explorando a estrutura física, relações e os significados

Visualizar a estrutura do local onde se encontra o objeto de estudo, em que situação estão acomodados, perceber a distribuição e organização dos espaços físicos e dos jovens por ambiente, facilita o entendimento de questões concernentes às relações que ali se estabelecem entre os jovens e entre os jovens e os funcionários. Neste ambiente, há regras específicas, oficiais e não oficiais, instituídas pelo poder do estado e poder embutido e disputado nas relações internas dos jovens do CSE- RR.

É neste lugar, neste espaço, que se encontram os ambientes, funcionários e jovens que são, ao mesmo tempo, muito iguais e muito diferentes dos ambientes, funcionários e jovens de outros Centros espalhados pelo Brasil. Neste lugar em que estive no decorrer de seis meses de pesquisa, tive que criar mecanismos para me movimentar, para ser aceita como pesquisadora, para estabelecer laços de reciprocidade, para desenvolver a prática etnográfica na minha pesquisa de campo.

O que dá vida a uma instituição não são meramente as paredes de uma construção, mas as pessoas que ali circulam, interagem, vivem e trabalham estabelecendo relações sociais. Entretanto, o prédio desde sua concepção, passando pela construção e pela distribuição e uso dos espaços, bem com os registros contidos em suas paredes, grades, janelas e chão (pichações, quebras, buracos etc.) também tem uma história a contar. Por isso, optei por tratar aqui de apresentar também a estrutura física e a vida

3.3.2.1 – Cenário 1 – Estrutura física e integração

Até outubro de 2014, o CSE-RR estava localizado no perímetro urbano de Boa Vista, capital do estado de Roraima, no bairro Asa Branca, Zona oeste da cidade. Esta antiga Unidade foi criada em 1996, oito anos depois da promulgação da Constituição e seis anos após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Até então, jovens apreendidos e sentenciados ao cumprimento de medidas socioeducativas de internação eram alocados irregularmente nas delegacias do estado junto com adultos ou liberados.

Ocupando uma área de 2.985 m² o CSE-RR era dotado da seguinte estrutura: Prédio administrativo; Auditório; Setor masculino (três casas); Setor feminino (uma casa com capacidade para 16 meninas); Setor de saúde; Setor psicossocial; Setor da Educação Profissionalizante.

O Setor Masculino possuía três casas: a primeira era a casa de internação sem possibilidade de atividade Externa - MSE SP com capacidade para 16 adolescentes autores de atos infracionais de maior gravidade.

A segunda casa abrigava os jovens com possibilidade de atividade externa – MSE CP com acompanhamento. Tinha a capacidade de abrigar 30 adolescentes que já superaram o primeiro estágio e eram considerados autores de ato infracional de menor gravidade.

A terceira era a casa de semiliberdade. Esta possuía a capacidade para abrigar 26 adolescentes autores de atos infracionais graves com possibilidade de receber o tratamento, passando a maior parte do dia na sociedade.

Após 18 anos de funcionamento e já com uma estrutura bastante deteriorada, palco de constantes fugas e rebeliões, o estado de Roraima, com ampla divulgação, inaugurou em 29/10/2014 o Novo prédio do CSE – Complexo Socioeducativo Homero de Souza Cruz. Esta nova estrutura está localizada na RR-321, vicinal do Bom Intento, próxima à Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - PAMC – e recebe jovens de ambos os sexos, na faixa etária de 13 a 21 anos que estejam em conflito com a lei. Os jovens em cumprimento de medida socioeducativa de Semiliberdade, desde o início de 2015, foram transferidos para uma outra unidade, na área urbana de Boa Vista, ficando no CSE-RR apenas aqueles que estão atendimento socioeducativo de internação provisória e de cumprimento de MSE CP e MSE SP, conforme fora descrito no item relativo ao fluxo de jovens no CSE-RR.

A necessidade de um novo prédio foi ponto pacífico entre todos aqueles que naquele período trabalhavam na área jovem infrator. Entretanto, não se pode dizer o mesmo quanto a sua localização. Os profissionais que atuavam neste campo acreditavam na ideia de que as Unidades de internação de jovens infratores localizadas fora do perímetro urbano havia sido superada, afinal o CSE-RR estava há 18 anos situado no bairro Asa Branca, zona oeste do perímetro urbano. Entretanto, depois de todo este período, no momento em que o governo do estado decidiu pela construção do Novo Complexo, optou por fazê-la fora do perímetro urbano e próximo a PAMC. Com esta atitude, os profissionais perceberam que o estigma efetivamente não fora rompido e a ideia do sistema prisional tradicional aliada ao pensamento do quanto mais distante melhor prevaleceu, trazendo consigo um grande retrocesso na recente história do processo de ressocialização do jovem infrator em Roraima.

3.3.2.2 Cenário 2: o lugar – Expectativas e frustrações

Em meio ao lavrado³⁷, que aos poucos apresenta em sua paisagem vários casebres frutos de invasão de terras, o CSE-RR ocupa uma área 3.000 m² e é dotado de arquitetura moderna e simples.

Foto 4: Entrada do CSE-RR



Fonte: Registrada por Daygles Lima

Na entrada, encontramos o posto Policial Militar com alojamento. Circundando o prédio, existem quatro guaritas que nunca foram usadas. Logo após o portão, está a entrada principal que dá acesso ao Bloco da Administração. Nele, encontram-se, além de toda equipe administrativa de direção, secretaria e logística, os serviços de atendimento médico e de enfermagem, a equipe multidisciplinar e os espaços para instalações futuras dos serviços odontológicos que funcionam atualmente fora da sede do CSE e os jurídicos que não contam atualmente com profissionais contatados pelo governo.

³⁷ Campo extenso, sem árvores, segundo Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/lavrada>>. Acesso em 28 abr. 2016.

Foto 5: Guaritas na entrada



Fonte: Registrada por Daygles Lima

Logo após o bloco administrativo, há um refeitório em área coberta cujo espaço não cumpre sua função e é utilizado nos dias de visita para conversação dos jovens com seus familiares, enquanto que as refeições são servidas nas acomodações. Lavadeira por Bloco de Acomodação que, segundo informação de um dos socioeducadores: *“não funciona porque não há socioeducador em número suficiente para acompanhar os jovens nos dias de lavar suas roupas na lavanderia. Eles lavam nos banheiros das celas”*. (Socioeducador)

Foto 6: Refeitório



Foto 7: Lavanderia



Foto 8: Bloco de acomodação



Fonte: Registradas por Daygles Lima

Os jovens privados de liberdade estão acomodados em Blocos e quartos/celas separadas, onde fazem suas refeições e passam maior parte do dia. A utilização das áreas externas de convivência social – escolarização, esportes, oficinas de música e culto – ocorre sob critério de avaliação de conduta por parte da equipe técnica e do Diretor Gerente da Unidade. A rotina é análoga às outras instituições do sistema prisional onde as regras para manutenção da ordem existem e devem ser cumpridas em prol da coletividade. Diferentemente da maioria das Instituições desta natureza no país, no CSE-RR os funcionários sabem nominalmente quem é cada jovem ali internado e conhecem um pouco de sua história, mesmo daqueles que são primários. Alguns moram no mesmo bairro e por vezes são vizinhos de longas datas, amigos dos pais ou de outros parentes

3.3.2.2.1 As acomodações dos jovens

As acomodações dos jovens são separadas por blocos de Internação e de acolhimento, situadas e distribuídas nos Blocos A, B e C, e possuem a capacidade de atendimento para 70 internos. Existe o Bloco D que teoricamente seria destinado para as visitas íntimas, mas que na prática tem sido utilizado como isolamento.

Foto 9: Entrada do Bloco B



Foto 10: Entrada do Bloco C



Fonte: Registradas por Daygles Lima

Cada Bloco possui os chamados quartos, mas que em sua estrutura e natureza se assemelham a celas. Nelas, eles passam a maior parte do dia e o termo comumente utilizado entre eles e alguns funcionários para indicar que está no quarto é “está na tranca”.

Foto 11: Tranca



Foto 12: Cela do B1



Foto 13: Cela do B2



Fonte: Registradas por Daygles Lima

As acomodações e a escola me foram apresentadas gentilmente pelo socioeducador. Nossa caminhada pelo CSE começou pelo Bloco D, que me foi apresentado como o local onde fica o isolamento. Localizado atrás do Bloco C, este Bloco segundo o socioeducador,

“Na verdade, são duas salas que eram destinadas para visitas íntimas. Com a superlotação, hoje temos com 94 socioeducando, e a necessidade de um espaço para isolar temporariamente aqueles que cometeram atos de indisciplina como brigas sérias, danos ao patrimônio ou que estejam correndo perigo de morte, transformamos esse espaço em celas de isolamento.” (Socioeducador).

No momento da visita, havia dois jovens, um em cada cela, ambos pendurados nas suas respectivas janelas. Na cela D1, encontra-se um dos jovens que participou de minha pesquisa o Ricardo – 16 anos. Sou informada que ele está com as costelas machucadas devido a uma surra que levou dos colegas. - *“Levei o maior pau, aí, ó”*, me diz ele. O socioeducador perguntou como ele estava se sentindo, explicou um pouco sobre minha presença no CSE e eu perguntei se ele queria e gostaria de conversar comigo e participar de minha pesquisa. Ele aceitou e fiquei de marcar o dia. Nisso, o da “cela D 2, ouvindo minha conversa, perguntava insistentemente se eu não ia conversar com ele também. *“Eu também quero conversar com a senhora.. a senhora não vai conversar comigo? Eu aceito dar essa entrevista aí!”* Combinamos então que eu os chamaria.

Foto 14 – Cella de Isolamento D1



Foto 15 - Cella de Isolamento D2



Fonte: Registradas por Daygles Lima

Durante todo o período da pesquisa de campo, observei que sempre havia jovens no isolamento, alguns deles repetidas vezes. Este pequeno Bloco possui apenas duas celas com uma acomodação e é um dos mais quentes do complexo, pois o sol, ao longo do dia inteiro, castiga sem trégua.

Seguimos para o Bloco C onde ficam acomodados jovens do sexo feminino, maiores e menores, em cumprimento de medidas socioeducativas [sentenciadas] ou aguardando julgamento [provisórias]. Neste bloco, não há distinção de faixa etária. Eventualmente, algumas celas são ocupadas por jovens do sexo masculino. Este Bloco também possui duas unidades: C1 que possui apenas uma cela em que normalmente ficam as jovens em regime provisório e a C2 com 5 celas, onde ficam as jovens em regime de cumprimento de medida socioeducativa com ou sem liberdade de atividade externa [sentenciadas].

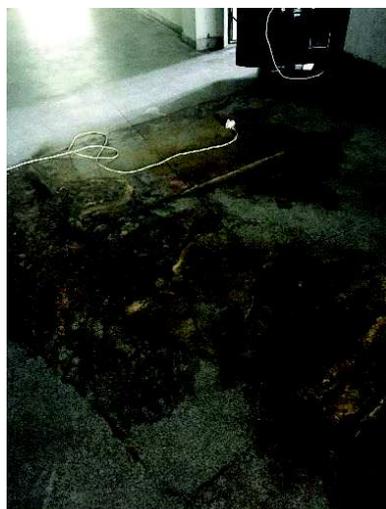
As celas dispostas do lado esquerdo do corredor desta Unidade C2 possuem suas janelas localizadas de maneira que é possível uma certa comunicação com jovens que estão “no isolamento”. Essa proximidade facilita a conversação entre as jovens do sexo feminino com jovens do sexo masculino que se encontram no isolamento, apesar dos cuidados e vigilância dos socioeducadores. Uma das jovens do bloco C2 revelou em uma de nossas conversas informais que se comunicava com seu “namorado”, que está frequentemente no isolamento, fazendo uso dessa ‘facilidade’.

A entrada da Unidade C2 apresenta resquícios de uma das rebeliões ocorridas no segundo semestre de 2015. A porta de entrada está totalmente queimada, embora ainda tenha a tranca, e no corredor do bloco ainda pode-se ver as marcas no chão dos colchões que foram incendiados pelos jovens. Mesmo após toda limpeza, as marcas permanecem. Uma das celas neste bloco está inviabilizada, pois apresenta muitas avarias. O socioeducador me mostra a grade enfatizando que os jovens, na rebelião, conseguiram abrir a cela aos chutes, entortando o portal da grade.

Foto 16: Porta do C2

Foto 17: Chão do C2

Foto 18: Grade/cela do C2



Fonte: Registradas por Daygles Lima

O número de jovens do sexo feminino, sentenciadas ou provisórias, é menor do que do sexo masculino. Neste período, havia apenas três sentenciadas e todas se dispuseram a colaborar.

No Bloco B, encontram-se acomodados os jovens de sexo masculino que já foram a julgamento e estão em cumprimento de sua medida socioeducativa, seja ela MSE SP ou MSE CP. São denominados sentenciados. A divisão deste Bloco entre as Unidades B1 e B2 ocorre em função da faixa etária. No Bloco B1, encontram-se os jovens maiores de 18 anos e na Unidade B2 os menores de 18 anos. Apesar destes jovens já terem passado pelo Bloco A, não significa dizer que estejam adaptados às regras institucionais, “regras da casa” segundo Goffman (2008), e que o clima seja de harmonia. Existe uma “ordem estabelecida” internamente por eles

mesmos. O não cumprimento implica em ajustes de conduta aplicadas pelos próprios jovens, ao que eles chamam de “cobrança”. O que ocorre dentro do Bloco deve ficar no Bloco

“Tem algumas coisas que a pessoa é cobrada aqui dentro. (...). Se a pessoa tá errada, ficar caguetando assim, a pessoa ... sempre tem um jovem que agride (...) sempre tem alguém prá fazer a cobrança. Porque tem muita gente aqui que vê as coisas e tem um bocão. Aí faz as coisa errada Tem gente que não quer limpar a cela, aí acaba apanhando. Só que se eu conhecer aquela pessoa, a pessoa que quer agredir o outro vai e pergunta prá mim ou prum outro. Diz: esse bicho tá tirado, num que fazê nada, num ta fazendo nada dento da cela, é preguiçoso, num que lavar, é caçador de conversa. Aí se o cara falar: Não, pode se resolver lá. Aí eles se resolve. Aí é na hora que tem um cacete lá dentro lá. Mas ninguém abre a boca. Quando chega lá ninguém viu, ninguém sabe. Se abri a boca o cacete come de novo, rumm”. (Cláudio - 19 anos)

Como esta visita de conhecimento da estrutura e primeiro contato com os jovens foi realizada no período vespertino, a maioria dos jovens do Bloco B1 estava em sala de aula no Bloco da escola.

No Bloco B2, encontrei um número maior de jovens que em geral faziam questão de me cumprimentar me chamando insistentemente à grade de sua cela, apertando minha mão ou muito sorridentes, mostrando-me os artesanatos que estavam produzindo.

Foto 19: Artesanato B2



Foto 20: Artesanato B2



Fonte: Registradas por Daygles Lima

Interessante ressaltar que cumprimentei a todos, mas ao fazer o convite aqueles jovens que eu havia selecionado previamente como possíveis participantes, os outros se manifestavam querendo saber porque eu não queria conversar com eles e diziam “Eu também quero sair para conversar com a senhora”. Posteriormente, em conversas com alguns funcionários sobre este interesse dos jovens ouvi de alguns que “o interesse em participar pode ser verdadeiro para uns, mas para outros é só para sair da tranca, porque para sair da tranca eles fazem qualquer coisa”.

O Bloco A é o identificado como o Bloco de Acolhimento. Neste Bloco, encontram-se distribuídos entre as unidades A1 e A2 os jovens do sexo masculino que foram apreendidos e estão aguardando julgamento. São os chamados provisórios. Não há critério para a acomodação destes jovens neste Bloco quanto ao Ato Infracional cometido, exceto nos casos de estupros que, por medida de segurança, são alocados em celas individuais ou junto com os que estão respondendo pelo mesmo ato.

Foto 21: Cela A1 dos Provisórios



Foto 22: Cella A2 dos Provisórios



Fonte: Registradas por Daygles Lima

Este bloco é o que requer mais atenção por parte dos socioeducadores, pois os jovens que ali se encontram estão em fase de adaptação ao sistema de regras da Instituição com as quais não estão acostumados, pois, de maneira geral, não fazem parte de suas trajetórias de vida. A maioria desses jovens, fora da Instituição, goza de extrema liberdade sem controle parental, conforme verifica-se em suas

narrativas; bem como utiliza-se dos mais diversos tipos de entorpecentes. Assim, naturalmente e conseqüentemente sentem o choque da privação da liberdade e os efeitos dolorosos da privação das drogas. Com frequência, precisam de medicamento e atendimento médico para minimizar os efeitos das crises de abstinência. Não raramente, ocorre a intervenção direta dos socioeducadores e da Polícia Militar para contornar situações de confronto direto, brigas violentas e até mesmo início de rebelião com queima de colchões.

Na Unidade A1, além de jovens provisórios, encontram-se momentaneamente dois jovens do regime semiaberto que cometeram infração no período em que se encontravam fora da Unidade de Semiliberdade para trabalhar. Autorizada por eles para bater suas fotografias, posaram fazendo sinais da facção Comando Vermelho e na hora foram chamados atenção pelo socioeducador que posteriormente comentou *“Esse aí faz parte do Comando Vermelho, mas tem outro aqui que faz parte do PCC, ele é homicida [o outro], é um dos que está na tua lista para entrevista”*.

Foto 23: Cella A1 - ocupada com jovem maior da semiliberdade



Fonte: Registradas por Daygles Lima

No Bloco A 2, há marcas do incêndio provocado pelos jovens em duas rebeliões que houve no ano de 2015. Portas queimadas, grades retorcidas, paredes escuras de fuligem e tetos manchados fazem com que o ambiente se torne um tanto mais ‘pesado’ e sombrio.

Foto 24: Teto A2



Foto 25: Paredes do A2



Foto 26: Corredor do A2



Fonte: Registradas por Daygles Lima

Todos os Blocos possuem ferrolhos e cadeados, bem como todas as celas. Nelas, atualmente, ficam de 3 a 5 jovens. A capacidade máxima de acomodação por cela é de cinco jovens uma vez que este é o número de colchões instalados em cima de uma estrutura de cimento que serve de cama.

Dispostas do lado de fora das celas, algumas televisões com som muito alto distraem os jovens que tentam assisti-las de dentro de suas celas. Algumas camas, na ala dos sentenciados, possuem ventiladores presos na “cabeceira de cimento”, o que não impede que o calor, principalmente durante o dia, seja insuportável, muitas vezes passando dos 40 graus.

Foto 27: TV no final do corredor



Foto 28: Sistema de ventilação



Fonte: Registradas por Daygles Lima

Cada cela possui um banheiro com uma pia, um chuveiro e um vaso sanitário chumbado, cuja higienização é de responsabilidade dos jovens. Apesar das orientações da gestão e dos socioeducadores quanto à necessidade de manutenção da limpeza, não é raro encontrar muita sujeira nos banheiros, roupas e toalhas jogadas no chão sujo e molhado

Foto 29: Pia



Foto 30: Vaso sanitário



Foto 31: Roupas



Fonte: Registradas por Daygles Lima

Percebi que vários banheiros apresentam o vaso sanitário quebrado. O socioeducador me informa que todos foram quebrados pelo mesmo jovem, José. 18 anos.

“Ele veio de Manaus, é muito agressivo. Já recebeu sentença, mas está no momento dividindo cela com o Gabriel lá no Bloco A. José por agressividade e periculosidade e Gabriel por estupro. Não dá para deixar eles nesse Bloco porque os meninos quebram o pau. Batem em estuprador mesmo. Agora no José batem porque o bicho é provocador. Ele tem muita força”. (José – 18 anos)

José se automutila com frequência e conforme os documentos institucionais, apresenta um quadro psiquiátrico um tanto complicado.

Posteriormente, fico sabendo por outros jovens que José tem a fama de estuprar os colegas internados quando estes se recusam a lhe prestar favores sexuais. Vale ressaltar que ao me contarem este fato, o fazem sempre na terceira pessoa ou seja, nunca ocorre com eles.

Ao chegarmos na cela, ouvimos um barulho. Era ele quebrando mais um vaso

sanitário. Chamado pelo coordenador, apareceu na grade da cela, com um pano enrolado do braço. Havia se cortado. Estava muito agitado e agressivo. O Coordenador chamou-o atenção aos gritos e foi agredido verbalmente no mesmo tom.

“Não é tu, porra que passa o dia todo nessa merda sem ter o que fazer, caralho!” (José – 18 anos)

Ameaçado de ir para o isolamento, sentou-se a cama, acalmou-se um pouco e eu pude conversar com o seu parceiro de cela. Cumprimentei o Gabriel e fiz o convite para conversar comigo sobre minha pesquisa e para a entrevista. Nesse instante, José se aproximou, segurou nas barras da grade da cela e perguntou, ironicamente, se eu não queria conversar com ele também. Fiz-me de desentendida quanto à ironia e gentilmente informei que ele estava na minha lista para pesquisa, mas achava que provavelmente o Diretor Gerente não iria permitir porque ele estava muito agitado e bravo, xingando muita gente e batendo nos colegas de cela. A atitude passou de irônica para interessada. “Estou na sua lista? Conversa comigo aí, ó! Vou me comportar!”. Em seguida, do nada, calou, fechou o semblante e me olhou de baixo para cima, por inteiro. Ficou algum tempo me encarando, procurando meus olhos de forma um tanto ameaçadora, como que para me intimidar. Após alguns segundos, resolvi encará-lo de volta. Ocorreu-me o pensamento de que se demonstrasse medo naquele momento, não iria conseguir espaço entre eles e respeito. Segurei o olhar e após algum tempo de encarada mútua ele soltou uma grande gargalhada, estirou a mão pela grade para me cumprimentar e disse:

“taí, quero conversar contigo, ó! Vou me comportar só para participar dessa tua pesquisa aí”. (José – 18 anos)

A maioria das celas neste Bloco apresenta pichações explícitas ou marcas de limpeza, num visível esforço por parte da gestão de manutenção da ordem e extinção dos símbolos que expressam o sentimento de retaliação aos policiais e suas práticas (figuras de palhaços com símbolos incentivando a morte aos policiais do BOPE), que exaltam suas participações em facções de organizações ligada ao crime— PCC, CV – ou ainda a necessidade de registrar a passagem por aquele ambiente (nomes, corações e desenhos). Essas pichações apresentam-se em maior número no Bloco A.

Foto 32: Palhaços



Foto 33: Morte ao BOPE



Foto 34: Exaltando Facções



Fonte: Registradas por Daygles Lima

Devido ao comportamento muito instável de José, durante todo período da pesquisa de campo, optei por não o convidar a participar da pesquisa. Sua agressividade com todos, a frequência constante ao Bloco de Isolamento, os relatos de outros jovens, a visão institucional e os ataques a um socioeducador e a uma professora de quem ele gosta muito, me levaram a concluir que seria inviável a possibilidade de aproximação, de interação e de estabelecimento de uma relação de reciprocidade necessária à prática etnográfica. Não nego, porém, que como pesquisadora fiquei atraída, cientificamente curiosa por sua história de vida e com muita vontade de que ele participasse dessa pesquisa. No decorrer de todo período em que passei em campo no CSE-RR, fui constantemente cobrada por ele. Todas as vezes que casualmente nos encontramos nos ambientes externos a sua cela ele gritava:

“Ei lora (sic), ei! Tô esperando! Quando é que tu vai me chamar prá nós conversar? Hein Lora! Essa semana... semana que vem? Quando?”.
(José – 18 anos)

No CSE-RR, há ainda um campo de futebol society que apesar de muito bem tratado não é usado, seja devido ao pequeno quantitativo de socioeducadores ou devido à alta temperatura local. Existe, ainda, uma quadra poliesportiva coberta, utilizada todos os dias no final da tarde para a prática de esportes, momento em que todos os jovens sentenciados se encontram, enquanto que os jovens do Bloco A assistem pelas grades da janela, muitas vezes com provocações aos jovens sentenciados. Há ainda a opção de ficar conversando na arquibancada da quadra ou jogando pebolim.

Foto 35: Futebol society



Foto 36: Quadra coberta



Foto 37: Jogo de Pebolim



Fonte: Registradas por Daygles Lima

Há um espaço onde eventualmente ocorrem cultos ecumênicos. Muitos jovens se dizem evangélicos ou vem de famílias notadamente evangélicas. Há espaços destinados para Sala de Recreação e TV em todos os Blocos e Auditório, amplos em um Bloco separado, entretanto ambos estão sem mobiliário e equipamentos necessários para utilização. A área interna é toda gramada, mas não arborizada. Há passarelas entre os Blocos possibilitando acessibilidade nos ambientes.

Foto 38: Capela



Foto 39: Sala de TV



Foto 40: Área interna e passarelas



Fonte: Registradas por Daygles Lima

3.3.2.2.2 A Escola: Espaço de interação

O trabalho de escolarização dos jovens internos no CSE-RR é realizado pela Escola Estadual Jaceguai Reis Cunha, que possui uma Unidade de Ensino Descentralizada alocada em um dos Blocos do CSE-RR para atendimento exclusivo dos jovens que se encontram internados. Os professores são contratados pela Secretaria de Educação Estadual e lotados na Escola, ministrando aulas na Unidade descentralizada da Escola Estadual Jaceguai.

Foto 41: Professores participantes da pesquisa - Escola Jaceguai



Fonte: Registradas por Daygles Lima

São duas Instituições funcionando dentro de um mesmo espaço: o CSE-RR subordinado à Secretaria do Estado de Trabalho e do Bem-Estar Social - SETRABES e a Unidade Descentralizada da Escola Jaceguai, subordinada à Secretaria de Educação. Aparentemente, as relações entre os servidores de ambas as secretarias parecem harmoniosas e a linha que divide as duas esferas parece ser tênue em prol do trabalho de ressocialização dos jovens. Entretanto, basta observar um pouco mais atentamente para perceber que a linha não é tão tênue e que há intervenção direta do CSE-RR nas atividades desenvolvidas no âmbito escolar, o que, por vezes, causa alguns desconfortos e atritos entre os funcionários. Aliado a isto, a pluralidade quanto ao entendimento de como lidar com o jovem, principalmente relativos à correção pelos socioeducadores de atos indisciplinados cometidos pelos jovens. Existem críticas de ambos os lados gerando por vezes desconfortos ou mesmo momentos de discussão verbal e tensão.

A escola atualmente conta com 13 professores, com formação nas diferentes áreas do conhecimento necessárias ao atendimento dos componentes curriculares pertinentes aos níveis e modalidades de Ensino ali ofertados. Dentre os 13 profissionais, nove concluíram cursos de pós-graduação e os demais são graduados. A necessidade da Escola é de pelo menos mais seis profissionais para docência. Toda a parte administrativa burocrática dos serviços pertinentes às atividades escolares atualmente é realizada apenas pela Coordenadora Pedagógica do CSE-RR e voluntariamente pela professora de Educação Física. Um dos maiores complicadores para atender a estas necessidades da escola não reside nos medos ou preconceitos em trabalhar com os jovens infratores, embora eles existam. Reside na localização do CSE-RR, na distância e na falta de transporte

O Bloco destinado à escolarização possui quatro salas de aulas pequenas mas bem estruturadas; uma pequena biblioteca com bom acervo usada pela maioria dos professores; um laboratório de Informática com computadores que desde a inauguração nunca foram usados por falta de instalações elétricas adequadas, estabilizadores e filtros de linha; uma sala destinada aos professores bem equipada e com dois banheiros e um corredor bastante claro onde ficam a maior parte dos socioeducadores nos horários de aula, momento em que alunos e professores estão nas salas. No final deste corredor, estão os banheiros de uso masculino e feminino para atender aos jovens.

Foto 42: Aula na escola



Foto 43: Corredor da escola



Foto 44: Biblioteca



Fonte: Registradas por Daygles Lima

Os Internos no CSE continuam os estudos a partir das séries em que estavam alocados antes de cometerem o ato infracional. São matriculados e atendidos pela Escola Estadual Jaceguai Reis Cunha.

O interno só é impedido de assistir às aulas normais quando infringe alguma regra na Instituição. Além do Ensino regular, periodicamente, os internos podem fazer cursos profissionalizantes e participar de oficinas quando são ofertadas por outras Instituições em parceria com o CSE-RR.

Atualmente, a Escola atende nos turnos matutino e vespertino. No turno vespertino, estudam apenas os jovens que cumprem MSE SP e estão distribuídos em 5 turmas sendo: duas turmas do Ensino Fundamental - uma do 6º e 7º ano e a outra do 8º e 9º ano; duas turmas do Ensino médio - uma do 1º ano e a outra do 2º ano. No turno matutino, a escola atende os jovens que estão internados aguardando decisão judicial, são os provisórios e jovens sentenciados. Apesar do SINASE apregoar que os sentenciados não podem se misturar com os provisórios, por uma questão de segurança, a gestão formou uma turma de sentenciados no período matutino e alocou os jovens que correm risco ao conviver entre os demais que estudam no período vespertino. Dentre estes jovens, encontram-se também alguns que cometeram crime de estupro, não aceitos pelos jovens que já foram sentenciados. No total, no período matutino, os jovens sentenciados e provisórios estão distribuídos em seis turmas sendo três do Ensino Fundamental – 6º e 7º anos, 8º e 9º ano e uma denominada Fundamental I – sentenciados – e duas do Ensino Médio – uma do primeiro ano e uma do 2º e 3º anos.

No Bloco da Escola, os jovens têm maiores possibilidades de interação, seja nos corredores ou em sala de aula. De maneira geral, há uma pré-disposição por parte dos profissionais da escola em desenvolver as atividades para atender aos jovens qualitativamente. Percebem-se esforços, inclusive via contribuições financeiras, no sentido de viabilizar atividades extracurriculares que proporcionem um cotidiano educacional menos rotineiro. Torneios esportivos, atividades lúdicas em datas comemorativas, oficinas de teatro, oficinas de música e festividades alusivas ao aniversariante do mês são exemplos de atividades desenvolvidas e coordenadas com auxílio dos profissionais do CSE-RR e dos socioeducadores, que além de quebrar a rotina dos jovens contribui para minimizar as tensões internas.

Foto 45: Dramatização na Páscoa



Foto 46: Oficina de música



Fonte: Registradas por Daygles Lima

Foto 47: Foto oficial de torneio de futebol



Fonte: Registrada por Márcia do CSE-RR

Foto 48: Abertura de futebol com oração



Fonte: Registrada por Márcia do CSE-RR

Foi nos períodos de escolarização, neste bloco, onde consegui interagir mais

frequentemente e realizar a maior parte da minha pesquisa de campo com os jovens e profissionais.

3.3.2.2.3 *Funcionários do CSE-RR*

Atualmente, o CSE-RR conta com um quadro funcional composto pelo Diretor Gerente da Unidade, Chefe da Equipe Técnica, composta por 1 assistente social, 3 psicólogos e 1 Gerente do Núcleo Pedagógico, 2 técnicas de enfermagem, 1 Gerente Administrativa, 2 odontólogos e 1 clínico geral. Estes últimos não estão lotados no CSE e sim na SESAU – Secretaria de Saúde. Há ainda 46 socioeducadores dos quais seis são coordenadores de plantão e um é supervisor da coordenação de plantão. Os socioeducadores trabalham em regime de plantão distribuídos em três turnos e atuam num regime de plantão de 12X60 horas, realizando atividades internas ou externas. Internamente, realizam serviços de assessoramento aos jovens (Distribuição de alimentação e água nas celas, atendimento aos chamados) e deslocamento dos jovens internos (da tranca para escola, esporte ou para as salas de atendimento da equipe técnica, medica ou de enfermagem). Externamente, os acompanham, quando possível, para realização de atividades inerentes à medida socioeducativa com possibilidade de atividade externa, bem como para demais atividades relacionadas às questões judiciais e de saúde, como às unidades de saúde para atendimento médico-odontológicos e ao Centro de Atenção Psicossocial – CAPs para atendimento e acompanhamento aos problemas psiquiátricos e de drogadição.

Um dos maiores entraves sentidos na condução dos trabalhos com os jovens no CSE-RR é o quantitativo de funcionários. Por todos os setores que passei a queixa é a mesma: Falta de contratação de funcionário para dar conta das atividades pertinentes ao setor. Há uma sobrecarga de trabalho prejudicial aos andamentos dos processos na instituição. Os setores que mais sentem o peso da demanda são técnico administrativo, devido ao fluxo de documentos relativo a toda movimentação dos jovens dentro e fora do CSE-RR, e a coordenação de plantão. Para qualquer atividade interna ou externa realizada no CSE-RR, faz-se necessária a presença de socioeducadores. Atualmente, muitas das atividades pensadas e planejadas pelos funcionários do CSE-RR e da Escola objetivando contribuir com o processo de humanização e ressocialização do jovem, deixam de ser ofertadas porque não há profissional em número suficiente na Instituição que possa dar

suporte, uma vez que os poucos socioeducadores existentes já estão extremamente sobrecarregados no atendimento das atividades básicas a estes jovens.

Foto 49: Equipe Multidisciplinar



Foto 50: Socioeducadores



Fonte: Registradas por Daygles Lima

Neste espaço físico, convivi por um tempo mais ou menos prolongado com funcionários e jovens, estabeleci laços de reciprocidade, interagi, ouvi e escutei, me fiz presente de forma regular, aprendi e ensinei e pude vivenciar de maneira profunda a experiência da intersubjetividade em que ao mesmo tempo que observava era observada (STRAUSS, 1974). Foi um período de imersão gradual, que passo a descrever mais adiante.

Foto 51: Logotipo do CSE-RR



Fonte: Registradas por Daygles Lima

4 OS JOVENS NA PERSPECTIVA DA INSTITUIÇÃO

4.1 DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

A imersão ao campo pressupõe um conhecimento prévio da realidade que eu necessitava acessar para poder estabelecer os diálogos e interagir tanto com os interlocutores quanto com os participantes, principalmente os jovens internos. Um dos caminhos percorridos foi a consulta e análise do conjunto de documentos contidos nas pastas individuais do CSE-RR. Estes documentos são institucionais, portanto refletem o modo como a instituição constrói o jovem. Apesar do foco desta pesquisa não ser a instituição, mas o jovem e sua percepção de violência, este material, mesmo tratando da visão institucional, foi e é importante, pois além de fornecer subsídios para apropriação de um conhecimento prévio e generalizado da trajetória de vida dos jovens internos CSE-RR e da dinâmica de funcionamento peculiar e inerente àquela realidade, contribuiu sobremaneira com o posterior processo de seleção dos jovens participantes para a pesquisa etnográfica.

Do conjunto de documentos contidos nas pastas individuais do CSE-RR, me debrucei sobre os autos do processo, a fim de conhecer detalhadamente o que deu causa ao recolhimento do jovem e, prioritariamente, sobre o Plano de Atendimento Individualizado - PIA e os Relatórios Técnicos de Avaliação, propostos pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE³⁸ para a medida socioeducativa, ambos com objetivo de acessar a trajetória de vida do jovem, mesmo que pela ótica institucionalizada.

Do PIA e do relatório foi possível extrair os dados que constroem a identidade do jovem do CSE-RR na perspectiva institucional e que apresento como perfil do jovem do CSE-RR. Entretanto, antes de adentrar nessa seara, considero importante fazer algumas considerações acerca do que consistem estes documentos, qual sua finalidade e importância, bem como as dificuldades detectadas na operacionalização da elaboração desse instrumento no âmbito do CSE-RR e suas possíveis consequências.

4.1.1 O Plano de Atendimento Individual - PIA

O PIA é um instrumento construído por múltiplas mãos, no sentido de que as informações ali contidas foram prestadas pela família, pelos jovens e coletadas pela

³⁸ Art. 52 a 54 da Lei do SINASE 12 594/12.

equipe técnica do CSE-RR de outros documentos contidos nas pastas, a exemplo daqueles expedidos pelo poder judiciário, pelos órgãos de saúde e pelas Instituições educacionais.

Para Moreira (2015, p. 344)

inaugura a importância de se pensar em um plano de atendimento individualizado que considere as especificidades de cada adolescente, principalmente no que diz respeito a sua condição peculiar de desenvolvimento. Podem-se considerar duas funções primordiais para ele: assegurar o acesso aos direitos fundamentais preconizados no ECA e promover, para cada adolescente, a individualização da medida. (MOREIRA. 2015, p. 344)

Este documento é elaborado partindo do princípio de que ação socioeducativa deve respeitar as fases de desenvolvimento integral do adolescente levando em consideração suas potencialidades, sua subjetividade, suas capacidades e suas limitações garantindo a particularização no seu acompanhamento. Assim, pode-se dizer que o PIA é um instrumento que singulariza o jovem e contribui para a construção de uma subjetividade expressiva e criativa.

É neste documento que se encontra implícito uma espécie de pacto com os jovens, seus familiares e equipe técnica responsável, por meio do qual o jovem se responsabiliza pelo cumprimento de suas obrigações, compreendendo e colaborando com a construção das regras que deverá cumprir e metas que deverá alcançar. Nele, os educadores, técnicos e executores de medidas se responsabilizam em atuar junto a outras instâncias do poder público na oferta dos serviços que contribuam para o cumprimento dessas metas, bem como para o atendimento das necessidades que o caso demande. Nele, a família também se compromete a dar o suporte emocional, acompanhar a intervenção socioeducativa e incentivar a conquista das metas estabelecidas. Portanto, o PIA não pode ser elaborado por único profissional ou por mais de um profissional de mesma especialidade. Precisa ser construído com a participação da família e do jovem, senão a intencionalidade de responsabilização e sucesso na recuperação não é legitimada.

Sua elaboração pressupõe a existência de uma equipe multiprofissional disponível a um diálogo inter-profissional, a existência e apropriação do projeto político pedagógico do programa (sua visão da adolescência, vulnerabilidade, criminalidade, intervenção socioeducativa, etc.), amplo acesso a todo tipo de

informação relevante (prontuários médicos, documentação escolar, documentação policial e processual e conhecimento dos limites da intervenção segundo a natureza da medida e os limites da sentença.

Para que cumpra com seu objetivo, a evolução ou crescimento pessoal e social do adolescente deve ser acompanhado continuamente, no intuito de fazê-lo compreender onde está e aonde quer chegar e seu registro deve se dar no PIA.

Desse modo, pode-se concluir que o PIA se apresenta então como uma proposta de individualização da medida socioeducativa prevista no Sinase, que visa ao mesmo tempo garantir os direitos dos adolescentes considerando a sua singularidade e favorecer o processo de tomada de responsabilidade pelo ato infracional cometido. No campo da socioeducação, o PIA tem a tarefa fundamental de articular os eixos da medida para cada um dos adolescentes, sendo, portanto, norteador de seu cumprimento. (MOREIRA, 2015, p. 346)

Na prática, porém, a implantação e a execução do Pia enfrentam dificuldades a serem solucionadas apenas pela boa vontade da equipe técnica ou dos diretores das Unidades.

Dentre as dificuldades, destacam-se:

Em primeiro Lugar, (...) as múltiplas competências e habilidades exigidas para a utilização do PIA: (...) os técnicos precisam escutar, pensar, intervir, distanciar-se, refletir, sintetizar, transmitir e inventar, o que torna delicada e complexa a tarefa". (MOREIRA, 2015, p. 347)

Associada a essas competências, está a necessidade de interação profissional: Como fazer isso com uma equipe reduzida e uma demanda urgente a atender? Além disso, e principalmente no caso dos provisórios, o autor destaca:

A dificuldade de se conciliar minimamente o tempo do adolescente com o tempo do instrumento, na medida em que o tempo de cada adolescente e de seu processo não necessariamente acompanha aquilo que foi previsto temporalmente como resultados esperados no PIA e tampouco, em última instância, o prazo legal de 45 dias. (MOREIRA, 2015, p. 347)

Um outro problema com a implantação e execução do PIA reside no caráter burocrático do documento e na exigência de seu preenchimento dentro de prazos legais exíguos, acarretando a formalização da prática por meio de uma cultura formularesca, em que não há espaços para as manifestações das subjetividades. Para Moreira (2015, p.348) "(...) o efeito de formalização de uma prática e a fixação a um formulário é o da delimitação forçosa dos afetos, desejos, expectativas, ou

seja, a formalização produz certa mortificação do mundo da vida”. Deste modo, o PIA acaba por apresentar o “retrato do momento e não possibilita acompanhar a vida social e processual dos adolescentes de forma mais dinâmica”.

4.1.2 O Relatório Técnico de Avaliação

O Relatório Técnico de Avaliação Situacional é um documento elaborado periodicamente pela equipe técnica embasado nos dados contidos no PIA. Segundo Costa (2011), o Relatório Técnico de Avaliação Situacional da Medida Socioeducativa deve se constituir em “cuidadosa avaliação das condições individuais, familiares e sociais do adolescente que cometeu um ato infracional, sem construir para ele um perfil de delinquente³⁹” (FOUCAULT, 1986), nem ser reduzido a um mero documento burocrático que cumpra a finalidade única de periodicamente informar ao Judiciário avanços e retrocessos comportamentais apresentados pelo jovem no período de sua internação. Sua elaboração deve permitir que o *modus operandi* relativo à aplicabilidade, extinção ou progressão de medidas socioeducativas por parte do poder judiciário, sejam viabilizados a partir de um olhar diferenciado em que a figura do infrator não se reduza à delinquência; um olhar que leve em conta o contexto da realidade social desse jovem, ampliando a compreensão sobre ele a partir do paradigma de sua inserção no meio social; um olhar que contemple não só a trajetória de vida, mas todos os aspectos implícitos neste processo de constituição deste jovem.

Como já foi dito, o principal instrumento de base para elaboração do Relatório é o PIA, portanto, frente aos problemas na execução da implementação do PIA, não há como o relatório apresentado seguir uma dinâmica diferenciada. Obviamente, as informações apresentam um caráter burocrático, com pouco espaço para questões subjetivas ao adolescente. A maioria apenas cumpre a função de informar de maneira genérica o desenvolvimento do adolescente no decorrer do período em que esteve internado.

4.1.3 O Acompanhamento no CSE-RR

³⁹ Para Foucault (1986) o delinquente se distingue do infrator pelo fato de não somente ser o autor do seu ato (autor responsável em função de certos critérios da vontade livre e consciente), mas também de estar amarrado a seu delito por um feixe de fios complexos (instintos, pulsões, tendências, temperamento)

No CSE-RR, as dificuldades encontradas não diferem muito das questões discutidas em âmbito nacional. A equipe técnica é reduzida para a atender à demanda apresentada e algumas vezes não consegue estabelecer a interação interprofissional dialogada de forma mais inclusiva e necessária para a elaboração do PIA. Desse modo, o PIA, por vezes, acaba sendo preenchido por um dos profissionais da equipe, baseado em registros constantes em outros documentos elaborados pelos demais profissionais de área distinta da sua. Realizar o acompanhamento da evolução de todos os jovens de maneira contínua e sistemática e estar mais presente na rotina tem sido um exercício de muito esforço e nem sempre fácil de cumprir, uma vez que a equipe reduzida precisa priorizar e atender à demanda mais urgente e nada pequena, que apresenta maiores problemas e mais graves.

Além disso, ou por isso, a cultura nacionalmente formularesca do PIA também é constante no CSE-RR. Seu preenchimento apresenta-se, em muitos casos, incompleto e as questões abertas relativas a algumas dimensões (quadro 02) exibem registros pouco pormenorizados, seja pela estrutura do documento que não contribui para este feito ou seja pela redação da equipe que não se aprofundou na questão. Conforme se afirmou, o Formulário é padronizado e procura contemplar o disposto nos Art. 52 a 54 da Lei do SINASE 12 594/12 e sua organização abarca dez dimensões que apresento sistematizado no quadro 2.

Quadro 2: Estrutura do PIA

	Dimensão	Dados
1	Identificação do jovem	Idade, naturalidade, nome pais, endereço e telefone.
2	Documentação	Documentos obrigatórios entregues (RG, CPF, Certidão de nascimento, Reservista, carteira de vacina, Histórico escolar, título de eleitor)
3	Situação Jurídica	Processo, Vara, Comarca, Data de entrada na Unidade, se é réu primário ou reincidente; histórico infracional
4	Avaliação interdisciplinar com base no diagnóstico	Composição familiar (apresenta um quadro a ser preenchido como o nome do parente, vínculo familiar, escolaridade, formação profissional e renda familiar),

	polidimensional	convívio familiar (apresentada um quadro sucinto círculo familiar, quantidade de integrantes na família, quantidade de filhos do jovem, atividades de integração familiar e avaliação do contexto familiar).
5	Saúde	Quadro constando Histórico clínico (informações prestadas pela família), avaliação clínica multiprofissional (quase todas as fichas apresentam este item em branco), relato de maus tratos (a maioria responde não, mesmo em casos onde no item anterior há relatos de situações de espancamento), uso de medicação controlada, uso de drogas e quais os tipos, exercício da sexualidade (aqui se refere apenas à iniciação das atividades sexuais. Não há uma preocupação com a orientação sexual) e encaminhamentos.
6	Educação	Educação: Se alfabetizado, escolaridade, se matriculado, situação escolar, última escola frequentada, desistências, reprovações, avaliação psicopedagógica, evolução educacional.
7	Capacitação para iniciação profissional	Situação profissional, currículo. Objetivo profissional, cursos profissionalizantes, certificados, observações
8	Previsão de atividade de integração social e ou capacitação profissional:	Lazer, cultura, esporte e religião,
9	Avaliação Semestral do processo Evolutivo do Adolescente/jovem e a percepção da equipe.	Objetivos do adolescente jovem/ construindo metas com o adolescente/jovem
10	Progressão de medida	

Fonte: PIA

Elaborada pela autora

Os problemas apresentados na construção individual do PIA e no acompanhamento aos jovens se refletem na elaboração do Relatório Técnico de Avaliação Situacional que, tendo nos registros engessados do PIA a principal fonte de informação, às vezes acabam por se constituir em um documento limitado a fornecer informações genéricas acerca de algumas dimensões – mais especificamente as dimensões 4 e 6. Alguns, inclusive, estão organizados seguindo a estrutura apresentada do PIA. O discurso se apresenta ora vitimizando o jovem e culpabilizando a família, ora ressaltando a trajetória de criminalização e enfatizando o aspecto comportamental disciplinar do jovem no que diz respeito às ocorrências internas. Em ambos os casos, não há espaço para a voz do jovem enquanto sujeito construtor de sua história. A leitura do documento, portanto, fornece o olhar institucionalizado.

Embora esta realidade se apresente na minoria dos casos, ela existe e precisa ser revertida. Com a ampliação do quadro técnico e diminuição da sobrecarga de trabalho sobre os ombros da equipe atual, é possível que essa questão seja revertida.

4.2 APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL DO JOVEM DO CSE-RR

A intenção inicial era fazer uma abordagem que se limitasse apresentar a visão institucional acerca do jovem do CSE-RR com base exclusivamente nos dados uniformizados contidos nas dimensões de 1 a 6 do PIA e sistematizados em forma de gráficos, quadros e tabela. Entretanto, à medida que se foi construindo “o jovem na perspectiva do CSE-RR – título deste capítulo”-, inevitavelmente fui realizando interlocuções mentais com informações obtidas de outras fontes (entrevistas, conversas informais e teses, dados estatísticos) que propiciaram algumas reflexões, comparações e análises as quais optei por incluir nesta redação e, por vezes, transcrever no sentido literal, por entender que trazem contribuições complementares significativas para compreensão do contexto que está sendo trabalhado.

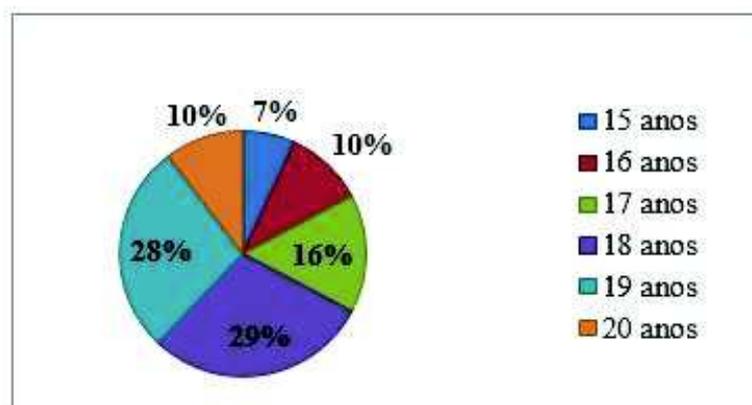
4.2.1 Sexo e idade

O CSR-RR possui jovens de ambos os sexos cumprindo medidas socioeducativas e o quantitativo de jovens do sexo masculino sentenciado é bem maior do que a do sexo feminino. No CSE-RR, essa proporção chega a 90%. Esse

dado nos revela que, assim como nas demais Unidades de Internação do país, a incidência de jovens do sexo masculino envolvidos com atos infracionais é significativamente maior que a do sexo feminino.

No período pesquisado, 67% dos jovens que respondiam medida socioeducativa tinham entre 18 anos (completos ou a completar em 2016) e 20 anos (completos) (Gráfico 3). Dentre os jovens com 18 anos completos ou a completar, a maioria responde medida socioeducativa sem possibilidade de atividade externa. Considerando apenas jovens com idade de 19 e 20 anos, temos um percentual de 38% que se enquadram no caso de excepcionalidade da aplicação do ECA (2013, Parágrafo único, Art. 2º, 2013, p. 11)⁴⁰. Esse percentual pode ser ainda maior se levarmos em consideração que dentre os jovens com 18 anos completos em 2015 (portanto a completar 19 em 2016) existem aqueles que provavelmente não serão contemplados com a extinção da medida socioeducativa, seja pela natureza do ato cometido ou por sua avaliação semestral comprovar que não houve progresso frente às metas estabelecidas no PIA.

Gráfico 03: Idade dos socioeducandos



Fonte: Elaborado pela autora

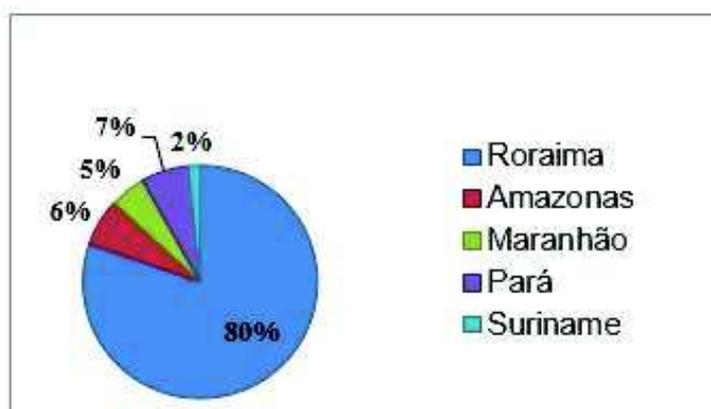
4.2.2 Nacionalidade e naturalidade

A maioria é nascida em Roraima (80%), filhos de migrantes da década de 80 e 90, principalmente de migrantes da região nordeste e em especial do Maranhão

⁴⁰ Esta exceção trata-se do emprego da lei em casos específicos como a medida socioeducativa do art. 121 que trata da de internação (2013, p. 55). Essa modalidade pode ser aplicada por até três anos e ser cumprida até os vinte e um anos compulsoriamente.

(Capítulo 2). Há também jovens nascidos nos estados do Maranhão, Pará, Amazonas e do Suriname, que somados correspondem a apenas 20% da população de internos conforme gráfico 4. Alguns desses jovens estão no CSE-RR transferidos de sua unidade de origem, por sofrerem ameaças e correrem risco de morte em seus estados, a exemplo do José do estado do Amazonas e Madalena Pará, cujas vítimas dos homicídios cometidos por eles possuem grau de parentesco com policiais.

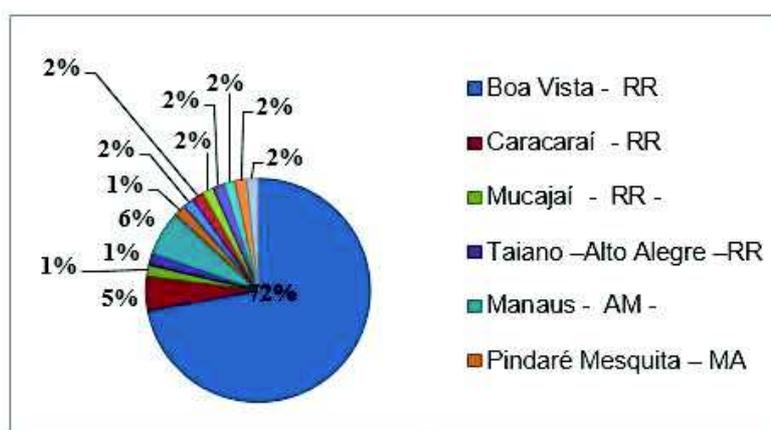
Gráfico 4: Número de socioeducandos por estado e país



Fonte: Elaborado pela autora

Com uma população predominantemente urbana, concentrada na capital, (63%) já era de se esperar que o maior número de jovens internos no CSE-RR fosse de boa-vistenses (72%), conforme consta no gráfico 05.

Gráfico 5: Naturalidade dos socioeducandos



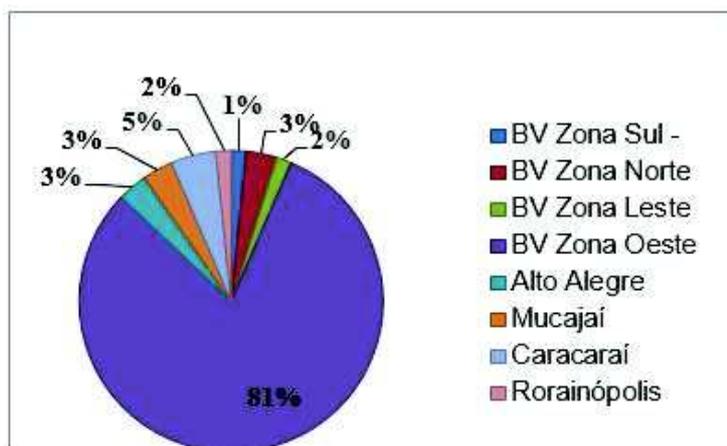
Fonte: Elaborado pela autora

4.2.3 Localidade onde mora

Seguindo a mesma lógica da distribuição espacial e territorial de Boa Vista, o gráfico 6 revela que o quantitativo de jovens internos no CSE-RR moradores dos bairros da zona oeste (81%) é maior que a soma dos jovens que moram em bairros das regiões norte, sul e leste. Esta realidade talvez seja reflexo do fato de na zona oeste existir a maior concentração de bairros (40) e onde reside metade na população do estado (ver Capítulo 2). Ele reforça o estigma da exclusão social e pobreza associada à criminalidade.

O número de jovens com residência em Rorainópolis que atualmente cumprem medida socioeducativa, na realidade, é bem maior do que o apresentado no gráfico 6, entretanto estes jovens não aparecem nesta estatística porque estão internados, mas seus dados não constam no CSE-RR, local onde esta investigação foi realizada. Estes jovens cumprem suas medidas socioeducativas no Quartel do Corpo de Bombeiros daquela região e não em Unidade especializada para o atendimento ao Jovem Adolescente – no caso o CSE-RR, como preconiza a Lei. Observa-se que eles sequer aparecem no gráfico 6, que trata da naturalidade.

Gráfico 6: Socioeducandos por Zonas e Municípios



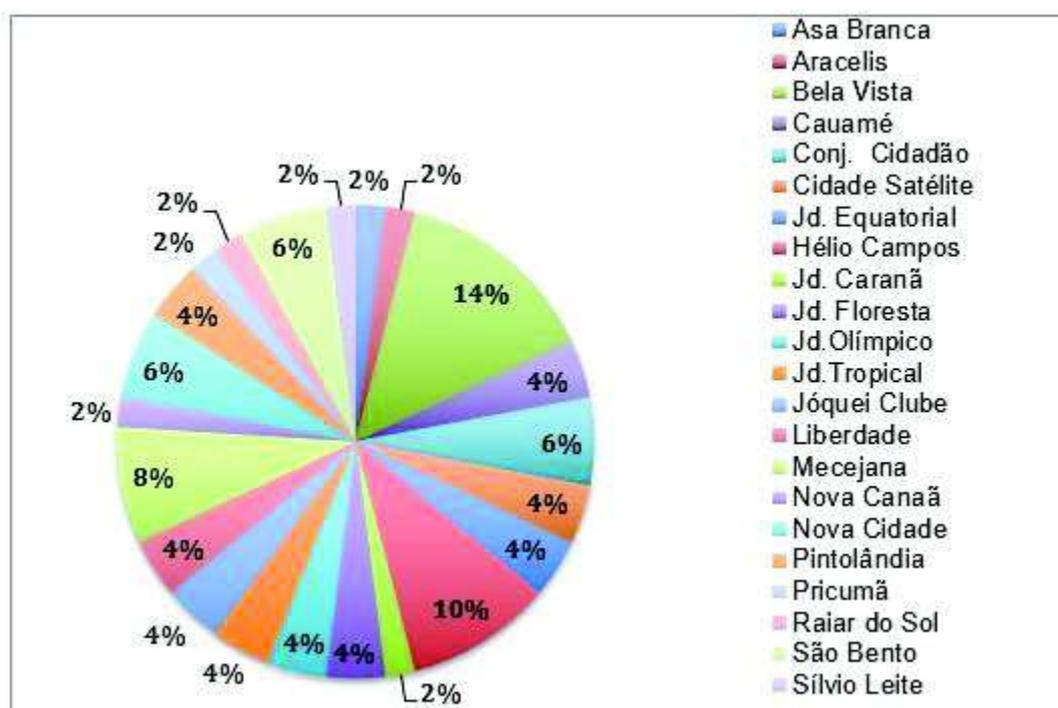
Fonte: Elaborado pela autora

A zona norte e leste da cidade de Boa Vista concentra o maior número de bairros de classe média e alta. Bairros como Caçari, Paraviana, Canarinho e River Park são tidos como elitizados. Na análise dos documentos, verificou-se não haver um único registro, nem mesmo dentre os arquivos mais antigos, de jovens internos no CSE-RR residentes nesses bairros, o que não implica dizer que estes jovens não estejam

envolvidos com algum tipo de ato delituoso, entretanto os jovens internos no CSE-RR são majoritariamente oriundos dos bairros da zona oeste da cidade.

Dentre os bairros da zona oeste, é possível verificar uma maior concentração de jovens internos do CSE-RR moradores do Bairro Bela Vista (14%), Senador Hélio Campos (10%) e Mecejana (8%). Entretanto esta concentração não chega a ser muito significativa se comparada à realidade que se apresenta em outros estados da federação, cujas pesquisas e estudos realizados com jovem, criminalidade e violência normalmente elegem e se concentram em alguns bairros específicos tidos estatisticamente como os mais violentos. Em Boa Vista, observa-se que há uma distribuição mais ou menos equitativa entre os bairros e a concentração ocorre no zoneamento. Além disso, aqui é preciso considerar que nem sempre o endereço fornecido pelo jovem e pela família corresponde ao lugar de residência desse jovem. Por vezes, é apenas uma referência de endereço. Isto porque, conforme relatos dos próprios internados nas entrevistas e conversas informais, pode-se depreender que muitos não têm endereço fixo. Passam temporadas nas casas de parentes diversos, amigos ou mesmo na rua.

Gráfico 7: Socioeducando Bairro da Zona Oeste



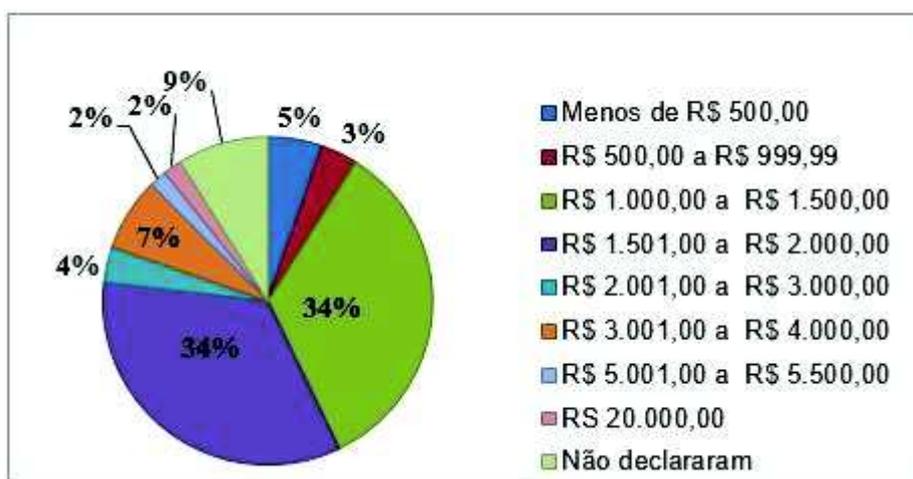
Fonte: Elaborado pela autora

Um mapeamento dos pontos mais violentos de Boa Vista – Mapa Falado, realizado pela Prefeitura Municipal de Boa Vista em agosto de 2015 e entregue aos órgãos de segurança pública do estado, identificou 85 pontos de tráfico, 49 de violência e 7 de prostituição em 13 bairros da capital, todos eles bairros da zona oeste. Dentre os bairros apontados como violentos pelo Mapa Falado da Segurança, oito são referência de moradia para os jovens atualmente internos no CSE-RR, a exemplo de Senador Hélio Campos (10%), Cauamé (4%), Asa Branca (4%), Tancredo Neves, Equatorial, Cidade Satélite (4%), Professora Aracelis Souto Maior (10%) e Pintolândia 4%. Observa-se que o Jardim Bela Vista, onde há maior número de residentes internos no CSE-RR, sequer figura entre os bairros listados pelo Mapa Falado.

4.2.4 Aspectos sócio econômicos

No que se refere à situação socioeconômica e familiar, os dados institucionais sistematizados no gráfico 8 revelam que a maioria apresenta uma renda mensal em torno de um mil a dois mil reais, sendo que 80% das famílias contam com auxílio dos Programas governamentais – Bolsa família e Crédito social estadual, na composição desta renda. Em apenas 20% dos casos, a renda é composta exclusivamente com o montante recebido por trabalhos efetuados em empregos formais ou informais. Há situações em que a renda é proveniente apenas dos Programas governamentais ou ainda unicamente do recebimento de pensão dos filhos ou de aposentadorias.

Gráfico 8: Renda mensal familiar

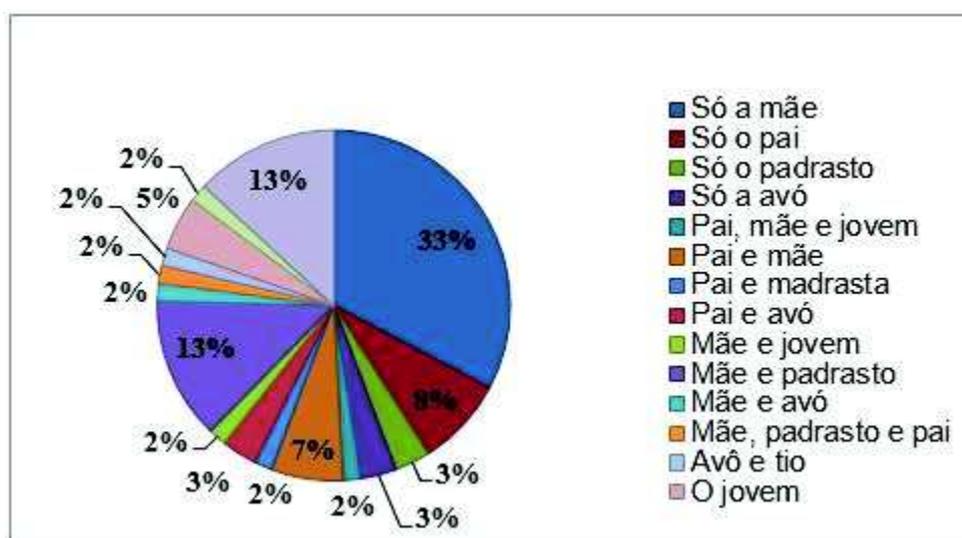


Fonte: Elaborado pela autora

O gráfico 09 demonstra que a maioria é oriunda de famílias em que mãe é a única ou a principal provedora do lar (33%), seguidos dos avós e tios (13%) e mãe e padrastos (13%). A maioria dos empregos são informais.

Há casos, narrados pelos jovens nas entrevistas, em que a renda familiar provinha de atividades ilícitas realizada pela família como venda de produtos de contrabando e descaminho de gasolina ou ainda do próprio tráfico, motivos pelos quais o provedor cumpre pena na PAMC (Penitenciária Agrícola do Monte Cristo)

Gráfico 09 - Provedores do sustento familiar



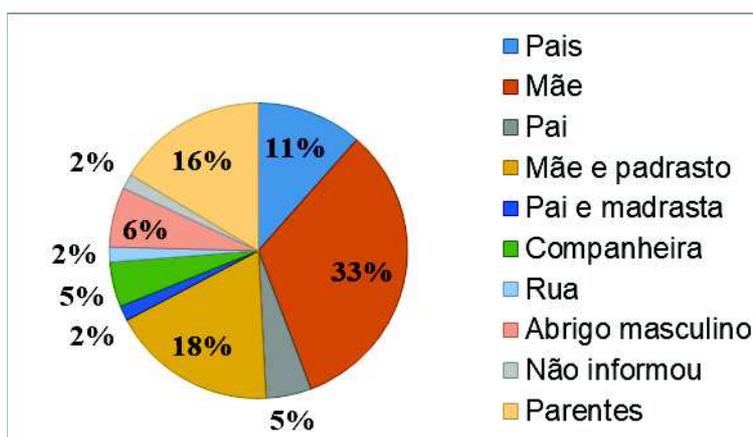
Fonte: Elaborado pela autora

Na ausência da figura paterna, os jovens são criados e moram em sua maioria com a mãe (33%) ou com a mãe e o padrasto (11%), conforme demonstra o gráfico 10. Apenas 2% moram com o pai. A ausência do pai biológico é explicada no PIA por diferentes vieses: há casos em que os jovens desconhecem seu pais biológicos ou tem conhecimento, mas a paternidade não é reconhecida; a paternidade é reconhecida, mas não há nenhum tipo de contato entre o jovem e o pai; e, por fim, há os casos de abandono do lar devido a brigas e desentendimentos entre os membros da família, estabelecimento de novos relacionamentos ou envolvimento do pai com a criminalidade que resultou em recolhimento à PAMC.

Percebe-se ainda no gráfico 10 que há um número significativo de jovens que moram com outros parentes (16%), principalmente com os avós. Há jovens que são provenientes do abrigo e passaram suas vidas entre a moradia nas ruas ou no

abrigo (quando apreendidos). São jovens órfãos, cujos irmãos foram adotados e eles permaneceram nos abrigos ou jovens que foram abandonados pela família que perdeu o “controle” sobre os mesmos.

Gráfico 10: Com quem moram



Fonte: Elaborado pela autora

Estes dados não revelam a moradia flutuante, ou seja, a parcela de jovens que passam períodos em residências diferentes. As narrativas me levam a inferir que o percentual relativo a esta situação específica está diluído nos demais, mas a representatividade não é pequena.

A maioria possui uma família numerosa, com irmãos oriundos de outros relacionamentos por parte dos pais, que moram com outros parentes (ex. pai, mãe e demais parentes de seu irmão que não são os seus).

Os dados dos gráficos 8, 9 e 10 revelam a importância da mulher-mãe na vida do jovem bem como o peso de sua responsabilidade no provimento de todas as necessidades relativas ao pleno desenvolvimento do jovem, desde o aspecto econômico aos aspectos sócio, afetivo e educativo.

4.2.5 Escolaridade

Em relação ao grau de escolaridade – Tabela 01, os documentos informam que 50% dos jovens no momento que foram apreendidos e encaminhados ao CSE-RR estavam matriculados em alguma escola do estadual ou municipal, entretanto apenas 23,4% frequentando as aulas regularmente e 26,5% abandonaram os

estudos. Com a internação no CSE, todos são obrigados a frequentar as aulas. O maior número de matrículas é no Ensino Fundamental.

Tabela 1: Escolaridade

Ensino Fundamental			
Ano	Quant alunos	Parou de estudar	Frequentando as aulas
1º ano	1	1	0
2º ano	3	2	1
3º ano	1	1	0
4º ano	2	2	0
5º ano	2	0	2
6º ano	13	10	3
7º ano	5	0	5
8º ano	7	2	5
9º ano	5	4	1
Sub Total	39	22	17
Ensino Médio			
Ano	Quant alunos	Parou de estudar	Frequentando as aulas
1º ano	5	3	2
2º ano	3	0	3
3º ano		0	0
Sub Total	8	3	5
Total	47	25	22

Fonte: Elaborado pela autora

Quando se compara a faixa etária e o grau de escolaridade dos jovens do CSE-RR, verifica-se um atraso bastante significativo na escolaridade destes jovens que é compensada através dos Programas de Aceleração da Secretaria de Educação do Estado de Roraima. Em um ano de internação, o jovem chega a cursar quatro séries. Dificilmente são reprovados, mas a formação é questionável segundo relato de alguns professores.

“Dificilmente o jovem aluno aqui da descentralizada fica reprovado. Tem que passar, né. A gente sabe da dificuldade. Tem uns que estão terminando aí o fundamental, mas tem dificuldade de ler, escrever, interpretar de tudo. Já chegou prá mim assim. Vou fazer o que? Voltar para ser alfabetizado? Então mana, se vem prá aula e faz ou pelo menos tenta fazer a tarefa, tá passado.” (Professor).

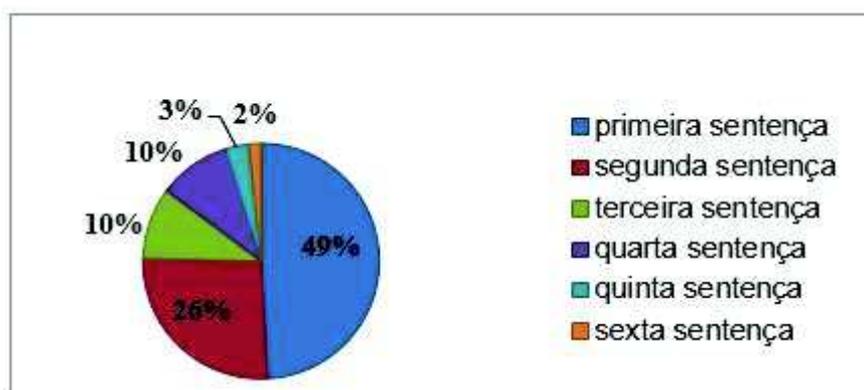
Nos casos de reincidência, normalmente o jovem volta para escola do CSE-RR cursando a mesma série ou a imediatamente posterior a que se encontrava ao sair. Isso nos leva crer no imediato abandono da escola, por parte de alguns jovens,

logo que são liberados para retornarem as suas casas quando do término do cumprimento da medida socioeducativa e questionar mais uma vez a rede de apoio ao jovem egresso do CSE-RR.

4.2.6 Sentenças e reincidências

O gráfico 11 apresenta a relação de sentenças, cumpridas ou em cumprimento com o total de reincidência. Os dados revelam que 51% são jovens reincidentes com o quantitativo de até seis sentenças. Identificamos situações de jovens que retornaram ao CSE-RR para cumprimento de medidas socioeducativas aplicadas pelo cometimento de delitos após o cumprimento de medidas anteriores e de jovens que, foragidos, cometeram outros delitos pelos quais foram sentenciados e estão cumprindo as medidas socioeducativas de forma cumulativa.

Gráfico 11: Relação de reincidência e sentenças



Fonte: Elaborado pela autora

Essa situação é ainda mais complexa quando analisamos os casos de jovens egressos que, maiores, continuaram a cometer atos delituosos e hoje respondem por seus crimes na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - PAMC. Em um breve levantamento realizado com base em uma lista expedida pela Divisão de Inteligência e Captura (DICAP) da Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUC), constando os nomes de 49 presos que participaram da fuga em massa ocorrida na PAMC em fevereiro de 2016, foi possível identificar 15 jovens com histórico de cumprimento de medida socioeducativa no CSE-RR, totalizando um percentual de 30%. É um número bastante significativo, principalmente, se levarmos em consideração que são

apresentados apenas os foragidos desta ocasião. Se o levantamento for realizado com o quantitativo geral dos presos da PAMC, é possível que este número chegue a mais de 50%. O quantitativo levantado neste recorte por ser considerável, nos leva a questionar a falta de acompanhamento e assistência aos jovens quando do término do cumprimento de sua medida e de retorno a vida em sociedade, o índice de recuperação efetiva dentre os jovens que cumpriram medidas socioeducativas no CSE e a eficácia na aplicabilidade destas medidas.

Tejadas (2005), em estudo realizado sobre as determinações da reincidência junto a adolescentes infratores em Porto Alegre, evidencia o quanto é complexa a questão da reincidência com base no argumento do “não-pertencimento dos adolescentes a estruturas e relações que lhes possibilitem encontrar sentido e projetar um futuro” (Ibid., p. 279). Neste sentido, a reincidência é uma espécie de “(...) caixa de ressonância das políticas públicas e do próprio atendimento ao adolescente autor de ato infracional” (Ibid., p. 279), acentuada pela não garantia dos direitos e da invisibilidade dos jovens

Vale ressaltar ainda que o quantitativo de sentença/reincidência pelo qual o jovem responde e/ou respondeu não representa o quantitativo de delitos por ele cometido. Significa apenas o quantitativo de delitos cometidos pelos quais ele foi recolhido e internado para cumprir a medida socioeducativa aplicada. Analisando os boletins de ocorrências em suas pastas individuais, os registros de campo obtidos por meio de conversas informais e das entrevistas, é possível constatar um número muito mais significativo de delitos como roubos, estupros e tráfico de drogas, pelos quais os jovens não respondem com cumprimento de medida socioeducativa, seja por não ter chegado ao conhecimento das autoridades competentes ou por ter sido apreendido, advertido e posto em liberdade pelas autoridades, sob a tutela dos pais ou responsáveis.

4.2.7 Drogadição

Um outro dado bastante significativo diz respeito à utilização de substâncias entorpecentes. Conforme pode-se verificar na tabela 02 estes jovens apresentam sérios problemas com a drogadição e o álcool. 100% dos jovens no CSE-RR já experimentaram algum tipo de substância psicotrópica ou/e de forma associada, e maioria começa a fazer uso de drogas entre os 12, 13 anos de idade. Alguns fizeram uso pela primeira vez aos 8 anos de idade. Nas entrevistas que realizei, encontrei

um jovem que afirmou ter tido o primeiro contato com drogas aos 5 anos, entretanto em seu PIA aparece como sendo aos 8 anos. A maconha é a mais utilizada, associada ao álcool e a outros tipos de drogas. Não encontrei nenhum caso em que o jovem utilizasse apenas um tipo de substância entorpecente (quadro 3). 100% afirmou já utilizar mais de um tipo e de forma associada.

Tabela 2: Substâncias Entorpecentes

Tipos	Idade em que usou pela primeira vez									
	8	9	10	11	12	13	14	15	16	
1. Maconha	1	2	4	6	11	13	9	7	0	53
2. Cola	0	1	0	1	1	3	0	0	0	6
3. Cigarro	0	2	2	1	4	4	2	3	1	19
4. Álcool	1	2	3	4	11	9	7	3	0	40
5. Crack	0	0	1	2	1	1	0	1	0	6
6. Cocaína	0	1	2	2	4	4	1	0	0	14
7. Pasta base	1	1	1	2	3	2	1	5	0	16
8. Thinner	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
9. Feijão	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
10 TOTAL	3	10	13	20	35	36	20	19	1	

Fonte: Elaborado pela autora

Dentre as meninas, há pelo menos um caso de prostituição com o objetivo de manutenção do vício. Mariana, de 14 anos, me conta que começou a usar droga por influência da mãe que é viciada e se prostitui no Beiral, e que

“Ela (a mãe) se prostitui por cinco reais para usar droga. Também já fiz muito isso..., mas por cinco reais não. Por dez (risos). Já me prostitui muito prá mim usar drogas. Lá em Mucajá... aqui fui pro Beiral. Mas era também no Raiar do Sol, Bela Vista. Que era os meu setor que eu ficava. (...) Era tipo assim, eles chegavam e diziam: eu te dou tanto prá te comer... te dou uma pedra prá te comer... aí ei falava vamos. Quantas vezes eu já deitei em cama com cara cheiroso, com cara fedorento. Uma vez eu fui me prostituir com um cara, eu chorei em cima da cama ó, que eu não queria, mas eu queria fumar. Eu não queria transar, mas eu queria o dinheiro. Eu tava com muita vontade de fumar e não tinha outro jeito prá mim arrumar droga. Aí o jeito era me prostituir. ” (Mariana – 14 anos)

Há jovens que apesar de se drogar há anos não se consideram viciados. Jorge é um dos que se utiliza de drogas desde os 12 anos, mas não se considera viciado, me diz em entrevista que usa cocaína e maconha, mas,

“(...) é uma coisa que eu largar quando quiser. Maconha não vicia não, passei uns tempo sem fumar, (...), aí dos 14 foi direto até agora, mas... é uma coisa que a pessoa num vicia (...) a maconha num é considerado um vício, não, prá quem fuma (...) num é um vício, não... a pessoa fuma só porque gosta mesmo. Num traz nenhuma consequência, num é um negócio como as outras drogas traz. (...) prá mim num trouxe nenhuma consequência, acho que não é ruim assim não, como as outras drogas, né. (...) Nos 16 eu comecei a cheirar cocaína.” (Jorge -18 anos)

Em quase todos os casos, ouvi relatos de crises de abstinência no período de adaptação ao CSE-RR. Há aqueles que se reconhecem como viciados e falam sobre suas crises de abstinência a exemplo de Ricardo (16 anos).

“Ah eu sinto muita falta da droga, aí eu fico aprontando. Eu que fiz os buraco das cela. Fui cavando com o metal da descarga, primeiro eu fui raspando, aí eu fiz um quadrado assim, maceta, aí quando apareceu tijolo em comecei a bater. Aí foi quebrando o tijolo até varar e eu fugi para beijar minha namorada no outro pavilhão. Foi logo quando eu fui sentenciado (...) eu tava na abstinência tava doidão. Senti muita vontade de usar droga, fico nervoso, tremo. Inclusive eles tão me dando remédio. Hoje mesmo fui pro psiquiatra. Tava com vontade de usar droga”. (Ricardo (16 anos)

E mesmo dentre aqueles que afirmam que não possuem nenhum grau de dependência e que podem “largar a hora que quiser”, há relatos de sintomas ligados à crise de abstinência, muito embora não associem o fato de estar “agoniado, tremendo e nervoso” à falta da droga e sim à falta da liberdade – a prisão.

No que se refere à iniciação nesse universo, os jovens informam que ocorreu tanto por meio de familiares, quanto por meio de vizinhos e amigos. Não são poucos os relatos que retratam o envolvimento dos familiares com o consumo e tráfico de drogas, cometimento de crimes como homicídio, latrocínio e roubos e reclusão na PAMC, principalmente de pais, irmãos e tios. A convivência do jovem com as drogas e o crime, nestes casos, é encarada com naturalidade, faz parte do meio em que está inserido, do seio familiar e, portanto, de sua vida. Desde tenra idade, ele presencia e convive com situações de violência e drogadição. Há casos em que a família inteira está reclusa na PAMC.

Também chama a atenção o tráfico e o consumo nas instituições escolares de Roraima ou em suas redondezas. Escolas Estaduais como Maria das Neves, Idarlene, Wanda Aguiar, Pedro Augusto, Oswaldo Cruz.

“Eu ia prá escola, mas ficava matando aula e fumando como os meninos por atrás do muro lá da escola”. (Mariana – 14 anos).

“Os amigos? Influenciou um pouco, né. (...). Influenciou mais depois que eu comecei a frequentar a praça do Asa Branca e a Escola Maria das Neves. (...) atrás da Escola já ficava a praça, que é onde ficava os [amigos de quem comprava e com quem fumava] mais antigos que hoje em dia já tão na PA”. (Miguel – 20 anos).

“Nós tava na escola. Nós tava fumando maconha no intervalo, tal e tal... tudo doido, não pensa nada da vida assim”. (Pedro – 15 anos.)

“Eu tava fazendo o sexto ano [Escola Pedro Augusto]. Aí daí eu fui começando a vender lá mesmo.” (Manoel – 14 anos).

“Estudava na Oswaldo Cruz. Aí foi lá que eu fiquei andando com má companhia e experimentei o primeiro back de maconha.” (Jorge - 18 anos).

4.2.8 Os crimes pelos quais os jovens foram aprendidos

No que se refere aos atos infracionais cometidos, ao analisarmos as categorias contidas no Quadro 3, é possível verificar que a maior incidência de crimes cometidos pelos jovens internos no CSE-RR é de roubo qualificado seguido de homicídio qualificado e homicídio simples. Apesar dos dados do DENARC apontarem o tráfico de drogas internacional como um dos maiores problemas de Roraima, o número de jovens que responde por este tipo de crime no CSE-RR é apenas de 3.

Quadro 3: Principais crimes cometidos

Das categorias	Dos crimes cometidos	
Crimes contra a pessoa	Homicídio Simples (art. 121, <i>caput</i> , CP)	12
	Homicídio qualificado (art. 121, §2º, CP)	16
	Lesão Corporal (art. 129, <i>caput</i> e §§1º, 2º, 3º e 6º, CP)	6
	Violência doméstica (art. 129, §9º, CP)	1
	Ameaça (art. 147, CP)	7

Crimes contra o patrimônio	Furto simples (art. 155, CP)	9
	Furto qualificado (art. 155, §§4º e 5º, CP)	1
	Roubo simples (art. 157, CP)	8
	Roubo qualificado (art. 157, §2º, CP)	42
	Dano qualificado (art. 163, § único, CP)	3
Crimes contra a dignidade sexual	Estupro (art. 213, CP)	4
	Estupro de vulnerável (art. 217-A, CP)	2
Crimes administração pública	Resistência à prisão (art. 329, CP)	1
Crimes contra a paz pública	Associação criminosa (art. 288, CP)	3
Lei de Drogas (11.343/06)	Art. 33 (tráfico de drogas)	3
	Art. 28 (porte para uso)	1
Estatuto do desarmamento (Lei 10.826/03)	Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 14)	3
	Posse ou porte ilegal de arma de fogo restrita (art. 16)	1
ECA - (Lei nº 8.069/90)	Corrupção de menores (art. 244-B)	1

Fonte: Elaborado pela autora

Extraoficialmente, estes números são bem maiores. O que se depreende das entrevistas e das conversas informais com os jovens é que pelo menos 90% dos jovens usuários “trabalham” ou “trabalharam” para os traficantes como forma de sustentar seu vício e/ou fazer dinheiro. Muitas das falas retratam essa situação, a exemplo de Madalena que me conta sempre ter trabalhado para sustentar seu vício vendendo maconha, mas só tem três passagens por tráfico; Ela diz que vendia uma parte do que o traficante lhe entregava e outra parte era o “pagamento” dele; ou Raquel que traficava porque além do vício em cocaína e maconha “*estava obcecada por dinheiro (...) eu via as coisas chegando (a droga chegando do exterior) no negócio, (...) droga dá muito dinheiro, então a gente se ilude demais com isso. (...) E eu queria dinheiro porque isso tava em primeiro lugar para mim*”; ou ainda Jorge que me conta

“Até uns 15 (anos) eu só fumava maconha. Nos 16 aí eu traficava, né. Dava dinheiro... era a cocaína e a pasta base né, mas prá pessoa cheirar cocaína tem que ter dinheiro. Aí a maioria do lucro da pasta base que eu

vendia era prá cocaína... eu cheirava muita cocaína em festa, mulher... gastava dinheiro com mulher e festa”. (Jorge – 18 anos).

Em várias falas, é possível identificar a relação de jovens com o tráfico internacional, principalmente com a Guiana. A relação de alguns com o tráfico ocorre tanto na travessia do produto pela fronteira quanto na distribuição e venda interna. João me conta que de vez em quando fazia esse tipo de “trabalho” mais rentável: “(...) porque um cara ia me dava R\$ 500,00 que era prá mim passar [pela fronteira], que era prá mim ir lá na Guina pegar uns quilo prá ele, né. ” Conta ainda que além disso:

“(...) quando num dava prá ir [fazer a travessia] os cara dizia: tá de boa então. Mas eu pegava alguma coisa com eles (...)ele pegou e me deu umas 50 g prá mim e uma 25 de maconha prá mim vender prá ele. ” (João – 19 anos)

A relação de jovem que efetuou uso de substâncias entorpecentes antes do cometimento do ato delituoso pelo qual responde medida socioeducativa é de 100%, corroborando a tese de que criminalidade e drogadição possuem estreita relação também no CSE-RR.

A maioria dos roubos simples ou qualificados também mantêm uma relação com a drogadição. De alguns relatos se depreende que os roubos de celular e carteiras efetuados de assalto a transeuntes ou pequenos comércios, objetivam a compra de drogas ou pagamento de dívidas. Há ainda aqueles que narraram que roubavam por diversão. “Ah, roubar prá mim é divertimento, é diversão. Eu sei lá ... é correr da polícia. Eu já corri da polícia três vezes e eles não me pegaram não. ”

Ou aqueles que roubavam porque fizeram da prática uma fonte de renda, a exemplo de João que, criado no meio familiar onde a prática de crimes é naturalizada, possui inúmeras ocorrências registradas por furtos, roubos, além de seis sentenças com medidas socioeducativas por delitos que vão de homicídio simples e qualificado a roubo qualificado, algumas já cumpridas e outras em cumprimento. Ele me conta de maneira muito natural e rindo que:

“Quando tô sem dinheiro sem nada, rapá (sic), eu vou roubar... Teve um dia que junto com um conhecido, um aí... o Juninho..., nós roubemo (sic) um carro, um prisma, comecemo (sic) a fazer assalto aí... nós metemo (sic) 16 assaltos num dia....(...). ” (João – 19 anos)

4.3 O JOVEM COMO RESULTADO DA LEITURA DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA CONTIDAS NO PIA, NOS AUTOS E NOS RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO, NA PERSPECTIVA INSTITUCIONAL

Da leitura dos dados contidos no PIA, e mais especificamente nos relatórios de avaliação situacional relativos à história de vida dos jovens do CSE-RR, aliada a falas resultantes de conversas informais e entrevistas com os profissionais do CSE-RR, bem como da leitura das falas contidas nos autos processuais é possível identificar um discurso que ressalta a vitimização do jovem aportada na exclusão e vulnerabilidade social. A estigmatização com rótulos de viciados, desocupados, perigosos, inocentes, culpados, vítimas, bandidos, homicidas, galerosos, nojentos, coitados e Jacks (o termo faz alusão à personagem Jack estripador e é utilizado pelos jovens do CSE-RR e incorporado no vocabulário dos funcionários para identificar os jovens que respondem por crime de estupro) também faz parte das práticas discursivas e contribuem para forjar as identidades e as subjetividades dos jovens do CSE-RR.

4.3.1 Da exclusão à culpabilização - Resultados da Vulnerabilidade

Tomando um cafezinho com uma das técnicas do CSE-RR, ela me relata o prazer de trabalhar com estes jovens: *“Estou há mais de 30 anos nessa área e não troco este trabalho por nada. Aqui já vi de tudo que você possa imaginar, mas o que mais me chama atenção são as histórias de vida desses jovens e o quanto elas se repetem”*. Para ela, a problemática do jovem com a criminalidade se resume a uma questão: *“É só desestruturação familiar”*. Aponta a pobreza como causa secundária, ligada apenas à exclusão social, mas não à marginalização.

Exemplifica sua fala contando-me três casos onde só um, que classifica como rara exceção, teve um retorno positivo de recuperação e afirma ser o que lhe marcou profundamente.

No primeiro exemplo, ela chama atenção para o quanto os jovens se iludem quando acessam um mundo de possibilidades financeiras diferente do seu. Para ela, a falta de percepção de que estão sendo explorados num mundo adulto e das consequências resultantes deste acesso retratam a inocência e a falta de consciência dos jovens. Acredita que o arrependimento neste caso é circunstancial.

“A Kátia (14 anos) chegou por estes dias. (...). É linda. Acho que você ainda não pegou o caso dela porque os documentos ainda devem estar chegando. Foi presa por tráfico e prostituição. Era aviãozinho de um traficante. Na primeira conversa que tivemos ela me falava, de maneira nem um pouco arrependida, da vida dela. Dizia “Sabe quanto ganho tia? Quando o movimento está fraco, fraco uns 600,00 por dia, quando tá bombando faço mais de mil. Tenho tudo do bom. Meus perfumes, roupas, sapatos, bolsas, maquiagem. Como tudo do bom. Vou sair logo daqui. Sou menor”. Ela não parece querer outra coisa. Não tem noção dos perigos a que se expõe, não apresenta arrependimento. Na segunda entrevista o comportamento já não era mais o mesmo. Queixava-se e chorava da vida que estava tendo no CSE. Aqui a gente come com o prato na mão, feito cachorro. Não quero isso para mim”. Achava que ia sair logo. Entrevistei a mãe dela. No dia em que a mãe veio visitá-la pela segunda vez, essa menina se jogou nos braços da mãe e chorou compulsivamente. Dizia-se arrependida, pedia perdão, dizia que quando saísse tudo ia mudar, ia voltar a estudar, se afastar das amizades e não ia mais fazer a mãe chorar. Chorava a mãe, chorava ela. ”

No segundo exemplo, relata um caso que classifica como típico da desestruturação familiar.

“A Manoela tem 14 anos e está grávida de quatro meses. A situação dela é complicada. Encaminhamos para o CAPS para tratamento. Ela tem tido muitas crises de abstinência. Conversei com ela e durante o atendimento ela tem chorado muito. Se diz muito arrependida por ter matado o irmão e chorando me disse: “A gente tava doido, tinha bebido muito e cheirado cola, thinner, maconha e crack. ” “Ela e outro jovem, que também está internado aqui no CSE, mataram o irmão. Os três eram irmãos. O que morreu era o mais velho e era quem fornecia a droga para os outros dois. Entrevistei a mãe dela no Hospital Santo Gabriel. Ela está acompanhando o filho de 10 anos que, um dia depois da prisão da Manoela, foi atropelado, quebrou o fêmur e está aguardando uma cirurgia. Ela não veio ainda ver Manoela, não quer vê-la. Não consegue perdoar a filha e a Manoela tem sofrido muito com isso também.

Veja bem a situação dessa mulher: Essa mulher tem nove filhos. Apanhou muito do primeiro marido, alcoólatra que era muito ciumento. Ele chegou a esfaqueá-la por duas vezes. Ela mostrou-me uma enorme cicatriz na barriga resultado da cirurgia feita devido aos esfaqueamentos. Todos os filhos são complicados, nove ao todo. A Manoela e os outros dois irmãos não moravam com ela. Moravam numa casinha de madeira próximo a casa dela (mãe). Acho que ela já os mandou para lá como forma de diminuir os problemas. Eles não trabalhavam passavam os dias se drogando e brigando. Até que um dia, deu no que deu. O Pai de Manoela ainda é alcoólatra, mas não mora com a mãe, são separados. A mãe mora com outro e toma conta dos filhos menores e da filha de Manoela, que tem dois anos de idade”.

Encerra o relato me perguntando:

“Agora me diga, qual é a chance de recuperação de uma criatura dessa, com uma família dessa, com todos esses problemas? A tendência aí é dos menores seguirem o mesmo caminho dos maiores.”

O terceiro exemplo, Ridan relata como aquele que marcou sua história profissional. É a exceção.

“Foi um caso de um garoto, filho de um empresário e de uma professora. Ele não havia reconhecido a paternidade, queria fazer teste de DNA. Magoada, a mãe, mesmo com o passar dos anos, não permitia que o filho procurasse o pai ou que o pai se aproximasse do filho. O garoto era interno e cumpria medida socioeducativa por homicídio. Mandei chamar o pai, mesmo contra a vontade da mãe, porque o garoto havia dito que não o conhecia e expressado a vontade de saber quem era, de conhecer. Guardava uma mágoa grande do pai.

O pai compareceu assim que foi chamado e era a cara do garoto. Ficou bastante emocionado com a revelação e depois da conversa que tivemos, se prontificou a ajudar no que fosse necessário. Passou a visitá-lo com frequência e estreitar os laços com o filho. Conseguimos a progressão da MSE para o garoto que, sob a tutela do pai, voltou a estudar, começou a trabalhar com o pai e mudou sua vida. Terminou o curso de direito, atua na área e casou-se.”

Encerrou o relato bastante emocionada dizendo-me que hoje, apesar de ter perdido o contato, sempre que lembra desse caso sente que pode fazer diferença na vida desses meninos.

Chama atenção que dos três casos que tomou como exemplo apenas no terceiro começa a narrativa pela ocupação os pais, diferenciando-os pelo status profissional. Deixa nas entrelinhas que, apesar da família inicialmente apresentar desestruturação pela ausência do pai, o resgate dos laços parentais fez toda a diferença na recuperação do jovem.

Ressalta que, de maneira geral, nas entrevistas que realiza com os jovens para a elaboração do PIA, percebe que não há uma perspectiva de futuro fora do contexto da marginalidade. “Embora alguns digam que querem trabalhar, voltar a estudar ...coisas assim, você não percebe consciência, não sente firmeza, não há verdade na fala”.

Em trechos extraídos dos autos de sentença, com argumentações baseadas em dados que contidos do Relatório Situacional – nominado ora como estudo de caso, ora com Laudo Pericial - expedido pelo CSE-RR, que por sua vez é elaborado com base no PIA, observa-se que os discursos se repetem e o fator predominante é a vulnerabilidade e exclusão social que acabam permeando a decisão final:

Trecho extraído do relatório:

“AB” é um adolescente que traduz em seu comportamento o retrato dos adolescentes pertencentes ao seu extrato social. Por possuir arranjo familiar totalmente disfuncional, devido a sua genitora e alguns tios já terem sido presos por tráfico de drogas e outros crimes, pela falta de convivência comunitária saudável, o mesmo tem se inserido em grupos de riscos cujo comportamento propicia o consumo de drogas e a prática de atos delituosos, criando laços de pertencimento e comportamentos disfuncionais que conseqüentemente tem dificultado o seu ajustamento ao meio e inevitavelmente irá contribuir para o enfraquecimento dos vínculos familiares. Em decorrência o adolescente acaba também por não cumprir as tarefas mínimas necessárias ao seu desenvolvimento como a frequência a escola, profissionalização e obediência aos limites impostos no convívio sócio-familiar. ”

Trecho de argumentação extraído dos autos de sentença, elaborado com base no relatório.

“ Destaco que o estudo de caso revela situação de vulnerabilidade a qual está submetido o adolescente, exaltando a reiteração de cometimentos de atos infracionais. Vejamos um trecho da perícia do adolescente: (...) apresenta histórico marcado pela ausência de pessoa responsável, experiência de abandono familiar, passagem por instituição de abrigo, início tardio da educação formal (9 anos), vivência de trabalho infantil (ajudante de pedreiro), contato prematuro com drogas ilícitas, envolvimento com grupos de risco (galera), negligência em relação aos seus direitos básicos, influências familiares negativas (passagem da mãe, avo e tios pelo sistema prisional), cometimento de ato infracional, recebimento em seu desfavor de MSE, reincidência em atos delinquentes, abandono escolar, ausência de formação profissional (...).”

Com base na argumentação, o juiz decide pela sentença de MSE sem possibilidade de atividade externa e encerra dizendo:

“ Dada a narrativa no Laudo Pericial elaborado pelo Setor Interprofissional desta Vara de Infância e Juventude, o qual se destaca a extrema vulnerabilidade do adolescente envolvido no grupo em risco, atraso escolar, uso de substâncias entorpecentes, estando portanto num

processo crescente de marginalização, com fundamento no (...), reputo de bom alvitre a execução provisória da medida, considerando urgente necessidade de reforço dos laços familiares e reinserção social, na tentativa de evitar a entrada completa na marginalidade.”

É também possível identificar discursos que trazem consigo a culpabilização da família por não conseguir cumprir seu papel de principal orientadora e provedora das necessidades pertinentes ao desenvolvimento sadio do jovem, bem como do acompanhamento quando internos. Esse discurso aparece de maneira mais contundente em alguns relatórios situacionais a exemplo dos trechos abaixo extraídos desses documentos e que afirmam:

“ Tanto o pai quanto a mãe não conseguem exercer seus papéis de forma adequada. “A” e seu grupo familiar são pessoas fragilizadas, destacando-se que os pais apresentam dificuldades para impor limites. Esses fatores possivelmente levaram (...) a envolver-se com grupos de risco da comunidade. ”

“ Os pais enquanto figuras de autoridade não orientam os filhos para participar do contexto social, a partir de normas e regras onde o respeito a eles é necessário, pela dificuldade dos pais exercerem seus papéis, pela dificuldade de enfrentamento das expressões da questão social que rebatem no alcoolismo paterno, a dependência química e a prática do ato infracional da adolescente em desfavor do irmão (...). A falta de diálogo (...) promove o agravamento da violência onde o afeto não flui. ”

Em um dos documentos contidos na pasta individual de um jovem que, dentre outros delitos, foi apreendido no âmbito escolar com uma arma de fogo, encontro o relato que atribui ao “dilaceramento da estrutura da família” a principal causa dos atos infracionais cometido pelo jovem. Ressalta o fato do jovem apresentar uma família não convencional e argumenta dizendo que:

“ É importante observamos que os problemas com a família estão majoritariamente ligados aos casos de menores infratores. (...). Às vezes, esquecemos que aquele menor problemático tem uma família. Esta é, antes de tudo, a grande responsável pelo ato infracional cometido. É a realidade da nova composição familiar brasileira. Não questiono méritos morais, mas esta estrutura está desmoronando. (...) é cada vez mais comum que estas situações produzam jovens problemáticos que tendem a enveredar por caminhos da ilegalidade. (...). Com essa carência no próprio convívio familiar, ela (Jovem) acaba suplantando esse apoio nas ruas. Daí começam a aparecer os problemas com as infrações. ”

4.3.2 A Estigmatização – rótulos

Segundo Simão (2014. p.), discursivamente os termos jovens e adolescentes empregados em peças de inquéritos e ritos processuais diferem do sentido empregado a jovens e adolescente das classes médias e altas, pois essas denominações quando utilizadas com aqueles que cometeram ato infracionais vem impregnadas de “juízos de valor [e] sobre eles tem uma forte carga de desprezo, violência simbólica e abandono social, além de uma avaliação em que aparece, claramente, a ausência de qualquer futuro um pouco mais digno(...)”.

O sentido é percebido nas entrevistas e conversas informais com os funcionários e com os jovens do CSE-RR e facilmente identificável. Exemplo dessa realidade retratada por Simão é facilmente identificada em relatos sobre a Raquel rotulada de sonsa, dissimulada, nojenta e assassina fria:

“Essa daí, não presta não, é sonsa. Para conseguir o que quer faz de tudo. A professora contou que outro dia estava dando aula e quando se virou, numa fração de segundo, ela tinha levantado a blusa e tava mostrando os peito (sic) para o outro lá da sala. Não duvido que faça o mesmo para conseguir o que quer dos socioeducadores. É muito nojenta.” (Socioeducador)

“Não aconselho você a conversar com essa daí não. A bicha é nojenta.” (Socioeducador)

“Ela é fria, dissimulada. Acho que não vai querer falar com você não. Não é de conversa não. Matou o advogado aí e não tem arrependimento não. Se comporta porque quer sair para aprontar de novo.” (Técnica).

Ou ainda no caso de Joaquim sobre o qual um socioeducador faz o seguinte relato:

“Ixe, esse aí professora eu conheço desde sempre. Já deu muita dor de cabeça e acho que num tem mais jeito não. Foi muita droga na cabeça. Passou a vida no Beiral, no abrigo, aqui e nas ruas. Entra aqui e sai, entra e foge, volta pior. Vai sair agora na concentrada e vai voltar a roubar e se drogar. Não demora muito e vai parar na PAMC. Agora ele é de maior. O caminho dele com certeza é a PAMC”. (Socioeducador).

Em conversa com uma das técnicas do CSE-RR, notei que ela tinha em mãos uma listagem dos jovens internos semelhante a que me foi disponibilizada. Perguntei se, de acordo com a listagem e sua experiência junto aos jovens, ela teria

como indicar alguns nomes para que eu consultasse sobre a disponibilidade em participar da pesquisa. Consultando a listagem foi identificando-os da seguinte forma:

“Anota aí: Cândido é homicida, Inácio Gabriel de Oliveira, também é homicida. Roberto Lima, ah esse é um caso bem excepcional. Roberto Lima matou um taxista bem conhecido na cidade. O Inácio é o caso do enxadeco. O Inácio e o Cândido são parceiros, já mataram juntos. Roberto Sampaio também é homicida. Pedro Duarte é homicida, só que como é recente eu não lembro muito bem do caso dele. A Raquel é homicida, cometeu o crime junto com um rapaz que está na penitenciária por causa de uma ocorrência interna, fez 18 anos quando estava aqui.

Tem muito homicida aqui. Tem também o Mendes e o Augusto, integrantes de um mesmo processo de homicídio. Ah, se você ver o Augusto. Ele é um menino deste tamanho, pequeno, franzino de 13 para 14 anos. Você vendo não diz que aquele menino já matou um. Os dois são parceiros e o Jorge é parceiro do Inácio. Cândido é parceiro do Marcos – todos maiores já”. (Técnica)

Ouçõ também muitos comentários do tipo: “esse já matou” ou ainda, “esse é perigoso, já matou 2”.

Os discursos proferidos pelos profissionais do CSE-RR, da Escola, do sistema judiciário estão repletos de significados e possuem status e força de verdade, uma vez que são legitimados pelo poder do estado e por formação em suas áreas de conhecimento. Neste sentido o que a equipe multidisciplinar expressa em palavras escritas ou faladas, tem um peso significativo na formação identitária do jovem, nas decisões do judiciário e na trajetória de vida desses jovens.

Deste modo, em meio as práticas discursivas e não discursivas trajetórias de vida são sendo modificadas, rótulos surgindo, estigmatizando e ditando quem são estes jovens (vítimas, bandidos, culpados, criminosos, inocentes, estupradores, louco e outros adjetivos qualificadores). Esses discursos determinam quem vai ou não merecer progressão de medida, liberdade ou até manter-se exatamente onde está.

Em meio a atos de prisões, inquéritos, PIA, relatórios, aconselhamentos psicológicos, laudos psiquiátricos, laudos médicos e tantos outros documentos e praticas procedimentais, vai-se marcando as trajetórias de vida desses jovens.

Por fim, quero ressaltar que os profissionais com quem mantive contato no decorrer da pesquisa, não apresentam um discurso afinado, principalmente

concernente a forma como se portar e abordar o jovem dentro do CSE-RR. São discursos conflitantes que se opõe e as vezes se modificam, refletindo de forma direta sobre os jovens. Neste contexto onde os discursos se fazem, vão se delineando as identidades e subjetividades dos jovens. E o emprego de rótulos se estendem entre os jovens que por diversas vezes se referem aos demais como “aquele só quer ser o bandidão”, “vale nada, é um Jack”; “é uma putinha, já deu prum monte aí”; “aí ó é o moleque”; “galeroso aqui tem vez não”; “é o doido, doidão”.

5 O OLHAR DO JOVEM SOBRE ELE MESMO E SOBRE A VIOLÊNCIA

O estoque de conhecimento que temos acerca de quem somos, o que pensamos e como vivemos é o que determina a nossa forma de agir e sentir. Esse conhecimento é acumulado através dos anos por meio das experiências subjetivas que vivemos e é o que nos torna sujeitos singulares e sociais. Desde modo, para compreender a percepção de violência dos jovens internos no CSE-RR, que cometeram crime de natureza grave, fez-se necessário conhecer um pouco de suas histórias de vida a partir da narrativa deles mesmos.

Antes mesmo de realizar a primeira entrevista, eu já tinha um conhecimento prévio da trajetória de vida de cada um dos jovens internados. Entretanto, este conhecimento foi adquirido com base no levantamento e na análise de dados da documentação institucional, portanto, trazia consigo o peso da visão e linguagem jurídica e técnica (psicossocial), ou seja, o sentido da visão institucional apresentada no Capítulo 04. Interessava, porém, para esta pesquisa, conhecer a trajetória de vida a partir da visão dos jovens para acessar, no contexto das relações sociais estabelecidas, das suas histórias de vida e das suas experiências, o significado e o sentido da violência em suas perspectivas.

A primeira entrevista semiestruturada foi realizada com os 16 jovens que tinham manifestado interesse de participação e atendiam aos critérios estabelecidos *a priori* e aos que foram se desenhando no decorrer da própria seleção, conforme explicitado na introdução.

Nesta entrevista, a orientação e solicitação aos jovens foi no sentido de que fizessem uma retrospectiva de suas vidas, falassem suas histórias e nelas tudo que lembrassem, quisessem ou achassem importante, narrando-me como se fosse um filme. Entretanto, como se tratava de uma entrevista para seleção, houve uma preocupação em garantir que os selecionados atendessem aos critérios para a investigação deste estudo. Assim, cuidando para não perder o foco do objeto de estudo e dos objetivos traçados, elaborei um roteiro de entrevista com algumas questões norteadoras, as quais eu deveria estar atenta para perceber no decorrer da fala dos jovens. Estas questões visaram coletar informações em três vertentes: Identidade; trajetória de vida e violência.

No decorrer da pesquisa, por meio de outras entrevistas, observações realizadas e de interações ocorridas devidamente registradas no diário de campo,

estas questões foram se desdobrando e as informações coletadas foram sendo sistematizadas a partir das questões iniciais previstas no roteiro da primeira entrevista.

Para análise dos dados, reorganizamos as informações por questão inicial, realizamos os recortes necessários e categorizamos em consonância com este estudo, nas três dimensões que apresentar a seguir,

Essas questões pensadas a princípio especificamente para a entrevista de seleção foram se desdobrando em outras questões. Deste modo, com base nas informações que foram sendo coletadas e aprofundadas no decorrer da pesquisa por meio de outras entrevistas, observações realizadas e de interações ocorridas devidamente registradas no diário de campo, estas questões foram reorganizadas,

A forma de dispor sequencialmente estas dimensões objetivou favorecer a leitura e o entendimento partindo do geral para o específico. Assim, a ideia é a compressão da percepção do jovem a partir:

1. Dimensão I: Identidade: Nesta dimensão levou-se em consideração questionamentos iniciais que motivaram a pesquisadora à investigação (quem são, como se percebem, o que sentem). Deste modo, o recorte foi para priorizar e focar nas informações relativas à sua concepção de jovem e à construção de sua identidade (percepção do eu). Aqui, achamos importantes as relações sociais estabelecidas no CSE-RR enquanto fatores intervenientes na formação identitária e na sua apresentação. Além disso, nesta dimensão, acrescentamos a visão do jovem relativa à associação de sua imagem às galeras de Boa Vista e à rejeição ao status de galeroso, que lhes é atribuído no imaginário social.
2. Dimensão II: Narrativas das trajetórias de Vida e atos Infracionais cometidos (Qual sua história de vida e o que deu causa a sua internação?). Para além de acessar as relações sociais que estes jovens estabelecem fora do CSE-RR e que contribuem na formação identitária, fornece elementos para análise da percepção de violência, disposta na Dimensão 3, a partir da narrativa detalhada do ato cometido e de seus sentimentos com relação aos momentos que circundam a violência do ato infracional cometido.
3. Dimensão III: A terceira Dimensão está situada no capítulo 6 e dedica-se a analisar, com base nas narrativas do jovem e nas sensações relacionadas ao ato de violência por si cometido, como percebem a violência, qual o significado. O que é Violência para os jovens do CSE? (Quando consideram um ato como

violento e quando acham justificável a violência? Em quais contextos se sentem violentados? Como estes jovens se percebem dentro deste contexto de violência?

5.1 DIMENSÃO I – IDENTIDADE DO JOVEM DO CSE-RR EM SUA PERSPECTIVA

5.1.1 Ser Jovem

“As diferentes juventudes e a diferentes maneiras de olhar essas juventudes corresponderão, (...), a diferentes teorias” Pais (1990, p. 151). Na perspectiva da Sociologia da juventude, Pais agrupa as teorias existentes em duas principais correntes: a corrente geracional e a corrente classista.

Na primeira corrente, a juventude é considerada um momento físico e psicológico, uma fase intermediária entre a infância e a vida adulta, em que o sujeito busca autonomia e redefinição dos laços de dependência familiar.

a) (...) a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada «fase da vida», prevalecendo a busca dos aspectos mais uniformes e homogêneos que caracterizariam essa fase da vida - aspectos que fariam parte de uma «cultura juvenil», específica, portanto, de uma geração definida em termos etários. (PAIS, 1990, p. 140)

Ao enfatizar aspectos característicos mais uniformes e homogêneos que fariam parte de uma cultura juvenil unitária, específica de uma geração definida por termos etários e biológicos, os defensores da tendência geracional generalizam a ideia de juventude. Essa corrente traz consigo a visão de que a juventude ou o ser jovem está ligado a um período de transitoriedade entre a adolescência e a fase adulta. Portanto, o ser jovem implicaria uma condição provisória, um momento de preparação para um “devir”.

A segunda corrente apresentada por Pais (1990, p.140), a classista, considera a juventude como um conjunto social diversificado, devido às diferentes origens de classe que apontam para uma diversidade das formas de reprodução social e cultural. As culturas juvenis seriam sempre culturas de classe, como produto das lutas de classe e das desigualdades sociais, o que contribui para expressar sempre um significado político de resistência, ganhando e criando espaços culturais.

b) (...) a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis, em função de diferentes pertenças de classe, diferentes situações económicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais, etc. Nestoutro (sic) sentido, seria, de facto, um abuso de linguagem subsumir sob o mesmo conceito de juventude universos sociais que não têm entre si praticamente nada de comum. (PAIS, 1990, p. 140).

Adepta da teoria da transitoriedade que compõe uma das vertentes desta corrente geracional, Abramo (2008) defende que a juventude é uma fase de preparação do jovem

para um exercício futuro de cidadania, dada pela condição de adulto, quando as pessoas podem e devem (em tese) assumir integralmente as funções, inclusive as produtivas e reprodutivas, com todos os deveres e direitos implicados na participação social. (ABRAMO, 2008, p. 110)

Partindo do princípio da transitoriedade e da condição etária, Pedro, que é menor, em uma conversa informal me diz que para ele:

“Ser jovem é assim: até os dezessete anos tu pode curtir tua vida, né. Passado os dezessete anos aí tu tem que focar bem na sua vida para ver o que você vai ser, né. Porque quando você é menor, você só pensa em curtir a sua vida, em ir para festa, fazer isso, fazer aquilo. Pensar besteira e fumar... é o que tu quer fazer quando é adolescente, né. Meu pensamento, né. Agora quando é de maior, assim, eu penso que é mudar de vida, ter responsabilidade”. (Pedro – 15 anos.)

O sentido de ser jovem está atrelado a uma fase da vida, definida por Pedro por uma faixa etária específica: até 17 anos. A principal característica desta fase é a diversão – *“você só pensa em curtir a sua vida, em ir para festa, fazer isso, fazer aquilo”*. Depois dos 18, inicia-se, em sua concepção, a fase adulta. A partir deste momento é que se faz necessário começar a pensar o futuro, *“focar bem na sua vida para ver o que você vai ser”*. A fase de preparação para o futuro não corresponde ao período da adolescência, mas a um período que se inicia com a maioridade (18 anos).

No discurso de Pedro é possível também perceber uma certa consciência quanto à responsabilização dos atos e sua correlação com a idade legal. Até os 18 anos, é possível curtir a vida sem receio de consequências maiores sobre os atos cometidos, porque, afinal de contas, se tem a prerrogativa de que é menor. Nesse contexto é cabível *“pensar besteira e fumar... [afinal] é o que tu quer fazer quando é adolescente, né.”*

Após os 18, segundo Pedro, é preciso “*mudar de vida, ter responsabilidade*”. Nesse sentido, para Pedro, a responsabilidade é uma característica essencialmente da vida adulta. Assim, além de observar a faixa etária e o princípio da transitoriedade como elementos definidores do que é ser jovem, no discurso de Pedro aparece a responsabilização penal como marco para a vida adulta.

Para Castro e Abramovay (1998), os limites etários, as periodicidades são arbitrárias, pois desconsideram a juventude como processos que historicamente se redefinem “... definir juventude implica muito mais do que cortes cronológicos; implica vivências e oportunidades em uma série de relações sociais, como trabalho, educação, comunicações, participação, consumo, gênero, raça etc.”. (CASTRO E ABRAMOVAY, 2002, p. 25).

Nos discursos de Miguel e Cláudio (maiores de 18 anos), o caráter de periodicidade e transitoriedade estão presentes, mas não estão relacionados à faixa etária e sim aos estudos – preparação para um futuro melhor. Entretanto, a característica mais marcante dessa fase continua sendo a diversão.

“Rapaz, é aproveitar a vida! É, primeiro terminar os estudos, né! Fazer um curso, aproveitar a vida”. (Miguel – 20 anos).

“Ser jovem é se divertir, também, a parte do estudo. É estudar... estudar e.... muitas coisas também”. (Cláudio 19 anos).

Joaquim (19 anos) apresenta em sua fala uma distinção entre ser jovem e ser jovem infrator. A primeira coisa seu discurso revela é a ideia de que há dois mundos - o mundo “*fora do crime*” e o mundo comum” - e portanto jovens pertencentes a mundos diferentes.

“Ser jovem, prá mim, fora desse mundo do crime, é se divertir como um jovem comum. Ser um jovem comum. (...) é estar estudando, andando com os amigos na praça, andar de skate, (...), jogar futebol, participar de tudo o que o jovem participa. Tem um negócio de retiro de igreja, (...) A escola...”. (Joaquim – 19 anos).

Estudar e passear com amigos, andar de skate, fazer retiros religiosos, em sua concepção, são atividades pertencentes a uma categoria de jovem em um mundo ao qual o jovem que comete crimes não pertence. Aparece ainda em seu discurso os termos escola e estudar alinhado aos termos que indicam diversão.

Neste sentido, a leitura do discurso nos leva a entender que para Joaquim a juventude pertencente ao mundo fora do crime é entendida pela perspectiva de moratória social de ERIKSON (1968) cuja ideia implica na suspensão de obrigações e responsabilidades na fase da juventude com objetivo de permitir aos jovens escolhas e preparação para uma vida futura.

O jovem pertencente ao “mundo do crime”, no qual Joaquim se situa no decorrer da pesquisa, apresenta outro estilo de vida.

Para João, 19 anos, ser jovem é uma condição que não está atrelada apenas a limites etários.

“É ter uma aparência de jovem, ser novo mesmo, ter uma aparência de novo. Quando o cara tá novo sabe curtir, pegar as novinhas de jeito, sabre ter pegada. Os velho, hum, só as vezes eles pegam, mas os velho nem pega as menina (rs, rs, rs) ”. (João – 19 anos)

A fala de João nos revela pelo menos dois aspectos importantes que caracterizariam a sua concepção de jovem. No primeiro deles está presente a distinção entre ser jovem e velho ressaltando não só as características físicas de “*ter uma aparência de jovem, novo mesmo, ter uma aparência de novo*”, mas atribuindo a esta característica à virilidade: “*o cara tá novo, o cara quer saber de curtir, andar, pegar as novinha*”, enquanto que “*depois de velho, hum, só as vez que os velho pega. Mas a maioria nem pega menina*”. A característica da virilidade expressa na fala de João é análoga à virilidade dos jovens da Vila Cachorro sentado⁴¹ no que se refere à projeção da imagem na comunidade em que vivem que também “manifesta-se pela conquista sexual das mulheres, sem necessariamente estar ligada ao estabelecimento de um lar ou à procriação. Assim, a simples presença de uma moça solteira é um desafio à virilidade (...)” (FONSECA, p. 15).

Assim, além das características físicas e de virilidade, em seu discurso, João revela que ser jovem é uma condição transitória relacionada a uma outra dada condição – o ser velho.

A noção de juventude na perspectiva da moratória social – não é compactuada por João. Para ele, o jovem precisa, ainda desde a infância, assumir responsabilidades e contribuir com seu sustento e com a renda familiar. Neste

⁴¹ Estudo etnográfico realizado por Cláudia Fonseca nas Vilas Cachorro Sentado e São João, em Porto Alegre.

sentido, ser jovem

“É também, trabalhar, estudar. Não é só porque tem essa lei aí, eu não sei se ainda tem, que de menor não pode trabalhar, que ele não tenha que trabalhar. Se eles não forem trabalhar eles vão roubar, se ele não vai trabalhar ele vai roubar. Uma vez eu fui trabalhar com meu tio, passou o conselho tutelar viu e aí foram lá comigo e com meu tio, brigar com meu tio. Aí eu falei: - ei! Eu tô trabalhando que é prá ganhar meu dinheiro, para mim me sustentar. Agora vocês querem que eu vou roubar os pessoal na rua aí? Pegar dinheiro? Não? Então pronto. Estou trabalhando aqui porque eu quero, porque agora eu não quero sair roubando ninguém na rua não. Aí disseram: - rapaz esse menino é meio inteligente né? - Eu falei: - pois é, porque se eu não trabalhar eu vou roubar, porque se eu ficar sem trabalhar como é que vou ajudar minha família também? Aí eles disseram: - não porque de menor não pode trabalhar e tal. Depois largaram de mão”. (João – 19 anos).

O ser jovem, para este grupo, transita entre a concepção de período de diversão, transitório, ligado a uma dada faixa etária – mais especificamente até os 18 anos - e período de transição que requer desde cedo que o jovem trabalhe e tenha responsabilidade para evitar a marginalização.

5.1.2 Percepção do Eu

5.1.2.1 A vida no CSE e a influência na formação do eu

As Instituições Totais de Goffman (2008, p.17 e 18) tem como uma das principais características a privação de liberdade que obriga o indivíduo a conviver um dado período – longo ou curto – em tempo integral, num mesmo lugar, com um mesmo grupo de pessoas, sob observação e vigilância constante de um outro grupo de pessoas (dirigentes) que impõe uma rotina institucionalizada, baseada no cumprimento de obrigações e regras formais explícitas e comuns.

A Instituição total é um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal; aí reside seu especial interesse sociológico. (...). Em nossa sociedade são estufas para mudar as pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu. (GOFFMAN, 2008, p. 22)

Dentro desta perspectiva, o CSE-RR é uma Instituição Total que abriga jovens de 12 a 21 anos que, privados de liberdade, compartilham celas ou acomodações com outros jovens, no cumprimento de medidas socioeducativas com liberdade de possibilidade externa e sem liberdade de atividades externas.

Esses jovens logo ao chegarem no CSE-RR são recebidos por agentes socioeducadores e revistados por policiais de plantão em ambiente reservado, dando início ao “processo de admissão que pode ser caracterizado como uma despedida [da liberdade] e um começo [de internação], e o ponto médio do processo pode ser caracterizado pela nudez (Goffman, 2008, p.26). Madalena relata essa experiência de “admissão” ao CSE expressando indignação e constrangimento.

“Quando eu cheguei lá [na unidade do Pará] uma policial mandou eu tirar a roupa [para fazer a revista]. Eu nunca tinha ficado pelada na frente de mulher e eu me senti envergonhada, na frente da mulher me vendo pelada. Me senti muito envergonhada porque nunca precisei fazer isso. Minha família também tem vergonha”. (Madalena – 18 anos).

Sua indignação era ainda maior pelo fato de que, ao ser transferida da Unidade de Ressocialização do estado do Pará para o CSE-RR, teve que ficar nua e passar novamente por revista.

“Vim prá cá [transferida do Pará para Roraima] de avião. Cheguei no aeroporto e me trouxeram direto para cá [CSE-RR]. Fizeram revista de novo. Agora me diga se era preciso? Como eu ia ter alguma arma ou outra coisa se vim de lá prá cá direto, de avião e com a polícia me vigiando?” (Madalena – 18 anos).

Para Pedro, o processo de admissão no CSE-RR deu-se com a violação da identidade de seu eu a partir do desrespeito aos sentimentos que nutria pela sua aparência física, causando-lhe revolta.

“Eu não acreditava que eu tava aqui dentro não, eu. Aí quando eu fui cortar meu cabelo - inventaram que eu tava com cabelo grande - aí fui cortar meu cabelo e fiquei xingando todo mundo. Não era para cortar meu cabelo! Queriam cortar meu cabelo do zero. Aí eu não queria deixar... chamaram os policia lá, aí me acalmaram e cortaram meu cabelo”. (Pedro – 15 anos.)

A partir dos processos de admissão, “(...) onde a equipe de dirigente ou internados, ou os dois grupos, procuram dar ao novato uma noção clara de sua situação” (GOFFMAN, p. 27), se inicia, nas palavras do Goffman (2008, p. 24) os processos relativamente padronizados das Instituições totais pelos quais o eu da

pessoa é mortificado. Assim, o processo de *mortificação do eu*⁴² que ocorre no âmbito institucional é decorrente das relações estabelecidas em duas vertentes: As relações com a equipe de profissionais e as relações com os outros internos.

O sentimento dos jovens que chegam pela primeira vez a instituição é de medo, reforçado pelas “boas vindas” dos jovens internos.

“Eu tinha medo. Porque antes [do diretor atual] qualquer coisinha, uma bronca que tinha com os cara aí, o cara tirava ferro prá matar o outro aí. Tentava matar o cara”. (Manoel – 14 anos)

“Senti medo, ó. Porque as meninas começaram a bater as grades, quando eu entrei. Começaram a gritar: novata!!! E começaram a bater. Aí eu falei: -Vixe, agora essas meninas vão é me matar aqui dentro. Aí a mulher, socioeducadora lá, disse: - Não, fique com medo não que ninguém vai mexer com você aqui não. (Madalena – 18 anos)

“(...) eu comecei a chorar, eu ficava doido, batia nas grades, pá, pá, pá. Gritava: eu quero fumar droga, eu quero fumar droga e tá, tá, tá. Aí os cara me amaravam, me algemavam lá. Foi quando chegou a comida. Eu comi e me quietei . Mas aí os moleque lá começaram a me dar pressão, pressão, pressão: - tu vai morrer, doido, tu via morrer. Aí eu disse: rapaz vocês pode me matar, mas eu levo um comigo, era só cena, era só pressão, entende? (...) é, os cara fazem pressão só para a gente ficar com medo”. (Pedro – 15 anos.)

“Hum... medo dos cara me bater, tinha muita gente que eu não conhecia, e também medo de eu ter feito alguma coisa lá fora prá alguém, ter furado alguém e a pessoa me reconhecer lá dentro e querer fazer alguma coisa, mas, depois dos primeiros dias, ficou normal, todo mundo já me conhecia, o Cunha [socioeducador] já me conhecia lá dentro também..” (João – 19 anos)

O processo de admissão dos jovens reincidentes, no que tange às “boas vindas” promovidas pelos jovens que estão internos, não despertam o mesmo sentimento que tem o jovem primário. O Know how adquirido nas experiências de internações anteriores propiciam uma certa segurança entre os pares. Entretanto, o conhecimento adquirido acerca do funcionamento do sistema e a consciência da necessidade de se submeter às regras do jogo Institucional para garantia de

⁴² Mortificação do eu: Processo que implica na supressão da concepção de si mesmo e da cultura aparente que o individuo traz consigo, que são formadas na vida familiar e civil e não são aceitas pela sociedade.

*privilégios*⁴³, se por um lado possibilita o não estranhamento às regras e normas da casa, por outro é motivo de angústia pois, pelo fato de já ter vivenciado a experiência de estar privado de liberdade, conhece o processo de “*mortificação do eu*”, o sistema de “*privilégios*” e as táticas de adaptação (GOFFMAN, 2008).

“Medo? Tive medo não, em nenhum momento porque eu já conhecia alguns lá. Tinha uns lá que queria me pressionar, mas eu não tenho medo não. Não tenho medo de nada não. Tinha um tal de capivara lá, que queria me pressionar lá, rum, querendo tomar broca...vai pensando que outro vai considerar broca! Eu falei mesmo. Eu fiquei na minha lá. Parei prá pensar ... era como se fosse o fim prá mim. Cheguei lá era como se fosse o inferno. Aí depois vieram conversar comigo, conversou, conversou aí foi que eu parei prá pensar. Mas quando eu sai de lá eu não tava aprontando mais não. Eu tava tranquilo. Eu trabalhei até no Nova Era [Supermercado], nesse tempo. Aí eu voltei com um mandato”. (Miguel – 20 anos)

“Senti nada. Só senti que tava preso, que eu era acostumado tá na rua”. (Ricardo – 16 anos)

Ainda em consonância com o conceito de fase de admissão institucional de Goffman, no CSE-RR, assim como nas demais Instituições de ressocialização do jovem infrator, existe um período denominado de “Período de Acolhimento” composto por três etapas interativas:

A primeira Etapa corresponde à preparação do ambiente físico. O adolescente será alocado no ambiente específico de acordo com o delito cometido, a idade e o sexo.

A segunda etapa consiste no acolhimento destes jovens por parte dos educadores que procuram inseri-los no ambiente escolar de acordo com nível de escolaridade apresentado.

E a terceira etapa corresponde às orientações relativas ao cotidiano da Unidade, às regras de convivência e apresentação de toda a estrutura e funcionamento da Unidade.

É nesta terceira etapa que os técnicos apresentam aos jovens as normas institucionais, que são, nas palavras de Goffman (2008) “as regras de

⁴³ O conceito de privilégio em Goffman (2008, p. 50) implica na obtenção de “prêmios claramente definidos, em troca da obediência à equipe dirigente e ao cumprimento das normas da casa”.

funcionamento da casa⁴⁴". Essas normas vão desde orientações quanto ao procedimento de higiene pessoal e dos ambientes de acomodação ao trato com urbanidade na convivência com os socioeducadores, professores e demais jovens.

Neste momento, se estabelece uma outra forma de *mortificação do eu*: imposição de uma rotina formal e austera, com atividades pré-determinadas e horários rígidos para realização incompatíveis a flexibilidade da rotina que estavam habituados no mundo externo. Algumas das atividades rotineiras desenvolvidas no CSE-RR também estão presentes na vida destes jovens no mundo exterior ao CSE-RR, entretanto para estes jovens elas não possuem o caráter de rigidez e obrigatoriedade.

Fora da Instituição, a maioria dos jovens do CSE-RR, gozam de extrema liberdade sem controle parental. Não se sentem obrigados a realizar quaisquer atividades que não lhes traga satisfação. Deste modo, frequentam as aulas quando querem, desistem da escolarização quando algo não lhes contenta, não tem ou não respeitam horários de chegada e saída em casa, nem de alimentação, vivem como convém e assim constroem suas experiências. A fala de Raquel é representativa da rotina da maioria dos jovens do CSE-RR, resguardando alguns aspectos peculiares a sua vida:

"Minha rotina naquele tempo era assim, agente [ela e o namorado] acordava todo dia umas 4h, 4h30min...., comia..., fumava [maconha]..., assistia tv...mais tarde a gente ia lá na Praça das Águas, que era perto, né, do Mecejana. Aí ficava lá, esperava os amigos saírem do trabalho e ia beber. Aí a gente fumava, ia para festa ...ali na Ilha Gelada, no Bar do Rock... aí ficava só assim...saindo.

Teve um outro tempo, com outro namorado que eu morava, que a gente ia todo dia lá para o Beiral, fumava. Todo dia a gente fumava maconha, acho que fumava 24 horas, a gente preferia fumar do que comer. Acordava cedo e já fumava. Aí a gente não tinha nada para fazer e ia para o Beiral. A gente fumava e ia para o Beiral, fumava e ia para o Beiral, cheirava andava em festa...tudo a mesma coisa.

A tarde tinha escola, eu nem ia a tarde para escola. Acho que passei uns dois meses sem ir para escola direto, ia quando queria. (...) ah, minha mãe sabia que eu não ia para escola. Ai eu saia mesmo. Aí teve um

⁴⁴ Segundo Goffman as "regras da casa, [correspondem a] um conjunto de proibições que expõe as principais exigências quanto a conduta do internado. Tais regras especificam a austera rotina diária do internado". (2008, p. 51)

tempo que eu sai de casa, depois voltei, depois me juntei com um outro menino e voltei de novo”. (Raquel – 18 anos).

Há ainda aqueles que, por motivos diversos, moravam em abrigos ou nas casas de parentes de onde frequentemente fugiam para as ruas, estabelecendo uma rotina totalmente adversa, gozando de grande liberdade, a exemplo de Joaquim que me conta o seguinte:

“Vivi no abrigo até os 10 anos. (...) aprendi a fugir com um amigo meu. (...) ia para Manaus escondido no bagageiro do ônibus. Passava o dia na rua. A gente roubava umas coisas lá e trazia prá cá. O pessoal dos restaurantes dava comida prá gente. Tinha tempo ruim não. Qualquer hora era hora”. (Joaquim – 19 anos).

Assim, a primeira barreira que as instituições totais colocam entre o internado e o mundo externo, bem como o início do processo de *mortificação do eu*, é a imposição de uma rotina com base nas regras da casa.

Um outro aspecto da *mortificação do eu* no processo de admissão, segundo Goffman (2008, p. 31) diz respeito

(...) violação da reserva de informação quanto ao eu” [que consiste no registro de], de fatos a respeito das posições sociais e do comportamento anterior do internado- principalmente os fatos desabonadores – que são coligidos (...) num dossiê que fica à disposição da equipe diretora”.

Este dossiê, no CSE-RR, se assemelha ao PIA que, como vimos no Capítulo III, é elaborado pela equipe técnica com base nas informações obtidas por meio de entrevistas com os familiares e com o próprio jovem. Nele, além da trajetória de vida do jovem nos campos socioeconômico, jurídico e de saúde, constam os pactos e compromissos firmados com o jovem para o pleno desenvolvimento de seu processo de “ressocialização por meio da educação”. Assim, a elaboração do PIA, na perspectiva de Goffman, possui um caráter de controle sobre as “tendências autorreguladoras do internado” (p. 31). É também neste momento que o jovem começa a tomar consciência do sistema de privilégios e castigos.

Com pouco tempo de internação, os jovens começam a perceber que o não cumprimento dos compromissos pactuados no PIA, bem como a desobediência por parte dos jovens às normas e regras da casa, implicam em suspensão dos

“privilégios” (Goffman, 2008) e aplicação de *castigos*⁴⁵ (Goffman, 2008). Estes *castigos* no CSE-RR vão desde a simples retirada da televisão dos corredores e suspensão temporária na participação de atividades de lazer e desportivas com confinamento em suas celas, até a efetivação de registros de ocorrências internas em suas fichas individuais e efetivação de denúncia no DDIJ com registro de boletim de ocorrência que pode ter como consequência aplicação de novas medidas socioeducativas. Os dois últimos *castigos* impactam de forma direta e decisiva na avaliação dos juízes no momento da análise periódica das medidas socioeducativa para progressão, liberdade ou extinção.

Quando os *castigos* são impostos à coletividade ocorrem algumas reações que são rapidamente reprimidas. As reações que causam mais impacto são as rebeliões, a exemplo da rebelião de setembro de 2015, iniciada com queima de colchões e consequente incêndio, devido à retirada do “*privilégio*” de ter a tv dentro das celas ou ainda da rebelião de dezembro do mesmo ano, com a negativa por parte do juiz em conceder o ‘*privilégio*’ de indulto de natal, a partir das informações prestadas pela equipe técnica do CSE-RR de ocorrências de indisciplinas e/ou inércia no cumprimento das metas traçadas no PIA (ver Capítulo 04). Alguns jovens reagem à ação da retirada do *privilégio* – *castigo* – buscando mecanismos de obtenção deste ‘*privilégio*’ por outros meios, inclusive fazendo uso da intransigência como tática de adaptação – que trataremos mais adiante.

“Ah, isso foi em dezembro. No ano novo. Porque teve muitos que não saiu pro o indulto de natal. Aí, num saíram, num gostaram, começaram a tacar fogo aí. Botaram os colchões prá (sic) fora... foi aqui, ali na semi e na provisória (sinaliza com os locais). Aí começaram a tacar fogo, chegou os policial (sic) e baixaram o cacete. Eu num tava aqui não. Eles tacaram fogo pensando em passar o natal na penitenciária. Na penitenciária tem cachaça, tem droga tem tudo, é mais de boa. Tem uns que foram e tão até hoje lá. Desde esse fogo aí, que eles tacaram, tens uns três ou quatro lá e não voltam mais não”. (Pedro – 15 anos.)

Frente a todo este contexto relativo aos mecanismos de *mortificação do eu*, a percepção do jovem com relação ao período em que está privado de sua liberdade, internado no CSE-RR se traduz num sentimento de angústia e de tempo perdido

⁴⁵ “castigos: estes são definidos como consequências de desobediência as regras. Um conjunto de tais castigos é formado pela recusa temporária ou permanente de privilégios ou pela eliminação do direito de tentar consegui-los.” (p. 51).

que “precisa ser cumprido, preenchido ou apagado de alguma forma”. (GOFFMAN, 2008, p. 64).

“Ah, não gosto nem de imaginar isso não. Eu vivo meu dia, quero que passe logo, passe, acabe. Eu sei que vou sair daqui. Eu sei que pode demorar, vai ser um tempo. Eu não penso muito nisso não, direto! Se eu ficar pensando, vou ficar doida aqui dentro todo dia”. (Raquel – 18 anos)

“Eu me sinto muito agoniado aqui, aqui dentro, eu. (...). Mas não tem nada haver. Eu tô puxando o que, quanto tempo? Vou sair daqui um ano e meio. Vou perder um ano e meio da minha vida aqui dentro, aqui. Sendo que lá fora eu não vou poder mais voltar no tempo prá ganhar esses um ano e meio que eu perdi”. (Pedro – 15 anos)

“Fico pensando em sair lá prá fora. É uma alegria demais, menino. Você sair e não ver mais grade na tua frente, assim. Tem hora que você não aguenta mais não. É melhor ficar dormindo assim do que ficar olhando para uma grade direto assim. Tem gente que inventa história só prá sair aqui para fora, só para sentir um ar de ... como é que se diz... de ficar solto, num tem? Sentir aquele ar livre. Sinto muita falta disso”. (Joaquim – 19 anos)

“É muito ruim, né? A pessoa saber... podendo tá em casa ..., namorada... a pessoa tá privada da liberdade... é ruim sabe. Ainda mais meu pai que tá doente aí... a pessoa saber uma notícia ruim... ter uma notícia ruim aqui dentro... acho que num é bom, não... é ruim a pessoa presa é ruim demais. Você num pode sair. Tem que obedecer a ordens... tem que seguir as regras”. (Jorge – 18 anos)

A necessidade de fazer o tempo passar mais rápido para compensar este “tempo morto”, na linha de raciocínio de Goffman (2008, p. 65), explica a valorização das poucas atividades de lazer desenvolvidas pelo CSE-RR e mesmo das atividades de obrigatórias, como a frequência as aulas.

Este sentimento de tempo morto provavelmente explica o alto valor dado as atividades de distração, isto é, atividades intencionalmente desprovidas de seriedade, mas suficientemente excitantes para tirar o participante de seu “ensinamento” e faze-lo esquecer (...) sua situação real (GOFFMAN, 2008, p. 65).

Essa valorização se reflete na fala de Joaquim e João que, estando no CSE-RR desde 2012, devido às reincidências, se dizem conhecer bem a realidade do Centro e falam com certa propriedade da importância das atividades e das consequências quando de sua suspensão.

“Nós tinha a televisão dentro das celas, os moleques começaram a pegar os fios para fazer besteira, aí a diretora tirou a televisão e botou no corredor. Aí nós que já não tinha nada aqui, começamos a tacar fogo. Aí ela tirou tudo. Rapaz é ruim tá aqui ó, o tempo não passa. A sorte é que agora tem uns artesanato aí, o esporte que ajuda a nós se entreter, entende. A televisão agora tá no corredor, mas bom era dentro da cela prá nós assistir e mudar o canal”. (Joaquim – 19 anos)

“Nós não tinha isso aqui não [atividades de lazer]. Nós passava era de mês e mês trancado aqui dentro dessas celas, não saia prá nada. Para escola só saia de dois em dois e era meia hora, só. Isso foi no ano passado, no tempo da diretora X. Aí a moçada começou a tacar fogo. Começou a tacar fogo por causa que ela [a diretora] estava deixando a gente só trancado. Começamos a tacar fogo, a destruir o CSE, a quebrar cela, quebrar parede, cavar buraco, aí ó.”(Cláudio 19 anos).

“Esse diretor entrou aí ó, acabou, não tem mais fogo, não tem mais buraco, a gente todo dia tem atividade. Dia de sábado e domingo tem um banho de sol de manhã, tem o esporte a tarde até 6 horas. Tem a visita, a visita vai até cinco e meia, aí nós fica até seis e meia, às vezes tem cara que deixa a gente até 7 horas, jogando bola. Nós joga bola a vontade, porque nós faz por merecer, entende? Não dependem deles”. (João – 19 anos)

O Jorge, com 7 meses de internação, se rebelava quanto à falta de atividades que pudesse suprir o tempo morto:

“Aqui a pessoa num tinha direito a quase nada, não. Tinha uma diretora aí que ela nem ligava: a gente não tinha esporte, (...) a gente saía da cela só prá visita. Nem aula num tinha... num tava tendo mais. Saía só prá visita... que eu fiquei... descontrolei mesmo... peguei taquei fogo aí e fui prá penitenciária”. (Jorge – 18 anos)

Concomitante ao processo de *mortificação do eu* iniciado na fase de acolhimento ou admissão, e ao sistema de *privilégios e castigos*, os jovens do CSE-RR desenvolvem as técnicas de adaptação.

O sistema de privilégios e o processo de mortificação, (...), constituem as condições a que o internado precisa adaptar-se. Tais condições permitem diferentes maneiras individuais de adaptação, além de qualquer esforço de ação subversiva coletiva. O mesmo internado empregara diferentes táticas de adaptação em diferentes fases (...) e pode alternar entre diferentes táticas. (GOFFMAN, 2008, p. 59)

Essas *táticas de adaptação* são classificadas por Goffman (2008, p. 59 -63) como “afastamento da situação - desatenção e abstenção aos acontecimentos de

interação que estão a sua volta, exceto com acontecimentos que cercam seu corpo, “intransigência” – não cooperação e desafios à instituição - , “colonização”- consideração da vida institucional como desejável em relação às experiências ruins no mundo externo-, conversão – aceitação da interpretação oficial e representação do papel de internado perfeito, “viração”- combinação das várias *táticas de adaptação* com objetivo de evitar sofrimento físicos e psicológicos – e imunização”- no mundo da instituição passa a ser um mundo habitual sem novidades.

Os jovens estão atentos a suas falas a partir do lugar onde estão inseridos, tem consciência de que para serem libertos ou mesmo progredir de medida precisam jogar o jogo institucional lançando mãos das *táticas de adaptação*: cumprir regras, apresentar um dado comportamento, estar em consonância com os acordos firmados no PIA”, frequentar as aulas e desenvolver as atividades que lhes são impostas: Precisam mudar, forjar uma nova identidade. Sua liberdade ocorrerá apenas por dois caminhos: fuga ou entrar no Jogo institucional.

Se a opção é sair pela porta da frente – principalmente feita pelos maiores-, precisam forjar uma nova identidade. Para tanto, “(...) a bagagem de hábitos que correspondem à sua maneira de viver. (...) todo seu mundo interiorizado deve ser esquecido, ou substituído, pois e representa um desvio que deve ser esquecido para que sua reintegração possa ser eficaz”. (FACHINETTO, 2008, p. 66). Portanto, jogar o jogo institucional implica em, a partir do lugar de onde falam – CSE-RR, apresentar um “eu social” que, nas palavras de Goffman (1993) significa recorrer ao artifício da representação, utilizar máscaras mais ou menos dissimuladas que garantam boa atuação nos relacionamentos cotidianos.

O “eu social”, actuado em diferentes cenários da vida cotidiana, recorre frequentemente aos artifícios da representação, a máscaras mais ou menos dissimuladas que garantam uma boa actuação nos relacionamentos cotidianos (GOFFMAN, 1993, p. 00).

Deste modo, firmam com a gestão acordos tácitos de cumprimento das regras em troca de *privilégios* que, por força da Lei do SINASE e ECA, deveriam ser seus por direito: registros de bom comportamento no PIA, acesso à TV, prática de esportes e outras atividades que possibilitem sua saída das celas e, acima de tudo, de serem ouvidos pessoalmente pelo diretor da unidade.

Estes acordos firmados com a gestão são impostos aos outros jovens e se encaixam no rol das “cobranças”. Se algum deles quebrar as regras e como

resultado vierem *castigos* ou suspensão de *privilégios* que recaiam sobre a maioria, aquele cometeu a infração será “cobrado” pelos demais sob comando dos jovens que exercem a liderança.

“As vezes tem. Vamos supor... se alguém quer fazer algo, quer ... porque hoje em dia, como mudou a direção, tem gente que quer aprontar na unidade as vezes, quer ficar batendo [nas grades] por causa de certas coisas. Aí a gente não deixa aquilo acontecer porque a gente não perde nossas “conquistas”, nosso momentos de lazer. Eles tiram e a gente perde a televisão. Então a gente não deixa, às vezes, aquilo acontecer. Também se a gente perder (o privilégio), ele também vai entrar na chibata”. (Cláudio – 19 anos).

“Aí, tem gente que faz as coisa errada. Tem gente que não quer limpar a cela aí acaba apanhando [pelo colega de cela]. Só que se eu conhecer aquela pessoa, a pessoa que quer agredir o outro, ele vem e diz prá mim ou pro outro amigo meu: olha, esse bicho tá “tirado”, num quer fazer nada, num está fazendo nada dentro da cela, é preguiçoso, num quer lavar, é caçador de conversa. Aí se a gente falar [ele ou o amigo] que pode se resolver lá. Aí eles se resolve. É na hora que tem um cacete lá dentro lá. Mas ninguém abre a boca. Quando chega lá [socioeducador ou a policia] ninguém viu, ninguém sabe. Se abri a boca o cacete come de novo, rumm”. (Miguel - 20 anos).

“Eu sou maior, os maior estão no B1, aí nós fala: nós não podemos fazer isso, não podemos fazer isso, temos só isso, isso, prá nós merecer, prá nós pegar a confiança dele [diretor e socioeducadores]. Eu digo: ó nós não vamos fazer isso, nós não vamos fazer isso, nós não vamos fazer isso, nós tem que fazer isso, isso e isso prá nós ter nossa liberdade”. (João – 19 anos)

A cobrança é efetuada longe dos olhos da gestão e dificilmente o jovem “cobrado” aponta os mentores e praticantes do espancamento.

5.1.2.2 Autopercepção - *Eu institucionalizado*

O que trato neste capítulo como *eu institucionalizado* deve ser entendido como um conceito análogo ao conceito de mortificação *do eu* em Goffman (2008), - que suprime a concepção de si mesmo e a cultura aparente que traz consigo e, concomitantemente, desenvolve mecanismos de organização pessoal que representam instruções formais e informais de reestruturação do eu e que garante um sistema de privilégios – aliado ao uso das táticas de adaptação.

Ou seja, o conceito do eu institucionalizado é resultado do processo de redimensionamento da percepção do eu, enquanto tática de adaptação de conversão em que o “(...) internado parece aceitar a interpretação oficial (ou da equipe dirigente) e tenta representar o papel do internado perfeito” (Goffman, 2008, p. 67). Assim, o jovem lança mão do eu institucionalizado para obtenção de *privilégios*, em especial, no caso dos jovens, o *privilégio* da liberdade.

Nesta perspectiva, observa-se que nas entrevistas concedidas a essa pesquisadora os jovens ao se descreverem apresentam sua forma de ser, sentir e comportar-se em paralelo à afirmação de sua identidade de infrator que mudou ou está passando por processo de mudança. Creditam essa mudança ao período em que estão internados no CSE-RR. Todos fazem comparações entre o que eram antes e o que se tornaram agora. Os adjetivos utilizados para se descrever assinalam uma imagem positiva de si (tranquilo, arrependido, carinhoso, comunicativo, organizado, honesto, solidário) e aparecem com mais frequência que aqueles que assinalam uma imagem negativa (zurado, ruim, revoltado, malandro, inconsequente).

Falam de uma necessidade de mudança, de seu crescimento pessoal, da importância em estudar, trabalhar e em tornarem-se ‘pessoas melhores’, ‘pessoas de bem’. Ressaltam suas qualidades como sendo adquiridas no decorrer do tempo em que estão internos numa tentativa clara de mostrar o “quanto mudaram” e de convencer que estão aptos a sair do CSE-RR. Se descrevem como pessoas que gostam de fazer amizades, que procuram estudar, que são honestas e organizadas, preocupadas em fazer o bem ao outro. Apresentam uma preocupação com a família. Há até aqueles que fazem questão de enfatizar que mudaram porque agora “aceitaram Jesus e com isso tudo está diferente”.

“Rapaz, eu me vejo assim, um menino estudante, quando eu quero estudar, sou inteligente, sou carinhoso com a família com os amigos tudinho, tranquilo com os amigos. Já errei muito, já errei muito, mas não quero continuar no erro não. Continuar no erro é burrice. Ah, eu sou brincalhão, alegre, feliz. Dou força pros meus amigos aí. Amigos não, conhecidos, eu dou força prá eles, digo o que é certo o que é errado, o que a gente deve fazer aqui dentro. Por isso que a maioria não fica mais restrito aí. Eu sou conselheiro. Eu aconselho as pessoas do que é certo e errado, como eu aprendi com minha mãe. Eu sou um menino estudante, que quando eu quero estudar Quando eu boto prá estudar, quando eu

não tô naquela então faço as atividades e tudo, passo de ano e tal. Tranquilo”. (Miguel – 20 anos)

“Hoje eu já mudei meu pensamento. Eu também estou na igreja agora, aceitei Jesus e tô fazendo parte da igreja. Até meu jeito de falar já mudou porque eu falava muito na gíria. Hoje eu me olho, assim, e me sinto mais diferente da pessoa que eu era. Eu era muito assim... como que eu posso falar ... assim ... muito agitado, sabe! Eu me olhava, às vezes, assim, eu nem pensava que era eu”. (Cláudio – 19 anos)

“Eu sou uma pessoa mais diferente, eu. Eu vi que eu era assim errado (...) hoje eu penso assim, certo. Quando eu penso uma coisa errada [eu procuro pensar em fazer] eu penso uma coisa certa e eu faço tudo para começar e terminar a coisa certa. (...) Atividade que eu vou fazer na escola, assim, eu faço tudo para aprender. Eu vejo muitos colando, aí dá aquela vontade de colar, aí eu vou e num colo não. Eu me aplico mesmo na atividade, prá mim aprende (sic) prá terminar mesmo. (...)A minha qualidade que eu tenho assim, que eu penso assim que eu tenho uma sabedoria. Sabedoria é uma qualidade que eu tenho. Humildade também. Eu sou muito humilde, eu”. (Pedro – 15 anos)

“Como pessoa... aqui hoje eu fico arrependida do que eu falo, como também de algumas coisas que eu faço aqui e.... como explicar?... ééé ... a pessoa que eu sou ... eu me vejo carinhosa, ajudo o próximo pro próximo me ajudar também. Gosto de trabalhar com honestidade, ajeitar minha cela que é o lugar que eu vivo aqui dentro. Eu divido a cela com duas meninas.(...) de qualidade é que eu sou calma, calada, uma menina que gosta de ouvir as coisas e mesmo aí deixar. Eu não gosto de chamar atenção de ninguém, também... porque a pessoa tá vendo que é pá fazer e não faz. Eu sou calada. Eu olho, vejo o que tem prá fazer e faço. Eu sou assim”. (Madalena – 18 anos).

“Rapaz, eu me vejo um homem mudado ó, mudei muito ó. (...), sou bonito. (..) agora que num tô mais usando droga, eu tô sendo feliz, melhor assim (...) eu quero é mostrar prá minha família que eu quero mudar, entende? Eu fiz muito desgosto prá minha família, minha família pensava que eu nunca ia mudar, aí foi que fui recebendo conselho, entende, (...).eu sou um cara honesto, entende? Que eu não sou mais dessas coisas, de me meter em confusão, caçar briga, se ver assim hoje em dia, eu faço é ajudar os pessoal, porque eu sei que eu ajudando Deus vai me dar o dobro, entende? Hoje em dia eu não sou mais desses de roubar assim não, sabe? Hoje eu quero é trabalho”. (João – 19 anos)

“ Ai, depois daí eu comecei a mudar meu comportamento. Todo mundo estava dizendo que o que valia aqui era o comportamento. Aí eu disse: “Ah, é o comportamento? Então vou passar seis meses aqui e vou sair fora”. Meu pensamento de antes, num tem? Agora que eu fui ver assim, melhor a pessoa mudar mesmo do que fingir que só vai mudar e ir lá prá

fora cometer as mesmas coisas que eu já tava cometendo”. (Pedro – 15 anos.)

Tais falas apresentam uma capacidade de construção de um self simbólico e representativo das expectativas das “autoridades” relativas a um comportamento que acreditam necessário apresentar como condição para liberdade.

Além de entrever os compromissos firmados no PIA, esses discursos estão carregados de componentes que constituem as falas da equipe técnica do CSE-RR, do diretor da Unidade nos atendimentos individuais ao jovens e sobretudo do Juiz Parima, que por várias vezes, no decorrer das audiências para extinção ou progressão das medidas socioeducativas, orienta os jovens ressaltando a necessidade de mudança comportamental, valorização de seus familiares, a importância dos estudos e, principalmente aos maiores de 18 anos, o alerta de que o cometimento de novos crimes os levarão a PAMC, onde, segundo ele, a “realidade é diferente do CSE-RR e muito mais cruel”.

O discurso dos jovens que apresentam um eu institucionalizado, no que se refere a percepção do outro a seu respeito, revela que há uma aceitação positiva a sua imagem. João me conta que em uma de suas saídas do CSE-RR foi muito bem recebido, numa tentativa explícita de demonstrar que há aceitação por parte da sociedade ao seu retorno. Ele é um dos jovens que passou pela concentrada⁴⁶.

“(...) rapaz, quando eu fui lá no Beiral, lá de novo, lá no centro, lá, mais eu me segurei tia, não usei mais droga não, os pessoal das lojas: - caaaara! Como tu mudou cara! Não te falei que tinha um plano de Deus para te mudar aí cara! Me aludiaro (acho que "elogiaram"), me deram roupa, ... - não cara precisa não, eu falando, ...- pega mano, pega, tu merece, tu merece de presente prá tu. Eu tava bonito ó. Cheguei aqui muito magro por causa da droga, mas quando sai eu tava gordo, tava bonito, do jeito que tô agora. Bonito!

O cara muda e só faz besteira por causa da droga. Esses moleque que tão aqui tudinho, são por causa da droga, porque ela vem é para matar, destruir a família, destruir tudo que o cara tem. Eu conheci um cara que tinha uma Hailux, um Corola, e uma casa grande, de luxo, hoje em dia ele tem uma casinha e tem um Fiat Uno, por causa da droga, vendeu tudo”. (João – 19 anos)

⁴⁶ A concentrada é um termo utilizado para designar as audiências em formato análogo a de mutirão, ocorridas sazonalmente no espaço do CSE-RR, com objetivo de avaliar um grande número de medidas socioeducativas e conceder ao jovem a progressão de sua pena, extinção com a liberdade ou manutenção da mesma com aconselhamento

5.1.2.3 Autopercepção - Eu estigmatizado

A forma como os jovens se percebem, a imagem que constroem de si, apresenta relação direta com a maneira como acreditam que as pessoas com as quais interagem lhe enxergam ou, nas palavras de MEAD (1982) “(...) é produto da interação social, emerge como fruto do processo de experiência e ação social, a partir das relações do indivíduo com um todo e outros indivíduos dentro desse processo”.

Partindo deste princípio, pode-se observar discursos que refletem uma imagem negativa captada pelos jovens por meio das falas, gestos e expressões das pessoas com as quais eles interagem, bem como por meio da mídia sensacionalista que o desumaniza. Como resultado,

os seus sentimentos mais profundos sobre o que ele é podem confundir a sua sensação de ser uma pessoa normal, um ser humano como qualquer outro, uma criatura, portanto, que merece um destino agradável e uma oportunidade legítima. (GOFFMAN 1988, p. 16)

São discursos que apresentam um eu estigmatizado ou self deteriorado, como resultado das experiências subjetivas em um mundo em que atributos depreciativos são imputados a outros por aqueles que são os “normais” (Goffman, 2008).

O autoconceito, quando está alicerçado sobre um estigma, parece recair sobre a pessoa como uma profecia negra, minando-lhe a crença em suas potencialidades, levando-a à exaustão e, finalmente, à desistência de se “redimir” perante o outro. A auto estima atingida poderá esmagar o homem que, muitas vezes, para evitar isso, transforma a sua identidade negativa em força propulsora para sua vida. (MATOS, 2004, p.29.)

“Na minha família, (...), é só eu e minha mãe que não vale nada [risos], é, vou falar logo o português. Só eu e ela porque minhas tias é (sic) professora, meus primos quase tudo são policial, tudo de bem. Só eu e minha mãe que é desse jeito. Acho que não valho nada. Eu sou ladrona (sic) (risos nervosos) e sou zurada”. (...). Sei lá. Eu... é assim que eu sou, eu me sinto assim... eu sinto que não tem ninguém por mim. Eu vejo assim, minha família não gosta de mim, ninguém gosta de mim. Eu me sinto uma pessoa sozinha no mundo, eu não tenho ninguém por mim. Sei lá. Tenho qualidade não. Só fiz coisas ruim, nunca fiz nada de bom. Sou “zurada”. As pessoas que me conhecem pensam assim “ela é ladrona [sic], puta e zurada. Eu não valho nada. Tem muita gente que julga muito. (Mariana - 14 anos)

“As pessoas acham que eu não presto. Essas pessoas devem ter razão, porque do contrário eu não estaria no CSE-RR cumprindo pena. Se estou aqui é porque não presto, sou uma pessoa ruim”. (Pedro – 15 anos)

“Acho que me vê um monstro, né? Uma pessoa ruim, eu acho. Pelo que eu fiz, né, eu acho que sou uma pessoa ruim e eles acham”. (Jorge -18 anos)

“Do jeito que eu era antes. [as pessoas] num vai saber se a pessoa vai mudar. Eu sei que não vai ser muito fácil lá fora, quando a sociedade me ver. Quem já me viu passando em reportagem... as pessoas que me conhecem de como eu era antes eles pensam que eu não vou mudar. Esse é o pensamento deles, né. Eu acho que mudei, mas as vezes eu fico me perguntando também”. (Miguel – 20 anos)

Quando na entrevista pergunto se acreditam que o jovem é merecedor de confiança, as respostas revelam que, além dos rótulos que carregam (ladrões, assassinos, “Jack”⁴⁷, zurados, monstros, drogados, putas e etc.), os jovens acreditam que o estigma traz consigo a crença, por parte da sociedade, na impossibilidade de mudança e argumentam partindo do princípio da confiabilidade. Para superar o estigma e resgatarem a confiança das pessoas em si, creem que ao sair precisam provar que mudaram, que são merecedores de confiança. Não creem que a confiança se estabeleça sem uma “prova” de merecimento.

“Acho que todo mundo merece uma segunda chance, mas depende. Depende do comportamento, depende de como é que aquela pessoa vai agir, depende se ela quer mudar. Isso tem ela tem que mostrar. Mas prá mim, todo mundo merece uma segunda chance. Tem muita gente que não quer nada. A pessoa dá a mão, quer o pé. É complicado”. (Joaquim - 19 anos)

“Confiança só se merecer. Vai do merecimento. Acho que prá sociedade a gente que tá preso, num tem mais jeito, né. Mas a pessoa muda. Alguns num muda, como eu já disse, muda só se quiser mesmo. A confiança... ah, a confiança a pessoa tem que demonstrar a confiança, né, tem que mostrar”. (Jorge – 18 anos)

“É tipo assim: No dia que eu cai aqui é porque eu tava no lugar errado na hora errada. Eu podia ter a confiança das pessoas, né? Mas eu acho que o jovem não merece confiança não. É meu pensamento, porque eu conheço várias pessoas e já vi muitos que são assim: sai daqui né, faz

⁴⁷ Jack: termo utilizado entre os jovens do CSE-RR para designar o jovem que cometeu o crime de estupro. O termo é em alusão ao assassino em série londrino, Jack estripador, que matava e mutilava mulheres.

mesmo a mesma coisa lá fora e num demora um mês que volta prá cá. Tem poucos que merecem e muitos que não merecem. Tem muitos que acreditam em mim e tem outros que não acreditam quando eu digo que não tive nada haver. Aí eu vou fazer o que? Se essa pessoa não acredita eu não vou ficar insistindo? As vezes as pessoas não acreditam porque tem muitas pessoas que caem aqui e diz que não tem nada haver, fala que não fez nada, que é inocente e ele não é. Acho que de tanto a pessoa escutar isso aí, quando a pessoa fala a verdade e diz que não tem nada haver, ela não acredita”. (Pedro – 15 anos.)

“Rapaz, alguns sim e alguns não... porque tinha um menino aqui dentro, que já fez cursos... aí no dia do aniversário dele, pegou, fugiu. Não voltou mais. Agora ele tá aqui do lado na PA, está preso por causa da Maria da Penha. Ele não merece. Ele tinha muito voto de confiança aqui, mas eu acho que se ele voltar para cá ele não tem mais não. Aqui todo mundo deu chance prá ele. Ele era um menino muito quieto, não era de confusão. Mas só que a pessoa dá muito voto, muito voto e acaba perdendo”. (Madalena – 18 anos)

Há ainda aqueles que dizem crer que a confiança não se estabelecerá porque o jovem infrator não tem jeito e dando espaço para que o eu estigmatizado se fortaleça, deteriorando ainda mais a identidade. Assim, falando na terceira pessoa, me dizem:

“Não, porque não. Não merece confiança não presta, porque não muda e não muda porque não merece confiança”. (Ricardo – 16 anos)

“Não merece confiança não, porque se puder o adolescente faz tudo de novo”. ((Raquel – 18 anos)

A exemplo de João, o eu estigmatizado também é retroalimentado via o estigma do local de moradia. O bairro Francisco Caetano Filho, também conhecido por Beiral, está localizado as margens do Rio Branco no Centro da capital. Por ter sido uma área que inicialmente abrigava as principais casas de prostituição e ainda, nos dias atuais, concentrar pontos de prostituição e venda de drogas, carrega o estigma de “zona” da cidade”. Como consequência do rótulo, os moradores sofrem toda sorte de preconceito. João se mostrou muito envergonhado em dizer o bairro que morava, no ato da entrevista:

João: - “O bairro ... [risos] pode dizer que é o Beiral”?

Pesquisadora: - “Claro. Você pode dizer tudo que quiser”.

João: - “Então vou dizer: eu morava no Beiral”.

Há jovens que fazem questão de enfatizar sua boa condição financeira (da família) e enfatizar que se diferem dos outros jovens do CSE-RR. Não existe um sentimento de pertença a este grupo. Pelo menos não na condição de jovem infrator. Neste sentido, existe sim um distanciamento do que estes jovens representam.

Jorge assim como Raquel tem pouco contato com os dos demais jovens, seu grupo de conversa é restrito. Jorge se define como “um cara inteligente” e me conta que

“Minha família sempre teve condição... sempre fui bem de condição. Sempre tive tudo que eu queria... só não na hora que eu quisesse, mas se eu precisasse assim, tudo que eu pedia do meu pai, ele – graças a Deus – ele sempre tinha condição de me dar... Aí eu me envolvi no crime, comecei no crime... no tráfico.” (Jorge – 18 anos)

“Tô querendo investir numa faculdade aí. Minha família é estruturada (...) vou fazer uma faculdade particular (...) minha família tem condição de pagar.” (Jorge – 18 anos)

Raquel não se define em palavras, mas sua expressão corporal, sua fala, a forma de se vestir e portar denota uma necessidade de se fazer perceber diferente dos outros jovens do CSE-RR. Aparentemente, faz questão de expressar aos olhos de quem a vê, menosprezo com as pessoas que trabalham e os jovens que fazem do CSE-RR.

Aparece sempre muito bem vestida com roupas de marca, cabelos bem tratados que são continuamente jogados de um lado para outro no movimento da cabeça e as vezes alisados com as mãos no decorrer de toda a entrevista. Unhas pintadas e batom nos lábios.

5.1.2.4 Autopercepção - Eu idealizado

Instigados a idealizar uma pessoa que gostaria de ser e a justificar o motivo da escolha, os jovens do CSE-RR se reportaram às satisfações e insatisfações consigo mesmos, comparando-se a outros pelos quais nutrem admiração e ressaltaram características que mais uma vez se reportam ao eu institucionalizado, mesmo quando a pessoa apontada é um jovem colega em situação de internação semelhante à sua.

“O bicho que tá lá na minha cela, Willian [colega de cela], porque ele é de boa, tranquilo, na dele”. (Ricardo – 16 anos)

“Penso que queria ser como meu pai é. Você olha prá ele assim, é um cara trabalhador, honesto. O que eu mais admiro é meu pai, porque ele não desistiu de mim”. (Pedro – 15 anos.)

“Silvio Santos, porque tem muito dinheiro né. Ele mereceu porque ele estudou desde pequenininho e se formou cedo, aí, ele quis aquela vida prá ele, porque que cada um escolhe sua vida, que quer levar”. (João – 19 anos)

Há ainda aqueles que tomam como referência a si mesmos, a exemplo de Raquel, fazendo algumas ressalvas.

“Eu mesma, só que diferente. Ah, acho que é não fazer as coisas que eu fazia antes. Dar mais valor a minha família e mudar. Não para agradar só a mim, agradar minha família também”. (Raquel – 18 anos)

5.1.3 Galera X Bandido

A utilização do termo galera em Roraima remete à associação de grupo de adolescente entre 12 a 16 anos, composto por ambos os sexos, mas predominantemente pelo sexo masculino, que a pé ou em suas bicicletas se reúnem para “zoar”, se divertir junto, ir a festas, consumir drogas e defender seu território e proteger uns aos outros. Alguns andam armados com facas, facões, terçados e praticam roubos nas ruas da cidade. Cada bairro tem sua galera e uma galera está impedida de adentrar o bairro de outra galera. É frequente o confronto entre galeras rivais que se encontram e se enfrentam em espaços territorializados – as praças de seus bairros – e não territorializados, a exemplo do Parque Anaúia e Praça da Águas, lugares estes frequentados nos finais de semana por famílias e onde se realizam os principais festejos da cidade (carnaval, festas juninas).

Diferentemente dos *bondes*, retratados em trabalho de mestrado de Rosa (2014), onde há possibilidade de união temporária para a prática coletiva de ações delituosas a exemplo dos arrastões, sob a chefia de um dos patrões, as galeras em Roraima não firmam acordos entre si de espécie alguma. No que se refere à composição e objetivos, as galeras em Roraima assemelham-se às gangues definidas por Freitas (2002, p, 79). Para este autor, a Gangue consiste num conjunto de jovens residentes em um mesmo bairro, que se reúnem regularmente e que

praticam atividades que vão desde pequenos atos delituosos até a crimes de maior potencial ofensivo, violentos e brutais. A formação destes grupos estaria relacionada a busca de uma identidade, uma vez não se sentem integrantes do contexto social porque a configuração das cidades os rejeitam. Assim, a gangue configura-se como um grupo onde os jovens integrantes tem uma sensação de pertencimento, que compõem algo.

O termo galera possui um peso considerável no imaginário da população Roraimense e apesar do medo que as pessoas têm dos chamados “galerosos” e da fama adquirida de cometimento de crimes bárbaros, para os jovens do CSE-RR ser galeroso não é ser bandido, é coisa de moleque que se reúne para “zoar”. A despeito de boa parte já ter pertencido a alguma galera, ou estar cumprindo medida socioeducativa por ato infracional grave resultante de ação cometida junto a membros de suas respectivas galeras, entre os mais novos poucos são os que admitem algum envolvimento. E os mais velhos, quando admitem, referem-se como algo do passado. Cláudio (18 anos) é um dos que afirma nunca ter participado de galera e faz questão de enfatizar que já começou no mundo do crime lidando com bandidão.

“Todo mundo falava que eu era galeroso, só que eu não tava ainda envolvido. Eu também não gostava desse negócio de andar com galera. Meu negócio, quando eu peguei, já foi mais diferente. Já comecei a trabalhar, já fui mexendo com cadeia, trabalhando pros cara da cadeia. Aí com 15 anos comecei a mexer com arma.” (Cláudio 19 anos).

Pedro sabidamente recolhido ao CSE-RR por ter espancado até a morte um outro jovem com pedras e paus junto à galera a qual pertencia, em um confronto de galeras, nega que ele e seus parceiros sejam galerosos e se denominam como irmãos. Diz que galerosos eram os outros jovens, parceiros daquele que morreu assassinado durante a briga coletiva, o confronto. Apesar de afirmar que nunca fez parte de galera, na sua folha de ocorrência e no PIA constam informações acerca de vários delitos cometidos junto com membros da galera a qual nega ter pertencido ou pertencer.

*“P. Essa turma que cometeu esse homicídio que você é acusado, é galera?
R. Do meu grupo não tinha galeroso não. Era tudo irmão. Quase tudo irmão. Agora a outra turma lá era de galeroso. Mas os que tavam com*

agente, a maioria era irmão. Tem um que era irmão mesmo, de sangue, da menina que o moleque ia matar, que ele participou do nosso lado porque senão ele ia morrer. Os cara tava afim de matar ele. Aí ele foi pro nosso lado prá ninguém mata ele. Esse outro que caiu comigo, ele também não é irmão não. Agora o resto, são tudo irmão.

P. você fazia parte de alguma galera?

R. Nunca fiz. ” (Pedro – 15 anos.)

Miguel admite, mas faz questão de enfatizar, que foi no passado, numa época em que ainda tinha horário para chegar em casa, senão a mãe o colocava de castigo, sinalizando que “galera é coisa de moleque”. Sua fala revela a rotina das galeras e ressoa no discurso de outros jovens, para os quais fazer parte se uma galera era zoação.

“Eu era da galera do Asa Branca. (...). Sei lá, eu pensava comigo que era uma brincadeira, aí eu ia com os meninos. Uma vez, ... nós era bem uns 40 de bicicleta e invadimos lá o Buritis [bairro da cidade]. Tudo de bike. Nós fechava as rua lá, os moleques puxavam faca, facão, terçado... nós pegava pedra e começava a jogar, depois pegava a bicicleta e saia fora. Era prá dizer que o Asa Branca não tava só. Era zoação. Era prá dizer prá eles que o Asa Branca não é mole não. Mas antes disso o Buritis já tinha invadido nós. Botou nós prá correr de uma praça lá. Aí nós fomos fazer a mesma coisa também. Aí nos juntamos todo mundo e invadimos o Buriti. Eu tinha uns 13 e 14 anos”. (Miguel – 20 anos

João é um dos poucos que admite sem constrangimento algum ter participado de várias galeras. Sua fala mostra a rivalidade entre galeras e a visão de que estes grupos se organizavam para atividades que vão muito além da pura “zoação”.

“ P. Antes desse que tu matou embaixo da ponte, tu matou mais algum?

R. não, só furei mesmo, mais eu não lembro direito não, era galeroso, era naquele tempo de galera.

P. Você fazia parte de galera?

R. é, mas da galera lá do Beiral (...) aí não se dava bem com os outros galerosos, entende? A gente furava, os caras e tinha outros que pagava a nós prá furar os outros galeroso. (...) A primeira facada que eu peguei foi de um galeroso, aqui na coxa, tenho duas facada na coxa (levanta o calção e me mostra).

P. por que tu pegou essa facada?

R. foi galeroso na festa, no carnaval. Eu tava sentado de costa aí o mano chegou e cruc, cruc. Do nada chegou e cruc, cruc. E ele era da galera do Calungá e nós do Beiral. (...) aí eles não se cheiram não, entende? Eles não se dão bem com nós.

P. ainda tem essas galeras?

R. não, acabou, faz tempo que acabou. ”

Entre os jovens internos no CSE-RR, o termo galeroso tem conotação pejorativa. Ser galeroso é apresentar comportamento típico de iniciantes no mundo do crime, que só tem coragem de agir se for em grupo. É sinônimo de covardia, mesmo quando cometem crimes violentos. Falta ao galeroso a bravura definida por Fonseca (2008) enquanto “coragem necessária para matar um adversário à sua altura, para ajudar os camaradas em perigo, para resistir às torturas da polícia em busca de nomes de cúmplices (...) solidariedade masculina (...)”, tão valorizada pelos jovens da Vila Cachorro Sentado. Essa bravura, para os jovens do CSE-RR é característica do bandidão que, acima de tudo só confia em si mesmo. A existência dessa bravura assinala a possibilidade de transição para o mundo do bandidão e por vezes está associada à capacidade/necessidade de matar para conseguir o respeito e status de bandidão. Nesse sentido, a narrativa de João, constante na dimensão II, nos é bastante reveladora. Ele conta que, após ser ludibriado diversas vezes por um conhecido e ter virado motivo de chacota, percebeu que nunca havia matado ninguém e que aquele seria o momento de iniciar. Para ter o respeito almejado e status de bandidão, precisava ser bravo, e o significado da bravura, na fala de João, está atrelado à capacidade de matar.

Em conversa informal com Pedro, ele me explica a diferença entre galeroso e bandido da seguinte forma:

“A única coisa de galeroso, assim é porque galeroso só gosta de chamar o cara prá briga. Só se confiam de um monte. Galeroso, confia só de um monte, eles. Terçado, facão, caseira...

Agora bandido não. Bandido só confia nele mesmo. Confia só no parceiro mesmo para ajudar ele naquele momento difícil, assim. Bandido quando é preso não entrega o parceiro, não. Pode apanhar, mas não é cagueta.

Quando ele tá com o berro ele é o poderoso chefão! Agora galeroso não. Galeroso, as vez, por qualquer coisinha sai correndo. A policia pega, da uns tapinha e o cara se borra todo, cagueta todo mundo. Tem galeroso que entra aqui e quer pagar de bandido. Quer ser o maior bandido aí, só que é o mais merda que tem, é ele”. (Pedro – 15 anos.)

Neste mesmo contexto de diferenciação entre bandido e galeroso e numa clara demonstração de quem deseja “projetar uma imagem pública de prestígio [apoiada] na bravura” nos termos de Fonseca (2008); Miguel me conta uma situação em foi pego pela polícia quando estava empreendendo fuga de um assalto praticado com outros colegas:

“(...) o BOPE veio correndo atrás de nós com metralhadora. Eu peguei, fiquei tranqüilão e sentei num banco da praça onde tinha uns colega meu, lá da escola. Os outros saíram tudo correndo. Fulano Jogou a faca no mato e correu. Comecei a tomar um refrigerante sentado. Pensei que a vítima não ia me reconhecer, mas reconheceu (...). Aí botaram, pegaram nós: eu e fulano. O resto dos meninos fugiram. Botaram nós de joelho e começaram a bater. (...), mas bateram mais em mim. (...), me jogaram dentro do camburão perguntando onde era a casa dos outros meninos. Diziam: fala! Fala ou nós vai matar vocês e foram dirigindo pro rumo do anel viário⁴⁸. O Fulano chorando e eu só sorrindo lá, como se nada tivesse acontecendo. (...). Mas menino, eu não tenho medo não. (...). Chegaram lá abriram o camburão e começaram a bater de novo em mim porque eu não queria dizer nada. (...) pegaram um faca e disseram que iam torar um pedaço da minha barriga. Ai eu disse: - pode torar... eu não sei de nada mesmo! Caguetagem é a pior coisa que tem! O fulano com medo caguetou o meninos tudinho. Mas nós pegamos ele aqui dentro.” (Miguel – 20 anos).

Em sua narrativa, faz questão de ressaltar a característica de lealdade, distanciando-se da figura de galeroso e aproximando-se da figura do bandido. Segundo Fonseca, o que confere prestígio ao jovem da Vila cachorro Sentado também é ter “a coragem necessária (...) para resistir às torturas da polícia em busca de nomes de cúmplices”. Essa coragem é uma das características da bravura que por sua vez é um dos componentes do conjunto de características que conferem prestígio aos jovens do lugar.

Quando pergunto a Miguel se há jovens internos membros de galeras no CSE-RR e se há confrontos entre galeras rivais ele me diz:

“Rapaz é como eu já disse pros meninos aí, negócio de galeração aqui não rola mais não. Que se rolar galeração aqui dentro é porrada para tudinho! O que vocês fizeram lá fora fica lá fora, mas aqui não! De vez em quando tem uns engraçadinho que chega com negócio de galeração aqui, aí rola uma conversa entre nós, que é mais antigo e tal e a gente acaba com isso”. (Miguel – 20 anos)

A fala de Miguel é corroborada em um outro momento por Pedro que, ao narrar um momento de violência que tenha presenciado e lhe marcado, me conta como os mais velhos certa vez enquadraram um galeroso. Em outro momento descobri que este galeroso tratava-se de Ricardo.

⁴⁸ Local distante e ermo na cidade de Boa Vista, onde costumeniramente desovam corpos.

“P. Já teve alguma violência aqui dentro, que você tenha presenciado e que te deu medo?”

R. Tem. Era um moleque aí, galeroso. Pagava de bandido aí. Aí quando ele saiu da provisória e foi pagar restrito ⁴⁹, começou a xingar os moleque tudinho aqui, (...) com um monte de palavrão. Aí quando ele desceu lá pra baixo [para o bloco dos sentenciados] os moleque começaram a bater nele. Bateram nele mesmo. Espancaram ele todinho. Quebraram uns três cabos de vassoura nas costa dele. Bateram (sic) nele direto, com joelhada, murro, tacaram a cabeça dele na grade. Botaram a bunda dele na grade. Foi briga, briga, briga. Bateram, bateram, bateram (sic). Deixaram ele no chão assim, o moleque ficou um tempão sem acordar. Bateram assim na cara dele prá ele acordar. Quando ele acordava batia de novo. Fiquei olhando assim, rapaz. O cara chegando assim como eu... rapaz fiquei traumatizado. Se eu faço alguma coisa e os cara também me pega aí? Cara, ninguém pode confiar em ninguém não. Se for de boa assim, se for calado, é ficar de bom aí. Sou o moleque mais de boa que tem aí.” (Miguel – 20 anos)

O jovem empoderado no CSE-RR é aquele que apresenta status de bandido entre os demais. É aquele que estabelece relação com o mundo do crime adulto, aquele que “mexe com cadeia” ou participa de alguma forma de uma das organizações criminosas que de uns seis anos para cá passaram a fazer parte da população carcerária da PAMC.

Sem entender o que significa “trabalhar com cadeia”, Cláudio, tomando-se como exemplo, me explica com certo orgulho que trabalhar com cadeia não é fazer parte da organização da facção criminosa é trabalhar para os bandidos que fazem parte. Ele mesmo afirma que quando entrou “na vida do crime”, começou trabalhando para o Comando Vermelho - CV:

“Quando eu comecei a trabalhar com eles no crime eu tinha 14 prá 15 anos e era tipo assim, eu não fazia parte da organização, mas eu trabalhava prá eles. Eles pedia prá mim fazer assalto, prá mim roubar, fazer alguma cobrança prá alguém e eu fazia isso aí. Eu era monitorado com celular e orientado também pelos comparsa mais velhos daqui de fora. Eles me davam droga e me davam armamento e eu levava para frente. Quando eu estava com 16 anos, aí eu já estava terrível. Fazia assalto, mexia com droga (venda), a minha mãe também já sabia. Aí eu já estava fazendo parte da quadrilha.” (Cláudio 19 anos).

Em momento algum em seu discurso Cláudio percebe a relação estabelecida como sendo de exploração do bandido adulto sob sua condição, à época, de menor.

⁴⁹ Foi sentenciado e foi transferido para o Bloco dos sentenciados.

O importante para ele é o sentimento de pertença ao mundo da criminalidade adulta – pertence à quadrilha que tem ligações com PCC ou CV. Prestar certos serviços que vão além do aviãozinho a estas organizações, lhe confere status de bandido no mundo juvenil do CSE-RR. Esse sentimento de pertença ao mundo do crime adulto faz com que se sintam poderosos, se percebam em um “nível” diferenciado dos demais.

Há jovens que, maiores de 18, cometem infrações internas para que possam ser encaminhados temporariamente para PAMC afim de cumprir pequenas penas. Para estes jovens, estar na PAMC é ter acesso a mulheres, drogas e festas internas. É ser menos vigiado, ter mais liberdade e estar no mundo adulto.

“Teve um cara aqui que perguntou a professora o que é que aconteceria com ele se ele jogasse um computador no chão e quebrasse tudo na sala de aula. A professora disse que ele ia para a PAMC responder porque ele era de maior. Ele disse que ia fazer isso porque tava caçando um jeito de ir para PAMC, porque lá ele achava que era melhor e mais fácil de conseguir droga e ter mulher. A professora disse: para de história rapaz. Ela achou que era só história dele, ó. Aí, poucos dias depois ele foi para o atendimento lá na frente, correu para a sala da diretora, rebolou o computador no chão, quebrou um monte de coisa lá e foi preciso os socioeducadores e a polícia segurar ele. Mandaram ele para delegacia e de lá ele foi para PAMC. Disse que depois ele volta para cá para terminar de pagar a medida dele. Mas era o que ele queria. Tem muito moleque aqui de maior que quer ir para a PAMC”. (Pedro – 15 anos.)

A importância de estabelecer relações com o mundo do crime adulto também aparece no discurso feminino. Raquel ao me contar sobre sua vida e seus relacionamentos amorosos faz questão de ressaltar os namorados e amigos ou adultos “bandidos”.

“ Eu tinha uns 15 anos quando (...) foi quando eu conheci um rapaz de nome Babilônia. É um cara que tinha acabado de sair da PAMC. Ele é forte, assim, num tem esses traficantes de negócio de droga? É, ele é forte assim. Aí foi quando eu comecei mais a usar a cocaína, que eu só usava maconha. (Raquel – 18 anos)

“Em 2015 eu continuei assim [se drogando muito], quando conheci meu amigo, o My Friend. Ele é guianense e é do Beiral. Ele tinha uns 26 anos (...) ele gostava que só de mim. Aí eu comecei a pegar droga com o traficante que ele pegava e a gente vendia. (...). Todo dia a gente ia lá para o Beiral, fumava. A gente fumava maconha e pasta base. Eu acho que fumava 24 horas, a gente preferia fumar do que comer. Acordava

*cedo e já fumava. (My Friendly cometeu homicídio junto com a Raquel e estava foragido. Recentemente foi morto em tiroteio com a polícia). ”
(Raquel – 18 anos)*

As relações com o mundo do crime adulto projetam a imagem do jovem dentro do CSE-RR e perante ao outro.

5.2 DIMENSÃO II - NARRATIVAS DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA E ATOS INFRACIONAIS COMETIDOS NA FALA DOS JOVENS SELECIONADOS

O resumo que apresento aqui, é resultado do material empírico coletado por diferentes técnicas, instrumentos e registros de coleta de dados, conforme já apresentei e descrevi em capítulos anteriores. Uma das coisas que me chamou atenção neste procedimento foi a desenvoltura e a naturalidade com a qual a maioria dos jovens selecionados contaram suas histórias de vida, em especial a euforia expressa nos relatos dos atos infracionais cometidos.

Alguns manifestaram-se antes mesmo de que eu começasse a fazer qualquer pergunta ou a orientá-los com relação ao procedimento (contar sua história como se fosse um filme) e formalizar sua autorização para gravação de nossa conversa e para o uso das informações prestadas. Na etapa da seleção, quando entrevistei os primeiros 16 jovens, todos, sem exceção, começaram a narrar sua história de vida pelo crime que deu causa a sua internação. Este fato me chamou atenção, pois, muito embora interessasse-me compreender a violência a partir da perspectiva do jovem entrevistado e, portanto, acessar sua versão do crime e do ato de violência cruel cometido, as vidas desses jovens não se resumem ao crime cometido. Questionei-me sobre os motivos que os levaram a iniciar suas narrativas por este caminho e comecei a levantar algumas suposições: Será que já foi solicitado a estes jovens que narrassem seu crime por tantas vezes que já estão condicionados a esta narrativa a cada vez que conversam com alguém? Será que já estão tão estigmatizados que acham ser o crime cometido por eles a única coisa que interessa saber em suas histórias de vida? Ou será uma necessidade preeminente contar estas histórias, fazendo uma como uma espécie de catarse?

Reconheço que estes questionamentos se constituem em hipóteses que não são pertinentes ao foco e objetivo desta pesquisa, por isso penso que pode ser desenvolvida numa outra pesquisa. Deste modo, a partir do 5º jovem entrevistado e redimensionei minha abordagem: sempre que começavam pela narrativa do crime

interrompia sua fala e solicitava que começassem a contar-me sua história de vida a partir da infância. Percebi que alguns ficaram surpresos ao conversarmos sobre outros assuntos que não sua vida criminal

É de extrema importância que se entenda que apresento a seguir, enquanto resumo das trajetórias de vida narradas pelo jovem, não intenciona reduzir a vida do jovem a criminalidade. Entretanto, como o foco da pesquisa está na compreensão do sentido da violência pela ótica do jovem - e os jovens selecionados obedeciam ao critério de serem autores de crimes com requintes de crueldade- faz-se necessário conhecer a narrativa da violência cometida a partir da fala do jovem – não só do que está registrados nos autos do processo ou nos discursos da equipe multidisciplinar.

Portanto, este resumo prioriza por meio de recortes: o relato do ato infracional cometido que culminou com a internação no CSE-RR; a sensação no decorrer da ação violenta e o sentimento após o desfecho do ato. Estes aspectos são priorizados na narrativa do jovem porque é nelas que se encontra a forma como sentem e percebem a ação de violência de natureza cruel, a partir do olhar do jovem que cometeu. Estas narrativas ocorreram em momentos diferentes de nossos encontros.

Desta forma, os recortes feitos em suas histórias de vida para compor este resumo foram necessários para a análise dos sentidos da violência praticada por eles e para a compreensão da percepção de violência deste jovem que cometeu ato infracional de natureza grave – objeto desta pesquisa. A forma como o resumo foi organizado ressalta os principais pontos que foram abordados por todos os jovens, seja na entrevista ou seja nas interações estabelecidas informalmente no decorrer da pesquisa etnográfica.

5.2.1 A história de Raquel

Fui desaconselhada por quase todos os funcionários a conversar com Raquel, o que despertou ainda mais a vontade de conhecê-la. No primeiro dia em que estive em sua cela, segundo o socioeducador que me acompanhava, ela fingiu estar dormindo. Entretanto, no dia em que a procurei em sala de aula para consultá-la sobre sua voluntariedade em participar desta pesquisa ela não só se dispôs a me dar entrevista, como conversou algumas vezes comigo com muito respeito, boa vontade e atenção. Em uma das visitas que fiz aos blocos para realizar registros fotográficos, ela me recebeu dentro de sua cela e fez questão de posar para fotos

dizendo-me que eu poderia registrar e que era para e colocar sua foto em minha pesquisa sem a tarja.

Raquel tem 18 anos. É uma moça alta, esguia, de pele clara, olhos vivos castanhos escuros, nariz afilado e fala boa parte do tempo balançando a cabeça, dando movimento aos cabelos longos e escuros, ou ajeitando-os com a mão. É muito bonita e tem consciência de sua beleza. No decorrer de toda nossa convivência, apresentou-se sempre muito tranquila e, diferente dos demais, pouco ansiosa. Não se manifesta sem estímulo – se não houver pergunta, pouco fala. Talvez seja um pouco tímida ou apenas reservada. Responde às perguntas de forma pausada e não desvia o olhar da pesquisadora, exceto quando para lembrar algum fato. Apresenta constantemente um sorriso estilo Monalisa. Em determinados trechos da entrevista, ao contar algumas passagens, solta sorrisos e, algumas vezes gagueja. Procura ter um controle sobre a gagueira falando pausadamente.

Raquel é a filha do meio de uma família composta por pais separados (há seis anos) e três irmãs. A mãe é professora, o pai empresário, a irmã mais velha fisioterapeuta e a mais nova cursa o Ensino Fundamental. A renda familiar mensal gira em torno de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Aos 13 anos, saiu de casa para viver maritalmente com um rapaz de 23 anos, apesar dos pais não concordarem com o relacionamento. Assim como decidiu morar com o rapaz, decidiu terminar o relacionamento e voltou para casa. Foi neste período que começou a usar maconha, de modo experimental, e depois passou a usar de forma abusiva, não só a maconha como também a cocaína. Para os pais, negou o uso da substância até os 16 anos, quando sofreu uma overdose, foi hospitalizada e reanimada por diversas vezes em atendimento de urgência. Por pouco não foi a óbito. Desistiu de estudar por duas vezes porque perdeu o interesse pelos os estudos e preferia passar o tempo com os amigos, na praça atrás da escola, fumando e bebendo.

Revelou que quando criança costumava se isolar e não gostava de brincar com outras crianças, de dividir seus brinquedos. Até hoje não gosta de dividir suas coisas. Faz referência a sua mãe como uma pessoa atenciosa, mas *“meu pai, conversa pouco, gosta é de dar ordens. É um mulherengo, por isso se separaram”*. Diz sentir falta do pai porque não teve amor e carinho por parte dele, mas que ele nunca deixou faltar nada em sua casa. Traduz em seu comportamento poucas emoções e sentimentos com relação ao apoio e à afeição da figura paterna, dizendo

que a falta de confiança demonstrada pelo pai em sua recuperação lhe causa mal-estar.

No decorrer da adolescência, esteve envolvida em vários roubos a estabelecimentos comerciais, seja por diversão, por consumismo ou por necessidade de dinheiro para o consumo de drogas. Nunca participou de galeras. Sempre que efetuou roubos foi na companhia de amigas, colegas, parceiros ou namorados.

Raquel foi recolhida por latrocínio. Estava aguardando a concentrada em 1º de abril, mas não sofreu progressão de medida socioeducativa. Questionou o juiz na hora da audiência quando ele disse que ela precisava melhorar o comportamento, uma vez que, segundo ela, seu comportamento já melhorou muito.

Do ato Infracional:

Raquel me conta que se encontrava numa fase em que estava “fissurada por dinheiro”. Já havia ido à casa de um advogado com uma amiga garota de programa e observado o que tinha no ambiente:

“Eu conheci a casa dele, ele era divorciado. (...). Nesse tempo que eu estava fissurada por dinheiro. Eu falei para My Friend desse advogado. Ele perguntou qual era o carro que ele tinha e eu falei que ele tinha um corola. Eu achava que era um corola, mas nem era. Nem sei que carro era, mas era tipo um corola. A gente estava tentando ver um lugar para roubar, para assaltar. A gente saía de bairro em bairro (risos) atrás de um lugar para gente assaltar (risos). (...). A gente ia ver outro lugar para roubar, aí não dava certo...nenhum lugar dava certo prá gente roubar. Daí a gente estava na casa dele, fumando e eu não parava de pensar e falar. Eu queria fazer isso (roubar e matar o advogado). Eu disse que ia ser hoje e acabou. Eu falei: “Bora na casa desse advogado hoje!” Aí a gente pegou e foi. Ele (My Friend) falou assim: “e o revólver?” Eu disse: “pega uma faca aí, bora lá!” Ele pegou a faca e botou na mochila e a gente foi lá na casa desse advogado. Quando chegou aqui no Bairro União, no caminho da casa do advogado, ele falou que ia na praça falar com um menino que ele conhecia, para pegar um revolver lá com ele. Quando a gente chegou lá o menino não estava mais. Aí ele chamou outro menino. Foi quando esse menino (o terceiro do grupo que matou o advogado) apareceu na história. Então nós seguimos para a casa do advogado. Primeiro eu liguei para ele (advogado) dizendo que ia lá, depois eu liguei dizendo que já tava chegando e ele disse: - tá bom, eu vou te esperar aqui na frente. Eu falei para os meninos assim: - olha, eu vou entrar. Eu vou conversar com ele, vou enrolar ele. Daqui a uns minutos vocês chegam lá na frente que eu vou abrir o portão. Vocês ficam olhando o portão.

Então eu fui lá para a casa dele. Aí eu cheguei na casa desse advogado, entrei.... Ele era safado, num sabe? Rapidinho ele me recebeu. Fiquei conversando com ele, bebendo e sabe né...

Quando esse advogado foi colocar um cd, uma coisa assim, um som, eu peguei o controle em cima da mesa e rapidinho abri o portão. Eu não vi os meninos entrando, mas eu dei só um tempinho e fechei de novo. Foi quando ele foi no banheiro, eu fui no arredor da casa para ver se os meninos estavam lá e eles estavam. Daí eu falei que era prá gente roubar ele. Aí eu falei. Espera aí que a qualquer momento vocês podem entrar que eu vou ficar lá na mesa, sentada, conversando com ele.

Aí passou um tempo, os meninos entraram e pegaram no pescoço dele.

Na hora ele tava sentado na mesa comigo. My Friend entrou e começou a dar um monte de facada nele. Ele não reagiu, mas eu tava tão obcecada por dinheiro que eu disse: - mata, mata e vamo umbora. Ele disse, tá bom, então vou matar ele. Eu disse. Tá bom, então mata ele. A gente já tinha combinado antes que ia matar ele. A gente tava ali por causa disso. Aí a gente deu dezesseis facadas nele. O menino lá (o terceiro do grupo) lá, não fez nada não. Ele ficou com medo, ficou tipo... traumatizado, nervoso, tremendo. E eu que pensava que eu que fosse ficar assim (risos). Eu não fiquei mesmo! Aí eu falei: - O cara tá se mexendo, (risos) e fui lá e tum, tum, tum (bate a mão na mesa simulando as facadas). Depois de 16 facadas o cara ainda ficou se mexendo lá. Aí a gente foi e tum, tum, tum deu outras facadas e roubou tudo que tinha na casa.

A gente pegou e botou tudo dentro do carro dele e botamos ele na mala do carro. Tinha um gato lá que ficava perto desse cara, era um gatinho dele. Daí até o gato foi no porta mala também. (Raquel – 18 anos)”

Da sensação no momento do ato:

“Ah, eu não senti nada não. Só adrenalina. Eu só queria saber do dinheiro. Não queria saber dele, não.” (Raquel – 18 anos

Da sensação pós ato:

“Quando eu tava lá na Guiana, teve um tempo que eu tinha maconha que sobrava, eu tinha de quilo, só que nem sempre eu fumava. E quando eu não fumava é que eu via o que eu tinha feito, o que tinha acontecido. Mas quando eu fumava, tipo, a gente se esquece disso.

Quando eu não fumava, sei lá, pensava um pouco na minha família. Mas nele? Num pensava nele não, no advogado. Só pensei nele aqui dentro porque se eu não tivesse feito isso eu não tava aqui, né”.

E também eu não conhecia nada sobre ele. Nesse dia (do crime) que a gente tava conversando na mesa, foi que ele me falou que ele tinha filho, que tinha ex-mulher, que era divorciado, isso e aquilo. E nesse momento os meninos já entraram e eu não pude fazer nada. Não tinha como eu voltar atrás. Mas também, hoje em dia, eu não fico me culpando não, por causa disso não, não por causa desse caso.

Tu te arrependes? Eu? Eu me arrepenho, só que já aconteceu e eu não posso fazer nada (fala com ar de desdém ou pouco caso, sacodindo os ombros).” (Raquel – 18 anos)

5.2.2 A história de Madalena

Madalena havia sido transferida recentemente após minha chegada ao CSE-RR. A conheci em sala de aula, pois no dia em que estive em visitação exploratória jovens em seus respectivos blocos e unidade, ela não se encontrava em sua cela. Sentada de braços dados com a Mariana, permitiu que eu tirasse fotos e concordou em participar da pesquisa.

Madalena é uma moça calada. De pequena estatura, encorpada, cabelos escuros cacheados presos, tatuagem no braço, cicatrizes no rosto, resultado de brigas de galeras. Veio transferida do estado do Pará, por questão de segurança, uma vez que lá está jurada de morte. No decorrer da conversa, demonstra tranquilidade e firmeza nas respostas. Fala olhando nos olhos. Não esboça sorriso. Com o passar do tempo, nas conversas informais, demonstra-se mais afável.

Madalena tem 18 anos. Conta que:

A minha vida foi um pouco complicada porque aos 10 anos eu perdi a minha mãe. Eu morava com meu pai, minha mãe e meus irmãos. Somos quatro irmãos e eu sou a mais velha. São dois casais. Meu pai arranhou outra mulher e foi viver com essa mulher e nós ficamos com minha mãe. Aí com o tempo meu pai foi preso por causa de tráfico e com os meus 10 anos minha mãe morreu.

Minha mãe trabalhava na casa dos outro prá sustentar nós (sic). Ela morreu de cirrose. Bebia muito, mas não batia em nós não. Ela não gostava de bater em nós. Nem ela, nem meu pai. Aí quando ela morreu meu irmão mais velho ficou com nós. Ele tinha 17 anos, agora ele fez 24. Na época ele não podia ficar com a gente porque ele era de menor. Então fomos para o Conselho tutelar e lá entraram em contato com minha avó. (...) Ela veio e pegou nós tudinho e levou para o Pará'. (Madalena – 18 anos)

No Pará, trabalhou com o dia como ajudante de pintor, ajudava a avó nas tarefas domésticas e estudava. Sentia-se muito presa. Começou a sair com as colegas da escola, fugir para ir a festas, chegar tarde em casa e aos 14 anos foi expulsa pela avó. Foi morar na casa de uma amiga. Já tinha contato com a maconha e acabou viciada. Bebia e fumava muito.

Casou aos 15 anos. Parou de estudar e passou a vender maconha e crack. Foi recolhida três vezes por tráfico, mas logo liberada sob a responsabilidade do tio ou da avó, mas não ficava na casa de nenhum deles. Separou-se e continuou a vender drogas e sentindo-se cada vez mais viciada na droga e no cigarro. Afirma

que nunca cometeu roubos para sustentar seu vício. Sustentava com a venda do produto.

Após a prisão, foi transferida para Roraima. O pai saiu da penitenciária e hoje trabalha como caseiro em uma fazenda. Vem visitá-la esporadicamente. Na entrevista, falou que quando sair vai morar com o pai e cuidar dele. Nas conversas informais disse não gostar do pai, que é “pilantra” e “safado”. Vendeu a casa da mãe dela e ainda faz uso de drogas.

O irmão mais velho, que também mora em Roraima, não a visita. Namora um jovem também do CSE-RR e diz que quando sair pretende esperá-lo lá fora. Estava aguardando a concentrada realizada em 1º de abril e recebeu progressão de medida socioeducativa para LA – Liberdade Assistida.

Do ato Infracional:

Madalena conta que brigou com o namorado com quem morava, por quem saiu da casa da avó.

“Daí em diante eu comecei a ficar na rua. Num sabia nem o que era comida, num dava nem satisfação prá ele não. Eu ia só mermo lá, ajeitava as coisas lá e fugia de novo.

Com um tempo eu tinha uns amigos que fazia parte de uma galera. O menino da outra galera falou que ia matar meu irmão. Um Tal de Chitãozinho. Eu falei que ele não ia matar meu irmão não. Aí ele falou: - eu vou. E eu disse: - prá tu matar ele tu, tem que me matar primeiro. Aí ele pegou e falou que ia me matar também. Aí eu falava: É, tu vai me matar, né? Tá bom. Foi quando foi numa sexta-feira eu peguei usei maconha, comecei a beber, cheirei pó. Eu nunca tinha cheirado pó, nesse dia eu cheirei. Aí eu fiquei doida. Aí os meninos da minha galera começaram a dizer. - Ei, bora logo matar esse doido aí. Eu falei: - É mano, pois bora matar ele. Aí todo mundo falou: Então bora matar ele.

Aí o menino (colega do rival) escutou e contou para Chitãozinho e nós sem saber fomos prá festa. Quando cheguei lá ele pegou e me escorou, me queimou com cigarro ... aí também eu num falei nada. Só que os meninos viram o meu braço e falaram: - e aí Madalena, o que foi isso no teu braço? ” Eu tava queimada de cigarro. Os meninos viram. Aí eu disse: - Foi o menino ali. Eles perguntaram: - É aquele lá? ” E eu disse: - é. Aí eles disseram: - Então bora matar ele! Ele tá afim de morrer.

Ademar disse que era para eu chamar o Chitãozinho para fumar no seringal próximo a casa de festas que lá a gente ia matar ele. Eu chamei e sai e ele me seguiu.

Ele tava armado, com faca uma peixeira. Os meninos ficaram olhando e disseram: - Ei Madalena, lá vem ele e nós num estamos com nada não. Aí

eu falei: - Nós num tamo cum nada não? Então vamos pegar uma ripa e dá umas lapada nele.

Aí ele pegou e ficou lá na esquina e começou a me xingar. ” Daí os meninos pegaram ele. Ademar segurou Chitãozinho pelo pescoço com muita força e Marcelino começou a bater nele até que ele meio que desmaiou. Deixamos ele lá, voltamos para a festa, mas a gente não sabia se ele tava morto ou vivo.

Aí os meninos pegaram uma garrafa e também me deram outra. A garrafa, que estava com os meninos já estava quebrada. Nós voltamos lá pro Seringal e os meninos deram a primeira garrafada nele, eu já dei a segunda no pescoço dele. Aí começou a espirrar sangue. Quando começou a espirrar os meninos começaram a dar nele com a ripa e com a garrafa, aí eu fui e dei um outra no pescoço e degolou ele de fora a fora. Aí meninos tiraram a camisa dele para a gente se limpar do sangue e a gente voltou para a festa. Marcelino não participou, ficou só olhando. Antes da festa acabar a gente voltou lá no Seringal com o litro de bebida que Marcelino pegou para a gente beber, mas a gente foi para saber se ele tava morto mesmo. Aí Marcelino pegou a sandália de Chitãozinho, botou no pé e fomos embora. ” (Madalena – 18 anos)

Da sensação no momento do ato:

“Na hora eu tava com muito ódio. Só senti ódio. Muito ódio dele. Depois nós saímos tranquilo. Voltamos para a festa e depois fomos para casa, caminhando normal. Ainda estava escuro e tudo muito deserto. A gente foi rindo e conversando. ” (Madalena – 18 anos).

Da sensação pós ato:

“Ah, eu só senti medo porque a família dele tava atrás de nós, para matar nós. E depois ficaram ameaçando minha avó, meus irmãos. Agora não. Eu vim para cá e eles pararam de ameaçar minha vó.” (Madalena – 18 anos).

5.2.3 A história de Joaquim

Após a concordância em participar da pesquisa, me concedendo uma primeira entrevista, Joaquim ficou bastante ansioso. Não podia me ver no pátio de esportes ou passar no corredor da escola que corria para o visor da porta e em tom alto perguntava insistentemente se eu havia esquecido dele, se ele ainda estava em minha lista e quando ia chegar a vez dele conversar comigo.

Joaquim tem 19 anos. É moreno, baixinho, musculoso, cabelos crespos raspados na lateral no formato do desenho de três linhas paralelas. Dentes separados, lábios grossos, olhos muito vivos castanhos escuros e pequenos que se

desviam do meu olhar. Sempre de calça jeans, tênis e camisa estilo polo apresentava-se muito sorridente e falante. Gesticula bastante e é muito agitado, inquieto. Na entrevista, muda de posição na cadeira constantemente. Sua documentação com a trajetória no CSE-RR está condensada em duas pastas com um grande quantitativo de documentos - dois volumes. Possui inúmeras ocorrências por evasão e indisciplina. Segundo ele, é considerado pelos outros muito agressivo. Conta que já cumpriu várias medidas socioeducativas por roubo, latrocínio, estupro de vulnerável e homicídio. Atualmente, cumpre medidas socioeducativas acumuladas por homicídio, roubo, tentativa de homicídio e estupro.

Joaquim me relata que foi criado em abrigos: “logo pequeno eu fui parar no abrigo, era muito atentado”. É o mais novo de 6 irmãos. Todos foram adotados por famílias diferentes. Recorda que o pai era alcoólatra e faleceu de cirrose hepática, a mãe foi para o garimpo e o Conselho tutelar o recolheu com os irmãos a um abrigo, onde, entre fugas e retornos, morou dos 5 aos 13 anos de idade. Desde cedo praticava pequenos furtos nas ruas. Segundo Joaquim, roubava porque gostava de ir para Lan house.

Aos 14, reencontrou a mãe e foi morar com ela. Foi apreendido por roubo, porte de arma de fogo – revólver calibre 38 – e tentativa de homicídio do pai do assassino de um de seus irmãos. A mãe faleceu em 2013, também de cirrose hepática, no dia de seu aniversário. O padrasto, também alcoólatra, após a morte de sua mãe foi para o garimpo, onde cometeu dois homicídios e fugiu para Cuiabá, de onde não mais voltou.

Em uma de suas saídas do CSE-RR, conseguiu um emprego de caseiro na fazenda do antigo prefeito, onde trabalhou por sete meses. Na Vila próxima à fazenda conheceu uma moça com a qual manteve um relacionamento por seis meses. Desse relacionamento, surgiu uma filha. Conta que o fim do relacionamento foi por causa de um engano e causou seu retorno ao “mundo do crime:

“Eu tinha recebido um dinheiro, daí fui prá vila e enchi a cara de cachaça... voltei prá casa... lá na fazenda... eu cheguei... vi ela deitada com um cara na rede... mas eu não sabia que era o irmão dela... acabei... final das contas, acabei quebrando os dois. Depois que eu bati é que ela veio falar que era o irmão dela, aí já era tarde. Ela aí ela foi embora prá casa dela... aí quando deu umas seis horas, vi aquele cara vindo: - falei mermão (sic) aquele cara ali é o seu Sr. Diogo, que é o pai dela. Seu Sr. Diogo tava vindo com uma 12 prá me matar. Aí bati os peitos no meio do

rio, atravessei, ele deu dois tiros atrás de mim. Só sei que eu fui lá prá fazenda do Papito. Passei quase um dia andando dentro da mata prá chegar lá na fazenda. Quando cheguei na fazenda, me mandaram embora de lá prá cá [Boa Vista]. Aí cheguei aqui... já tinha perdido a moto. A moto já tinha ficado prá lá. Eu também num ia mais buscar... cheguei aqui sem dinheiro, sem nada... estava enfezado... rapá eu vou roubar... conhecia um parceiro aí... o (...)... nós peguemo um carro, um prisma, comecemos a fazer assalto aí. Nesse dia nós metemo 16 assaltos num dia. Foi distribuidora, os comércios pequenos e uma loja de farda. ” (Joaquim – 19 anos)

Dos seus irmãos, um foi assassinado, a outra mora em São Paulo, com a qual perdeu o contato. Os demais moram em Roraima, constituíram família e trabalham. Morou um tempo com um deles, mas como assaltou a casa do irmão, perdeu a confiança, foi expulso e perdeu o contato. Tinha uma certa afinidade com o outro irmão que o acolheu em sua casa, mas por uma desavença com a cunhada, tentou contra a vida do irmão e foi expulso, perdendo o apoio e o contato também com este irmão. Tem ainda um irmão que, segundo ele, não o conhece. Diz que “...já fui morar com eles, mas eu sempre me dei bem eu mesmo sozinho... eu nunca gostei de andar com eles, não... nunca me dei bem assim”.

Conta que a família não o visita: “*me largaram de mão*” e fala com satisfação de uma senhora que conheceu e, segundo ele, tem o ajudado. Compara o carinho que sente por ela como se fora por uma mãe. Define-a como uma pessoa bondosa que vem visitá-lo e conversa dando-lhe bons conselhos.

No que se refere à escolaridade, atualmente encontra-se no 6º ano, cursando no CSE-RR.

Participou da concentrada de 1º de abril e recebeu extinção de medida socioeducativa.

Em outubro de 2016, apareceu estampado na primeira página do jornal local, muito machucado em virtude de linchamento praticado pela população, sendo recolhido à Cadeia Pública.

Do ato Infracional:

Neste dia, estava bebendo no bar com uns amigos quando chegou uma mulher pedindo socorro porque o filho queria tomar o dinheiro dela. Então, segundo ele:

“Ela entrou lá prá pedir socorro, falando que o filho dela queria o dinheiro dela. Aí o Orlando levantou da mesa e disse: - como é que é? Ela falou: - Não... ele quer tomar meu dinheiro. Quando ela terminou de falar, o cara vinha entrando na porta. Ele já vinha com terçado na mão, era o Marcelino.

Nós tava tudo com faca. Cada um com uma faca. Só bebia armado. Aí o Orlando pegou ele, deu uma gravata nele e furou. Deu uma facada aqui (aponta para a região) nele e saiu arrastando ele pro outro lado da rua. A mãe do moleque tava vendo tudo. Arrastamos ele. Só tinha só o pessoal do bar, só. Na rua num tinha ninguém, não. Então levamos ele pro campinho e furemos ele. Jogamos ele no chão e quando tiramos a faca ele ficou lá, se tremendo todo no chão. Eu prá mim ele num ia levantar mais, não. Mas na hora, quando Orlando tava limpando a faca, bateu aquela vontade forte de olhar prá trás... quando eu olhei, o cara já vinha em cima com o terçado, aí eu empurrei. Ainda deu tempo de empurrar o Orlando. O Orlando caiu pro lado, o terçado passou raspando aí eu segurei na mão dele e comecei a furar ele. Dei facada na cara, no braço, uma costela. Aí o Orlando segurou ele por trás e começou a furar ele. 23 facadas no total. Foi quando decidimos abrir o bucho dele. Depois arrastemo ele pro mato. A mãe dele ficou chorando lá. Aí de lá nós saímos.

Fui para a casa de minha madrinha e tava tomando banho quando a polícia chegou. Tinham estourado [a polícia] o dedo de Orlando para ele entregar nós. Eles me pegaro, mas eu consegui me safar com uma semi-liberdade. Não sei o que houve lá, mas eu me safei.

Voltei para o abrigo e lá briguei com o Sócrates. Ele foi querer ameaçar um amigo meu aí eu peguei um pedaço de cano com um bicozinho assim e furei ele oito vezes. Aí eu peguei outra sentença. Fugi e foi quando fizemos as pazes e fomos vender droga junto.

(...) eu tava sem dinheiro para pagar a dívida que eu tinha com o cara que me dava a droga para vender. Então, resolvi meter o assalto numa lojinha, ali perto da Delegacia de Mulher. Por causa desse assalto foi que cai aqui de novo e fiquei. Essa loja era tipo uma farmácia. Tinha cosmético, perfume, um bocado de coisa. Roubemos lá, pegamos um bocado de coisa. Quando eu olhei e vi que tinha um cofre. Eu tava sozinho... o cara que tinha ficado do lado de fora já tinha falado desse cofre. Aí na hora que eu me abracei com o cofre, tentei levantar... e força? Que num tem? Aí eu olhei prum lado olhei pro outro... já tava com o dinheiro mesmo... quando eu saio na porta, tá cheio de gente. Aí eu acabei botando a arma na cabeça da mulher, o pessoal saiu de frente da loja, que tinha muita gente olhando. Botei a arma e nem me toquei que ela tava grávida. Saí correndo com a arma na mão ainda, com celular, dinheiro... saí correndo, entrei na rua da delegacia com o pessoal correndo atrás de mim e acabaram me pegando. Aí eu fui pego pelo Bope e fui preso de novo. Já tava aqui no CSE-RR quando chegou os outros processos. Chegou tudo numa vez, os três fechado. No total são três, aí fiquei respondendo sem possibilidade de sair. ” ” (Joaquim – 19 anos)

Da sensação no momento do ato:

“Não sinto nada. Acho que nada... dá tudo um branco... a pessoa fica no branco.

Nos assaltos é adrenalina. Eu chego procurando, atrás do dinheiro. Pergunto: cadê o dinheiro? Cadê o dinheiro? Se num diz eu bato e ... vixe... bato é muito. Já tirei dedo, unha de cara que não me disse onde tava o dinheiro.

Quando nós vamos é prá matar ou morrer. A gente está no roubo, então é a prá matar ou prá morrer, mano. É a única coisa que o cara pensa... porque se o cara tiver armado, ele num vai dispensar não... ele vai tacar bala sem dó, então eu taco primeiro.

Eu acho assim, se a pessoa vai roubar, ele tá ali, ele tá sujeito a tudo ali. Ali ele tá sujeito a tudo... fazer de tudo e pode acontecer de tudo... ali pode acontecer de tu morrer... de tu apanhar até dizer chega se a população te pegar. Prá num acontecer isso, a pessoa tem que fazer coisas que num quer, né? ” ” (Joaquim – 19 anos)

Da sensação pós ato:

“Depois que cheguei aqui dentro é que eu vim ver, bateu a lembrança que eu tinha botado a arma na cabeça da ... feito aquilo com uma mulher grávida. Isso é... acho que... a pessoa fica meio sem graça. Eu ficava pensando: caralho eu botei a arma naquela mulher grávida! Como será que ela num tá agora? Mas foi por causa do pessoal da janela... tinha muita gente no vidro... olhando assim na frente da loja e eu nem vi que ela tava grávida, tava entretido querendo colher dinheiro e jóias.

Agora eu lembro mais da cena do Marcelino lá. Tá doido mano, a cena é palha! Aquilo ali ó, até hoje me bate umas lembrança assim. (...) Batia só medo mesmo, do pessoal da família dele, duma coisa assim. ” (Joaquim – 19 anos) ”

5.2.4 A história de Cláudio

Cláudio, assim como Madalena, não estava em seu Bloco no dia de minha visita exploratória. Para consultá-lo sobre a possibilidade de sua participação nesta pesquisa, fui à sala de aula onde ele se encontrava. No mesmo momento, ele concordou e se colocou à disposição para não só me conceder a entrevista como, se eu quisesse, falar com outros jovens para que participassem da pesquisa, ao que eu agradei e disse que já estava contatando, mas se precisasse falaria com ele. A intenção foi que ele se sentisse valorizado em sua “disponibilidade” em intervir junto aos outros jovens contribuir. Não houve intencionalidade de acessar os jovens via Cláudio, pois a sua forma de abordagem a outros jovens poderia ferir o princípio da voluntariedade, utilizado como critério na seleção dos jovens para esta pesquisa.

Cláudio, no dia de minha despedida, solicitou que batesse fotografias com ele e colocasse na pesquisa.

Cláudio tem 19 anos. É um rapaz de estatura baixa, pele clara, magro, cabelo castanho escuro cortado de maneira tradicional (sem raspas ou desenhos). É um jovem de aparência pouco sofrida, bem tratado. Fala o tempo todo olhando para a pesquisadora, com muita calma e segurança. Faz questão de contar que é membro da facção criminosa Comando Vermelho. Namora Raquel, pela qual diz ter admiração por ser ela uma pessoa que o ajuda muito no CSE-RR. Tanto nas entrevistas quanto no contato informal, mantêm-se muito sério e até gentil. Pouco sorri.

Cláudio foi criado desde os seis meses de idade pela madrinha, hoje com 65 anos. Na casa onde morava, dividia os espaços com mais três irmãos, filhos da senhora sua madrinha: duas moças e um rapaz. Sua mãe biológica trabalhava fora e deixava-o com a madrinha. Depois de algum tempo, a mãe biológica pegou-o de volta, permitindo apenas que passasse o final de semana com a mãe adotiva. Não gostava de passar a semana com a mãe porque, segundo afirma, apanhava muito.

“Todo final de semana eu ia prá lá. Mas quando eu ia para lá eu não queria mais voltar. Eu chorava, eu brigava, eu não queria mais voltar. Então minha mãe falava: Vai meu filho, vai que o outro final de semana já tá chegando e tu vem prá cá. Minha mãe sempre falava isso prá mim ir, porque se fosse depender de mim eu não ia. E também, quando eu tava com ela, eu cheguei a fugir de casa, porque eu não gostava de morar com ela. Naquele tempo também, minha mãe era muito ruim, minha mãe de sangue. Ela batia muito. Eu não podia fazer nada que ela queria me bater. E eu era muito danado também na escola. Se revoltei (sic), porque, tipo, ela não me dava aquele amor de mãe, que nem a outra me dava.”
(Cláudio 19 anos).

Devido sua resistência em voltar para casa de sua mãe após os finais de semana com a madrinha, sua mãe biológica o entregou definitivamente para a outra família, mas continuou a acompanhá-lo e visitá-lo periodicamente.

Estudava perto de casa e cursou até o 9º ano do Ensino Fundamental. Abandonou a escola porque não gostava de matemática: *“é muito difícil de compreender”*.

Tem uma boa relação com as irmãs e as mães, que o visitam todo final de semana.

Foi passar uma temporada em Manaus, na companhia de familiares, quando, aos 11 anos, começou a trabalhar e fazer uso de cocaína.

“Aí, eu sempre trabalhava lá, meu tio tinha um lava jato e eu trabalhava lá. Eu pegava o dinheiro e às vezes comprava cocaína, prá mim cheirar. Cheguei a vender uma sandália minha, lá em Manaus, para comprar cocaína. Aí desde aí, (...) depois de umas férias que eu passei lá, eu fiquei viciado. Aí eu vim prá cá. Eu já tava com uns doze, treze anos, por aí e comecei a usar, comecei a usar e fiquei viciado. Desde aí, minha mãe já desconfiou. Só que eu sempre negava para ela. Com 14 anos eu comecei a usar maconha também.” (Cláudio 19 anos).

Quando voltou para Boa Vista, começou a praticar assaltos e vender drogas a mando de uns colegas adultos. Afirma que nunca foi de participar de galera. Aos 16 anos, segundo me diz: “Era figurinha conhecida dos policiais, qualquer coisa de assalto eles iam bater lá em casa para saber se foi eu”.

Relata que havia sempre um esquema que funcionava mais ou menos assim:

“Eu assaltava supermercado, lojas... eu e um meu comparsa, a gente saia de manhã de moto, porque de manhã não tem muita polícia. A gente ia armado com revólver. Nunca gostei de faca, não. (...). A gente andava num bairro olhando o que podia roubar, vamos supor um supermercado grande, assim que não seja essas coisa toda, mas que tenha um dinheiro bacana. A Casa São Francisco, ali no Canaã foi um que a gente assaltou, que deu um dinheirinho bom. A distribuidora que nos metemos (um assalto), deu um dinheirinho bom. Nós passava na frente e via o movimento, se desse prá mim e desse pro meu parceiro, nos entrava.” (Cláudio 19 anos).

Aos 16 anos, saiu de casa por causa de um relacionamento amoroso. “Fui morar com uma mulher, mas não deu certo, brigamos e eu e voltei prá casa”. Em seguida, sentindo-se vigiado, sem espaço para realizar roubos e o negócio com trafico, foi morar com um amigo num apartamento: - “Eu queria fazer minhas coisas, mas na casa da mãe nunca dá, a mãe sempre tá em cima.” Apesar de já ter feito muitos assaltos, nunca havia “caído no CSE-RR”. Aos 17 anos, foi recolhido ao CSE-RR por três assaltos consecutivos a mão armada: “Foi aí que minha mãe descobriu tudo de uma vez.” Após os 45 dias na provisória, foi liberado e enquanto aguardava a sentença voltou a estudar, arranjou uma namorada e passou um tempo sem cometer infrações, mas continuava a fazer uso de cocaína e maconha, mesmo que, segundo Cláudio, de forma esporádica. “Quando eu cai no

CSE eu tava cheirando todo tempo. (...). Quando eu saí, não fui mais aquela pessoa, só de vez em quando é que eu fumava maconha e cheirava um pó de vez em quando. ”

Neste período, a mãe decidiu enviá-lo para a casa de parentes em Manaus: “Ela queria me afastar das drogas e das amizades de má influência”. A muito contragosto, concordou em ir para o outro estado acompanhado pela namorada. Entretanto, *“antes de eu ir para Manaus, eu tinha pegado uma droga, tipo uma despedida... comecei a beber e usar droga, lá com os amigos, na casa onde nós formava a quadrilha.”*

Em Manaus, passou uma temporada tranquilo e foi muito aconselhado pelos parentes. Depois de algum tempo, resolveu voltar: *“ninguém queria que eu voltasse, mas fui teimoso”*. A namorada não o acompanhou e ao regressar voltou a ter contato com o mesmo grupo de pessoas que ele chama de “quadrilha”. Afirma que voltou pior:

“Quando eu vim embora, eu cheguei foi pior. Fui logo na casa de um comparsa e já fui pegando a arma e fui logo praticando assalto de novo”. Voltou tudo porque os cara confiavam em mim. Nesse assalto de tentativa de latrocínio eu caí, mas eles confiavam em mim. Eles sabiam que eu não ia entregar. Tinha que dar um jeito de assumir, já que eu caí primeiro. Mesmo se eu entregasse eu podia morrer depois. Então tinha que dá um jeito. Inventei uma história, eu disse que não conhecia e que conhecia só um. A gente fala meio mundo de coisa prá não morrer. Melhor apanhar da polícia, do jeito que for, que morrer na mão de um comparsa mandado.” (Cláudio 19 anos).

Foi neste retorno que cometeu o latrocínio pelo qual responde atualmente. Na verdade, cumpre duas medidas socioeducativas. Tentativa de latrocínio e latrocínio. Nesse interim, faz questão de contar com riqueza de detalhes a tentativa de homicídio a uma jovem “cagueta”, a mando dos traficantes – no qual acidentalmente deu um tiro na coxa – e outros atos infracionais pelos quais não responde por medida socioeducativa.

Do ato infracional:

Cláudio conta que está respondendo por dois atos infracionais. O primeiro é relativo a três assaltos seguidos, a mão armada. Foi por este ato infracional que “caiu” a primeira vez no CSE-RR. Ele narra o episódio da seguinte forma:

“Eram três, eu e o outro armado e o que tava dirigindo não tava armado. Roubamos um carro lá no Centro de uma mulher. Ela tava parada, aí eu e meus comparsas entramos no carro. Apontei a arma prá ela e mandei ela dirigir lá pro rumo do Caçari (bairro nobre da cidade). Ela ficou se tremendo toda, mas foi (ar de riso). Ai quando chegamos lá mandamos ela descer do carro e fugimos. O carro era encomenda.

Tomamos o carro e viemos para o bairro. Quando a gente chegou no bairro, eu falei que queria meter um assalto antes em algum lugar. Só que esse carro nós tinha roubado porque tava reservado para um assalto que ia ter lá... era um assalto de 70 mil reais. Mas eu queria meter esse assalto de manhã. Daí vimos a Fogás, lá na Ataíde Teive. Eu cheguei, entrei, apontei o revolver para o dono lá, mandei que entregasse o dinheiro do caixa, o relógio e o celular, daí, pegamos lá o que tinha para pegar, entramos dentro do carro de novo e fomos embora. No que nos estava indo embora, na fuga, nós passamos perto de uma escola e tinha uma mulher em cima de uma moto parada na frente de uma casa. Uma Bróz. Aí o colega falou: -Vamos pegar essa moto aí porque ela vale muito prá nós lá na Guiana. Ela tá valendo uns seis quilos, cinco quilos de maconha. Ai a gente voltou, o parceiro desceu do carro, apontou a arma e tomou a moto e a bolsa da mulher. Daí ele sai em fuga, correndo e a gente foi seguindo ele. Só que ele [o da moto] foi muito rápido e a gente no carro. Numa hora lá, ele entrou numa rua e nos se perdemos. Aí ficou só eu e o outro dentro do carro. Ele, que também tava armado, foi embora. “Ficou eu e o outro dentro do carro. Foi quando a polícia passou, olhou minha cara, viu o carro que já tava denunciado e deu a sirene para nós parar. Aí eu falei para o parceiro não parar e correr lá prá casa, porque a polícia já sabia que eu era assaltante e inclusive já tinha me pegado e que eu já tinha sofrido várias vezes ameaças de morte por parte deles. Eu disse: - só vamos parar lá na casa de mãe, que é mais seguro. Quando ele acelerou, a polícia acelerou também, aí abrimos em fuga começou a correr atrás. Correu, correu e um certo tempo entramos na rua de casa, (...). Eles estouraram o pneu com tiro e a gente parou em frente de casa, bem na frente mesmo. Eu corri, entrei, joguei a arma embaixo da geladeira e se entreguei. O outro fugiu correndo, pulando os muro. Só que a polícia, com poucos minutos, conseguiu pegar ele. Aí, desde aí, fui para o CSE. Passei os 45 dias e fui solto. ” (Cláudio 19 anos).

O segundo ato infracional pelo qual Cláudio responde medida socioeducativa é relativo a um latrocínio que ele me conta da seguinte forma:

“Quando voltei de Manaus conheci por meio de uns amigos meus umas meninas. Eles disseram que as meninas eram meio grau, bandida mesmo, aí desde aí começou. Começamos a fazer assalto junto. Disseram que elas eram mulher dos cara lá da cadeia.

Aí, foi aí, que teve um dia, que eu num tava nem conseguindo andar direito por causa do tiro na perna e elas me contaram que estavam devendo a uns traficantes e os caras disseram que iam pipocar ela. Como eu conhecia os cara, eu falei com ela e disse: Não, deixa que eu converso

com eles, vamos pedir um prazo aí, vamos ver o que podemos fazer por ti. Aí foi quando eu liguei para eles. Eles deram um prazo e falaram para nós roubar, aí foi quando a gente pegou um taxista de lotação e matou. Esse negócio do taxista foi assim. Ficou eu uma das meninas numa esquina e meu comparsa com a outra menina na outra esquina. Eu peguei primeiro, pra disfarçar, e mais na frente ele [o taxista] pegou os outros dois. Pegamos um lotação que não tinha ninguém, só o taxista. Foi quando a gente mandou ele ir em direção do centro pro bairro. Quando ele entrou na rua a gente iniciou o assalto. Coloquei a arma na cabeça dele, mandei ele fechar os vidros e ligar o ar-condicionado e mandei ele ir pro bairro Cidadão. Quando a gente tava indo prá lá, ele começou a jogar luz para o carro da frente, para chamar a atenção dos outro. Ele não parava, aí dei umas coronhadas nele. Ele pegava coronhada e continuava fazendo e nós falava prá ele: - Não faz isso! Mas ele pegava e fazia. Teve uma hora que nós entramos para o anel viário (local conhecido de desova), e pegamos a Br, nesse momento um carro tentou ultrapassar e ele tentou se jogar na frente do carro. Desde aí que começou tudo. Começamos a bater nele com força! Agredimos, agredimos ele e quando chegou bem aqui, no rumo de um sítio, nós mandamos ele parar o carro. Ele desceu do carro e nós começamos a bater nele. A gente queria desmaiar ele para botar no porta mala e ir fazer os assaltos com o carro. Daí, batemos, batemos. Ele já tinha apanhado demais, mas não desmaiou. Eu arranquei a camisa dele para amarrar ele, mas não deu certo. Aí cortamos o cinto do carro e amarramos ele. Amarramos o pé e a mão, botamos ele no porta malas. As meninas a aliança e o relógio dele e tudo que tinha dentro do carro - som, celular e o retrovisor. Eu peguei a direção e dei minha arma para meu parceiro. Aí a gente foi embora. Quando chegamos na cidade, ali na frente do Grupo Baiano, escutamos um barulho mexendo no porta malas. Era ele tentando mexer para abrir o porta mala. Aí foi na hora que ele já estava teimoso demais. Aí eu falei: Ei cara, não faz isso aí não, senão a gente vai te matar. Fica tranquilo aí meu irmão. Só que ele sempre se mexia. Já tava quase solto das mãos. Foi quando a gente disse. Vamos abandonar o carro com ele aí, vamo deixa ele vivo mesmo. Só que aí ele tava quase abrindo o porta mala. Foi quando a menina pegou uma faca de dentro da bolsa e disse que ia dar duas facadas nele para ele ficar tranquilo. No que ela abriu o porta mala ele pulou, aí ela deu a primeira e segunda facada, na terceira ele segurou a mão dela e ia pegar a faca. No que ele pegou a faca o comparsa, que tava com a minha arma, apontou e pediu prá ele soltar a faca: - Solta, solta, solta... e ele continuava segurando. Passou as duas mãos assim (mostra como o taxista segurou a arma), para tentar pegar a arma. Aí foi na hora que ele efetuou o disparo. Entrou pela garganta e saiu pela cabeça. Aí, ele ficou agonizando, agonizando. Limpamos o carro com uma flanela e abandonamos com ele. Só que ele já tava morto. ” (Cláudio 19 anos).

Da sensação no momento do ato:

“ No momento eu não senti nada. Não sinto nada.” (Cláudio 19 anos).

Da sensação pós ato:

“No assalto do taxista antes eu não me sentia bem. Parecia que estava adivinhando. Era o primeiro assalto que eu não me sentia bem, eu estava agoniado. Depois, do ocorrido, quando eu soube que ele era pai de um policial, ai eu fiquei agoniado. Fiquei com medo dos cara me pegarem e me matarem, né.” (Cláudio 19 anos).

5.2.5 A história de João

No dia que fui entrevistar João, dirigi-me à sala de aula e, após permissão do professor solicitei que ele viesse até a porta. Como ele já havia acordado em me dar a entrevista em momento anterior, foi guardando o caderno e entregando à professora, mesmo sem saber se o que eu queria com ele naquele momento era realizar a entrevista. A impressão é que estava ansioso para sair de sala de aula. Chegando a porta ele me perguntou: A senhora vai me entrevistar agora, não é? Sorri e disse-lhe que sim. Após a entrevista e a cada encontro posterior, sempre que me via perguntava quando íamos conversar de novo.

João tem 19 anos, é natural de Manaus. Estatura mediana, moreno claro, olhos pretos vivos, sobrancelhas grossas, cabelos crespos, no rosto apresenta uma mistura de cicatrizes de espinhas e de brigas. Suas feições nos levam a achar, num primeiro momento, que tem muito mais que 19 anos. É inquieto, agitado. Olha com desconfiança e apresenta um comportamento um pouco arredo com os outros jovens. Durante o período da pesquisa, esteve sempre disposto a conversar.

João me conta que mora com sua avó, uma senhora de 72 anos, em uma casa do Programa Minha Casa Minha Vida que ela ganhou em 2014. Divide o espaço com os primos que estão sob a tutela da avó pelo fato dos pais estarem presos. Segundo João, a sua mãe estava recolhida a PAMC por tráfico de drogas e recebeu alvará de soltura há cerca de dois anos, foi morar em um sítio no Caroebe com o atual companheiro. Não tem proximidade com a mãe e não conhece o companheiro. Tem dez irmãos por parte de mãe, mas não tem contato com a maioria deles: *“Estão todos espalhados por aí. Tem um enfermeiro, o outro que é vendedor e tem o que é gerente do Posto de gasolina. Tem dois que tá na PAMC por causa de homicídio e latrocínio. Só nós três entramos pro crime”*. Define a família como “desorganizada”. Afirma que todos os irmãos e primos foram criados pela avó, *“mas eu fui criado sozinho, pelo mundo”*. Os tios e as tias moram todos em

suas casas, são humildes e “*não são de confusão.*” Afirma com certa resignação que ninguém vai visitá-lo.

Em conversa informal, relata que não tem muita recordação de sua infância. Lembra apenas que “*brincava muito de papagaio e de jogar bola com os meninos na rua*” e que a “*mãe viajava muito para o garimpo e deixava a gente com meus tios*”. Fugia muito de casa e, aos seis anos encontrava-se “*trabalhando na rua*”, foi institucionalizado no Abrigo Infantil, onde ficou por dois anos: “*Quando eu cheguei lá eu achei bom porque tinha comida, eu brincava muito, a cama era macia e eu tinha uns amigos.*” Após esse período, foi morar na casa da avó onde “*comecei a ver meus tios usando droga dentro de casa e achava aquilo normal, então fui usar também, fiquei viciado.*”

Com relação ao vício, me conta que o irmão ofereceu para ele quando tinha 6 anos. Foi a primeira vez que experimentou maconha. Depois:

“Os amigos começaram a me oferecer prá mim experimentar aí eu experimentei aí achei bom, primeiro experimentei a maconha e depois foi a palha, cocaína aí foi que eu fui me jogando prá ela, fui, fui, fui. (...) . Me disseram que a droga era de boa e coisa e tal. Tá então! Daí foi, foi e eu comecei a vender droga, comecei a fumar, comecei a matar... comecei a assaltar, usei droga, aí eu me despreguei [sic]. Passei 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, ...12, com 12 anos eu, aí eu parei. Eu passei um (1) ano internado num lugar aí, eu fugi de lá e voltei pro Beiral. Aí eu fique até os meus dezesseis [16] anos na droga, quando vim parar aqui no CSE-RR.” (João – 19 anos)

João me conta que não gostava de ficar na casa da avó e não foi escolarizado:

“Eu passava o tempo fora de casa, não ia para a escola, não sentia vontade de aprender a ler e escrever, queria estar no Beiral. Ficava de até 5 dias sem dormir, só usando droga e bebendo. Fiquei muito magro. Dormia na rua, no papelão, no chão as vezes, drogado. Eu vigiava carro que era prá mim me alimentar, aí foi uma vida meia assim, entende? Eu não era prá sociedade, eu era do inferno.” (João – 19 anos)

Conta que a partir daí começou a participar da galera do Beiral e por isso tem várias passagens pela delegacia: “a gente ficava fazendo arruaça e roubava para comprar nossa droga (risos), era legal”. Mas que galera foi só naquela época em que era moleque.

Foi internado pela primeira vez no CSE-RR em 2012 e de lá para cá tem tido várias reincidências. Com relação a essa internação me conta que:

“Eu morava lá num quarto que eles mandavam e pagava R\$ 10,00 lá para os cara, duas noite R\$ 10,00 entende? Pagava lá. Eu fumava droga dentro, puxava lá. Aí eu comecei a roubar, roubar, roubar, eu comecei a assaltar e meti o meu primeiro homicídio. Aí matei, roubei ... aí o pastor topou comigo e me disse: “Pára de aprontar, rapaz! Vai trabalhar”. Daí eu consegui uma caixa de engraxar sapato e comecei a trabalhar, mas o dinheiro ia todinho prá droga. Minha mãe cansou de ir lá no Beiral me pegar de três em três dias ela ia lá me pegar, eu fugia de casa, me soltava, eu fugia, minha mãe chegou a me deixar amarrado cinco dias para mim não ir, ela pedia prá mim não ir, aí foi que cai, lá CSE em 2012 Eu cheguei lá era magrinho, só cabeça. (João – 19 anos)”

A segunda internação, atual, foi por homicídio e roubo. São duas sentenças acumuladas, pois, enquanto aguardava em liberdade o julgamento de um dos atos infracionais, cometeu o outro narrado mais adiante.

Fala com entusiasmo que aprendeu a ler e escrever agora no CSE-RR:

“Ó, eu aprendi a ler aqui dentro do CSE! Ei, a minha mente era controlada pela droga, eu não sabia escrever nem a letra "a", não sabia. Agora eu sei ler, eu sei tudo através dela ó. E os caras me diziam: - não, tem precisão de mudar não, tal. Daí uma vez o pastor, no tempo, que pastor fazia culto aqui no CSE, disse para mim: - cara, sabia que Deus tem um propósito na tua vida? Sabia que tu pode mudar cara? Rapaz tu tem cara de pastor, tu pode ser um pastor na tua vida. Aí eu disse: - é mesmo! Foi dai que história acabou e eu aprendi a ler.” (João – 19 anos)

Do ato cometido:

“Eu tava lá no Beiral, fumando. Aí chegou o moleque e botou a faca em mim, queria tomar minha droga. Eu falei: - pode levar, taí, é todo seu! Era pasta base. Aí eu comecei a beber, comecei a fumar, fumar, fumar. Encontrei um noiado doido, amigo meu e troquei umas pedras por uma faca. Nesse momento eu decidi que ia matar o cara. Aí eu virei amigo dele. Passou duas semanas. Fiz um roubo e arrecadei quatro mil. Comprei droga e botei na mão dele para ele vender. Ele ‘pow’, me deu o pino e sumiu. Quando ele apareceu disse: - tal e coisa, desculpa lá o que fiz contigo.

“Eu só de boa com a faquinha guardada, só de boa pensando como ia fazer ele, lá no local onde eu ia levar ele. Daí, nesse mesmo dia ele me deu outro pino, pegou R\$ 500,00 reais e sumiu.

“Quando ele apareceu de novo, aí eu disse comigo mesmo: “rapaz esse bicho tem que morrer...vou matar ele, nunca matei ninguém na minha

vida, vou matar ele". Eu já tinha furado gente, mas ainda não tinha matado.

Daí ele chegou, apareceu lá e eu pensei: "- é menino, é aqui agora". Chamei ele para fumar o que eu fumava no cachimbo, entende? No cachimbo, na lata, no "beque! Ai, chamei ele prá fumar lá debaixo da orla. Dei muita droga para ele fumar, muita, muita. Nessa hora, eu já tava drogado também, mas eu olhei para ele assim, bem na cara dele, de pertinho e eu só puxei a faca e dei-lhe. Sai dando nele, no pescoço, na barriga, nas costas, na cabeça aí taaam, tam, tam, tam.... Piniquei ele todinho. Ai deixe ele lá e sai correndo, sai fora. Aí uma mulher viu e me denunciou." (João – 19 anos)

Da sensação no momento do ato:

"Não senti nada. Senti só vontade de dá-lhe mais mesmo, deixei ele igual a um picadinho." (João – 19 anos)

Da sensação pós ato:

"Eu tava com raiva porque ele tinha me 'pinado'. Eu dei dinheiro para ele arrumar a droga, eu tinha gastado já R\$2.000,00 com ele, eu dei dinheiro para ele arrumar a droga e ele não voltou.

Eu não sinto é nada. Aliás eu sinto, sinto que mereceu. Se ele ainda tivesse voltado, na primeira vez, eu tinha desculpado ele, mas ele me deu o pino de novo, aí mereceu né." (João – 19 anos)

5.2.6 A história de Pedro

A fotografia constante na cópia do RG de Pedro, arquivado entre os documentos de sua pasta individual no CSE-RR, é de uma criança de aproximadamente oito anos de idade. Quando fui procurá-lo para consultá-lo sobre sua participação na pesquisa, imaginava que encontraria um rapaz grande e forte. Essa era minha imagem mental, entretanto Pedro continua muito parecido com aquele garoto da foto: Um menino.

Pedro é um garoto de 15 anos, baixinho, franzino, moreno, com muitas cicatrizes nos braços, lembrando queimaduras de ponta de cigarro. Tem cabelos lisos pretos e muito curto. É ressabiado, olha por baixo dos olhos e evita meu olhar. Narra parte de sua história na terceira pessoa. Se diz inocente e acha uma injustiça estar internado no CSE. Está um tanto ansioso e na defensiva em nossa primeira conversa.

“Eu num fiz nada! Eu tava no lugar errado, na hora errada. Eu caí aqui como um laranja, num tem? Todos os meninos que tavam lá perto, na hora, viram que eu não fiz nada, aí! Só tava na hora errada e no lugar errado.” (Pedro – 15 anos.)

De etnia macuxi, Pedro possui quatro irmãos, dois do sexo masculino e uma do sexo feminino, com, respectivamente, 18, 13 e 12 anos. Os pais são separados há cinco anos e ele morava com a irmã de 12 anos sob a responsabilidade do pai que é gari, recebe o auxílio do bolsa família e sustenta a família. Sua mãe mora na Comunidade indígena de São Raimundo, com um novo companheiro, onde desenvolve atividades agrícolas. É muito ressentido com ela pelo fato dela ter, segundo ele, traído o pai. Acha também que a mãe não lhe dá a devida importância. Conta que tem uma enorme admiração pelo pai que não o abandonou, que demonstra confiança nele e que vai visitá-lo no CSE-RR todo final de semana.

“Minha mãe... rumm, se fosse por ela, se eu tivesse morando com ela acho que eu tava sem visita, eu tava era abandonado aqui dentro. Agora meu pai, não. Ele não desiste de mim por nada, ele. Sem falar que ele é focado em mim até meus dezoito anos. Ele diz prá eu ser um homem mesmo! Quer que eu seja um vagabundo não, ele. Se eu passar dos dezoito anos e criar caso ele disse que não quer mais saber de mim não.” (Pedro – 15 anos.)

Diz que quando estava aguardando a sentença em liberdade, após cumprido o prazo de 45 dias em internação provisória, seu pai montou uma pequena oficina para conserto de bicicleta onde ele trabalhava como responsável, como forma de ajudá-lo a “sair dessa vida do crime.”

“Um tempo desse ele vendeu a moto dele, botou uma oficina prá mim, que eu fiz um curso de mecânica. Ele botou uma borracharia prá mim, aí eu comecei a trabalhar lá, aí ele viu que eu queria alguma coisa com a vida, sair do crime. Assim ele ia só me ajudando, botando peça lá prá mim vender. Eu mexia com moto, bicicleta.” (Pedro – 15 anos.)

Está cursando o 9º ano do Ensino Fundamental o CSE-RR. Quando foi recolhido ao CSE-RR, estava no 6º.

Conta que entrou para o “mundo do crime” porque “tinha a cabeça fraca” e foi influenciado por amigos. Depois que entrou fazia de tudo, mas nunca havia matado ninguém.

“O que as pessoas me chamavam para fazer eu ia fazer. Eu não pensava nada, não achava que fazendo aquelas coisas podia morrer. O que vinha na minha cabeça prá mim fazer, eu fazia, eu. Aí me chamavam prá roubar, prá assaltar... até latrocínio me chamaram para fazer, já. Teve uma vez que chamaram até prá estuprar uma menina. ” (Pedro – 15 anos.)

Ato cometido:

“Eu tinha acabado de jogar bola com meus irmãos e saí para comprar cigarro pro meu irmão de 17 anos. Ai quando eu saí, os moleques lá que eu conhecia, no tempo que eu jogava bola um campinho de futebol que tinha lá perto de casa, me chamaram prá ir lá na casa de uma ex-namorada de um dos meninos. Ele me chamou e disse que ia conversar com ela. Era só para dar um susto nela, assim... eu pensava que era só um susto mesmo. Ai quando nós chegamos lá perto, já estava tudo armado. Tinha foice, facão, terçado. Tudo já tinha lá perto, escondido no mato. Eu acho que ela já sabia, porque quando a gente começou a chegar perto, ele gritou dizendo que tinha chegado a hora dela. Daí ela ficou gritando: - socorro, socorro e chegou uns colegas dela lá. Já vieram com terçado e facão também. Foi quando começou a rolar a briga. Nessa briga era cinco contra cinco. Cinco contra seis, quer dizer. Eles eram cinco, nós era seis. Foi daí que foi foice e facão de um lado pro outro. Nessa confusão, quatro correram, fugiram. Os quatro de lá... eles correram. Aí ficou só um... pagou de doido, achou que era peção de aço. Ele começou a correr também, mas olhou para trás, tropeçou e caiu no chão. Foi quando os moleques começaram a atacar. Tacou foice, facão em cima dele direto. Tacou em todo canto, na cara, na cabeça, no corpo todo. Aí ele ficou em cima do cara direto, dando foçada no cara assim... o sangue velho espirrando para cima assim. ” (Pedro – 15 anos.)

Da sensação no momento do ato:

“Nunca tive medo não. Se o cara for com medo já começa perdendo. É por isso que eu nunca caí, porque nunca tive medo. Só uma vez que me chamaram para um assalto e eu fiquei pensando assim ... sabe? Aí eu não fui. Esse daí deu errado e era para eu ter caído, mas eu não fui. Deus me livrou desse daí. Mas o outros eu fui e deu tudo certo. Nunca caí. Agora na hora que mataram o moleque lá, na hora mesmo, é só muita confusão, muita adrenalina. O cara não sente nada não. Nos roubos e assaltos é grito, muita adrenalina e não sente nada mais não. ” (Pedro – 15 anos.)

Da sensação pós ato cometido:

“Eu não aguentei ver o sangue velho espirrando, sai correndo. Fui para casa direto. Demorou pouco e pegaram os moleque tudinho. Aí eles

falaram onde era minha casa e foram e me pegaram. Bicho, o BOPEZÃO pegou a gente e começou a bater na gente direto, tá, tá e tá, batendo, batendo, batendo. Aí não aguentamos e começaram a entregar um monte de gente. Aí levaram a gente para o DDIJ. Daí foi umas 11 e meia da noite, nós ficamos lá parado, vendo lá no IML o corpo chegando lá. Nós descemos para o DDIJ umas 2 horas ou 2 e meia. Daí foi quando, deu de manhã cedo assim, aí nós demos o depoimento e descemos prá cá. Caiu três de menor e dois de maior. O outro se livrou porque ele se escondeu e nós não. Um foi absolvido porque a única coisa que ele tava fazendo era só jogar uma corrente pro alto, prá se defender. Nós dissemos que ele não tinha nada haver. Eu também não tinha nada haver... o juiz não acreditou muito não. Sentenciou a gente. ” (Pedro – 15 anos.)

6 PERCEPÇÃO DO JOVEM SOBRE A VIOLÊNCIA DE NATUREZA GRAVE

6.1 DIMENSÃO III - O JOVEM DO CSE: PERCEPÇÃO E SENTIDOS DA VIOLÊNCIA

No discurso dos jovens, além da forma como entendem e concebem a violência, foi possível identificar os sentidos da violência sob sua perspectiva por diversos ângulos, que aqui procurei agrupar e analisar em categorias específicas. Deste modo, sempre partindo do olhar do jovem, organizei essa dimensão abordando num primeiro momento o que o jovem entende por violência. Em seguida, apresento a categoria sentidos da violência com a abordagem sob três perspectivas:

1. Do Sentidos da violência sofrida pelo jovem com destaque à violência policial por ter sido a que mais foi ressaltada por todos;
2. Do sentido da violência sofrida pelos seus, cuja abordagem se dá pelo fato de que os jovens sofrem por extensão, principalmente quando buscam vingança;
3. Do sentido da violência cometida no ato infracional como roubos e assaltos, onde ele é o autor. Sob o título de 'Faz parte', a abordagem ressalta a percepção de naturalização da violência ocorrida nessas ocasiões, muitas vezes narradas como momento de diversão, ressaltando as sensações de prazer causadas pela adrenalina do momento. Aborda ainda a percepção dos jovens acerca de sua relação com a violência sob o título 'Eu, violento? Não!'

Por fim, essa dimensão trata da percepção dos jovens com relação à violência relativa ao ato infracional pelo qual foi apreendido, tido como sendo de natureza grave – homicídio, estupro, latrocínio, todos praticados com requintes de crueldade na categoria intitulada: 'Do sentido da violência cruel'.

Para entender do sentido da violência cruel na percepção dos jovens do CSE-RR faz-se necessário retomar algumas questões já tratadas em capítulos anteriores, mas necessárias neste momento para que se compreenda de maneira inequívoca a abordagem que se pretende nesta categoria.

Primeiro, em se tratando de violência, esse estudo não se refere a violência resultante de um ato infracional que o senso comum já banalizou a exemplo dos assaltos e roubos que são divulgados rotineiramente. Esse estudo trata da violência que transcende ao conceito jurídico para crimes hediondos na Lei nº

8.072/90⁵⁰, pois foi praticado de forma brutal, revelando a intencionalidade de destruir o outro, desprezo e indiferença pela vida. É o tipo de violência que, em sua ação, o que prevalece é a morte violenta. Não estou propondo entender o que há por trás de um assalto ou de um homicídio, mas como os autores de crimes com este grau de violência (cruel), percebem a violência cometida e qual o sentido que atribuem.

Em segundo lugar, é preciso esclarecer que não há aqui generalizações. A maioria dos jovens que respondem por ato infracional internados no CSE-RR - atrevo-me a dizer que nos demais Centros de Ressocialização do país -, mesmo aqueles com uma trajetória de vida permeada por práticas delituosas e que tem o sentimento de pertença ao mundo do crime, não apresentam histórico de violência brutal e nem relatam essas ações com tranquilidade e indiferença como sendo esses atos o que há de mais normal na relação com a vida. O cometimento de crime grave, brutal é raro e normalmente não faz parte do cotidiano de vida desses jovens (mesmo daqueles que o cometeram). Portanto este estudo trata apenas de uma pequena parcela de jovens que traz consigo uma história de violência de natureza grave, com requintes de crueldade, nos termos já esclarecidos em capítulos anteriores.

Por último, entretanto não menos importante, não se pretende com este estudo, estigmatizar, rotular ou desumanizar os jovens desta pequena parcela, logo porque tristemente ao longo de suas trajetórias de vida isto já tem sido feito. Também não se pretende negar que cometeram crimes brutais, não se arrependem e sentiram prazer (ou sentem quando narram), mas que também sentem prazer de outras formas ao realizar diversas atividades cotidianas. São jovens que amam, tem sonhos, choram, sentem ódio, medos, simpatia ou antipatia pelas pessoas. São

⁵⁰ Lei Art. Lei nº 8.072/90

1º - São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados:

I - homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2o, I, II, III, IV e V);

II - latrocínio (art. 157, § 3o, in fine);

III - extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2o);

IV - extorsão mediante sequestro e na forma qualificada (art. 159, caput e §§ 1o, 2o e 3o);

V - estupro (art. 213 e sua combinação com o art. 223, caput e parágrafo único);

VI - atentado violento ao pudor (art. 214 e sua combinação com o art. 223, caput e parágrafo único);

VII - falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, caput e § 1º, § 1º-A e § 1º-B, com a redação dada pela Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998)

jovens que cometeram crimes cruéis, mas que, dentro de uma lógica que lhes é muito peculiar e subjetiva, faz sentido. Portanto, para entender o sentido da violência cruel pela lente dos jovens que trazem consigo as marcas sociais e judiciais de tê-las cometido, é preciso uma abordagem que permita compreendê-los a partir de seu mundo social (suas regras, seu valores e princípios), colocar-se no lugar deles (SCHUTZ, 1979, p.192).

6.1.1 Das concepções de Violência

No que diz respeito à concepção dos jovens sobre violência, no decorrer das entrevistas, seus primeiros relatos apontam para o entendimento de que a violência implica necessariamente em agressão física. Quando peço para exemplificar uma situação que considerem como violenta, Madalena relata briga entre seus pais.

“Violência prá mim é de um casal que briga à toa. Por exemplo: tem homem que não aceita a separação aí fica perseguindo, não quer que a mulher fica com outro homem. Isso é uma violência e acaba em algo maior, que o homem bate na mulher ou a mulher fura o homem... ou mata o home. Isso prá mim é uma violência.” (Madalena – 18 anos).

Para Raquel, além da agressão física, ela ressalta a forma de se dirigir as pessoas, de interpelar.

“Um das educadoras aqui que querem ser bem doido aí. Eu tô já me estressando com elas aí. Parece que elas tem é raiva da gente... nem conhece. É o jeito de falar, como vai falar, a forma de falar.” (Raquel – 18 anos)

Para Ricardo, violência é “agressão, bater no outro, tirar sangue. Isso é violência”. Pergunto se gritar ou xingar não seria um ato de violência, ao que ele me responde meio pensativo:

“Não. É não. Num tá inteiro? Violência é quando os cara aí pega nós e taca porrada, leva nós prá isolada. Quando a polícia pega nós, isso é violência. Gritar? Ah gritar não é violência não, professora. Só é prá irritar o cara.” (Ricardo – 16 anos).

A concepção de violência para Nolte implica em tudo que “não presta”, mas a pior é a que ceifa a vida do indivíduo por coisas insignificantes, desvalorizando a vida: violência é matar por pouca coisa. Há, em sua concepção, uma diferença entre

matar para conseguir muito e matar para conseguir pouco. Praticar a “violência para conseguir pouco é uma “violência ridícula.”

“Violência é tudo aquilo que não presta. Violência é tu ver a pessoa fazendo...uma coisa errada assim... vou bota um exemplo: tu tá aqui prá roubar o celular, aí a mulher não quer te entregar aí vai e atira nela. Aí prá mim isso já é uma violência já, porque não é preciso tirar a vida da mulher, assim, por causa de um celular. Depois caí aqui dentro. Tem um que caiu aqui dentro por causa de cinquenta reais. Matou um velho por causa de cinquenta reais. Acho uma violência muito ridícula, sabe! É quem não tem cabeça para fazer. A pessoa agir assim sem pensar, mata o cara por causa de cinquenta reais. Tacou uma pedrazona assim, na cabeça do cara. Taí dentro agora, aí preso. O outro ali, matou um veado por causa de quê? três galinha que roubou do quintal do veado. Acho uma violência muito ridícula, assim.” (Pedro – 15 anos.)

Quando pergunto a João o que entende por violência, ele me responde com outra pergunta: *Quer saber sobre o que é a violência urbana?* Um tanto surpresa com o emprego do termo em sua pergunta, estímulo para que ele fale da violência que ele quiser, inclusive da urbana. Sua resposta revela que a concepção de violência passa pela agressão física e mais especificamente o assassinato. Mesmo com dificuldade de se expressar, demonstra certa consciência acerca da violência instalada no país e tenta explicar via conceito de criminalidade urbana.

“Rapaz, violência é aquilo, aquele negócio que quando o pessoal tá quieto ali o outro cara vai e faz, violência urbana, entende? A violência é urbana é porque quando o cara caça ali, caça briga com o outro. O cara tá bem tá bem quieto aí o outro vai lá e provoca. Às vezes um parceiro por zoação provoca tu e tu vai com o cara que tava quieto e pou, pou, dali a pouco a polícia chega e mais violência. A violência urbana é por aí. É por isso hoje em dia o Brasil tá violento. É por causa dessa violência que tá acontecendo muita morte, aqui..., em todo canto tá tendo violência. É homem batendo em mulher, mulher esfaqueando homem, violência é coisa do (????), faz que hoje em dia o Brasil num vale mais nada.” (João – 19 anos)

Quando pergunto ao Joaquim, em conversa informal num momento de interação na sala de leitura com mais outros dois jovens, me responde meio impaciente:

“Ah, violência é a pessoa caçar conversa com um, bater em outro... é praticar algo violento com uma pessoa. Sei não! Algo violento. É tipo essas coisas que eu falei, num tem.” (Joaquim – 19 anos)

Excetuando-se pela fala da Raquel, que em seu discurso revela ser que além da agressão física, a agressividade verbal na forma de abordagem também é uma atitude de violência, para os demais jovens entrevistados a violência efetiva é aquela que implica em agressão física e homicídio. Seja no âmbito familiar, na rua, no decorrer da ação de um ato infracional a agressão física se faz presente.

Ao dizer-lhes que podiam me falar sobre o que entendem por violência dando um exemplo, observei que nenhum dos jovens fez referência a qualquer tipo de violência praticada por si aos atos infracionais pelos quais respondem. Os relatos, sem exceção, foram sempre na terceira pessoa, mesmo quando implicitamente o agente tenha sido o próprio narrador como no caso do João e do João. Essa associação foi possível ser feita com base nos registros do diário de campo em que há narrativas de roubos e assaltos que trataremos mais adiante.

Percebe-se também que em alguns casos a violência relatada foi sofrida por eles. Suas falas soam como uma espécie de denúncia:

- As agressões físicas e encaminhamento à cela de “isolamento”,
- As agressões sofridas nas mãos dos policiais no momento da abordagem e apreensão relatados por Ricardo,
- A fala da Raquel que está prestes a se indispor com uma socioeducadora por causa da forma com que é tratada (agressiva ou desrespeitosa).

A agressão de gênero também aparece nas narrativas. Não só neste momento, em que definem o que é violência em suas concepções, mas também em narrativa tratada mais adiante, onde Madalena aborda dentre as violências que marcou sua vida, a violência doméstica e em especial com agressão física entre os pais. A agressão de gênero também aparece nas falas de Raquel ao narrar as relações de agressão com o namorado, mas, apesar de ter apenado deles, não considera violência. Em sua concepção é um comportamento normal no relacionamento amoroso – *“É só briga de casal.”*

6.1.2 Dos Sentidos da violência

6.1.2.1 Da violência sofrida pelo jovem

Nas entrevistas ou nas situações de interação, foi possível identificar no discurso dos jovens, situações de violência que categorizei como a da violência que se fizeram presentes na vida dos jovens de forma marcante, que aqui categorizei

como Violência sofrida. Nesta categoria, ressaltam a violência sofrida nas mãos da polícia que trato aqui sob duas vertentes: a Violência de rotina e a violência que marca. A esta violência que denominam de “rotina”, trato aqui como a violência que aos seus olhos é banalizada. A violência que é percebida por eles como violência efetiva é aquela que tem como consequências ferimentos de difícil cicatrização (não necessariamente físicas), que despertam sentimentos de medo e raiva. Essa violência policial trataremos aqui como a violência que marca.

Aqui duas vertentes se destacam:

A primeira, se refere ao discurso da violência policial banalizada: essa diz respeito ao uso da violência policial que consideram como normal, a exemplo das abordagens realizadas comumente nas rondas de bairros, em que são parados, revistados, ameaçados, às vezes agredidos com tapas e encaminhados para casa com o aviso de não ficarem na rua. Nos relatos, é possível perceber que estas manifestações de violência não se encaixam na categoria de violência grave. Para eles, a violência sofrida nessas ocasiões, como não envolve espancamento, morte ou demais torturas, não são sentidas como violência. A narrativa desses episódios ocorre com naturalidade, não causa indignação nem protesto, ao contrário, é narrada aos risos como se fosse um momento de ‘zoação’. Isso não implica dizer que haja aceitação, empatia ou indiferença à violência sofrida, mas abre espaço para uma possível interpretação de que, nesses casos, para estes jovens, a violência sentida não ultrapassa os limites da banalização. Ou seja: é banal que a polícia os aborde, desrespeite-os, que não deem créditos a respostas dadas aos questionamentos feitos, deem tapas e ameacem porque esse comportamento é vivenciado rotineiramente e ‘banal’ frente a outras situações vividas.

A segunda vertente revela um discurso da violência policial que marca: nesta, a violência sofrida tanto é física como moral e, em ambos os casos, deixam marcas de difícil cicatrização (físicas e psicológicas). Segundo os relatos, diferentemente da violência cometida nas abordagens rotineiras, essa violência que marca ocorre normalmente no momento da apreensão do jovem, nutrindo o medo e a raiva pela instituição policial expressas nas falas e nas paredes de suas celas, conforme ilustrado nas fotos 29, 31 e 31 do Capítulo.

“Quando a polícia pega, batem mesmo. Todas as vezes eles me bateram muito. Batem de tudo de murro, pontapé ... de tudo, tudo, tudo”. (Cláudio).

Joaquim, dentre os episódios de violência ocorridos na sua relação com a instituição policial, me conta que o que mais lhe marcou foi no dia em que, empreendendo fuga em alta velocidade depois de ter praticado com mais quatro amigos vários assaltos pela cidade, bateu na viatura policial, capotou o carro e foi pego pela polícia.

“Nós apanhemos muito... Tinha três capacetes dentro do carro, os capacetes semi-novo que usamo (sic) prá fazer os assaltos. Eles [os policiais] quebraram [os capacetes] todinho na gente. Um dos que estavam comigo teve a sobrancelha toda arreventada, ficou com a testa cheinha de ponto. O Juninho ficou com a boca toda costurada... nós apanhemo (sic) muito, bastante mesmo. Um dos meninos também teve que botar um dreno na costela, que quebrou duas costelas dele, perfurou o pulmão. E as costas, minhas costas tavam nem roxa, era preta mesmo do sague batido.” (Joaquim – 19 anos).

A utilização da violência física enquanto instrumento de tortura com objetivo de descobrir informações ou por motivo de retaliação por parte da polícia também é ressaltada nos discursos. João, assim como Joaquim, é conhecido no meio policial por ter várias passagens e ocorrências registradas. Contou várias situações de espancamento, entretanto a que mais lhe marcou foram as sessões de tortura sofrida:

“Outra vez me botaram na bailarina porque roubei a moto do filho do policial prá vender. Era 16 quilo de maconha que eu ia pegar nela, mas eles me pegaro na barreira. De lá, eu passei... eu caí numa sexta à noite, cheguei de madrugada no 5º, apanhando, me botaram numa bailarina no sábado, de dia. É algemado, amarrado num fio, assim nas pontinhas dos dedos, pelado, e água gelada e choque. E peia. Eu saí de lá com uma desse lado aqui e duas desse quebrado. Fui pro HGR, voltei, mais peia. A algema cortou, acho que ainda tenho umas marcas. Não sei se dá prá ver, mas oh, isso aqui assim é da algema.” (João – 19 anos).

Jorge me conta que em decorrência de sua participação na rebelião de 2015 com o respectivo incêndio no “*Bloco da provisória*” foi lavrada uma nova ocorrência contra ele e, como já havia feito 18 anos, foi “*pagar a pena na PAMC*”, depois voltou para o CSE-RR *para terminar de cumprir sua medida socioeducativa*. Para ele, sua recepção na penitenciária é que foi violência pois, em sua concepção, “*não tinha necessidade daquilo tudo ali não*”.

‘Violência foi quando eu saí daqui e fui prá penitenciária. Na delegacia já fui ameaçado pelo delegado. Saí da delegacia depois da ocorrência. Quando cheguei lá na Cadeia os carcereiros me bateram que só lá... se eu apanhasse no corpo, assim, a pessoa até que aceita. Apanhar no corpo acho que já é normal, a pessoa que é do crime, acho que é normal. Mas, lá eles chegaram me bateram muito na cara, no rosto... fiquei com o rosto inchado lá... eles me bateram só na cara, na verdade... acho que isso aí marcou, acho que prá mim marcou isso aí. Bateram com a mão, com a sandália, chute... apanhei bastante na cara lá... acho que marcou isso aí prá mim, marcou...!’ (Jorge – 18 anos)

A violência física se desdobra em uma violência muito mais sentida pelo jovem do CSE-RR que é a violência que “*mexe com seu moral*”, revelada no discurso de Jorge.

Para ele o que incomoda não é apenas o fato de ter apanhado da polícia, ou seja, só a violência física. Quando me diz que “Apanhar no corpo acho que já é normal, a pessoa que é do crime, acho que é normal”, me revela que em sua concepção é aceitável e até normal que o jovem que pertence ao mundo do crime apanhe. O que lhe deixa marcas é o fato “apanhar na cara”, no espaço cadeia (onde ficam os bandidos), onde teoricamente o bandidão é respeitado. Apanhar na cara tem um significado simbólico que, para além das marcas físicas, mexe com os valores que alicerçam sua concepção de masculinidade e sua percepção de si, uma vez que se considera, no âmbito do CSE-RR, o bandido. Em seu imaginário, o prestígio que lhe é conferido por sua bravura (assassinato do advogado) e virilidade (fama de pegador) no CSE-RR, em um ato de violência desta natureza (apanhar só na cara), praticado por policiais, pode ser abalado. O sentido simbólico de apanhar na cara está associado ao imaginário social do qual ele compartilha de esse tipo de atitude por parte da polícia só é tomada com indivíduos que cometem delito de pequeno porte, pejorativamente chamados pelo senso comum como marginalzinho, bandidinho safado e etc. Há uma concepção de que com o bandido que goza de prestígio e apresenta periculosidade o tipo de tratamento policial, mesmo quando violento, não se converte em ‘tapas na cara’. A violência simbólica aqui é manifesta por meio do “tapa na cara.”

6.1.2.2 Da Violência sofrida por agressão aos seus

Uma outra forma de sentir a violência é quando esta é manifestada física ou moralmente contra alguém de seu círculo de amizade do jovem ou de sua família.

Em alguns casos, essa violência tem vários desdobramentos em outros episódios de violência, inclusive em sua natureza mais grave.

João me conta que presenciou o assassinato de um parente por quem nutria grande respeito e admiração. Segundo ele, o parente é um tio que já *“puxou cadeia várias vezes e é traficante conhecido no Beiral”*. Foi por admiração a este tio – sua referência – que *“entrei para o mundo do crime desde pequeno. Foi meu tio que me ensinou.”*

“E vi quando mataram meu tio, eu tava com ele. Ele tava indo pro Beiral buscar droga e os cara pá, pá, pá, (gesto com a mão, simulando revolver), mataram ele. Eu tava do lado dele. Foi assim: ele teve um dia que ele furou o cara na praça, entende? Quase mata o cara, deu uma facada que rodou a faca. Daí ele fugiu para Tabatinga e ficou lá. Quando ele voltou ficou lá em casa.

Um cara do PCC foi lá em casa falar com minha avó, daí teve uma briga e meu tio partiu para matar o cara, só que minha avó se meteu no meio e não deixou, mas o cara ficou puto.

Daí o cara vendeu a moto, comprou um berro, alugou outra moto e papocou meu tio. No dia mesmo, ele tava indo buscar droga para ele. Eu fui com ele porque minha tia mandou. Parece que lá tava adivinhando, mandou eu ir com ele. (...). O cara chegou e deu: pá, pá, pá, já era, pegou um no pescoço, outro nos peito e outro na testa, o bicho era bom de tiro ó. Até hoje eu sonho, ainda tenho pesadelo com ele ó. Na hora eu comecei a chorar, chorar, chorar. Eu tinha 12 anos.” (João – 19 anos)

Um outro tio, também com histórico de criminalidade (homicídio e tráfico), foi ameaçado de morte na comunidade do Beiral. Antes que o episódio ocorrido com o primeiro tio se repetisse, João munuiu-se de um terçado e foi *“apagar o moleque”*.

“O moleque queria matar meu tio que era como um padrasto aí eu peguei dei-lhe umas terçadas⁵¹ nele”. (João – 19 anos).

Com a reação do “moleque”, João quase foi morto. Sendo esta a primeira tentativa de matá-lo (sua narrativa apresenta outras), a violência marcou-o não só fisicamente (mostra-me com tristeza todas as cicatrizes, principalmente a do rosto), mas moralmente fazendo com que ao sair do hospital procurasse retaliar.

“(..) o moleque foi me acertou aqui (mostra a grande cicatriz no rosto) ... e na cabeça. Ele me deu foi 3 terçadas na cabeça. Fui me proteger com

⁵¹ Agressões com golpes de terçado.

a mão e pegou aqui também (mostra a mão), esse osso saiu todo prá fora. Eu vi. Fiquei todo deformado. Aí ele foi embora de lá. Depois que sai do hospital fui atrás dele. Eu comecei a rodar..., rodei, rodei, mas não achei ele não. Ele foi embora até hoje não apareceu mais”. (João – 19 anos)

6.1.2.3 Do sentido da Violência cometida no ato infracional

Segundo Spagnol (2008), os jovens violentos são aqueles que

(...) deixam de lado o discurso que contempla a família, o trabalho, o estudo e a vida normatizada de uma forma geral e privilegia o discurso da violência contra essas normas e vislumbram um horizonte onde não há expectativas para o futuro, mesmo porque estes jovens vivem o presente. (p.21, 2008)

(...) estamos falando, portanto de uma parcela de jovens que cometem infrações consideradas violentas e nesta parcela numa parcela menor, que ao realizar tais infrações o fazem com requinte de crueldade, que impressionam e causam pavor aos outros. Tudo isso envolto num discurso que não é o de defesa, mas o de ataque. (p. 22, 2008)

No decorrer da pesquisa etnográfica, foi possível identificar nos relatos de assaltos e roubos, tidas como atividade de rotina em suas vidas, elementos que poderiam definir estes jovens como pessoas violentas segundo a concepção de jovem violento em Spagnol (2008).

6.1.2.3.1 Faz parte!

Uma das coisas que me chamou atenção foi o fato de que em nossos momentos de interação ou de interação entre eles, todos faziam questão de narrar suas participações em assaltos, as fugas empreendidas, os homicídios praticados e como subjugavam as vítimas, com riqueza de detalhes. Assim como os jovens da pesquisa realizada por Spagnol (2008), os jovens do CSE-RR apresentaram uma narrativa carregada de emoção e simbolismo, como se os atos ilícitos cometidos fossem atos heroicos. Suas narrativas eram eufóricas, com muitos risos e permeadas de gestos.

João me conta que fazia muitos assaltos e que era violento quando ia roubar. Entretanto, em seu discurso, não acha que há maldade ou crueldade em seus atos. A prática da violência, em sua concepção, é apenas uma resposta ao mundo em que vive – matar ou morrer.

“Eu era violento quando ia roubar. Mas as vezes não era muito. As vezes sim as vezes não. Quando a pessoa vai roubar, vixe, tem que bater, bater

mesmo. Ah, a bater... muito. Principalmente atrás de do dinheiro. [Diz gesticulando muito] - cadê o dinheiro? Cadê o dinheiro? Tem que contar. Já teve gente aí que teve que perder o dedo, perder a unha prá me contar onde está o dinheiro?

Algumas vezes... alguns assaltos, (...) que eu sabia que tinha dinheiro grande... quantia alta, equivalente a 4, 5 mil e que desse de mil prá cima prá cada um de nós, aí a gente tinha que fazer esses procedimento, né? Senão o pessoal num ia falar.... Aí a gente fazia e eles falavam. A gente tá ali, na hora é prá matar ou prá morrer... tá no roubo então tudo ou é prá matar ou prá morrer. Rapaz, a única coisa que o cara pensa é matar... porque se o cara [a vítima] tiver armado, ele num vai dispensar, não... ele vai tacar bala sem dó em nós. “ (João – 19 anos)

Neste mesmo sentido, João e Cláudio falam da violência praticada como estratégia de sobrevivência e de garantia do êxito da ação frente à situação de tensão e adrenalina inerente à prática de roubos e assaltos. A violência se manifesta tanto física quanto psicologicamente para exercer domínio sobre o outro, domínio sobre a situação (assalto) por imposição do medo ao outro.

“Eu acho assim, se a pessoa vai roubar, ele tá ali, ele tá sujeito a tudo ali. Ali ele tá sujeito a tudo... fazer de tudo e pode acontecer de tudo... ali pode aconteceu de tu morrer... de tu apanhar até dizer chega, se a população te pegar. Prá num acontecer isso, a pessoa tem que fazer coisas que num quer, né”? (João – 19 anos)

“Porque quando eu mandava a pessoa olhar pro chão, tinha gente que ainda ficava me olhando. Aí eu chegava e agredia, dava coronhada, chutava a pessoa. Então, era nessa parte que eu era muito violento, nessa parte aí”. (Cláudio – 19 anos)

O domínio que se estabelece, no entanto, não se confunde com poder sobre o outro ou sobre a situação. O poder corresponde à habilidade humana de agir, (...) em uníssono, em comum acordo” (ARENDDT, p. 27). Se tivessem poder, não necessitariam fazer uso da violência enquanto instrumento de coação.

O domínio a que se refere a manifestação da violência pelos jovens na hora do assalto está relacionado ao controle da situação para que seus objetivos sejam alcançados sem que haja prejuízo a ele mesmo: sair com o resultado do assalto (dinheiros, joias, bens etc.), sem ser linchado, levar um tiro, sem ser preso e, acima de tudo, vivo.

Neste sentido, o domínio a que me refiro e o qual tentam manter, diz respeito à obediência do outro a seus comandos, a sujeição do outro pelo medo da agressão

e da morte, afinal, nos termos de Arendt: “do cano de uma arma desponta o domínio mais eficaz, que resulta na mais perfeita obediência”. (ARENDR, p.33).

A possibilidade de dominação, de imposição de sua vontade e de obediência do outro é, aos olhos do jovem, fascinante. Segundo Spagnol (2008, p. 63), é uma atitude tão relevante e valorizada entre os seus pares, que chega a ser mais importante humilhar o outro, dominar a situação da forma como bem que entenderem, que propriamente sair com o produto do assalto.

O componente da diversão também aparece em vários discursos. Dentre eles, me chamou atenção o discurso de Miguel. Para ele, a prática da violência nos assaltos (o medo estampado no rosto do outro, as reações – correr, gritar ou paralisar) é tão divertida quanto empreender a fuga. “ (...) era muita diversão, oh”. Em todos os registros do diário de campo em que Miguel aparece narrando algum assalto, o termo diversão e adrenalina aparece diversas vezes. Assaltar e violentar o outro, para Miguel, geram tanta adrenalina e diversão quanto empreender fuga da polícia. Foi perseguido três vezes, na quarta foi preso.

“Ah, prá mim é divertimento, adrenalina, é diversão. E depois [do assalto], fugir da polícia? (gargalhadas). Eu sei fugir da polícia. Eu já fugi da polícia três vezes e eles não me pegaram não (risos altos). ” (Miguel – 20 anos

Estes relatos me levaram a refletir sobre o entendimento do que é diversão na concepção desses jovens. Relendo os diários de campo, encontro registros de uma conversa que tive com João em que em que me dizia que “*ser jovem é se divertir*”, mas a diversão tipificada em sua fala, dizia respeito ao jovem comum.

“Ser jovem, prá mim, fora desse mundo do crime, é se divertir como um jovem comum”. (João – 19 anos)

Nota-se em seu discurso que ele se percebe como parte de uma categoria de jovem que não é a do “*jovem comum*”; que o sentimento é de que pertence a um mundo de criminalidade diferente do mundo onde o jovem comum se situa. Spagnol (2008, p. 68) em sua pesquisa já havia percebido a presença deste mesmo sentimento entre os jovens de São Paulo, ao afirmar que para eles (os jovens envolvidos com a criminalidade)

O mundo não se apresenta como único, mas como sendo dois mundos. Classificam sempre o mundo deles e o mundo nosso. Ou então: o mundo lá

de fora e o mundo lá de dentro. E deixam claro, como se fosse sua identificação. São dois mundos que caminham lado a lado, mas um comandando o outro e a estratégia de sobrevivência, e o mais importante. (SPAGNOL, 2078, p. 68)

Deste modo, assim como os jovens internos de São Paulo da pesquisa de Spagnol (2008), os jovens do CSE-RR afirmam que o estilo de vida do seu mundo é diferente do restante da sociedade. Como tal, sua diversão também não é ‘comum’ aos olhos do ‘comum (daqueles que fazem parte do mundo fora da criminalidade e do CSE-RR)’. Despertar o sentimento de medo no outro, sentir a adrenalina de cometer atos que são tidos como ilegais e sentir-se no comando por meio da violência, promove a sensação de euforia – vivenciada também cada vez que narram o fato -, que lhe dá prazer e se converte em diversão. Neste sentido, podemos interpretar a violência aos olhos do jovem do CSE-RR como uma estratégia, uma ferramenta que lhe dá prazer e tem efetividade sobre o propósito.

6.1.2.3.2 *Eu, violento? Não!*

Nas mais diversas narrativas, os jovens afirmam ser violentos durante as situações de assalto. As manifestações de violência como as de agressões físicas e psicológicas, são narradas pelos jovens com prazer e como prática constante e natural nessas ocasiões. Frente a este contexto lhes foi perguntado se estas agressões cometidas durante os assaltos faziam com que se vissem como pessoas violentas.

João, Pedro e Ricardo, consideram-se caras nervosos e violentos apenas quando estão drogados ou sem fazer uso da droga por um dado tempo. Atribuem ao uso das drogas ou as circunstâncias do momento, os comportamentos violentos no decorrer dos assaltos.

Tanto Cláudio quanto João me disseram que a prática da violência nos crimes por eles cometidos não os definem como pessoas violentas. Em suas concepções são:

“(...) sou uma pessoa boa com quem é bom comigo. Não sou um cara violento. Sou um cara tranquilo, amoroso.” (Cláudio).

“Eu me acho uma pessoa tranquila, normal... num sou agressivo... sou agressivo assim na hora que precisa eu sou, mas eu não me acho um cara violento.” (João – 19 anos)

Raquel também não se considera uma pessoa violenta. Conta-me de uma briga com Mariana, logo que chegou no CSE-RR, que provocou cortes profundos no rosto da colega de cela. No entanto, quanto perguntei se essa atitude não teria sido um ato de violência, me responde com um sorriso estilo monalisa: “Não, foi só um probleminha que aconteceu aqui. As vezes é preciso ajustar as coisas. Ah, umas brigas aí. Nada demais”.

Como, apesar dos atos narrados consideram-se pessoas não violentas, procurei investigar o que em suas concepções caracteriza uma pessoa como violenta. As respostas sinalizam que a pessoa violenta é aquela que comete agressão contra os familiares ou ainda comete crime de agressão sexual. Interessante perceber que também consideram como pessoas violentas aqueles que cometeram agressões graves contra eles. Entretanto, as agressões graves cometidas por a outrem são sempre justificadas, por isso não consideram como violência.

6.1.3 Do Sentido da violência de natureza cruel

Tendo selecionado apenas os jovens que cometeram crimes de natureza grave e com requintes de crueldade, após o relato de algumas histórias de homicídios ou assaltos tidos por eles como corriqueiros, e tomando como referência o crime de homicídio que deu causa a sua internação (um dos motivos pelo qual foi selecionado para a pesquisa), procurei investigar o campo do sentido da violência cruel e sua percepção. Retomei a narrativa do crime e das sensações descritas na subseção 5.3.2 para proceder à análise dentro do objetivo a que este estudo se propõe.

Como já observamos, existe uma prática de violência de agressões cometidas no decorrer dos assaltos que é percebida pelos jovens participantes da pesquisa, como algo que, segundo João, “faz parte”. Mas o que dizer do crime de homicídio resultante de um assalto, premeditado ou não, com requintes de crueldade?

A maior dificuldade para proceder à análise sobre o sentido de violência de natureza grave com requintes de crueldade cometido pelo jovem, a partir do olhar do próprio jovem, foi a falta de estudos que pudessem subsidiar teoricamente e especificamente neste aspecto. Foi possível encontrar estudos sobre crimes, na área de criminologia, antropologia, psicologia e filosofia e, partido do princípio de que este estudo é eclético, fui buscar subsídios para análise também em outras

áreas do conhecimento. Assim, no que se refere ao sentido da violência de natureza cruel na percepção do jovem, tomamos como interlocutores Lipovetsky (199[]), Spagnol (2008), Ricoueur, (1988), Bataille, (1987) e Oliveira (2000).

6.1.3.1 *Um recorte necessário*

Antes de tratar especificamente sobre a indiferença que o jovem apresenta no momento exato do cometimento do crime e nos momentos posteriores a sua prática, convém realizar um pequeno recorte abordando a questão da violência cruel e da indiferença na perspectiva de Lipovetsky, para que se possa proceder uma análise.

Segundo Lipovetsky (199[]), historicamente a violência cruel, que por milênios foi legitimada como valores dominantes, inclusive tida como “ingrediente dos prazeres mais requintados” (LIPOVETSKY, p. 162) nas mais diferentes organizações sociais, deu lugar ao processo civilizatório⁵² onde ‘a violência interindividual típica da “sociedade de sangue”⁵³ não passa de um comportamento anômico, degradante, e a crueldade, um estado patológico” (LIPOVETSKY, 199[], p. 162), um comportamento socialmente rechaçado pela sociedade.

A dinâmica do movimento do processo civilizatório surge com o advento do Estado que, por meio do monopólio fiscal e da violência legítima, concentrou o poder de resolução dos conflitos e de fiscalização de atos violentos, passando a ditar normas de segurança. A violência interindividual (até então aceita por ser inerente ao código de honra) é rechaçada pela sociedade e o indivíduo passa a ser controlado pelo estado. A prática cruel foi deslocada para manifestações em festejos públicos, onde era socialmente aceita e aplaudida. Essa prática também ainda é aceita no mundo atual, a exemplo das touradas, vaquejadas, das lutas livres que movem milhões a cada espetáculo.

A honra e a vingança perduraram sob o Estado, do mesmo modo que a crueldade dos costumes. Sem dúvida, a emergência do Estado e da sua ordem hierárquica transformou radicalmente a relação com a crueldade que

⁵² Processo civilizatório entendido na perspectiva de Nobeert Elias, como processo lento de mudanças das regras sociais e do modo como o indivíduo as percebia, modificando comportamento e sentimentos.

⁵³ Época em que a violência era pautada e justificada em códigos de honra e vingança e os conflitos eram resolvidos sem intervenção do estado. As relações entre os homens eram mais importantes que entre homens e coisas e o código era uma forma de se fazer respeitar pelo reconhecimento do outro, mesmo que implicasse lutar até a morte. Morrer com honra ou por vingança era mais valorado que viver sem o respeito conquistado, pelo reconhecimento da bravura entre os pares.

prevalecia na sociedade primitiva. De ritual sagrado que era, a crueldade tornou-se uma prática bárbara, uma demonstração ostentatória de força, um festejo público: lembremos o gosto muito vivo dos Romanos pelos espetáculos sangrentos de combates de animais e de gladiadores; lembremos a paixão guerreira dos cavaleiros, o massacre dos prisioneiros e dos feridos, o assassinio das crianças, a legitimidade da pilhagem ou da mutilação dos vencidos. (LIPOVETSKY, 199[], p.174)

O que efetivamente contribuiu para a transição de uma “sociedade de sangue para uma sociedade mais suave” (LIPOVETSKY, 199[], p.162), mais do que a Lei promulgada pelo Estado instituindo a ordem pública, foi a mudança comportamental individual do homem pertinente ao próprio processo civilizatório. “Foi um processo individualista que pouco a pouco minou a sociedade vingadora” (LIPOVETSKY, 199[], p.179). O que era entendido como necessário à manutenção do respeito aos olhos do outro, a exemplo dos duelos em defesa da hora, da moral e do fazer a vingança, passou a ocupar um patamar de somenos importância e “o encontro do homem com outro homem, fez-se nesse momento sob o signo da indiferença”. (LIPOVETSKY, 199[], p.181).

Deste contexto, resulta o Estado governado por um processo de personalização, onde o indivíduo renuncia a violência interindividual, acima de tudo porque o outro se torna desubstancializado, um ser figurativo sem muita importância. “Do descompromisso com o outro é só um passo para o absoluto desprezo, para o desaparecimento da figura ideal do coletivo e o surgimento do fora da lei e da cultura da delinquência” (OLIVEIRA, 2000).

Há um distanciamento, indiferença e com eles se instala o surgimento de um mundo *hard* jovem, numa sociedade *cool*, pautado na violência onde o envolvimento de jovens na criminalidade não se tornou grande em volume, mas se tornou violento.

Ao processo de personalização que generaliza o culto da juventude pacífica o homem, mas endurece os mais novos que, de acordo com a lógica hiper-realista, tendem a se afirmar cada vez mais cedo, cada vez mais depressa, a sua autonomia tanto material como psicológica, mesmo que através da violência. A ordem do consumo pulveriza muito mais radicalmente as estruturas tradicionais e o que caracteriza o retrato atual (...) é menos a inferiorização de uma organização sistemática de sua identidade, mas sim uma desorientação violenta do ego suscitada pela estimulação de modelos individualistas eufóricos, que convidam a viver intensamente (Ibid., p. 192/93)

Estas questões obviamente não se apresentam da mesma forma como surgida no Estado Moderno. As discussões entre Estados estão pautadas na violência da guerra e do terror, ficando as violências interindividuais num segundo

plano: “a revolução das relações de homem nascida com a sociedade individualista tivesse que continuar a ser um tema menor, privado de qualquer eficácia específica, não merecendo novos desenvolvimentos” (ibid., p.162).

Entretanto, respeitado o tempo e a mudanças ocorridas na sociedade do estado moderno para a sociedade contemporânea, a lógica hiperrealista da violência, a violência interindivíduos, a violência jovem hard⁵⁴ e a indiferença em sua essência, fazem todo sentido no mundo atual. E, embora a violência atual nada tenha a ver com o mundo da violência cruel legitimada nos séculos anteriores, a violência cruel, na sua forma mais humana, de indivíduo para indivíduo, ainda persiste numa nova perspectiva da forma hard de ser.

A forma hard não exprime a pulsão, não compensa uma falta, como também não descreve a natureza intrínseca da violência pós-moderna; quando já não há nenhum código moral a transgredir, resta a fuga para diante, a espiral extremista, o requinte do pormenor pelo pormenor, o hiperrealismo da violência, tendo por único objetivo a sideração e a sensação (LIPOVETSKY, 199[], p.191)

Paradoxalmente, “a representação da violência torna-se tanto mais exacerbada quanto mais a violência regride na sociedade civil”. (Ibid., p.190). Assim, da violência hard cruel, que é jovem, é representada na sociedade atual, de forma difusa e hiper-realista.

No cinema, no teatro, na literatura, assistimos, com efeito, a uma profusão de cenas de violência, a um deboche de horror e atrocidade sem precedentes; nunca a «arte» se empenhou tanto em mostrar de tão perto a própria textura da violência, violência hi-fi feita de cenas insuportáveis de ossos esmagados, jactos de sangue, gritos, decapitações, amputações, castrações. (LIPOVETSKY, (199[]), p.190).

A prática cruel presente nos festejos da Antiguidade e Idade Média (gladiadores, lutas com leões e demais animais), resguardada às proporções e o estilo, também se fazem presente nos dias atuais em grandes eventos, patrocinados por megaempresas, movimentando cifras contadas em milhões e tornando a crueldade um grande espetáculo que é acompanhado aplaudido de pé, aos gritos

⁵⁴ (...) a violência hard é (...), sem projeto, sem consistência, incarna a imagem de um tempo (...) que valoriza o «tudo, e já»; É (...) narcísica, é a sua expressão exasperada: a mesma indiferença, a mesma dessubstancialização, a mesma desestabilização, o que se ganhou em individualismo perdeu-se em saber-fazer, em ambição, mas também em sangue-frio, em controlo de si próprio(...) (ibid., p.196)

pela multidão que se faz presente: vaquejadas, rodeios e lutas homem a homem, a exemplo dos Mixed Martial Arts (MMA) e Ultimate Fighting Championship (UFC).

Frente a este contexto, mais que nunca atual, embora em pequena parcela, surgem indivíduos que vivos estão mortos (depressivos), que ceifam a vida de forma cruel para quem fica (suicidas) e os que matam simbolicamente ou não de forma cruel. Essa violência cruel que mata sem justificativa, que não tem identidade, é resultado do processo de personalização e desubstancialização que atua sobre o indivíduo, fazendo com que se sintam só em meio à multidão.

Apesar de estarmos todos conectados virtualmente ao mundo, participando de sítios de relacionamentos e se movendo pelas redes sociais, essa conexão virtual não implica na conversão da desubstancialização do indivíduo e do individualismo e potencializa a solidão em meio à multidão. Este processo afeta os jovens independentemente da classe social em que esteja inserido. Portanto, não se aplica aqui, neste estudo, a perspectiva da violência, da marginalidade ou criminalidade associada à exclusão ou vulnerabilidade social pelo viés econômico. Se assim o fosse, como explicar o envolvimento e comportamento criminosos apresentados por jovens não marginalizados, pertencentes a uma classe social média e alta? Obviamente, o quantitativo de jovens negros e pertencentes à camada popular menos favorecida (pobre), apreendidos e internos nas Instituições correcionais e educativas, é infinitamente maior que os jovens pertencentes a classes média e alta, entretanto estas são questões que este estudo não objetiva aprofundar, uma vez que o foco centrado nos jovens que praticaram ato infracional de natureza grave com requintes de crueldade.

No grupo que fez parte deste estudo não havia apenas jovens carentes e vulneráveis (economicamente falando.) Havia jovens com renda mensal familiar de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e jovens cuja única renda familiar provinha de programas do governo (bolsa família, escola) ou fruto da própria criminalidade. Excetuando-se pela situação financeira que distingue as classes sociais nas quais os jovens deste estudo estão inseridos e que foi visível até mesmo dentro da instituição (desde a vestimenta à linguagem), os demais aspectos os tornam semelhantes, por se fazerem presentes indistintamente: o cometimento de ato infracional de natureza grave com requintes de crueldade, a indiferença para com a vítima e frieza na narrativa do crime cometido, o não arrependimento e o envolvimento com a criminalidade uma vez que todos, sem exceção, apresentam em

suas trajetórias de vida diversas passagens pela DDIJ e algumas apreensões anteriores à internação atual, em função de roubos, assaltos, tráfico drogas e uso de drogas.

Frente a tantas características comuns e uma trajetória de vida que apresenta certa similaridade quanto ao envolvimento com a criminalidade (roubos, assaltos e uso de drogas), a pergunta que se faz agora é: Qual o sentido da violência cruel cometida por cada um dos seis jovens e a forma de perceber essa violência é a mesma?

6.1.3.2 A Percepção e o sentido em Raquel

Na narrativa de Raquel, sobre o crime que culminou com sua apreensão, me chamou atenção o fato de que ela efetivamente só pensou na vítima e no crime que havia cometido porque teve como resultado a sua privação de liberdade: *Só pensei nele aqui dentro porque se eu não tivesse feito isso eu não tava aqui, né.*”

Na análise do discurso de Raquel, para além do roubo e da satisfação de consumo decorrente deste (mais dinheiro, mais drogas); ...

“Eu era obcecada por dinheiro. Por que eu via as coisas chegando ... sabe, o negócio de dinheiro de droga? Droga dá muito dinheiro, então a gente se ilude demais com isso. E eu, eu queria fazer um monte de coisa. E eu queria dinheiro porque isso tava em primeiro lugar, para mim. Eu acho que nesse tempo, eu nem lembrava muito de minha família não. Só queria saber dinheiro, curtir e droga. ”

...de ter consigo uma pessoa [My Friendly] que, para protegê-la de possíveis investidas de outros traficantes e usuários e/ou por estar apaixonado, levou-a para morar em sua casa, embora não mantivesse com ele um relacionamento amoroso, mantinha estreitos laços de amizade e cumplicidade, compartilhava com ela a renda oriunda do tráfico, as ‘viagens’ e traçava planos para novos ‘negócios’ ...

“E esse menino (My Friendly), ele fazia tudo que eu pedia para ele (...), mas a gente não namorava, só que é difícil de acreditar, né, mais a gente não namorava não. Eu não queria nada com ele não, mas ele fazia tudo que eu queria e pedia. Se eu queria fazer isso, ele ia fazer. Se eu queria fazer meu cabelo, ajeitar, era com o dinheiro da droga que ele e eu vendia. Botei muito dinheiro da droga no meu cabelo e ele nunca reclamou comigo não. Toda vez que a gente fumava, a gente ficava

viajando. A gente ficava pensando nesse negócio da droga, no que a gente ia fazer para ter mais dinheiro. ” (Raquel – 18 anos).

... tem alguns aspectos a mais, relativos ao crime de homicídio que deu causa à reclusão de Raquel, que se revelam quando me diz que:

1. *“Eu não parava de pensar e falar com My Friendly [o amigo] para a gente fazer isso. Eu queria fazer isso (roubar e matar o advogado). Eu disse que ia ser hoje e acabou. Eu falei: “Bora na casa desse advogado hoje! ” Aí a gente pegou e foi. ” (Raquel – 18 anos).*

2. *“Eu disse: mata ele, bora pegar o dinheiro e bora umbora. Ele disse, tá bom, então vou matar ele. Eu disse. Tá bom, então mata ele. ” (Raquel – 18 anos).*

3. *“A gente combinou tudo antes [de entrar na casa]. A gente já sabia que a gente ia entrar lá e matar ele. A gente tava ali por causa disso. Aí a gente deu dezesseis facadas nele. ” (Raquel – 18 anos).*

Fazendo-me refletir o que poderia estar nas entrelinhas da premeditação, crueldade (16 facadas), da indução a prática do homicídio (Raquel para com My Friendly), por meio das armas da sedução e, acima de tudo, do desejo de eliminar o outro.

“Ele não reagiu, mas eu tava tão obcecada (...) que eu disse: - mata, mata e vamo umbora!

Aí eu falei: - O cara tá se mexendo, (risos) e fui lá e tum, tum, tum (bate a mão na mesa simulando as facadas). Depois de 16 facadas o cara ainda ficou se mexendo lá. Aí a gente foi e tum, tum, tum deu outras facadas e roubou tudo que tinha na casa.

A gente botou no porta mala do carro. Eu e My Friendly botou ele no porta mala. Tinha um gato lá que ficava perto desse cara, era um gatinho dele. Aí até no porta mala o gato foi também. O gato foi no porta mala com o morto (risos). ” (Raquel – 18 anos).

Raquel já conhecia o advogado porque havia estado em sua casa anteriormente com uma amiga que, segundo ela, fazia programas e atendia a este advogado,

“Aí eu conheci ele na casa dele. Ele era solteiro, divorciado, solteiro, sei lá o que ele falou naquela época tempo. Eu conheci ele [por meio] com aquela menina minha amiga, aquela que tinha inveja de mim, a que fazia programa. Ela que me levou na casa dele. Eu só conheci ele mesmo e fui embora. Dai eu falei esse negócio aí para My Friend. ”(Raquel – 18 anos).

Indaguei a Raquel, no decorrer da pesquisa, por que o advogado, que só a havia visto uma vez com a amiga, teria recebido ela em sua casa. Ao que ela me respondeu:

“Ele era safado, num sabe? Rapidinho ele me recebeu. Fiquei conversando com ele, bebendo e sabe né.” (Raquel – 18 anos).

Fiquei me perguntado se poderia levantar como hipótese para o cometimento de crime com tanto ódio implícito, uma possível sensação de estar sendo explorada pelo advogado, entretanto a priori, essa hipótese me pareceu simplista.

Esse encadeamento dos fatos acontecidos e narrados por Raquel revela que a jovem estava ansiosa por realizar o assalto, premeditou o crime, seduziu o amigo para que o fizesse com ela e matou o advogado com 16 facadas, mesmo sem ele ter esboçado reação alguma no momento da abordagem. Quando a jovem percebeu que ele estava ainda arfando com vida, desferiu umas outras tantas facadas que culminou com a morte do advogado. Em seguida, colocou-o no carro com o gato de estimação e fugiu. Encerra com o comentário de que ele era safado.

Ao decidir que o assalto se daria na casa do advogado, naquele dia, porque assim ela queria, a maneira como lidou com a situação desde a concepção do assalto, a frieza no momento do esfaqueamento, excetuando-se apenas pela adrenalina da ação, o processo de remoção do corpo do local do crime com o detalhe macabro da inserção do gato na cena, e o sentimento de indiferença⁵⁵ com relação à vida do outro ou as consequências que seu ato causaram à família (presentes em seu discurso) sinalizam que o ato de violência cometido contra o advogado, com o qual ela havia tido contato uma única vez, não pode ser justificado apenas por estar “*obcecada por dinheiro*” como me quer fazer acreditar.

Seu discurso revela que o único arrependimento sentido é pelo fato de estar privada de liberdade. Frente a este contexto, me reporto a uma fala de Spagnol (2008) que, tratando sobre o ‘ prazer de matar’ (199[]), afirma:

As manifestações de determinadas formas de crime cometidos, principalmente por uma parcela de jovens, mostram que existem muito mais por trás dessas ações do que a gana em assaltar e matar meramente por maldade ou por falta de leis severas que inibam essas ações. (2008, p. 161)

⁵⁵ Indiferença aqui entendida nos termos de Lipovetsky (199[]).

Uma das formas de interpretar a violência cometida por meio dos olhos de Raquel, está contemplada na fala de Spagnol (2008, p. 162) que ao tratar da violência desmensurada sobre outro diz que:

(...) A violência desmensurada (...) pode fruto da situação de caos que se instalou em nossa sociedade [urbano, político, econômico e espiritual], mas que não são evidentes aos olhos do senso comum, por serem elementos que não possuem uma linha demarcatória clara na visão de todos. [Seria esta] situação que leva a humilhação, exclusão e que para alguns roubar, matar e destruir seria o trivial, uma vez que se mostram perdidos todos os laços que o ligam ao social. (SPAGNOL, 2008, p.164)

Frente a este contexto, é possível que aos olhos de Raquel, o alvo de tanto ódio (advogado), fosse apenas o coadjuvante, figurando todos ou tudo que aos seus olhos merecem ser destruídos, eliminados por representarem uma realidade social que a torna invisível, com a qual não consegue lidar: a rejeição, exclusão (para além do financeiro) e a humilhação.

6.1.3.3 A Percepção e o sentido João

A trajetória de vida de João difere da trajetória de vida de Raquel em vários aspectos, desde a situação econômica (acessos, consumo, moradia, a rede de apoio, estruturação familiar entre outros) ao envolvimento com práticas ilícitas. Sua trajetória de vida apresenta aspectos que facilmente o incluiria na categoria dos jovens vulneráveis e excluídos, possibilitando inclusive uma análise de seu envolvimento por esse viés, pelo prisma dos autores que encontram na divisão de classes a causalidade para o crime. Quase todos os familiares que moravam na mesma casa em que João foi criado e com os quais muito ou pouco⁵⁶ conviveu, apresentam uma história de envolvimento com tráfico, assaltos, homicídio e roubo, pelos quais responderam ou continuam a responder judicialmente, recolhidos na PAMC (mãe, dois tios e dois irmãos). A maior parte de sua vida passou nas ruas e nos abrigos para menores. De um total de dez irmãos, só teve contato com quatro dos quais, segundo seus relatos, dois estão presos na PA e “os outros dois nunca tiveram nem passagem pela polícia. Um é enfermeiro e o outro trabalha de gerente no posto de gasolina.

⁵⁶ Aos seis anos começou a fugir de casa e passar dias na rua até o recolhimento em abrigo e devolução à família, de onde tornava a fugir.

Há momentos em que os relatos de João são carregados de uma ternura impressionante, a exemplo de quando conseguiu ler pela primeira vez, agora aos 19 anos, com a alfabetizadora da escola do CSE-RR;

“Ei, eu aprendi a ler aqui dentro do CSE! Olha só, até hoje eu agradeço uma professora que me ensinou, mano! Todo dia ela me tirava da tranca, todo dia. Eu passava era das 1 (uma) até as 5 (cinco) da tarde com ela. Todo dia era escrever, escrever e escrever. Ela me ensinou o alfabeto todinho. Era só eu e ela mano! Ela me ensinava, me ensinava e aí eu fui pegando, fui pegando... aprendi a ler, menino! Aprendi a escrever! Eu não sabia fazer frase, hoje em dia eu sei ler e escrever, ó! Eu sei ler, eu sei tudo através dela [professora], ó!” (João – 19 anos)

O carinho e gratidão que sente pela professora são expressados a mim verbalmente e em forma de abraço à professora, por quem tem grande respeito.

Fica sempre reflexivo e fala pausado quando trata de sua família. Tem um tom de tristeza quando comenta que não recebe visitas de quase ninguém, apenas da mãe que aparece esporadicamente. Mas sempre que fala procura justificar a ausência dos irmãos por estarem presos e da mãe por morar longe. Seu discurso revela também um pouco da fala dos técnicos que ao avaliado nos relatórios do PIA, se reportam a desestruturação familiar e a vulnerabilidade – discurso este também adotado por João.

“Minha família é desorganizada, entende. Minha família (...) é toda separada assim, entende? (...) é tudo humilde mesmo. Eles não vem aí me visitar, é difícil, minha mãe tá prá Caroebe, de vez em quando minha mãe vem aí. (...)meu pai não conheci não, mas eu já falei com ele pelo telefone, ele mora em Manaus. Mas ninguém vem aqui no CSE, não.” (João – 19 anos)

Entretanto, o que parece lhe causar mais alegria e prazer são as narrativas de seus crimes, que faz questão de contar-me detalhadamente e com um misto de ódio e de uma satisfação desconcertante. Muitas vezes, ao sair do CSE-RR depois de um encontro com João, me peguei refletindo sobre a nossa capacidade de sentir prazer com a dor do outro, me questionando sobre a natureza do ser humano e sobre o que leva um ser humano se tornar tão indiferente ao outro.

Em nenhuma de suas narrativas, onde a violência se apresenta de forma mais cruel (2 tentativas de homicídio e um homicídio qualificado), João pareceu

demonstrar qualquer tipo de arrependimento ou qualquer outro sentimento que não ódio.

Em especial com relação a narrativa de João do crime que deu causa a sua última internação, o destaque em seu discurso foi para a premeditação e para a justificativa da crueldade com que cometeu o homicídio, baseado em argumentos que retratam um misto de humilhação e vingança.

Relata que havia sido ludibriado por diversas vezes por um “moleque” morador do mesmo bairro que o seu – Beiral – e que já era motivo de chacota pelos outros companheiros. Mesmo assim, deu oportunidade do moleque se retratar, mas não teve um retorno positivo, pois tornou a ser ludibriado

“Aí chegou o moleque e botou a faca em mim, queria tomar minha droga Eu falei: - pode levar, taí, é todo seu!” (João – 19 anos)

“Fiz um roubo e arrecadei quatro mil. Comprei droga e botei na mão dele para ele vender. Ele ‘pow’, me deu o pino e sumiu. Quando ele apareceu disse: - tal e coisa, desculpa lá o que fiz contigo.” (João – 19 anos)

“Daí, nesse mesmo dia ele me deu outro pino, pegou R\$ 500,00 reais e sumiu.” (João – 19 anos)

O homicídio cometido, mais que um ajuste de contas ou vingança, parece ter sido motivado pela necessidade de conquista de respeito entre os pares, pois planejou pacientemente por semanas como executar o outro.

“Encontrei um noiado doido, amigo meu e troquei umas pedras por uma faca. Nesse momento eu decidi que ia matar o cara. Aí eu virei amigo dele. Passou duas semanas.” (João – 19 anos)

“Eu só de boa com a faquinha guardada, só de boa pensando como ia fazer ele lá no local onde eu ia levar ele. (João – 19 anos)

A frieza com que planeja, mostra algo que esta acima dele mesmo. Para Bataille (1987)

O crime de sangue frio é maior que o crime executado no ardor do sentimento (...) é um ato da alma, que tendo destruído, nela acumulou uma força imensa que se identifica com o movimento de destruição total que ele prepara (1987, p.163).

João prossegue relatando-me de forma muito eufórica como induziu o rapaz a se dirigir para o lugar onde pretendia mata-lo – embaixo da ponte que fica na orla do Rio Branco;

“Daí ele chegou, apareceu lá e eu pensei: “- é menino, é aqui agora”. Chamei ele para fumar o que eu fumava no cachimbo, entende? No cachimbo, na lata no “beque! Ai, chamei ele prá fumar lá debaixo da orla.” (João – 19 anos)

A estratégia para que o outro não esboçasse reação na hora do esfaqueamento:

“Dei muita droga para ele fumar, muita, muita. ” (João – 19 anos)

Faz questão de dar ênfase no relato, utilizando-se de expressão facial e de aproximação do seu rosto ao meu para explicar, ao olhar que lançou para rapaz no momento que começou a desferir as primeiras estocadas

“Nessa hora eu já tava drogado também, mas eu olhei para ele assim, bem na cara dele, de pertinho e eu só puxei a faca e dei-lhe. ” (João – 19 anos)

E encerra gesticulando bastante me dizendo que

“Sai dando [facadas], nele, no pescoço, na barriga, nas costas, na cabeça aí taaam, tam, tam, tam.... Piniquei ele todinho. Ai deixe ele lá e sai correndo, sai fora. ” (João – 19 anos)

Pergunto o que sentiu na hora, ao que me responde:

“Eu tava com raiva porque ele tinha me ‘pinado’. Eu dei dinheiro para ele arrumar a droga, eu tinha gastado já R\$2.000,00 com ele, eu dei dinheiro para ele arrumar a droga e ele não voltou. ” (João – 19 anos)

O discurso de João, permite a interpretação de que em sua percepção, o crime cometido é perfeitamente justificável por merecimento, portanto não há motivos para que tenha qualquer tipo de sentimento:

“Eu não sinto é nada. Aliás eu sinto, sinto que mereceu. Se ele ainda tivesse voltado, na primeira vez, eu tinha desculpado ele, mas ele me deu o pino de novo, aí mereceu né!” (João – 19 anos)

Na narrativa, não só deste homicídio, mas, das demais tentativas de homicídios ocorridas em ocasiões e situações diferentes, por motivações diversas e para com pessoas pertencentes ou não ao seu ciclo social, João passa a impressão de querer que o identifiquemos (eu e outros jovens que por vezes estavam conosco na sala de leitura, no decorrer destes relatos) como uma pessoa má, faz questão de mostrar indiferença ao outro e enfatizar a crueldade no medo que o outro sente.

Nesse discurso que faz questão de enfatizar toda sua crueldade, pode ser interpretado também sob na perspectiva de Bataille (1987, p. 163), que afirma: “Essa crueldade é a negação de si levada tão longe que se transforma numa explosão destruidora; a insensibilidade toma conta de seu ser”. Neste sentido, em sua concepção, João não poderia continuar a deixar passar uma situação que se constitui como essencial à afirmação de sua identidade no meio em que está inserido. A única linguagem possível e lógica para ele é a linguagem da violência cruel, desmensurada – a violência muito maior do que concebe, muito maior que o próprio motivo.

A vingança não é somente destruir, mas destruir para restabelecer. O que foi destruído, pela vingança é agora restabelecido. É através da negação que a ordem em seu mundo, se fundamenta. A vingança provoca sofrimento, tanto no autor do ato de violência por vingança, quanto daquele que é foi alvo da violência. Frente a essa experiência, o indivíduo se sente vítima, ao mesmo tempo em que é culpado (Ricoeur, 1986). Talvez por isso, sempre que os jovens contam suas histórias, imprimam um ar de heroísmo e justificativa da ação agressora. Nesta linha do heroísmo segue a narrativa do João sobre o homicídio cometido com requintes de crueldade, em parceria com outro colega, em frente a mãe do jovem assassinado.

6.1.3.4 A Percepção e o sentido em Joaquim

Joaquim apresenta uma trajetória de vida muito semelhante a de João, principalmente no que se refere a vulnerabilidade e a exclusão, conforme é possível perceber ao ler o resumo de sua trajetória de vida na subseção 5.2.3. Com um histórico de abandono, foi criado no abrigo e nas ruas desde os 4 anos de idade. Dentre seus familiares um dos irmãos foi assassinado, uma outra mora fora do

estado e dois moram aqui, mas não se comunicam devido a desavenças ocorridas entre eles e Joaquim (ver no item 5.2.3). Diz que está bem melhor sozinho, mas revela tristeza quando afirma que a família o abandonou:

*“...já fui morar com eles [os irmãos], mas eu sempre **me dei bem eu mesmo sozinho** eu nunca gostei de andar com eles não... nunca me dei com eles bem assim. ” (Joaquim – 18 anos) (, grifo nosso).*

“(...) eles tudo [os irmãos] me largaram de mão. ” (Joaquim – 18 anos)

Apresenta um brilho no olhar sempre que fala de uma senhora que o conheceu no CSE-RR durante este período de internação e que, desde então, o visita aos finais de semana. Espera por sua visita com ansiedade, dizendo-me ser ela uma pessoa muito boa, que lhe dá conselhos.

Dentre os atos ilícitos cometidos e narrados por Joaquim, (assaltos, tentativas de homicídio e o homicídio cometido junto com um outro colega), o homicídio praticado em conjunto com Orlando impressiona por sua crueza (estripação), pela euforia e pela riqueza de detalhes com que seu relato me é feito.

Como este ato não foi cometido apenas por Joaquim e o nome do parceiro está sempre presente na narrativa, apesar de não ser participante nesta pesquisa, faz-se necessário um recorte para entender a relação de Joaquim e Orlando, descobrir quem é este jovem na concepção de Joaquim e da instituição e acessar o sentido da violência cometida por ambos na concepção de Joaquim.

Orlando a época em que realizei a pesquisa de campo estava vivo respondendo por outro crime na PAMC. Em uma das fugas em massa ocorridas da PAMC, se evadiu e este ano, em um tiroteio com a polícia, foi morto. Seu nome surgiu em diversas ocasiões no decorrer da pesquisa de campo: na análise de documentos aparece em diversas ocorrências junto ao nome dos jovens cujas as pastas individuais eu estava analisando; nos discursos dos jovens em que narram algumas práticas de assaltos, roubos, estupros e assassinatos onde ora ele aparece como parceiro e ora ele aparece como o “bandidão”, nos termos já discutidos no item 5.1.3 do Capítulo 05 (alguém que é admirado, bravo tem prestígio). Entre os servidores do CSE-RR seu nome foi citado como jovem ex-socioeducando “muito perigoso, que *“já esperava que fosse para na PAMC, levou uma vida toda no crime e*

aqui não aprendeu nada não E “não vai demorar muito tempo vivo, não. O cara é mal de natureza. Dá medo. Metia medo em todo mundo”.

Dito isto me reporto agora a narrativa de Joaquim que começa me dizendo:

“Ela [a mãe da vítima] entrou lá [no bar onde estava bebendo com o grupo de amigos] prá pedir socorro, falando que o filho dela queria o dinheiro dela. Aí, o Orlando levantou da mesa e disse: - como é que é? Ela falou: - Não... ele quer tomar meu dinheiro. Quando ela terminou de falar, o cara vinha entrando na porta. Ele já vinha com terçado na mão, era o Marcelino.

Nós tava tudo com faca. Cada um com uma faca. Só bebia armado. ”
(Joaquim – 18 anos)

Em um primeiro momento sua fala denota um misto de heroísmo e justificativa. Justifica o ato como sendo para salvar a mãe [do Marcelino) que está correndo risco de morte pelas mãos do filho, que a perseguia armado com um terçado, sugerindo um possível matricídio. Salvar a mãe de Marcelino teria sido um ato heroico que justificaria na sua percepção o ato de violência.

Sua fala revela ainda que do grupo de jovens que se encontrava no bar onde ocorreu toda a confusão, ao menos ele e Orlando conheciam o jovem Marcelino, que fora assassinado por ambos. Corrobora esta tese, além da narrativa deste crime em especial, o relato de Joaquim de outras situações nas quais ele, Orlando e Marcelino estiveram juntos, bem como os registros nos documentos das pastas individuais.

Quando a senhora chega ao bar pedindo socorro e fugindo de Marcelino, o primeiro a tomar ‘suas dores’ é o Orlando, que na discussão no meio da rua é o primeiro a esfaquear o Marcelino. A narrativa de Joaquim explicita o esfaqueamento ressaltando que foi presenciado por poucas pessoas que encontravam-se no bar e pela mãe do jovem, que acompanhou todo o desenrolar da confusão e da morte do filho.

Joaquim ressalta que a primeira ação, após derrubar o rapaz foi uma facada no rosto. O rosto é a primeira forma de identificação de indivíduo um indivíduo pelo outro, desfigurá-lo pode ter sido a primeira tentativa de destruí-lo.

Para Joaquim, o desfecho com o ato de estripação, ocorreu porque o Marcelino reagiu, tentando contra a vida do Orlando. Pensavam que o jovem já

estava morto, entretanto além de não estar, tentou contra a vida de Orlando. A intenção ao levar para o campinho inicialmente era, segundo Joaquim, “só matar”.

“(...) levamos ele pro campinho e furemos ele. Jogamos ele no chão e quando tiramos a faca ele ficou lá, se tremendo todo no chão. Eu prá mim ele num ia levantar mais, não. Mas na hora, quando Orlando tava limpando a faca, (...), o cara já vinha em cima com o terçado, aí eu empurrei. Ainda deu tempo de empurrar o Orlando. O Orlando caiu pro lado, o terçado passou raspando no Orlando”. (Joaquim – 18 anos)

Sua reação a tentativa de homicídio do Orlando e a reação do próprio, aparentemente de fúria, é narrada com tranquilidade, como se contasse algo corriqueiro, embora não seja o caso.

*“Aí eu segurei na mão dele e comecei a furar ele. **Dei facada na cara, no braço, uma costela.** Aí o Orlando segurou ele por trás e começou a furar ele. 23 facadas nós demos. Foi quando decidimos abrir o bucho dele. Abri daqui a aqui [mostra com a mão o espaço entre o estômago e o baixo ventre], as tripa caiu tudo.”* (Joaquim – 18 anos) .(Grifo nosso)

Quando perguntei o que sentiu no momento, disse-me que “Nestas horas não sinto nada. Acho que nada... dá tudo um branco... a pessoa fica no branco”.

Esse foi o mesmo sentimento que Joaquim alegou ter quando me relatou do assalto com refém cometido em uma grande farmácia aqui em Boa Vista, posterior ao assassinato cometido com Orlando. Neste caso, porém, a indiferença com relação a vida do outro estava alicerçada no medo de perder a vida. O que queria mesmo era garantir sua sobrevivência e sair do local sem ser linchado.

“Aí eu acabei botando a arma na cabeça da mulher, o pessoal saiu de frente da loja, que tinha muita gente olhando. (...) Saí correndo com a arma na mão ainda, com celular, dinheiro... Saí correndo, entrei na rua da delegacia com o pessoal correndo atrás de mim e acabaram me pegando.” (Joaquim – 18 anos)

Joaquim afirma que quando entra para realizar um assalto:

“É adrenalina pura. Eu chego perguntando cadê o dinheiro? Cadê o dinheiro? Se num diz eu bato e ... vixe... bato é muito. Já tirei dedo, unha de cara que não me disse onde tava o dinheiro.” (Joaquim – 18 anos)

O sentido e o fascínio se expressa no desejo de dominar o outro, impor sua vontade. Está no prazer de dominar e subjugar o outro, humilhando e provocando dor. Mas, também está no instinto de sobrevivência.

“Quando nós vamos é prá matar ou morrer. A gente está no roubo, então é a prá matar ou prá morrer, mano. É a única coisa que o cara pensa... porque se o cara tiver armado, ele num vai dispensar não... ele vai tacar bala sem dó, então eu tacho primeiro.” (Joaquim – 18 anos)

E no aspecto relativo as ações para dominação da situação, há exceções e isto se revela quando diz que

“Aí eu acabei botando a arma na cabeça da mulher, o pessoal saiu de frente da loja, que tinha muita gente olhando. Botei a arma e nem me toquei que ela tava grávida.”

“Depois que cheguei aqui dentro é que eu vim ver, bateu a lembrança que eu tinha botado a arma na cabeça da ... feito aquilo com uma mulher grávida. Isso é.... acho que... a pessoa fica meio sem graça. Eu ficava pensando: caralho eu botei a arma naquela mulher grávida! Como será que ela num tá agora? Mas foi por causa do pessoal da janela... tinha muita gente no vidro... olhando assim na frente da loja e eu nem vi que ela tava grávida, tava entretido querendo colher dinheiro e joias.” (Joaquim – 18 anos)

Para Katz (1988, apud SPAGNOL, 2008, p. 142),⁵⁷ a violência que surge para inverter a equação num ato violento, não é uma violência qualquer. É uma violência destruidora, destruir o corpo do outro para mostrar sua inferioridade diante desse outro poderoso, ao mesmo tempo em que inverte a situação. “A violência não é somente para destruir, mas sim para restabelecer uma ordem (...).

Após a narrativa de Joaquim sobre o homicídio que culminou com a estripação de Marcelino, resgatei a pasta individual de Orlando para ter uma noção de sua trajetória de vida, mesmo que sob a perspectiva institucional. Queria compreender o sentido da prática da violência cruel, cometido por ele e Joaquim,

⁵⁷ Katz (1988). Em seus estudos o autor procura compreender a experiência subjetiva nas diferentes formas de crimes. Defende que os principais elementos desencadeadores da ação criminal estão relacionados a impulsos emocionais decorrentes de situações de conflitos e negociações entre o autor do ato violento e a vítima. O autor, ressalta que a exclusão social não há relação entre exclusão social e criminalidade e aponta outras motivações ligadas a ações violentas. Identifica nas situações de violência estudadas, o prazer em humilhar a vítima e a vontade de mostrar aos pares sua condição de homens “valentes”.

buscando também subsídios em sua trajetória de vida e na relação entre Joaquim e ele.

No que se refere a prática de crimes (a época ato infracional), observei que nos documentos de Orlando constava que ele já havia cometido outros dois homicídios com requintes de crueldade (degola e múltiplos esfaqueamentos), além das práticas mais comuns como assalto e roubos, sempre muito violentos.

Nos registros de diário de campo é possível identificar algumas passagens nas narrativas de Joaquim nas quais o nome de Orlando aparece. Há também observações quanto a forma de expressar-se de Joaquim ao se referir ao Orlando, com destaque para expressões de admiração à sua ‘coragem’ e capacidade de agir.

“Maluco tá nem aí não, ó. Se é de matar, mata mesmo”.

“Pisou na bola, pinou o cara, maluco mata mermo”.

“Ele cortou a cabeça do cara e fez de bola.” (Joaquim – 18 anos)

É possível uma interpretação em que a admiração de Joaquim por Orlando seja análoga a admiração de outros jovens pela figura do “bandidão, que é referência dentro do “mundo” deles⁵⁸. Considerando esta tese, a motivação para o cometimento do crime de homicídio desta natureza em parceria com Orlando, pode ainda ser interpretado aos olhos de Joaquim, como um rito de transição de uma fase para outra dentro do mundo da criminalidade. O sentido está no ganho do respeito, no reconhecimento e na admiração do outro sobre sua ação, sendo este outro referência de bandidão nos termos dos jovens do CSE-RR. A possibilidade de adquirir o status de bandidão se desenhou no momento em que viu decidiu entrar na ação no conflito já estabelecido entre mãe/filho/Orlando. Em sua concepção salvou a mãe, foi leal ao amigo que pediu ajuda (para arrastar o jovem para o campinho), contribui, salvou a vida do amigo ao empurrá-lo e ganhou prestígio aos olhos daquele que era sua referência de bandido – Orlando.

É possível perceber no discurso de Joaquim uma dessubstancialização da noção de indivíduo associado a um corpo e talvez isso explique a indiferença no ato violento. Para Joaquim o fato de Marcelino lhe ser conhecido, já ter sido parceiro ocasional em outras situações de ilicitudes, foi indiferente. O que estava em jogo

⁵⁸ Termo utilizado pelos jovens entrevistados, sinalizando que em suas percepções existem dois mundos: O mundo onde todos vivem e um mundo diferente, onde eles estão inseridos, que possuem regras próprias e que os regulam.

não era o indivíduo em particular, mas as relações que sua morte representa. Deste modo destruí-lo, matar com requinte de crueldade, com indiferença frente aquele que considera apresentar Know how nesta prática, pode significar aquisição de admiração, respeito e possível mobilidade social no mundo do crime.

6.1.3.5 A Percepção e o sentido em Madalena

Drogas e álcool permearam a trajetória de vida da Madalena pelo viés materno e paterno. A mãe faleceu de cirrose decorrente do alcoolismo, e pai é usuário e traficante. Entretanto, com a morte da mãe foi morar com a avó no Pará, e dos 10 aos 14 anos conviveu entre pessoas que diferente do seu convívio anterior, não abusavam do álcool ou das drogas. A prática de atos ilícitos na vida de Madalena ocorre em paralelo ao uso das drogas e, diferente do João e Joaquim (usuários desde a infância), só se iniciou a partir da adolescência. Em seu discurso Madalena enfatiza não ter se envolvido com roubos e assaltos. Foi aprendida diversas vezes por tráfico de maconha e cocaína. Se identifica como viciada e faz questão de dizer que sempre sustentou seu vício com seu trabalho no tráfico.

Madalena me conta sobre a história do crime que deu causa a sua internação em duas ocasiões diferentes, entretanto em ambas seu relato apresentou ideias muito confusas e deixou várias lacunas. Deixa entrever que toda movimentação em torno do crime ocorreu com base em rixas entre os grupos de galera – de um lado o que pertencia o jovem que fora assassinado e do outro o grupo que era composto por seus amigos: “(...) *eu tinha uns amigos que fazia parte de uma galera.* ” Em momento algum verbaliza ou reconhece sua participação como membro do grupo. Muito pela contrário, procura se excluir. Sua atitude neste sentido parece ser de quem já internalizou a concepção de galera expressada pelos jovens do CSE-RR. Em outros momentos a motivação aparece associada a uma possível ameaça de morte a seu irmão e extensiva a ela (por ter tomado suas dores), feita por um dos membros de uma galera.

“O menino da outra galera falou que ia matar meu irmão. Um Tal de Chitãozinho. Eu falei que ele não ia matar meu irmão não. Aí ele falou: - eu vou. E eu disse: - prá tu matar ele tu, tem que me matar primeiro. Aí ele pegou e falou que ia me matar também. (Madalena – 18 anos)”

Sua reação teria sido relatar a situação aos seus amigos de galera, que investidos pelo poder que o conjunto do grupo confere a cada um de forma subjetiva e valorando a cultura viril⁵⁹ relacionada ao *ethos* da masculinidade (Zaluar, 1997), decidiu que a resposta deveria ser imediata e definitiva.

“Aí os meninos da galera começaram a dizer. - Ei, bora logo matar esse doido aí. Eu falei: - É mano, pois bora matar ele. Aí todo mundo falou: Então bora matar ele.” (Madalena – 18 anos)

A partir deste momento o cenário Madalena desenha, por sua narrativa, apresenta:

- Provocações de ambos os lados num dado espaço:

“ Um menino (colega do rival) escutou e contou para Chitãozinho e nós sem saber fomos prá festa. (Madalena – 18 anos)

Quando cheguei lá ele[Chitãozinho] pegou e me escorou, me queimou com cigarro ... aí também eu num falei nada. Só que os meninos viram o meu braço e falaram: - e aí Madalena, o que foi isso no teu braço? ” Eu tava queimada de cigarro. Os meninos viram. Aí eu disse: - foi Chitãozinho. ” (Madalena – 18 anos)

- Premeditação por meio de emboscada:

“ Ademar disse que era para eu chamar o Chitãozinho para fumar no seringal próximo a casa de festas que lá a gente ia matar ele. Eu chamei e sai e ele me seguiu. ”

- Espancamento com intenção de matar:

“Daí os meninos pegaram ele. Ademar segurou Chitãozinho pelo pescoço com muita força e Marcelino começou a bater nele até que ele meio que desmaiou. Deixamos ele lá e voltamos para a festa, mas a gente não sabia se ele tava morto ou vivo. (Madalena – 18 anos)”

- Dúvida quanto consumação do ato e o retorno para a confirmação e/ou finalização.

⁵⁹ Segundo Zaluar (1997) por essa cultura (...) um homem não pode deixar provocações ou ofensas sem respostas (...). Ela se apresenta como uma autoafirmação do jovem, que está atento para qualquer atitude que vá de encontro à sua posição de comandante de seus domínios.

“Aí os meninos pegaram uma garrafa e também me deram outra. A garrafa, que estava com os meninos já estava quebrada. Nós voltamos lá pro Seringal e os meninos deram a primeira garrafada nele, eu já dei a segunda no pescoço dele.” (Madalena – 18 anos)

- A ênfase na violência desmedida com o desfecho da degola em que se apresenta como autora

“Aí começou a espirrar sangue. Quando começou a espirrar os meninos começaram a dar nele com a ripa e com a garrafa, aí eu fui e dei um outra no pescoço e degolou ele de fora a fora.” (Madalena – 18 anos)

- A reação de indiferença ou de dessubstancialização do outro compartilhada em grupo.

“Aí meninos tiraram a camisa dele para a gente se limpar do sangue e a gente voltou para a festa. (...) Antes da festa acabar a gente voltou lá no Seringal com o litro de bebida que Marcelino pegou para a gente beber, mas a gente foi para saber se ele tava morto mesmo. Aí Marcelino pegou a sandália de Chitãozinho, botou no pé e fomos embora.” (Madalena – 18 anos)

“Depois nós saímos tranquilo. Voltamos para a festa e depois fomos para casa, caminhando normal. Ainda estava escuro e tudo muito deserto. A gente foi rindo e conversando.” (Madalena – 18 anos)

Para Madalena o sentido desta violência está no ódio incomensurável contra aquele que resolveu ameaçar a ela e aos seus de morte: *“Na hora eu tava com muito ódio. Só senti ódio. Muito ódio dele.”* Mesmo após o ato cometido, Madalena afirma não ter sentido nenhum tipo de arrependimento quanto a execução, mas se arrepende pelo fato de que o ato trouxe consequência para ela e para a família.

“Ah, de matar ele, não me arrependo não. Toda vez que nós se encontrava ele pegava e começava a ameaçar. Ameaçava também os outros, quando ele estava bebo. Aí eu peguei, nesse dia, deu a doida e eu matei logo ele. Aí nós tamo pagando. Eu já tô com um ano e seis meses.” (Madalena – 18 anos)

“Ah, só senti porque minha família tá ameaçada.”

“E também eu não posso voltar prá lá (para o Pará) porque sou muito ameaçada e... quando pegaro nós, nos quarenta e cinco dias, entraram numa das casas dos meninos, lá, era um bom... quebraram tudo, o bar do

homem que era vô desse menino. Quebraram tudo, queriam saber não, saíram quebrando.” (Madalena – 18 anos)

6.1.3.6 A Percepção e o sentido em Cláudio

O discurso de Cláudio está repleto de valorização ao mundo do crime, mas também de várias tentativas de desvincula-se dele. Define os atos infracionais cometidos por ele como trabalho; *“Quando eu comecei a trabalhar com eles no crime eu tinha 14 prá 15 anos.”*

O mundo do crime admirado por Cláudio, não é o mundo da delinquência juvenil. É o mundo do crime adulto organizado. Fazer ou dizer que faz parte de uma organização criminal como o PCC, ressaltar crimes cometidos em parceria com adultos que, na sua concepção, compõe sua quadrilha, e destacar os laços de lealdade estabelecidos entre os membros deste grupo (todos maiores) é para ele bastante significativo. Na sua concepção fazer parte de uma facção lhe confere prestígio. O sentimento de pertença a este grupo é valorado por ele porque entende ser estas organizações representativas no mundo do crime.

Zaluar (1997) apresenta diversas motivações que explicam o envolvimento do jovem com o crime, todos ligados ao *ethos da masculinidade*. Ressalta o fascínio que os bandidos exercem sobre os jovens que admiram o poder de controle sobre sua comunidade, os bens adquiridos fruto das atividades ilícitas e o acesso as mulheres.

A trajetória de vida de Cláudio, no que se refere em especial a inserção no mundo do crime, segundo sua narrativa, só ocorre na adolescência. A internação de Cláudio se deu por causa de dois atos infracionais. Enquanto aguardava o resultando da sentença do primeiro, foi liberto e cometeu o segundo. É deste segundo ato infracional (homicídio de um taxista), que procuro investigar o sentido da violência cruel na perspectiva de Cláudio.

Ele me conta que a abordagem ao taxista foi planejada com a intenção de quitar uma dívida com traficantes adquirida por umas meninas que *“eram mulher dos cara lá da cadeia”* e estavam ameaçadas de morte. Diz que usou de sua influencia junto aos traficantes, mas só conseguiu que estipulassem um prazo para a quitação da dívida.

“(…) e os caras disseram que iam pipocar elas. Como eu conhecia os caras, eu falei com elas e disse: Não, deixa que eu converso com eles,

vamos pedir um prazo aí, vamos ver o que podemos fazer por ti. Aí foi quando eu liguei para eles. Eles deram um prazo e falaram para nós roubar, foi quando a gente pegou um taxista de lotação e matou. ”

Conta com detalhes como articularam e executaram a abordagem:

“Ficou eu uma das meninas numa esquina e meu comparsa com a outra menina na outra esquina. Eu peguei primeiro, prá disfarçar, e mais na frente ele [o taxista] pegou os outros dois. Pegamos um lotação que não tinha ninguém, só o taxista. Foi quando a gente mandou ele ir em direção do centro pro bairro. Quando ele entrou na rua a gente iniciou o assalto. Coloquei a arma na cabeça dele, mandei ele fechar os vidros e ligar o ar-condicionado e mandei ele ir pro bairro Cidadão. ”

Ressalta que as agressões tiveram início quando o taxista começou a tentar sinalizar para as pessoas que estava sendo assaltado.

Quando a gente tava indo prá lá, ele começou a jogar luz para o carro da frente, para chamar a atenção dos outro. Ele não parava, aí dei umas coronhadas nele. Ele pegava coronhada e continuava fazendo e nós falava prá ele: - Não faz isso! Mas ele pegava e fazia. Teve uma hora que nós entramos para o anel viário (local conhecido de desova), e pegamos a Br, nesse momento um carro tentou ultrapassar e ele tentou se jogar na frente do carro. Desde aí que começou tudo. ”

Na concepção de Cláudio, o que rendeu ao motorista uma sessão de espancamento e tortura, não foi o fato dele ter ou não o dinheiro que eles almejavam, mas a ousadia de desafiá-lo, subestimando sua capacidade de domínio. Deste modo, o sentido de subjugar o taxista por meio de extrema violência, na concepção de Cláudio, está na inversão dos papéis: naquele momento o poder de mando e de dominação é dele e o outro tem que se sujeitar. A relutância do taxista a sujeição redimensiona o foco da ação e o taxista pode ter passado a ser percebido como representante das relações sociais estabelecidas em que o poder de mando e dominação está na sociedade.

“Começamos a bater nele com força! Agredimos, agredimos ele e quando chegou bem aqui, no rumo de um sítio, nós mandamos ele parar o carro. Ele desceu do carro e nós começamos a bater nele. A gente queria desmaiar ele para botar no porta mala e ir fazer os assaltos com o carro. Daí, batemos, batemos. Ele já tinha apanhado demais, mas não desmaiou. Eu arranquei a camisa dele para amarrar ele, mas não deu certo. Aí cortamos o cinto do carro e amarramos ele. Amarramos o pé e a

mão, botamos ele no porta malas. As meninas a aliança e o relógio dele e tudo que tinha dentro do carro - som, celular e o retrovisor. ”

O discurso de Cláudio é todo baseado na reação de não submissão do taxista a situação de mando. Em sua concepção ele deu oportunidade de um desfecho diferente ao avisar ao taxista sobre a possibilidade de matá-lo, caso ele não contribuísse com seu silêncio. Para Cláudio, o comportamento “teimoso” do taxista, além de colocar em xeque seu poder de mando, apresentava risco ao êxito dos assaltos que estavam cometendo com o taxista na mala.

“Quando chegamos na cidade, ali na frente do Grupo Baiano, escutamos um barulho mexendo no porta malas. Era ele tentando mexer para abrir o porta mala. Aí foi na hora que ele já estava teimoso demais. Aí eu falei: Ei cara, não faz isso aí não, senão a gente vai te matar. Fica tranquilo aí meu irmão. Só que ele sempre se mexia. Já tava quase solto das mãos. ”
(Cláudio – 19 anos)

Sua narrativa encerra como começou atribuindo taxista a culpa pelo pelo desfecho.

“No que ela (uma das mulheres que estava com ele) abriu o porta mala ele (o taxista) pulou, aí ela deu a primeira e segunda facada, na terceira ele segurou a mão dela e ia pegar a faca.

No que ele pegou a faca o comparsa, que tava com a minha arma, apontou e pediu prá ele soltar a faca: - Solta, solta, solta... e ele continuava segurando. Passou as duas mãos assim (mostra como o taxista segurou a arma), para tentar pegar a arma. Aí foi na hora que ele efetuou o disparo. Entrou pela garganta e saiu pela cabeça. Aí, ele ficou agonizando, agonizando. Limpamos o carro com uma flanela e abandonamos com ele. Só que ele já tava morto. ” (Cláudio – 19 anos)

Na concepção de Cláudio o sentido da violência cruel cometida nesta ação está na resistência de sujeição do individuo (taxista) ao poder de mando que lhe é investido pelo cano de um revólver.

Encerra dizendo-me que no que se refere ao crime “no momento [do ato de espancamento e do homicídio] eu não senti nada. Não sinto nada [atualmente]. Entretanto, ao descobrir que o taxista era pai de um policial sentiu muito medo de represálias.

Depois, do ocorrido, quando eu soube que ele era pai de um policial, ai eu fiquei agoniado. Fiquei com medo dos cara me pegarem e me matarem, né. ” (Cláudio – 19 nos)

6.1.3.7 A Percepção e o sentido em Pedro

“Por mais que se mostre atrevido na ação grave cometida, o horror que ela provoca não esta só nas pessoas que assistem. Ela se apresenta também entre os que praticam” (SAPGNOL 2008, p. 181).

Em nosso primeiro encontro, a reação do Pedro me causou surpresa. Havido concordado em participar da pesquisa quando em visitação as celas expliquei-lhe no que consistia este estudo, mas ao ser trazido pelos socioeducadores, entrar na sala e sentar-se foi me dizendo, numa postura totalmente defensiva, que:

“Eu num fiz nada! Eu tava no lugar errado, na hora errada. Eu caí aqui como um laranja, num tem? todos os meninos que tavam lá perto, na hora, viram que eu não fiz nada, aí! Só tava na hora errada e no lugar errado. ” (Pedro – 15 anos.)

Essa postura logo no inicio da entrevista, me fez refletir sobre o que teria levado Pedro a uma reação dessa natureza? Quantas vezes fora chamado a falar de seu crime? A sensação que tive era que ele me via como sendo um grande dedo indicador apontando-lhe a culpa. Cumprimentei-o, expliquei novamente no que consistia o estudo, disse-lhe da não obrigatoriedade de sua participação e procurei deixá-lo a vontade, garantindo que sua desistência não implicaria em nenhum prejuízo a mim ou a ele. Conversamos por algum tempo e mais tranquilo me fala que deseja ser participante da pesquisa. Achei mais prudente solicitar que pensasse melhor e me desse uma resposta no dia seguinte. Voltou para sala de aula e no dia seguinte pediu a um socioeducador que me dissesse de sua decisão em participar do estudo. Queria conversar comigo e contar sua história de vida. *“contar tudo.”*

Nos primeiros contatos apresentava-se sempre cauteloso com as palavras, desconfiado. Posteriormente descobri que a cautela ou a desconfiança foi motivada pela internalização das regras estabelecidas tanto pelo sistema institucional, quanto pelo grupo de jovens internos. Há de saber jogar o jogo de ambos os lados, daí a necessidade incorporação discurso institucionalizado, de uma identidade forjada e do respeito as regras estabelecidas pelo próprio grupo.

No que se refere ao discurso de Pedro sobre o ato que deu causa a sua internação, ele se apresenta de forma contraditória. Ao mesmo tempo que relata com empolgação todo desenrolar do conflito que culminou com uma briga generalizada entre dois grupos (que ele não reconhece nem identifica como galera), enfatizando a morte de um dos jovens por meio de pedradas, terçadas e madeiradas, não se assume como autor nem como participante no ato e adota uma postura defensiva. Enquanto Raquel, João, Joaquim e Madalena fazem questão de ressaltar a autoria, Pedro nega sua participação e se diz injustiçado.

“Eu me sinto muito agoniado aqui, aqui dentro. Fico imaginando: se eu tivesse pelo menos feito alguma coisa, né! Eu tava, pelo menos, pagando meu veneno aqui dentro. Mas não tem nada haver! Eu tô puxando o que? Vou sair só daqui um ano e meio. Vou perder um ano e meio da minha vida aqui dentro, aqui nesse lugar. Sendo que lá fora eu não vou poder mais voltar no tempo prá ganhar esses um ano e meio que eu perdi. Eu acho que não mereço tá aqui dentro. Porque, é como eu tô dizendo, eu sou inocente, né. Agora se eu tivesse feito esse ato infracional aí, eu tinha me contentado de tá aqui.” (Pedro – 15 anos.)

“O outro se livrou porque ele se escondeu e nós não. Um foi absolvido porque a única coisa que ele tava fazendo era só jogar uma corrente pro alto, prá se defender. Nós dissemos que ele não tinha nada haver. Eu também não tinha nada haver... o juiz não acreditou muito não. Sentenciou a gente.” (Pedro – 15 anos.)

Considera o outro grupo composto por galeroso, mas o seu grupo não. O grupo do qual fazia parte é composto por irmãos (referência a sua religião evangélica).

“Do meu grupo não tinha galeroso não. Era tudo irmão. Quase tudo irmão. Agora a outra turma lá era de galeroso. Mas os que tavam com agente, a maioria era irmão. Tem um que era irmão mesmo, de sangue, da menina que o moleque ia matar, que ele participou do nosso lado porque senão ele ia morrer. Os cara tava afim de matar ele. Aí ele foi pro nosso lado prá ninguém mata ele. Esse outro que caiu comigo, ele também não é irmão não. Agora o resto, são tudo irmão.” (Pedro – 15 anos.)

Quando narra o crime, o faz detalhadamente, mas empregando a terceira pessoa do plural.

“[eles] me chamaram prá ir lá na casa de uma ex-namorada de um dos meninos. (...) Era só para dar um susto nela, assim... eu pensava que era só um susto mesmo.”

“Foi quando os moleques começaram a atacar. Tacou foice, facão em cima dele direto. Tacou em todo canto, na cara, na cabeça, no corpo todo. Aí ele ficou em cima do cara direto, dando foiçada no cara assim... o sangue velho espirrando para cima assim.” (Pedro – 15 anos.)

No final me perguntou se eu acreditava em sua inocência.

No que se refere a prática de assaltos e a violência empregada nestas situações, fala com naturalidade e afirma que nessas horas tem que ser assim mesmo. Não pode demonstrar medo. Ressalta no mesmo instante que ele não tem medo de nada.

“Se o cara for com medo já começa perdendo. É por isso que eu nunca caí, porque nunca tive medo”. (...) na hora cara não sente nada não. Nos roubos e assaltos é grito, muita adrenalina e não sente nada mais não”. (Pedro – 15 anos.)

A concepção de violência cruel em Pedro está em matar sem motivo significativo ou matar por pouco:

“não é preciso tirar a vida (..), assim, por causa de um celular.

“A violência para conseguir pouco é uma “violência ridícula”. Tem um que caiu aqui dentro porque (...) matou um velho por causa de cinquenta reais. (...). É quem não tem cabeça para fazer. A pessoa agir assim sem pensar, mata o cara por causa de cinquenta reais. Tacou uma pedrazona assim, na cabeça do cara. Tacou uma pedrazona assim, na cabeça do cara.” (Pedro – 15 anos.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das reflexões finais – um desabafo!

Toda minha vida acadêmica e 35 anos de vida profissional foi na área da Educação – Ciências Humanas. Adentrar no Campo das Ciências Sociais e por meio do doutorado realmente foi um grande desafio que me coloquei. No momento que decidi enfrentar o desafio, sabia a priori que teria que desenvolver o trabalho acadêmico final de tese e que no decorrer do período do curso, passaria por várias etapas e experimentaria emoções distintas. E de fato, desde a concepção do projeto para o processo de seleção até as etapas finais da escrita da tese, experimentei os sentimentos mais contraditórios.

Comecei com a alegria e a certeza de quem tem mais uma conquista a realizar. De início fui tomada por momentos de euforia e ansiedade (consegui entrar! E agora como será?); seguida de certezas (vou montar e reestruturar o projeto, desenvolver a pesquisa e antes do término do período de quatro anos estarei defendendo porque já tenho tudo em mente); e do prazer em se superar (consegui cumprir todos os créditos referentes aso componentes curriculares do curso).

Sempre me coloquei e gostei de situações desafiadoras, mas cursar o doutorado simultaneamente as atividades profissionais da docência, na área das Ciências Sociais e optar por uma pesquisa de caráter etnográfico (método com o qual não tinha nenhuma familiaridade) com um objeto de pesquisa que demandou esforços para abstrair-se emocionalmente na pesquisa de campo, foi mais que desafiador: Foi uma experiência paradoxal, uma relação de amor e ódio.

Após algum tempo, mais especificamente na produção escrita, a euforia, as certezas e o prazer foram dando lugar a outras sensações, que por diversas vezes despertaram a vontade de lançar tudo ao alto e desistir.

(...) chega um determinado momento que temos que escrever e descrever aquilo que nós somos, o que pensamos e fazemos. Esse tempo nem sempre é o tempo marcado pelo relógio ou por uma evolução ou estágio que temos que passar até chegar a um tempo que estamos prontos para escrever. (CORAZZA, 1996, p.105)

A produção acadêmica se deu diante da hesitação frente as inúmeras formas existentes de lidar, perceber e conceber as coisas. Quanto mais lia as teses indicadas mais me perguntava: Que houve com a forma tradicional de pesquisa?

As certezas se transformaram rapidamente em inseguranças e perplexidades e então fui forçada a imergir num processo de reflexão profunda, abalando estruturas já consolidadas, quebrando paradigmas. O processo de se reconstruir a partir das rupturas consigo mesmo e o desafio de colocar os pensamentos em movimento e redimensioná-lo para experimentar novas maneiras de conhecer e escrever, foi ambíguo. Uma relação de amor e ódio.

Agora, no final, não sei se o que escrevi expressa com clareza tudo que vivi entre os jovens e com os jovens do CSE-RR, se os objetivos iniciais deste estudo foram amplamente atingidos e se as expectativas de meus orientadores com o desenvolvimento deste estudo foram superadas. Nem sei se me sinto ou se algum dia vou me sentir uma cientista social.

Mas sei que saio com muito mais perguntas que entrei, pois quanto mais nos aprofundamos nas questões, mais dúvidas e possibilidade de investigação vão se abrindo. O horizonte se deslumbra a nossa frente e manter o foco é um desafio. Sei também que a experiência de conviver com os jovens que cometeram ato infracional de natureza grave, no decorrer de seis meses foi extremamente rica, prazerosa e me tornou uma pessoa muito mais humana, sensível e aberta. Após algum tempo de contato direto com aquela realidade no CSE-RR passei a entender o significado da expressão “viver em outro mundo ou pertencer a outro mundo ” de maneira diferente, mais real, intensa, profunda e, melhor, pelos olhos de quem acredita pertencer a outro mundo: os jovens do CSE-RR.

As histórias narradas por estes jovens por diversas vezes me pareciam surreais, principalmente quando associadas as suas imagens retratadas nas fotografias e mais ainda nos momentos de interação comigo. Com o tempo quebrei tabus e preconceitos que nem eu mesma achava que os tinha.

Questionei a natureza humana e a nossa capacidade de tomar atitudes extremamente cruéis sem se quer entender o sentido da ação. Ao mesmo tempo refletia sobre meus questionamentos: estaria eu olhando por uma lente de reforço ao estigma? Se estou buscando entender a concepção e sentido da violência a partir da perspectiva do jovem, colocando-me no seu ângulo de visão, a escrita neste trabalho também revela a minha concepção, minha forma de perceber a partir do lugar do outro. Neste sentido o outro (jovem) esta apresentando seu discurso ou o discurso que quero ouvir? E será que este discurso é o quero ouvir ou efetivamente é o discurso do jovem? Foram reflexões que permearam a construção da escrita em

todos os momentos, cuidando para que minha leitura sobre os discursos estivesse despida de conceitos ou pré-conceitos que pudessem contribuir ainda mais com a estigmatização destes jovens.

Concluo provisoriamente este estudo porque o tempo acadêmico urge e ele não corresponde ao tempo singular de crescimento intelectual e pessoal de cada indivíduo, ele não respeita as subjetividades. Tenho consciência que estou apenas começando com muita coisa por descobrir, apreender, conhecer e pesquisar no campo das Ciências Sociais. Portanto, estas páginas encerram apenas a primeira etapa de estudo e pesquisa: A etapa de cumprimento da obrigação acadêmica, da escrita e da defesa de uma tese. A intenção não é fechar com um ponto final, pois mesmo que o fosse as questões que dão vida a temática não o permitiria.

Um horizonte cheio de possibilidade se vislumbrou a minha frente apontando que ainda se pode fazer muito no campo da pesquisa com o jovem infrator e tem-se muito o que descobrir.

Para além do fato de estes jovens terem cometido crimes, encerro esta etapa com o sentimento de que eles são muito mais do que os bandidos que querem parecer ser. São pessoas normais, que sentem raiva, medo, alegria, tristeza, amam e querem muito ser amados ou notados a qualquer custo. Pessoas que me trataram com respeito, que contaram detalhes de sua história de vida, que estabeleceram laços de relativa confiança, afetividade e que choraram quando me despedi. Mataram de forma violenta sim, mas muito antes disto, em suas trajetórias de vida, tiveram uma morte simbólica.

Difícil segurar o choro e a tristeza ao ver, em de outubro de 2016, a foto de João estampada na primeira página do jornal local, linchado pela população ao ser pego em uma tentativa de assalto a uma jovem no bairro centenário, sendo recolhido a Cadeia Pública; ao tomar conhecimento da morte de Oniotna – encontrado em matagal com sinais de tortura e de Oicáni; ao identificar recentemente na listagem de foragidos da PAMC, nomes de jovens que, embora não tenha participado de minha pesquisa, tive contato por diversas vezes nos corredores da escola e dos blocos de acomodação. My friendly, embora maior, fora citado como parceiro de Raquel e também morreu numa troca de tiros com a polícia.

Em 10 de fevereiro de 2016 houve o registro da primeira fuga em massa da PAMC. O montante de 49 presos fugiu utilizando-se de uma escada de madeira improvisada, para pular a muralha de segurança. Dentre os 49 detentos identifiquei

15 jovens com histórico de cumprimento de medida socioeducativa no CSE, totalizando um percentual de 30%. É um número bastante significativo, principalmente se levarmos em consideração que este número se apresenta apenas entre os foragidos. Quanto seria então entre os não foragidos? É um questionamento interessante e demanda para uma outra pesquisa. De qualquer maneira, o número levantado a época, por mera curiosidade, é considerável e nos leva a questionar: Qual o índice de recuperação efetiva dentre os jovens que cumpriram medidas socioeducativas no CSE-RR? Qual a eficácia na aplicabilidade destas medidas? Que acompanhamento é dado a estes jovens quando da sua volta ao seio da comunidade? Quais as redes de apoio externas? São questões que, como já disse, demandam outra pesquisa, então...vamos lá.

Das formalidades relativas as considerações finais (?)

Este estudo foi desenvolvido com o objetivo de compreender a percepção do jovem sobre si, sobre os atos de violências na sua natureza mais grave e como são subjetivamente elaborados, visando entender qual o sentido da violência a partir do olhar do jovem que praticou o ato violento na sua natureza mais cruel e pelo qual está respondendo judicialmente internado. O objeto de estudo de pesquisa consiste então investigação etnográfica da percepção si e da violência, a partir da perspectiva e trajetória de vida dos socioeducandos em cumprimento de medida socioeducativa no CSE-RR por ato infracional de natureza grave.

A delimitação do tema a partir da tríade juventude – identidade – violência e a definição do objeto de estudo foi um exercício de muita reflexão e suscitou uma série de questionamentos já mencionados na introdução.

Ao optar por um objeto de estudo tão desafiador como este, não imaginava o quão ampla poderia ser as possibilidades de compreender o ser humano em sociedade, suas ações e atitudes no sistema das relações sociais, mesmo quando estas (ações) nos parecem a priori, estar situada no campo do *non sense*: cometimento de crimes cruéis.

O relato de crimes com requintes de crueldade em um passado recente, não era algo que publicamente se fizesse com prazer, mesmo entre aqueles que o praticavam. Não era recorrente que o jovem reconhecesse no ato cruel cometido, um traço positivo no seu comportamento. Esse tipo de reconhecimento e valorização da violência cruel, pelo próprio autor, normalmente ocorria, como ainda ocorre nos

dias atuais, no interior das penitenciárias (a exemplo das últimas rebeliões onde cenas de assassinatos cruéis, com esquartejamentos superou o próprio sentido de crueldade). Esse comportamento expressa que algo mudou em nossa sociedade e que urge a necessidade de entendermos a movimentação desse processo de transição que esta contribuindo para a coisificação, a dessubstancialização do indivíduo.

Da análises dos discursos com narrativas detalhadas e eufóricas dos jovens participantes desta pesquisa, até onde este estudo pode avançar, foi possível depreender e compreender que sentido da prática da violência de natureza grave (crime com requintes de crueldade), está na percepção (do jovem do CSE-RR) de que ela se constitui num contributo para a formação de sua identidade de jovem bandidão e de sua aceitação equitativa⁶⁰ no mundo do crime adulto (pessoal da cadeia e PAMC) e organizado (PCC, PV e outras organizações criminais).

Deste modo, para estes jovens violência cruel passou a ser uma fonte de elaboração de subjetividade movida pelo risco, adrenalina, diversão, superação dos próprios limites e ascensão dentro do “mundo do crime”.

Além disso, o discurso institucional, midiático e do senso comum reforçam e legitimam esta identidade, inclusive podendo contribuir para que cada vez mais jovens, cujas as trajetórias estão sendo construídas com a constância de atos delituosos, incorpore o discurso de que bandido é sinônimo de poder ou ser bandido é ter poder.

Ser mulher do bandidão, fazer parte de uma organização criminal, conquistar o respeito, a admiração, o prestígio entre seus pares e do bandidão, conquistar o poder de mando local, vingar ou ‘fazer justiça’, respeitar a regras instituídas pelo grupo ao qual pertence é significativo e representativo para estes jovens. O que há por traz desta representatividade? O fascínio sobre o prestígio, poder de ter, de mandar, de ser reconhecido, a necessidade de valorização, de ser visto a todo custo, a afirmação do *ethos* masculino.

Encerro fazendo uma reflexão:

As narrativas de nossos jovens participantes sobre os crime cometidos (e de tantos outros citados em estudos similares), as cenas exploradas pelos mais

⁶⁰ O sentido de aceitação equitativa aqui esta na perspectiva de ser percebido como alguém que no mundo do crime tem prestígio e poder e, portanto, deve ser respeitado como tal. Não que ser visto como um moleque, um delinquente de somenos importância.

diversos meios de comunicação de corpos destroçados na PAMC como resultado de uma das rebeliões (ocorridas também em outras penitenciárias brasileiras) e a explosão da violência em Roraima (e no Brasil) envolvendo cada vez mais os nossos jovens (ver gráfico 01- fluxo de jovens internos e expedição de medidas socioeducativas) e outras situações afins, expressam muito mais do que a própria manifestação da violência ou meramente o objetivo de chocar.

Sinalizam que algo se rompeu na sociedade roraimense (e brasileira), que perpassa os mais diferentes campos dos discursos, das relações de poder e das justificativas racionais relativas aos últimos acontecimentos. Essa ruptura pode significar a instalação de uma crise no poder tradicional do Estado e da sociedade, invertendo as relações hierárquicas de dominação e sujeição, mas isso é uma hipótese para um próximo estudo...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. Espaços de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). **Políticas públicas juventude em pauta**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ABRAMO, Helena. **Cenas juvenis**: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Escrita, 1994.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; PINHEIRO, Leonardo de; MARTINELLI, Cláudia Costa. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ABROMAVAY, Miriam; CASTELLS, Manuel, autores. **Gangues, galeras, chegados e rappers**: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana; LIMA, Renato Sérgio de. **O Adolescente na Criminalidade Urbana de São Paulo**. Brasília: Ministérios da Justiça, Secretaria do Estado dos Direitos Humanos, 1999.

ADORNO, Sérgio. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. In: **Jornal de Psicologia-PSI**, *São Paulo*, n. 132, p. 7-8, 2002.

ADORNO, Sérgio. **Entrevista com Adorno**. [2011] Entrevista concedida a Renato Sérgio de Lima. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz. *As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. São Paulo: ANPOCS, 2011

ADORNO, Sérgio. Crianças e adolescentes e a violência urbana. **Núcleo de Estudos da Violência da USP**. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down076.pdf>>. Acesso em: 15 jan 2014.

ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana B. T.; LIMA, Renato Sérgio de. **O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana**. São Paulo Perspec, São Paulo, 13, n. 4, p. 62-74, 1999. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000400007>>. Acesso em: 15 jan 2014.

ALMEIDA, Suenya Talita de. **Delinquência juvenil e controle social**: a construção da identidade infratora e a dinâmica disciplinar do Estado. 2013. 210 f. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

ANDRADE, Carla Coelho. **Entre gangues e galeras**: juventude, violência e sociabilidade na periferia do Distrito Federal. 2007. 260 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, *Universidade de Brasília*, Distrito Federal, 2007.

ANDRADE, Elisabela Agrete de. **Gestão municipal de políticas públicas dirigida**

à **juventude e possíveis aproximações com a promoção da saúde**. 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública)- Programa de Pós-Graduação em Saúde pública Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ARENDDT, Hannah. **Da Violência**. Tradução: Maria Claudia Drummond.

ASBLASTER, Anthony. Violencia. In: **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. 1996, p. 803-804.

BATAILLE, Georges. **O erotismo**. Tradução de Gabriel Carlos Viana. Porto Alegre: L&PM, 1987.

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. Ocupação humana em Roraima I. Do histórico colonial ao início do assentamento dirigido. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém**, v. 9, n. 1, p. 123-144, 1993.

BARREIRA, César. **Entrevista com César Barreira**. [2011] Entrevista concedida a José Luiz Ratton In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz. As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil. São Paulo: ANPOCS, 2011.

BAUER, Martin; GAKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. **Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da criança e do adolescente e legislação correlata. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/.../estatuto_crianca_adolescente_10ed.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2013.

BRASIL. **Lei nº 12.594/2012, de 18 de janeiro de 2012**. Institui a Lei do Sinase. Disponível em: <<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

BRASIL. **Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990**. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072.htm>. Acesso em: 23 jan. 2014.

BRUNETTA, Gabriel Alberto. Imediatismo e crueldade: elementos de barbárie na cultura juvenil. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 14, n. 26, p. 225-229, 2009.

CARLOS, Juliana Oliveira. **Experimento de exceção**: Política dos direitos humanos no Brasil contemporâneo. 2011. 145 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2011.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Cultura, identidades e cidadania: experiências com adolescentes em situação de risco. In Comissão nacional de população e desenvolvimento (CNPd). **Jovens acontecendo na trilha de políticas públicas**. Brasília: CNPD/IPEA, 1998, p. 571-664.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes, **Revista Brasileira de Estudos de**

População, Rio de Janeiro, v.19, n.2, p. 19-46, 2002.
<https://www.rebep.org.br/revista/article/view/311>. Acesso em: 10 dez. 2012.

CERQUEIRA, Daniel; FERREIRA, Helder; LIMA, Renato Sérgio de et al. **Nota Técnica. Atlas da Violência 2016**. Brasília, 2016. Disponível em:
 <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/atlas_da_violencia_2016_ipea_e_fbsp.pdf - <http://hdl.handle.net/11058/6529>>. Acesso em: 12 dez. 2016

CHARLOT, Bernardo. **A Violência na América Latina e no Caribe**. Brasília, UNESCO, 1994.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artemed, 2000.

CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 105-131.

CORDEIRO, Consuelo Martins César; VOLPI, Mário. Pesquisa quantitativa sobre adolescentes privados de liberdade no Brasil. In: VOLPI, Mário. **O adolescente e o ato infracional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 45-65.

COSTA, Liana Furtado; PENSO, Maria Aparecida; SUDBRACK, Maria Fátima Olivier et al. Adolescente em conflito com a lei: O relatório psicossocial como ferramenta para promoção do desenvolvimento. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 3, p. 379-387, 2011. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722011000300005&lng=en&nrm=is>. Acesso em 29 Set. 2015.

DADOUN, Roger. **A violência**: ensaio acerca do "homo violens". Tradução de Pilar Ferreira de Carvalho e Carmen de Carvalho Ferreira. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista brasileira de educação – ANPED**. São Paulo, n. 24, p. 24-52, 2003. Disponível em:
 <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04>>. Acesso: 15 dez. 2012.

DINIZ, Alexandre M. A.; SANTOS, Reinaldo Onofre. Fluxos migratórios e formação da rede urbana de Roraima. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XV, 2006, Caxambú. **Anais eletrônicos...** Caxambú: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. Disponível:
 <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_345.pdf>. Acesso: 12 mai. 2014.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografia: saberes e práticas. **Revista Iluminuras**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2008. Disponível em:
 <<http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9301>>. Acesso: 15 dez 2012.

ERIKSON, Frederick. **Identity**: Youth and Crisis. New York: Norton, 1968.

ERICKSON, Frederick. Some approaches to inquiry in school-community ethnography. In: TRUEBA, Henry; GUTHRIE, Grace Pung; AU, Kathryn. Hu-Pe (Eds.). **Culture and the bilingual classroom**: Studies in classroom ethnography. Rowley, MA: Newbury House Publishers, 1981, p. 17-35.

FACHINETTO, Rochele Fellini. **A “casa de bonecas”**: um estudo de caso sobre a unidade de atendimento sócio-educativo feminino do RS. 2008. 215 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FEIXA, Carlos. **De jóvenes, bandas e tribus**: Antropología de la juventude. Barcelona: Ariel S. A., 1998.

FEIXA, Carles. Generación XX. Teorías sobre la juventud en la era contemporánea. **Revista Latino americana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales-Colômbia, v. 4, n. 2, p. 1-18, 2006. Disponível em: <<http://revistaumanizales.cinde.org.co/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/394/229>>. Acesso em: 03 jan 2017.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v.23, n. 58, p. 59-73, 2010.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, Rio de Janeiro, n. 10, p. 58-78, 1999. Disponível em: <https://poars1982.files.wordpress.com/2008/03/rbde10_06_claudia_fonseca.pdf > Acesso em: 12 /09/2013.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **8ª Edição do anuário brasileiro de segurança pública**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **9ª Edição do anuário brasileiro de segurança pública**. São Paulo, 2015. Disponível: <<http://www.forumseguranca.org.br>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **10ª Edição do anuário brasileiro de segurança pública**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br>>. Acesso em: 04 jan 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

FREITAS, Aimberê. **Roraima**: Geografia e história. 1 ed. São Paulo: Corprint Gráfica e Editora Ltda., 1998.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e história de Roraima**. 7. ed. rev. e ampl. Boa Vista, RR: IAF, 2009.

FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Espaço urbano e criminalidade**: lições da Escola de Chicago. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

FUGINDO da crise, venezuelanos invadem casas em Roraima. **Jornal Nacional**, Local, out. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/10/fugindo-da-crise-venezuelanos-invadem-casas-em-roraima.html>>. Acesso em: 14 nov 2016.

GADEA, Carlos A. **Realidade juvenil e violência intersubjetiva em bairros de Porto Alegre**: contextos, situações e perspectivas. Porto Alegre: Cirkula, 2015.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

GOFFMAN, Erving. **A apresentação do Eu na vida de todos os dias**. Lisboa: Relógio d'Água, 1993.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HALL, Granville Stanley. **Adolescence**: Its Psychology and its relations to physiology, sociology, sex, crime, religion and education. New York: Appleton Century Crofts, ano 1907. Disponível em: <<https://archive.org/details/adolescenceitsps002hall>>. Acesso: 05/01/2017.

IÑIGUEZ, Lupicínio. Análise do discurso nas ciências sociais: variedades, Tradições e práticas. In: IÑIGUEZ, Lupicínio (coord.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis, Vozes, 2004, p. 105-160.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE**: Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/english/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **IPEA**: Justiça infanto-juvenil: Situação atual e critérios de aprimoramento. Brasília, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **IPEA**: Sistema de Indicadores de Percepção Social. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/index>>. Acesso em: 24 nov. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE**: Brasil em números. Rio de Janeiro, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **IPEA: Atlas da Violência 2016**. Brasília, 2016.

KATZ, Jack. **Seductions of crime: moral and sensual attractions in doing evil**. New York: Basic Books, 1988.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima. **Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil**. Cecria – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, 2002.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude. **História dos Jovens I: da antiguidade à era moderna**. Introdução. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P. 7-17.

LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz (org.). **As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbania, ANPOCS, 2011.

LIPOVETSKY, Gilles. **Era do Vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo**. Edição 1. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 199[].

LOBO, Manoel Ribeiro Júnior. **Formação e reorganização dos grupos políticos do estado de Roraima: de 1943 a 1988**. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e fronteira)- Programa de Pós Graduação em Sociedade e Fronteiras, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2014.

MARGUILES, Mário; URRESTI, Marcelo. **La construcción social de la condición de juventude**. Local: Editora, 1998.

MATOS, Lucita Cunha. **Prisioneiros do estigma: representações sociais sobre adolescente infrator**. 2004. 148 f. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e do Adolescente)- Programa de Pós-Graduação em..., Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

MAYORGA, Cláudia. Identidades e Adolescências: uma Desconstrução. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 1, n. 1, São João del-Rei, p. 1-20, 2006.

MEAD, George Hebert. **Mind, self and society**. 18. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1972.

MEAD, George Hebert. **Espírito, persona y sociedad**: Desde el punto de vista del conducionismo. Buenos Aires: Paidós, 1982.

MEAD, Margareth. **Sexo e temperamento em três sociedades primitivas**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

MICHAUD, Yves. **Violência**. São Paulo: Ática, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Ednilza Ramos. **Violência sob o olhar**

da saúde: infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2003

MORCELLINI, Mario. **Passagio al futuro:** formazione e socializzazione tra vecchi e nuovi media. Milão: Franco Angeli, 1997.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ALBUQUERQUE, Bruna Simões de; ROCHA, Bianca Ferreira et al. Plano Individual de Atendimento (PIA) na perspectiva dos técnicos da semiliberdade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 122, p. 341-356, 2015.

OLIVEIRA, Rafael da Silva de. Um olhar sobre as redes de prostituição e tráfico de mulheres na fronteira Brasil-Venezuela a partir das rodovias BR-174 e Troncal 10. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, X, 2008, Barcelona. **Anais eletrônicos...** Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/222.htm>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima.** 2003. 405 f. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Os (des)caminhos da identidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 07-21, 2000.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE. **O marco integral do adolescente e seu cuidado.** Washington: O.P.S, 1990.

ORTEGA Y GASSET, José. "Juventude". *SOBRENOME ORGANIZADOR, Primeiros Nomes* (org.) In: ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas.** São Paulo: Martins Fontes, 1987, p. 239-248.

ORTNER, Sherry B. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: ECKERT, Cornélia; GROSSI, Miriam Pillar; FRY, Peter Henry. (org.). **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas.** Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 45-80.

ORTNER, Sherry. Subjetividade e Crítica Cultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 375-405, 2007.

ORTNER, Sherry. Uma atualização da teoria da prática. In: ECKERT, Cornélia; GROSSI, Miriam Pillar; FRY, Peter Henry. (Org.). **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas.** Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 19-44.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis.** Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Revista Análise Social, Local**, vol. XXV, n. 105, p. 139-165, 1990. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de**

Educação, São Paulo, v. 0, n. 5 e 6, p. 15-24, 1997. Disponível em: <http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_04_ANG_ELINA_PERALVA.pdf>. Acesso: 17 dez. 2012.

PIVA, Ângela, SEVERO, Ariane; DARIANO Jussara. Poder e Violência: formas de subjetivação e desubjetivação. **Contemporânea - Psicanálise e Transdisciplinaridade**, Porto Alegre, n. 02, p. 63-77, 2007.

PORTO, Maria Stela Grossi. A violência entre a inclusão e a exclusão social. CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, VII, 1997, Brasília. **Anais...** Brasília: Universidade ou associação, 1997, p. 157-171.

PORTO, Maria Stela Grossi. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. **Sociologias, Local**, v. 0, n. 8, p. 152-171, 2002.

PRIBERAM, Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/lavrada>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

RICOEUR, Paul. **O mal, um desafio à filosofia e à teologia**. Campinas, SP: Papyrus, 1988

ROSA, Fátima Sabrina da. **Bondes, periferias e conflitos: sociabilidades juvenis em Porto Alegre**. 2014. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

ROXO, Sérgio. **Venezuelanos levam o caos a Roraima**. O Globo, nov. 2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/venezuelanos-levam-caos-roraima-20419502>>. Acesso em 06 nov 2016.

SÁEZ, Oscar Calavia. **Esse obscuro objeto da pesquisa: um manual de método, técnicas e teses em Antropologia**. Edição do autor: Santa Catarina, 2013.

SALEM, Tânia. **Filhos do milagre**. Ciência Hoje, SBPC, v. 5, n. 25, p. 30-36, 1986.

SANTOS, Adair J. Roraima: **História Geral. Boa Vista**: UFRR, 2010.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **Boa Vista: gênese espontânea e gênese induzida**. Revista Acta Geográfica, ano III, n. 5, p. 63-71, 2009.

SILVA, Paulo Rogério Freitas. Boa Vista: **gênese espontânea e gênese induzida**. Boa Vista: UFRR, 2010. (Material de apoio didático ao minicurso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência Norte).

SILVA, Paulo Sérgio Rodrigues da; SIMÕES, Sulamita **Oliveira Violência. Contra os povos indígenas em Roraima: uma questão de direitos humanos**. Em tempo de histórias, Brasília, n. 21, Brasília, p. 162-178, 2012.

SIMÃO, Allon do Vale. **Juventude em discurso: histórias de vida de jovens aprisionados no município de Cárceres**. 2014. 197 f. Tese (Doutorado em Educação)

- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SOUZA, Carmem Zeli Vargas Gil. Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites. **Última década**: revista de el centro de investigación y difusión población ninã del mar, n. 20, p. 47-49, 2004.

SOUZA, Luis Gabriel Francisco de.; CAMPOS, Marcelo da Silveira. Redução da maioria penal: uma análise dos projetos que tramitam na Câmara dos Deputados. **Revista Ultima Ratio**, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1, p. 231-259, 2007.

SPAGNOL, Gabriel Sérgio. Jovens em busca de um caminho: um estudo sobre os jovens delinquentes na cidade de São Paulo. **Cadernos CERU**, série 2, v. 15, n. 14, p. 77-101, 2004.

SPAGNOL, Gabriel Sérgio. **Jovens Perdidos: Um estudo sobre os jovens delinquentes na cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2008.

SPENLÉ, Jean-Édouard. A Alemanha romântica. In: SPENLÉ, Jean-Édouard. **O pensamento alemão**. Tradução de João Cunha Andrade. Porto Alegre: Ed. Globo, 1945.

SPINK, Mary Jane. O Poder das Imagem na naturalização das desigualdades: Os crimes no cotidiano da mídia jornalística. In: SPINK, Mary Jane; SPINK, Peter Nomes (org.). **Práticas Cotidianas e a naturalização da desigualdade: Uma semana de notícias nos jornais**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 17-41.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo social**: revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 5, n. 1 e 2, p. 161-178, 1993.

SPOSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

STAEVIE, Pedro Marcelo. Expansão urbana e exclusão social em Boa Vista – Roraima. **Oculum Ensaios**, Campinas, n. 13, p. 68-87, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/viewFile/142/129>>. Acesso: 17 dez. 2013.

STAEVIE, Pedro Marcelo. Migrações e Múltiplas Identidades dos Imigrantes em Boa Vista. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES DE TEMA CENTRAL: MIGRAÇÕES, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESIGUALDADES REGIONAIS, VII, 2011, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: Universidade ou associação, 2011. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:f_yxdvFzJzYJ:erevista.unioeste.br/index.php/gepec/article/download/6295/4805+&cd=2&hl=ptBR&ct=clnk&gl=br>. Acesso: 10 jul. 2015.

TEJADAS, Silvia da Silva. **Juventude e ato infracional**: as múltiplas determinações da reincidência. 2005. 312 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

TONRY, Michael H. **Thinking about crime**: sense and sensibility in American penal culture. Oxford: Oxford University Press, 2006.

UNISINOS. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. São Leopoldo: Unisinos, 2013. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/biblioteca/images/stories/downloads/manual-biblioteca2013.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2013.

VERMELHO, *Letícia Legay*. Mortalidade de jovens: análise do período de 1930 a 1991 (a transição epidemiológica para a violência). **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 30, n. 4, 1996. Disponível em: <http://www.uff.br/saudecultura/encontros/Artigo-Mort-Jovens-cext_BR_3091.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2015.

VOLPI, Mário. **O adolescente e o ato infracional**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002

VOLPI, Mário. **Sem liberdade, sem direitos**: A experiência de privação de liberdade dos adolescentes em conflito com a lei. São Paulo. Cortez, 2001.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: Mortes MATADAS por armas de fogo. Brasília: Secretária-geral da Presidência da República Secretaria Nacional de Juventude e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2015.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Juventude, violência e cidadania**: os jovens de Brasília. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012**: crianças e adolescentes do Brasil. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2012. Disponível em: <Mapa da violência II: os jovens do Brasil>. Acesso em: 09 dez. 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil. *Rio de Janeiro*: Flacso Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015_adolescentes.pdf> Acesso: 17 jul. 2016

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência III**: juventude, violência e cidadania. Brasília: UNESCO Brasília, 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?catno=126639&set=4A539F22_1_272&gp=1&mode=e&lin=1&ll=1>. Acesso: 13 nov. 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência I**: os jovens do Brasil. Brasília: UNESCO/Garamond, 1998. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/unesco-resources-in-brazil/studies-and-evaluations/violence/violence-map/>>. Acesso: 13 nov. 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência II: os jovens do Brasil**. Brasília: UNESCO Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/unesco-resources-in-brazil/studies-and-evaluations/violence/violence-map/>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013: homicídios e juventude no Brasil**: Editora, 2013. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/documentos/Livro_Homicidios_NJobs_2.pdf> Acesso em: 01 jun. 2013.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Jovens do Brasil: Mapa da Violência 2014**. Brasília: Secretária-geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2014.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência IV: os jovens do Brasil**. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001351/135104porb.pdf>>. Acesso 15 mai. 2016.

WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2007.

WEISHEIMER, Nilson. Apontamentos para uma sociologia da juventude. **Revista Cabo-Verdiana de Ciências Sociais**, Cabo Verde, ano 1, n. 1, p. 0-0, 2013.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **WHO: Global Consultation on violence and health. Prevention of violence: a public health priority**. Genebra, 1996. Disponível em: <www.who.int/violence_injury_prevention/resources/publications/en/WHA4925_eng.pdf>. Acesso em: 20 out. de 2014.

ZALUAR, Alba. A guerra privatizada da juventude. **Folha de São Paulo, São Paulo**, ano 1997, n. 24.882. Caderno 5, p, 6, 18 mai. 1997.

ZALUAR, Alba. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, Hermano (org). **Galeras carioca: Territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003, p. 0-0.

ZALUAR, Alba. **Integração Perversa: Pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ANEXO A – SOLICITAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DO JUIZ



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DO TRABALHO E BEM-ESTAR SOCIAL
CENTRO SOCIOEDUCATIVO "HOMERO DE SOUZA CRUZ FILHO"
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"

OFÍCIO Nº. 120/16 – Eq. Técnica/CSE

Boa vista/RR, 12 de Fevereiro de 2016.

Excelentíssimo Senhor.
Dr. PARIMA DIAS VERAS.
Juiz Titular da Vara da Infância e Juventude.

Assunto: **Autorização de Pesquisa**

Meritíssimo Senhor Juiz,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, venho por meio deste encaminhar documentação em anexo, da doutoranda **Dayles Maria Ferreira de Souza**, com intuito de a mesma obter autorização para realizar pesquisa acadêmica neste Centro Socioeducativo.

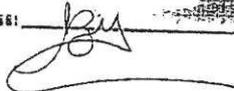
Respeitosamente,


Diego Souza Bezerra
Gerente de Unidade do Centro Socioeducativo
"Homero de Souza Cruz Filho"

1ª Vara da Infância e da Juventude
Gabinete

Recebido em 12/2/16

Horas: 12h 50

Ass: 



RR 321 – KM 02 - VICINAL DO BOM INTENTO
Boa Vista – Roraima
Telefone: (95) 98411-5327

ANEXO B –AUTORIZAÇÃO DO JUIZ



ESTADO DE RORAIMA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Boa Vista
1ª Vara da Infância e Juventude



Ofício 006/2016 – GAB

Boa Vista/RR, 15 de fevereiro de 2016.

Ao Sr. Diego Souza Bezerra

Gerente de Unidade do Centro Socioeducativo Homero de Souza Cruz.

RR 321-KM02-Vicinal do Bom Intento- Telefone: 98411-6327

Assunto: Resposta ao Ofício N°0120/2016/Equipe Técnica /CSE

Senhor Gerente:

Cumprimentando Vossa Senhoria, de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. PARIMA DIAS VERAS, venho por meio deste informar o deferimento da pesquisa acadêmica constante no **Ofício N°0120/2016/Equipe Técnica /CSE.**

Atenciosamente,


ROBSON DA SILVA SOUZA
Chefe de Gabinete de Juiz

ANEXO C – CARTA DE APRESENTAÇÃO AO CSE-RR



GOVERNO DE RORAIMA
SECRETARIA DO TRABALHO E BEM ESTAR SOCIAL
CENTRO SOCIO EDUCATIVO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

CARTA DE ANUÊNCIA

Pelo presente, eu Célia Regina Faria Martins Carneiro, Gerente Geral do Centro Sócio Educativo Homero de Souza Cruz, nomeada pelo Decreto Nº 821, publicado em DOERR No. 2530 de 27/05/2015, manifesto minha anuência ao desenvolvimento da Pesquisa de Doutorado em Ciências Sociais, intitulada *Concepções de Violência dos Jovens do Centro Socioeducativo de Roraima*, a ser desenvolvida pela doutoranda Daygles Maria Ferreira de Souza e orientada por Profa. Dra Miriam Steffen Vieira e co-orientada pelo Profo Dr. Carlos Alfredo Gadea Castro do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNISINOS, nas dependências do Centro Sócio Educativo de Roraima, concedendo as informações necessárias e acesso a documentos, servidores e jovens, sendo estes últimos, de forma voluntária e com base na assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.

A anuência foi concedida mediante esclarecimentos prestados pela pesquisadora quanto ao objetivo, justificativa, metodologia, cuidados éticos e de preservação da identidade dos participantes da pesquisa, assinatura de Termo de Compromisso e está condicionada ao cumprimento dos requisitos abaixo discriminados:

- respeito as determinações éticas da Resolução nº466/2012 CNS/CONEP,
- garantia de poder solicitar e de receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa,
- manutenção de sigilo dos dados coletados, utilizando-os exclusivamente para fins da pesquisa,
- veicular os resultados através de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos, sem tornar possível a identificação dos participantes,
- respeito ao que preconiza o ECA.

Esclareço que não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa.

No caso do não cumprimento dos itens acima, tenho a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

Boa Vista/RR, 12 de 08 de 2015 .

Célia Regina Faria Martins Carneiro

APÊNDICE A - SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS DOS DOCUMENTOS DAS PASTAS INDIVIDUAIS

	Nome	Sexo	Data Nasc	Nacionalidade Naturalidade	Bairro onde Reside	Escolarid	Composição Familiar	Renda	Infração	Ano	Sent	Uso de drogas
1.	ACSB	M	01/08/1997	Boa Vista- RR	Pintolândia	Parou na sexta série	Mãe (empreg domest), Avó, bisavó e um irmã de 14 anos	2.000,00	Artigo 121 c/c Artigo 14, II Penal. Tentativa de homicídio simples com arma branca (Antônio, na garupa de uma bicicleta conduzida por Augusto, passou por frente da casa da vítima que estava conversando com uma amiga. Antônio foi em direção a vítima, mostrando-lhe faca e dizendo que a vítima estava muito saliente. Com medo a vítima correu, momento em que foi esfaqueada pelas costas	09/2012	Interna. provisória s/ possibil de ativ. ext	Maconha aso 14 anos.
								580,00 (400, incluindo 120,00 do bolsa família+120,00 do crédito social + 180 do projeto crescer.) So a mãe trabalha.	Artigo 121 c/c Artigo 14, II e Artigo 29 do Código Penal. Tentativa de homicídio simples com arma branca (Gabriel e o amigo seguiam de bicicleta, quando Vitor, o amigo, viu seu desafeto – Wandenberg - e, na intenção de provocar, passou e tomou o boné. A vítima tentou pegar o boné de volta, momento este em que Vitor desferiu um golpe no peito da vítima com uma faca e fugiram do local)	21/10/2014	Interna. provisória com possibli de ativ. ext	
2.	AFF	M	13/06/1999	Boa Vista/RR	Sílvio Leite	8º/9º ano, na Modalidad e EJA	Padrasto, mãe uma irmã e dois irmãos.	Padrasto – padeiro – mãe – venda de churrasquinhos.	Artigo. 157 e Artigo 213 do CPB – Roubo a Mão Armada e Estupro. Disse que por volta das 02 horas tomaram um táxi para chegar à residência. Disse ainda, que "Pedro já havia passado a fita dizendo que na casa tinha ouro e dinheiro" (SIU). Então ficaram das 02 às 06 horas	09/2015	Interna. provisória sem possibli de ativ. ext	Maconha desde os 14 anos

								<p>esperando, pularam o muro, logo o dono da casa abriu a porta. Relatou o adolescente que Pedro estava de posse de uma arma. "Um revolver 38 de cor preta" (SIU). Disse que foram entrando, ameaçando o dono da casa com a arma, pedindo o dinheiro e ouro. Segundo o adolescente, "o dono da casa ia passando dinheiro e jóias, eu colocava num saco" (SIU). Relembrou que "na casa encontravam-se dois homens e uma mulher de 18 anos" (SIU). Disse que "Mateus e Pedro amarraram os dois homens no quarto, onde a mulher estava deitada na cama totalmente despida e muito nervosa" (SIU). Acrescentou que perguntou se ela queria beber água, ela aceitou. Disse para ela que não ia lhe fazer nenhum mal. Negou a existência de estupro dizendo "acho que as pessoas da casa queriam me ferrar" (SIU). Nesse momento escutaram o barulho do carro da Polícia. "Eu já estava na área. Mateus e Pedro estavam no quarto. Pulei o muro para casa do vizinho e Mateus também, enquanto Pedro ficou dentro da residência. Mas fomos pegos pelos policiais, dizendo que daí foi espancado com pedaço de pau, levou muita "bicuda", murros. Disse que um dos policiais se apoderou de um martelo do dono casa, batendo nas unhas dos seus pés. Continuou dizendo, o adolescente, que "aprendeu</p>			
--	--	--	--	--	--	--	--	---	--	--	--

									a lição pela dor" (SIU). Ao chegar ao CSE passou mal, expelindo sangue pelo nariz. Conduzido ao Hospital Geral de Roraima, sendo atendido pelo médico no Grande Trauma, onde foi constatado fratura nas costelas, sendo necessário o uso de dreno, permanece hospitalizado para os devidos procedimentos médicos.			
3.	AMS	F	12/12/1998	Caracará - RR	São Francisco – Município de Caracará	6 ano e parou	Pais separados Pai, mãe – mãe responsável – 11 irmãos padrasto. Mora com irmãos em outra casa. Próximo a casa da mãe.	Familiar: 2.800,00	Artigo 121, §2º II,III do Código Penal. Homicídio qualificado por motivo fútil por meio de asfixia (matou o irmão.) - Manoela combinou com o amigo Luciano de matar seu irmão. . no dia marcado consumiram cachaça, thinner e crack, esperam o nível de resistência do irmão diminuir, chamaram-no para dentro da residência. O amigo aplicou-lhe um mata leão, ao tempo que a Manoela colocou-lhe um saco plástico na cabeça. Após luta corporal, Luciano conseguiu derrubá-lo e, utilizando-se de uma corda fornecida por Manoela, mataram-no enforcado. Enforcou com uma corda o irmão, e saco plástico, premeditadamente, após reduzir a capacidade de resistência mediante uso de thinner	16/07/2015	MSE de internação provisória s/ possibilidade de atividade externa	Maconha aos 13 anos e Cola e cigarro comum Bebida alcoólica
4.	ACTE	M	10/05/2001	Boa Vista - RR	Aracelis Souto Maior	6 ano (cursando no CSE)	3 irmãos Pai e mãe Mora com os pais	Familiar: Pai 800,00 Mãe: 788,00 Bolsa família 182 Crédito social 120,00 Total:	Artigo 121, §2º II,III e IV do Código Penal. Homicídio qualificado. - Desavença entre duas adolescentes, que chegaram as vias de fato, levou o jovem Juliano, cunhado de uma delas, a ameaçar a outra.	19/10/2015	interna. provisória s/ possbil de ativ. ext	maconha

									Horas depois o Juliano acompanhado de outro jovem pertencente a sua galera, retorna ao local e torna a ameaçar a jovem. O irmão da moça, maior de idade, procurou acalmar os ânimos e quando os jovens já estavam se retirando do local, chegaram outros jovens, membros de uma galera rival (Os galinhas), dando início a uma briga generalizada. Nesta briga a vítima desferiu golpes de facas nas costas do irmão da moça e como retaliação, Alex e outros três jovens desferiram impiedosamente foçadas, facadas e pauladas na vítima - Vallysney - até a morte.			
									Passagens pela delegacia por suspeita de pequenos furtos.			
5.	AFO	M	02/01/1999	Boa Vista -RR	Bela Vista				Artigo 129, §9º Artigo 147 e 329 do Código Penal (Lesão corporal, ameaça ocorrida em ambiente doméstico e resistência a prisão) Alex estava ingerindo bebida alcoólica em casa e pediu a bicicleta da irmã de sua prima para dar uma volta. No momento em que a prima foi destrancar a bicicleta, fechou, sem querer a porta na garrafa de cachaça que caiu derramando todo o líquido. Alex ficou enfurecido com o fato e passou a agredir a garota com chutes, pontapés e ameaçar a todos da família. Quando a PM chegou a residência, acionada pela jovem, flagrantemente com o	01/09 2015		Maconha desde os 14 anos

									terçado ameaçando a família. A policia teve dificuldade em dete-lo pois apresentou resistência a prisão.			
									Artigo 121 c/c Artigo 29 §1º, 14, II do Código Penal. Alex, furtou da casa de Daniel o celular de sua esposa e vendeu para Fernando que comprou sem saber que era fruto de roubo. Daniel descobriu o roubo, questionou Alex que confessou ter roubado e vendido. Assim, ambos na companhia do maior de nome Wesley foram no local de trabalho de Fernando para recuperar o celular. Daniel exige que o Fernando devolva o celular e é informado que o aparelho já foi vendido por um preço maior, e que não teria como reaver para devolvê-lo. Ameaçando-o de morte, Daniel foi a sua casa, pegou uma arma caseira e munições, Alex pegou uma foice e os três retornaram ao local de trabalho do Fernando, mais uma vez exigindo o celular.. Fernando não devolveu, Daniel atirou e para se defender Fernando jogou a balança e varias facas em direção aos acusados. Os três tentaram evadir-se do local, mas a população capturou-os . Com eles, além da arma de fogo, foi encontrado cocaína para fins de venda.	01/09/2015	MSE internação sem possibilidade de atividade externa	
6.	AAO (indígena macuxi)	M	10/01/ 1997	Boa Vista - RR	Bela Vista	9º ano do Ensino fundament al. Parou	Mãe, padrasto e o jovem. Sustento provém da mãe	Mae: 788,00 + 70,00 bolsa família + 120,00 crédito	Artigo 121, c/c Artigo 14, II do Código Penal. Tentativa de homicídio. Com intenção de matar,	22/02/ 2014 (estav a em	Internação Com Possibilidade de de	Uso de maconha desde os 12 anos

						de estudar		social + renda de Avon e natura.	desferiu vários golpes de faca em um desconhecido que bebia no mesmo bar de nome Vanderlan. Segundo o jovem o desconhecido estava bêbado veio para cima de mim e me deu um tapão sem motivo e eu revidei. Participa da galera do Bela Vista. Motivo: boné que o jovem pegou do desconhecido e o desconhecido foi tomar o que lhe pertencia.	liberdade de assistência	Atividades Externas	Bebidas alcoólicas (cachaça). Crack, cocaína.
									Furto Tentativa de homicídio com terçado	Internação: 23/02 13		
7.	ACB	M	01/08/1997	Boa Vista- RR	Pintolandia	6º ano	Avó, bisavó e uma irmã de 14 anos. (mãe e trata de aids e esta depressiva)	Avó e mãe. 2000,00	Artigo 121 cc Artigo 14, II do Código Penal. Vitor conduzia uma bicicleta e Antônio Carlos ia na garupa, quando Vitor avistou seu desafeto Wendemberg Siquera – a vítima-. Na intenção de provocar, Carlos tomou o boné de Wendemberg, momento em que este tentou pegar de volta. Então, Antônio Carlos pulou da bicicleta e desferiu um golpe de faca no peito do jovem que caiu sentindo um liquido quente. Gabriel Carlos fugiu na garupa da bicicleta conduzida por Vitor, tomando o rumo de suas referidas casa, onde foram posteriormente apreendidos,.	Data da ocorrência 21/10/2014	Medida sócio educativa de internação com possibilidade de atividade externa.	Cerveja e cigarro desde os 14 anos
									Artigo 121 cc Artigo 14, II do Código Penal. Madson da Silva- a vítima- estava na frente da casa de uma amiga, conversando com Suene e Vitória, dentre outras pessoas, quando,	Data do ocorrido. 27/09/2012	Medida sócio educativa sem possibilidade de atividades	

									Gabriel Carlos e Augusto Viana se aproximaram de bicicleta da vítima e, mostrou uma faca ao mesmo tempo que dizia que a vítima era muito saliente. O jovem tentou correr, mas foi esfaqueado pelas costas por Gabriel que empreendeu fuga do local. Entretanto, populares que presenciaram a cena conseguiram apreender Augusto e levaram-no para a Guarnição da PM que em seguida apreendeu o Gabriel Carlos		externa.	
8.	ASM	M	13/07/1999	São Miguel do Pará	Bela Vista	6º ano (cursando)	Mãe e três irmãos	788,00 (vende salgados)	Artigo 121, § 2º, II, III c/c artigo 14, II do Código penal. Tentativa de homicídio - Nas dependências do CSE, tentou matar outro interno (Augusto dos Santos) primeiro com uma tesoura, como não logrou êxito, rasgou a costura do colchão do alojamento e, formando uma corda, amarrou no pescoço da vítima e com ajuda de outros internos, tentou asfixiar a vítima. Só não conseguiu porque a "corda" rompeu-se quando a vítima estava desmaiando.	27/07/2015	Internação Sem Possibilidade de Atividades Externas	Maconha 13 anos Bebida alcoólica
									Artigo 157, § 2º, I e II, c/c o Artigo 29 do Código Penal. Roubo qualificado. Antônio da Silva e outros dois adolescentes (Carlos Eduardo Marcelo), vinham de bicicleta pela rua dos taxistas, no Pricumã, quando avistaram a vítima – Elzilene - que havia parado sua moto para efetuar uma ligação para o namorado. Neste momento os três	03/03/2015	Internação Sem Possibilidade de Atividades Externas	

									anunciaram o assalto ameaçando a moça com um simulacro de arma de fogo e um canivete, ordenando que entregasse a moto e o celular. A moça entregou e les empreenderam fuga. A moça começou a gritar por socorro. A polícia apareceu. Fez uma diligência nas ruas próximas e encontrou os jovens prendendo-os.			
9.	ABC	M	22/10/1997	Manaus - AM	Nova cidade – conj Pérola	4º ano do fundament al. (EJA) Parou de estudar (mora com a avó (ex detenta) já mãe está presa por homicídio e tráfico de drogas) e alguns primos cujos pais encontram-se presos. 10 irmãos			Roubo de celular. A vítima estava indo a padaria com duas crianças. Foi abordada pelo jovem que sob ameaça de efetuar um tiro, subtraiu-lhe o celular. Intimida com ameaça de morte os sócio educadores (joga restos de comida, fezes)	18/06/2015	MSE sem possibilidade de atividades externas.	9 anos maconha bebida alcoólica e cigarro
									Artigo 157 c/c Artigo 14 II do Código Penal. Roubou o de celular de uma jovem, em via pública, com emprego de uma faca. Socorrida pelo marido, cunhado e sogro, que perseguiram-no e encontraram-no próximo ao local do furto, detido pela guarda municipal.	08/04/2014		
									Artigo 157 do Código Penal Roubo de celular em via pública com emprego de uma faca, concurso de violência e ameaça. Empreendeu fuga mas a PM conseguiu localiza-lo e o levou a delegacia. Vítima – Edineia	17/08/2012	MSE de Semi	Sofreu com abstinência das drogas no período de internação .
									Artigo 157 § 1º § 2º I, II c/c Artigo 163 § único, IV do Código Penal Assalto a mão armada. Entrou com mais três	11/04/2012	MSE de Semi	
10.	BPO Faz parte da galera do caranã.	M	15/06/1995	Boa Vista - RR	Jardim Caranã	8º ano do Ensino Fundament al. Parou de estudar Pai, madrasta e dois irmãos. Mora com o pai e um irmão	1.000,00 do pai que trabalha como motorista na Transvig		Artigo 157 § 1º § 2º I, II c/c Artigo 163 § único, IV do Código Penal Assalto a mão armada. Entrou com mais três	09/01/2013	MSE sem possibilidade de atividades externas.	Maconha Feijão bebida alcoólica (cachaça)

	Tem varias evasões							Madraستا 675,00	adultos e dois adolescentes na residência da vítima no momento em que ela se encontrava no interior de seu carro. Anunciaram o assalto de posse de uma arma de fabricação caseira, ordenando que entregasse o aparelho celular. A vítima não entregou e saiu correndo para dentro de casa. Zangados depredaram o carro com paus e pedras e forcaram a porta da residência para entrar, não conseguindo êxito porque haviam mais dois adultos – vítimas – dentro de casa que seguraram a porta evitando o arrombamento.			
									Artigo 157, § 2º. I e II do Código Penal. Roubo qualificado. - Numa tarde por volta das 15h vítima estava no bairro Cauamé , indo para casa de bicicleta, quando foi surpreendida por Bruno e um adulto. Bruno puxou a faca e ordenou a vítima (rapaz) que o entregasse a bicicleta. A vítima, a caminho de casa avistou uma a viatura (já no bairro aeroporto, e comunicou que o roubo. Os policiais o colocaram da viatura e saíram em diligência pelas ruas. Como não encontraram ninguém semelhante a descrição dada pelo rapaz, o deixaram em casa e continuaram a diligência. Encontram dois rapazes empurrando uma bicicleta com pneu dianteiro furado, com as características informadas pela vítima. Fizeram a	Fato ocorrido o 19/05/ 2012 Sentença 06/201 2	MSE Semi	

									abordagem, detiveram o rapazes, apreenderam a bicicleta e a faca, levaram-no a casa da vítima para reconhecimento e levaram-nos para a delegacia. Obs. Este roubo teria sido para resgatar a sua bicicleta que teria sido roubada pela pseudo vítima, junto com mais três outros adolescentes que fazem parte de uma galera.			
11.	CESN	M	01/09/1999	São Pedro de D'água Branca / MA	Bela Vista/ Boa Vista	9º ano, frequentava as aulas no CSE, mas em 2015 fez matrícula e não frequentou.	Mãe, irmã e uma companheira de 17 anos (grávida de seis meses)	788,00	Artigo 157 § 2º, I e II, c/c o Artigo 29 do Código Penal. Roubo qualificado. Carlos Eduardo e outros dois adolescentes (Marcelo e António da Silva), vinham de bicicleta pela rua dos taxistas, no Pricumã, quando avistaram a vítima – Elzilene - que havia parado sua moto para efetuar uma ligação para o namorado. Neste momento os três anunciaram o assalto ameaçando a moça com um simulacro de arma de fogo e um canivete, ordenando que entregasse a moto e o celular. A moça entregou e les empreenderam fuga. A moça começou a gritar por socorro. A polícia apareceu. Fez uma diligência nas ruas próximas e encontrou os jovens prendendo-os.	13/02/2015	MSE sem possibilidade de atividades externa.	Usuário desde os 12anos de maconha, cocaína e bebida alcoólica.
					Raiar do Sol				Indisciplina e várias outras ocorrências internas no CSE, com ameaça de morte aos agentes sócio educativos.	03/2015		
									Artigo 157 § 2º, I , II e IV, Artigo 288 e Artigo 188 do Código Penal . Carlos Eduardo e mais três outros jovens e três adultos,	Fato ocorrido: 23/11/2013	MSE sem possibilidade de atividades externa.	

								se reuniram em uma praça e combinaram o assalto a Escola Gabriel Carlos Natalino, no bairro Jóquei Clube. Assim, armados com pedaços de madeira adentraram o local pelo telhado, renderam o vigia, que havia notado que a cantina tinha sido destelhada, amarraram-no numa cadeira com as mãos para trás, tomaram-lhe o celular o dinheiro de sua carteira (80,00) e traçaram-no na sala dos professores. Arrombaram as portas da escola e retiraram aparelhos de DVD e Notebooks. Antes de empreender fuga com os objetos roubados, desamarraram o vigia e o prenderam no banheiro feminino.	Sente nça 02/12/ 2013			
12.	CHGS Pai muito agressivo e alcoólatra.	M	01/04/ 1999	Boa Vista-RR	Jóquei Clube	4º ano do Ensino Fundamental (frequenta no CSE).	Pai, mãe e três irmãos e uma irmã.	788,00 + crédito social + Bolsa família.	Artigo 157 § 2º II, c/c do Código Penal Roubos qualificados. Cláudio, acompanhado de um adulto, ambos numa motocicleta BIS, abordaram uma jovem e mediante ameaça com arma de brinquedo, ordenou que a vítima entregasse-lhes o celular. A polícia foi chamada e conseguiu apreender apenas o Higor, que, reconhecido pela vítima, foi encaminhado ao CSE.	Data do Fato: 16/10/2014 28/10/2014 (data de entrada)	MSE com possibilidade de atividades externas	Maconha (esporadicamente) e bebida alcoólica.
								50,00 diária do pai de ajudante de pedreiro + 724,00 da mãe de babá+ 120,00 de crédito social.	Artigo 157 § 2º, I, II e IV, Artigo 288 e Artigo 188 do Código Penal . Cláudio Higor e mais três outros jovens e três adultos, se reuniram em uma praça e combinaram o assalto a Escola Gabriel Carlos	Fato ocorrido: 23/11/2013 Sente nça	Medida sócio educativa sem possibilidade de atividades externa.	

									Natalino, no bairro Jôquei Clube. Assim, armados com pedaços de madeira adentraram o local pelo telhado, renderam o vigia, que havia notado que a cantina tinha sido destelhada, amarraram-no numa cadeira com as mãos para trás, tomaram-lhe o celular o dinheiro de sua carteira (80,00) e traçaram-no na sala dos professores. Arrombaram as portas da escola e retiraram aparelhos de DVD e Notebooks. Antes de empreender fuga com os objetos roubados, desamarraram o vigia e o prenderam no banheiro feminino,	02/12/2013		
13.	DNO	M	15/11/1998	Boa Vista - RR	Nova Cidade	8º ano do Ensino Fundamental - CSE	Padrasto, mãe três irmãs, dois Sobrinhos e um irmãos. Destes, uma irmã e um irmão não moram na residência	Mãe - doméstica - salário mínimo (788,00) Padrasto - borracheiro. + benefício social	Artigo 121 c/c Artigo 14, II do Código Penal. Alex, furtou da casa de Daniel o celular de sua esposa e vendeu para Fernando que comprou sem saber que era fruto de roubo. Daniel descobriu o roubo, questionou Alex que confessou ter roubado e vendido. Assim, ambos na companhia do maior de nome Wesley foram no local de trabalho de Fernando para recuperar o celular. Daniel exige que o Fernando devolva o celular e é informado que o aparelho já foi vendido por um preço maior, e que não teria como reaver para devolvê-lo. Ameaçando-o de morte, Daniel foi a sua casa, pegou uma arma caseira e munições, Alex pegou uma foice e os três retornaram ao local de trabalho do	01/09/2015	MSE internação sem possibilidade de atividade externa	Aos 12 anos Cerveja, cachaça, cigarro, maconha, pasta base e cocaína em pó

									Fernando, Daniel atirou e para se defender Fernando jogou a balança e varias facas em direção aos acusados. Os três tentaram evadir-se do local, mas a população capturou-os .			
									Artigo 121, § 2º II e artigo 14 II do Código Penal Daniel e André – vitima – são irmãos e estavam discutindo por causa de uma dívida de 200,00. Durante a discussão André pegou um tijolo e atirou em Daniel que armado com uma foice passou a perseguir André que abriu o portão de casa e saiu correndo. Quando Daniel o alcançou desferiu um golpe de terçado para atingir a cabeça, com intuito de matar André. Entretanto, neste momento, André colocou a mão na frente para se proteger assim, Daniel desferiu um golpe na mão esquerda de André, decepando-a.	08/03/2014	MSE de internação sem possibilidade de atividade externa.	
									Artigo 157, § 2º I,II do Código penal Keliane, a vitima, estava caminhando em via publica com uma amiga quando foi surpreendida por Daniel e outro jovem, ambos de bicicleta. Daniel pulou da garupa da bicicleta, sacou o terçado e ordenou a vitima que lhe entregasse o celular, no que foi prontamente atendido. Em seguida empreendeu fuga enquanto a vitima gritava por socorro.	26/05/2013		
									Posse de entorpecentes		MSE LA	
14.	DPR	M	27/01/	Boa Vista- RR	Jardim Floresta	6º ano do	6 irmãos (2	1.206,00	Artigo 157, § 2º I,II do	Fato	MSE LA	Desde os

			2000			Ensino Fundamental. Matriculado no 7º mas nunca frequentou.	mulheres e quatro homens) como resultado de três relacionamentos da mãe, sendo dos quais 6 moram com a mãe que sustenta a família.	(788,00 de salário + Crédito Social 120,00+ 298,00 de Bolsa Família	Código penal Davi, junto com outro menor, de posse de uma faca, assaltou a jovem Gabriela, subtraindo -lhe a bolsa e um celular. No momento do assalto a jovem encontrava-se na frente do Totozão, sentada em um banco da praça Airton Senna, com o namorado. Após o assalto fugiram mas foram capturados em frente ao GRESSBE.	ocorrido: 02/03/2015		11 anos faz uso de maconha
									Ameaças de morte a sócio educadores. Rebelião com outros adolescente: atearam fogo em colchões da Unidade de sentenciados	2015		
15.	DF Lula (histórico de abandono familiar – mora nas ruas)	M	18/03/1999	Mucajaí - RR		6º ano do Ensino Fundamental a	Mãe – usuária. Avó e avó maternos que (registram a criança), pai que abandonou		- Encontra-se em situação de vulnerabilidade social, com longo histórico de furto e vivencia nas ruas. A família não foi encontrada. Depois de	08/06/2014	MSE prestação de serviço a comunidade.	Usuário desde o 9 anos de maconha, pasta base, cocaína, bebida e tiner.
									- Reincidência de furto e vulnerabilidade social. (abandono pela família)	06/08/2014		
									- Estupro contra Roberto Pereira, interno do CSE.	19/02/2015 (ocorrido.)	MSE sem possibilidade de atividade externa	
									- Artigo 155 c/c 14,II Código Penal. - Tentativa de roubo ao caixa do comércio Feira do Carlinhos. - Entrou no comercio e abriu a gaveta do caixa e estava cometendo roubo quando a proprietária, que estava amamentando o filho, viu e comunicou ao seu marido. Em ato continuo o dono do estabelecimento	Fato ocorrido: 16/03/2015	MSE sem possibilidade de atividade externa	

									reagiu impedindo que o jovem consumasse o roubo e acionando a policia militar.			
									- Estupro	2014	Nenhuma	
16.	RICARDO Tendência suicida – tentou enforçar-se por duas vezes) Participa de galera	M	18/02/2000	Manaus- AM	Senador Hélio campos	6º e 7º ano da EJA mas não frequenta as aulas.	Mãe, duas irmãs. Não mora com a mãe e sim nas ruas (regras)	Salário mínimo da mãe. Mas ele mora nas ruas.	- Abandono parental por parte da genitora (devido a quadro de agressões a mãe , furtos, drogas e total desobediência) – situação de vulnerabilidade	30/05/2014		Maconha e pasta base desde os 12 anos
									- Estupro contra Roberto Pereira, interno do CSE.	10/02/2015	MSE sem possibilidade de atividade externa	Cerveja e cachaça
									Art. 129, I da CF e Artigo 180, III Eca. Violação de domicilio. - Dia 19 de março de 2015, por volta da 19 horas, no bairro Mecejana, Ricardo e mais três adolescentes ao perceberem que nao havia ninguém na casa do sr. Marcos (militar), pularam o muro e invadiram para roubar. Como a casa está na área da vila militar, os sentinelas acionaram a policia que apreenderam os jovens. Um deles possuía uma faca de 30 cm.	19/03/2015 (ocorrido)	MSE sem possibilidade de atividade externa	
									Ato infracional art.129 da CF – art 180, III ECA – Ato infracional 147 do código penal Lesão corporal (Fato delituoso). Nas dependências do CSE, Ricardo aplicou, primeiro, uma gravata no interno Jean Claude que conseguiu desvencilhar-se, momento em que Ricardo pegou um tijolo e atirou contra o Jean atingindo-lhe o braço.	25/02/2015 (ocorrido)	Medida Sócio educativa sem possibilidade de atividade externa	
									Ato infracional art.129 da CF – art 180, III ECA Ameaçou espancar o		MSE sem possibilidade de de	

									interno Jhonkf de apenas 12 anos		atividade externa	
17.	EDB Etnia macuxi.	M	08/01/2001	Boa Vista- RR	São Bento	9º ano do Ensino Fundamental	Mora com o pai (gari) – mas tem mãe s e três irmãos -	1 salário mínimo do pai 1 salário mínimo da mãe + 160,00 de bolsa família pai - + 160 de bolsa família da mãe + 120,00 crédito social do pai	Artigo 121 § 2º I,II e IV do Código penal Homicídio qualificado. Desavença entre duas adolescentes, que chegaram as vias de fato, levou o jovem Juliano, cunhado de uma delas, a ameaçar a outra. Horas depois o Juliano acompanhado de outro jovem pertencente a sua galera, retorna ao local e torna a ameaçar a jovem. O irmão da moça, maior de idade, procurou acalmar os ânimos e quando os jovens já estavam se retirando do local, chegaram outros jovens, membros de uma galera rival (Os galinhas), dando inicio a uma briga generalizada. Nesta briga a vitima desferiu golpes de facas nas costas do irmão da moça e como retaliação, Alex e outros três jovens desferiram impiedosamente foiçadas, facadas e pauladas na vitima - Vallysney - até a morte	19/10/2014 (ocorrência) Senteença (01/06/2015)	Medida Sócio educativa sem possibilidade de atividade externa	Expeiment ou maconha mas nao faz uso regular. Fuma cigarros comuns.
18.	EBS (galera da baixada) Se vangloria de seus assassinatos. (galera do Caraná)	M	13/04/1996	Boa Vista- RR	Cauamé	5º ano do Ensino Fundamental EJA – No CSE. Atualmente nao participa das aulas.	Mãe.	Salário mínimo + salário família e 120 crédito social = 898,00	Roubo mediante ameaça Ato infracional - Art. 157 §2º , I e II Código Penal ErisonCândido acompanhado de outro jovem – Jessé – ambos de bicicleta, avistaram uma moça. Erison pulou da garupa da bicicleta e desferiu um golpe de faca nas costas da jovem, provocando um pequeno ferimento. Enquanto isso o companheiro Jessé, na	28/02/2011	MSE CP Medida Sócio educativa sem possibilidade de atividade externa	Pasta base e maconha

								<p>direção da bicicleta, aguardava que Cândido subtraísse os objetos da jovem (cordão, brincos e celular). Avisaram-na que se chamasse a policia voltariam para pega-la. Fugiram mas foram seguidos de carro por um amigo da vítima que passava pelo local e presenciou o ato. Largaram a bicicleta e passaram a saltar os muros das casas da vizinhança para empreenderem fuga, mas forma detidos 20 minutos depois e levados para delegacia.</p>			
								<p>Ato infracional - Art. 121 § 2º , IV. Art 29 do Código Penal. Cândido, acompanhado de Diego Eduardo e Diogo abordaram a vitima – Evandro, embriagada em via publica. Daniel deu-lhe uma rasteira e Evandro caiu no chão sem esboçar qualquer reação, momento em que Erison Cândido desferiu o primeiro golpe na cabeça e os demais passaram a espanca-la cruelmente, esmagando-lhe a cabeça levando-lhe a óbito. O motivo seria por que o irmão da vitma tinham tido um desentendimento com o Daniel, Apos o ocorrido os jovens foram para casa dormir.</p>	<p>Fato ocorrido: 20/10/2011 – Caua mé</p>	<p>MSE sem possibilidade de atividade externa</p>	
								<p>Ato infracional - Art. 121 § 2º , I e II art 29, todos do Código penal. Erison Cândido mais dois adolescentes (Alvino e Cândido) desferiram vários</p>	<p>07/01/2012 – Bairro Caum é.</p>	<p>MSE sem possibilidade de atividade externa</p>	

								golpes com pedaços de madeira, uma barra de ferro e pedras contra a vítima – André de Paula. Um terceiro adolescente havia levado uma terçadada da vítima por causa de uma garota. Após algum tempo se encontram, conversaram e Alipio disse a vítima que estava tudo bem, mas o intuito era esperar a hora certa de acertar a vítima. Um certo dia, quando estavam juntos todos os envolvidos, caminhando pela rua, Alipio avistou uma barra de ferro no chão, pegou e desferiu seis golpes na vítima, acompanhados pelos outros jovens com madeira e pedra. Depois de matarem o André arrastaram seu corpo até um terreno de uma casa abandonada e deixaram lá . Fato ocorrido			
								Ato infracional - Art. 121 §2º , II e IV do Código Penal. Homicídio.... – com pedaços de madeira, pedras e um enxadeco, Cândido e um jovem de nome Marcos, assassinou outro jovem devido a uma discussão por causa do empréstimo de uma bicicleta e antiga rixa por parte do segundo. Após espancaram o rapaz, levaram-no para um terreno baldio e deram-lhe o último golpe com o enxadeco no rosto. Perguntado o motivo: a vítima "metido a valente". Marcos desejava ter um homicídio na ficha para setor considerado no setor.	Fato: 25/11/2012 sentença 17-07-2013	MSE sem possibilidade de atividade externa	

19.	EGC	M	18/01/1998	Uruará - PA	Equatorial	1º ano do Ensino Fundamental	Padrasto e a mãe e duas irmãs. Um irmão al	1500,00 2900,00	Ato Infracional artigo 157, § 2º, I e II do Código Penal. Evanildo em companhia de um adulto – Natanael combinaram o assalto. Avistaram a vítima – Márcio – saindo do comercio em uma motocicleta, momento em que Evanildo, portando arma de fogo, anunciou o assalto. Natanael apoderou-se da chave da moto e evadiu-se do local com o Evanildo na garupa.	Fato ocorrido: 10/06/2015	MSE de internação sem possibilidade de atividade externa	Cerveja e cigarro desde os 16 anos.
20.	FPS Galera do Bela Vista Wapixana	M	16/10/1997	Boa vista- RR	Bela Vista	7º ano do Ensino Fundamental. No CSE	Pai, mãe e quatro irmãos.	Salario mínimo do pai mais renda eventual de diarista de diarista da mãe. O pai sustenta.	Ato Infracional – artigo 157 § 2º I e II do Código Penal. Arthur, a vítima, estava indo para a casa da tia de bicicleta quando foi abordado por Fábio e seu irmão Fedro. Neste momento Fábio, que estava na garupa da bicicleta conduzida por Fedro, sacou uma faca e anunciou o assalto ordenando que entregasse a bicicleta. A vítima entregou e saiu correndo para casa, contando aos pais e vizinhos o que havia ocorrido.. O pai da vítima, Sr Ronaldo Viana, foi a casa dos infratores, tendo em vista que o garoto reconheceu um deles como vizinho de uma amiga de sua mãe. Ao chegar na residência o Sr Ronaldo comunicou a Sra. Cláudia de Souza sobre o roubo cometido pelos seus filhos. A sr Cláudia, mostrou-se bastante chateada com o ocorrido pois furtos e roubos tem sido uma constante na vida dos filhos para o sustento do vício das	02/05/2015	MSE de Semiliberdade.	Maconha e crack desde os 11 anos

									drogas. Sr. Ronaldo foi informado pela mãe que os filhos ainda não haviam chegado o que motivo que continuasse a busca pelos jovens no bairro. Encontrou Fedro que confessou o ato Acionou a PM que o encaminhou para a delegacia. Onde Fedro confessa o ato mas informa que o uso da faca na abordagem foi feito pelo seu irmão Fábio e que a bicicleta foi deixada em boca de fumo perto do local onde aconteceu o ato.			
21.	FWTR	M	19/11/1998	Taiano - Alto Alegre - RR	Comunidade indígena da Barata Taiano	7º ano do Ensino Fundamental	Padrasto, mãe e mais quatro irmãos, um rapaz e três mocas. Desses três moram com a mãe.	Salário mínimo da mãe – servente – do padrasto – operador de moto serra + Bolsa família	Ato Infracional -Artigo 121, Caput c artigo 147 do Código Penal. Fábio estava num bar ingerindo bebida alcoólica, momento em que pediu ao colega – vítima – que o levasse de motocicleta a casa de um primo, sendo prontamente atendido. Chegando na entrada da Comunidade da Barata, Fábio desceu da moto e sem motivo aparente desferiu-lhe um golpe certeiro no pescoço com um pedaço de madeira de 1 metro. Em seguida pegou a moto da vítima e saiu do local, abandonando o veículo em um matagal próximo a casa da mulher da vítima. Este ato foi presenciado pela filha da vítima. No dia seguinte, ao saber que o tuxaua e o pai da vítima estavam investigando o caso, averiguando se seria ele o autor do crime, ameaçou-os de morte. “se fosse preso, quando saísse mataria	30/01/2015	MSE de internação sem possibilidade de atividade externa	15 anos iniciou Maconha e bebida alcoólica.

									todos”.			
22.	FFS	M	28/10/ 2000	Boa Vista -RR	Bela Vista	7º ano do Ensino Fundament al	Pai, mãe e quatro irmãos.	Salário mínimo do pai + renda eventual de diarista de diarista da mãe. O pai sustenta.	Ato Infracional – artigo 157., § 2º I e II do Código Penal. Arthur, a vítima, estava indo para a casa da tia de bicicleta quando foi abordado por Fábio e seu irmão Fedro. Neste momento Fábio, que estava na garupa da bicicleta conduzida por Fedro, sacou uma faca e anunciou o assalto ordenando que entregasse a bicicleta. A vítima entregou e saiu correndo para casa, contando aos pais e vizinhos o que havia ocorrido.. O pai da vítima, Sr Ronaldo Viana, foi a casa dos infratores, tendo em vista que o garoto reconheceu um deles como vizinho de uma amiga de sua mãe. Ao chegar na residência o Sr Ronaldo comunicou a Sra. Cláudia de Souza sobre o roubo cometido pelos seus filhos. A sr Claudia, mostrou-se bastante chateada com o ocorrido pois furtos e roubos tem sido uma constante na vida dos filhos para o sustento do vício das drogas. Sr. Ronaldo foi informado pela mãe que os filhos ainda não haviam chegado o que motivo que continuasse a busca pelos jovens no bairro. Encontrou Fedro que confessou o ato Acionou a PM que o encaminhou para a delegacia. Onde Fedro confessa o ato mas informa que o uso da faca na abordagem foi feito pelo seu	02/05/ 2015	MSE de Semiliberd ade.	Maconha ao 11 anos

									irmão Fábio e que a bicicleta foi deixada em boca de fumo perto do local onde aconteceu o ato.			
23.	FPA	M	17/06/1998	Boa Vista-RR	Jardim Olimpico – Boa Vista RR	9º ano do Ensino Nao quer mais estudar. (mas quer ser professor de português)	Mãe, dois irmãos e uma irmã. Possui uma outra irmã, mas esta é casada e não mora com a família. (Pais separados e depois o pai faleceu de acidente de transito)	1300,00 pensão do pai + 134 bolsa família + 120 crédito social	Artigo 157,§ 2º, I e II do Código penal Leidiane Evarista, a vitima, encontrava-se na frente de seu salão mexendo em seu aparelho celular quando Felipe, acompanhado de Thalyson, apareceram em uma moto. Felipe desceu da garupa e apontando revolver calibre 38, exigiu que a vitima entregasse o celular e a carteira. Fugiram de moto e foram apreendidos no bairro Santa Tereza, pela PM, após sofrerem uma queda de moto.	Fato ocorrido: 25/10/1014	MSE internação sem possibilidade de atividade externa.	14 anos - Maconha e pasta base e bebida alcoólica
									Artigo 157, § 2º, I e II e 288 do Código penal. Francisco Vasconcelos – a vitima- estava na empresa JF material de construção, no bairro Aracelis, quando o Felipe, junto com Maylan e um adulto de nome Wyllyans, adentrou o comercio abordando a vitma de posse de uma escopeta. Apos anunciarem o assalto exigiram que a vitima e seus funcionários entregassem dinheiro e todos os objetos de valor. Em seguida empreenderam fuga. O dono do estabelecimento prestou queixa, registrando boletim de ocorrência e após investigação policial o chegou-se aos nomes dos envolvidos.	Fato ocorrido: 17/04/2014	Medida sócio educativa de de Liberdade Assistida cumulada com prestação de serviços a comunidade.	

24.	MIGUEL DE OL	M	12/11/1996	Boa Vista-RR	Asa Branca – Boa Vista	1º ano do Ensino Médio	Pai, mãe e uma sobrinha moram na mesma casa	Renda mensal de 2000,00 – Pai operador + 100,00 renda da mãe professora. Afastada para tratamento de câncer na garganta)	Artigo 157, § 2º, I e II do Código penal Tais, José, Natália e Cândido – todos vítimas – estavam na frente do cinema Super K aguardando o horário do filme começar, quando foram abordados por Francianderson, Marcelino Brenner e outro jovem de nome Wesley que se aproximaram a pé do grupo. Wesley levantou a blusa mostrando uma arma de fogo caseira ao pequeno grupo como forma de ameaça e anunciou o assalto exigindo que entregassem os celulares. Neste momento Marcelino, de posse de uma faca peixeira, distanciou-se um pouco das vítimas para vigiar e evitar que as mesmas fugissem ou dessem algum sinal. Wesley recolheu os celulares junto com Francianderson. Após o assalto saíram do local caminhando tranquilamente, sendo que os adolescente Francianderson e Marcelino foram para um lado e o Wesley entrou num palio e sumiu	Fato ocorrido: 16/08/2014	MSE sem possibilidade de atividade externa	Aos 13 anos maconha. Atualmente só cigarro e bebida alcoólica
-----	--------------	---	------------	--------------	------------------------	------------------------	---	--	--	---------------------------	--	---

25.	GLS	M	07/02/1997	Itaituba - PA	Conjunto Cidadão	6º ano do Ensino Fundamental Não frequenta a escola desde 2012	Pais separados. Mora mãe e mais um irmão na casa.	Pai (serralheiro) – 1400,00 + mãe em media 480,00 (faxineira) + 120,00 de crédito social + 160,00 de bolsa família mais 400,00 da serralharia (Gilvaney e o irmão) + 180,00 cada (Gilvaney e do projeto crescer	Artigo 157, § 2º, II do Código Penal Thiciane e Rafael – as vitimas – estavam em frente da casa de Rafael quando foram abordados por Gilvaney e outro jovem. A dupla estava de posse de uma moto furtada e ao se aproximarem das vitimas Gilvaney, que estava na garupa da moto, anunciou o assalto, colocando a mão na cintura dando a entender que estavam armados e ordenaram que entregassem os aparelhos celulares. Em seguida empreenderam fuga e os jovens assaltados acionaram a PM que, de posse das características dos jovens, apreenderam-nos momentos depois.	Fato ocorrido: 18/01/2015	MSE sem possibilidade de atividade externa	Cigarro 14 e maconha aos 15. Toma bebidas alcoólicas. Cocaina e crack (provou)
26.	ISM 1	M	27/12/1996	Pindaré Mesquita - MA	Senador Hélio Campos	8º ano do Ensino Fundamental - EJA	Mãe, pai e um irmão	1440,00 + bolsa família 134,00 + Crédito social de 120,00	Artigo 121, § 2º II e IV do Código Penal. Homicídio qualificado Ramon Pena – a vitima – era amigo da ex namorada de Ismael. Estava dando uma carona para moça. Seu celular tocou e el saiu do carro para atender, neste momento foi atacado com uma faca no peito por Ismael que, em seguida, fugiu do local com uma bicicleta que tomou de um transeunte. A vitima retirou a faca do peito, entrou no carro e acelerou objetivando atropelar Ismael, mas perdeu os sentidos e bateu o carro num poste	19/09/2014	MSE sem possibilidade de atividade externa	Não tem qualquer tipo de vício

27.	ISM 2	M	05/07/1995	Boa Vista - RR	Hélio Campus Boa Vista	5ª série do Ensino Fundamental	Mãe, padrasto, uma irmã e dois irmãos.	Um salário mínimo como resultado dos bicos feitos pelo padrasto.	Artigo 121, cc, artigo 14, II do Código Penal. Jorge desferiu três lapadas com terçado, na perna esquerda da vítima António Marcelo Aviz Matos. Segundo Jorge, fez isso porque a vítima, dias antes, havia roubado a bicicleta de seus irmãos quando estes voltavam da escola. e queria que ele se orientasse.	Fato ocorrido em: 27/01/2013	MSE de semi liberdade	Bebida alcoólica e maconha
									Artigo 121, cc, artigo 14, II, III e IV c/c artigo 4º I do Código Penal. Homicídio Qualificado. Jorge estava em sua casa com Michel, Inácio e com a vítima – Tiago Souza – bebendo. A vítima estava de posse de um facão. Em dado momento Inácio chamou Jorge para “arrochar” a vítima. Neste momento convidaram-no para dar uma volta no campo. Chegando lá Jorge segurou a vítima enquanto Inácio, de posse do facão, passou a desferir vários golpes, contando em voz alta cada um dos vinte que acertou. Vendo que Tiago ainda agonizava, lure pegou o facão e desferiu um golpe na barriga fazendo com que as vísceras desta ficassem expostas. Depois do ato cometido, voltaram para casa do Inácio e contaram para Michel o que haviam feito. Michel foi verificar o que tinha ocorrido e ao chegar ao local percebeu que a vítima ainda estava viva, mas nada fez para socorrê-lo.	Fato ocorrido: 28/03/2013	MSE sem possibilidade de atividades externas.	

									O motivo teria sido uma desavença entre a vítima e Inacio cerca de três meses antes.			
									Artigo 157 Roubo de bicicleta	2010	Liberdade assistida	
									Artigo 121, cc, artigo 14, II Tentativa de homicídio Estava com raiva de um garoto que o havia provocado. Foi em casa, pegou uma faca e saiu a procura da vítima para se vingar.	2012	Prestação de serviços a comunidade	
28.	ISJ Tem um filho de onze meses e uma companheira que mora na casa da mãe dela.	M	30/01/1998	Boa Vista-RR	Pricumã	2º ano do Ensino Médio	Órfão de pai – mora com a mãe.. Um irmão casado	2.620,00 da mãe + salário mínimo de renda do adolescente.	Ato Infracional de Artigo 217 – A do Código Penal - Estupro a vulnerável Izaque é primo da vítima – de 07 anos de idade. Os pais estavam ensaiando quadrinha enquanto a garota brincava na calçada. Izaque chamou-a para sua casa e, sem que ninguém percebesse, sob ameaça de matar a família da menina retirou-lhe a roupa e consumou conjunção carnal. Em seguida, a mãe da garota, chega em casa, momento este que Izaque se evade do local e a garota apavorada conta a sua que foi estuprada e a família fora ameaçada de morte caso ela contasse aos pais o ocorrido.	15/03/2015	MSE sem possibilidade de atividade externa	Maconha, cocaína e cigarro e álcool
29.	JFS	M	20/06/1997	Boa Vista RR	Asa Branca Jóquei Clube	6ª série mas não frequenta as aulas. Participa do Projeto crescer	Mãe: Presa por tráfico de drogas Três irmãos usuários de drogas e alguns presos em regime fechado “puxando pena” por tráfico. Uma irmã, que,	0,0	Acolhimento por vulnerabilidade e risco pessoal (uso de entorpecente, furtos).	Fato ocorrido: 24/04/2014		Maconha cocaína, crac, pasta base de cocaína, cigarro e álcool (cerveja e cachaça)

							tomava conta dele, que por envolvimento com drogas, foi assassinada. Jackson morava no abrigo masculino		Ato infracional – artigo 163, II do Código Penal Jackson reclamou a equipe plantonista que estava sentindo febre e dor de cabeça e foi orientado a tomar banho para baixar a febre. Se revoltou e utilizando fios de energia da lâmpada da cela ateou fogo em seu colchão.	Fato ocorrido: 05/04/2015	Advertência	
									Artigo 155, § 4º do Código Penal. Ao sair sem autorização do abrigo masculino onde encontra-se institucionalizado, Jackson avistou várias motocicletas estacionadas no Centro de Formação de Vigilantes do Mecejana. Utilizando-se de uma chave de ignição de moto que já possuía, subtraiu uma motocicleta vermelha TRAXX,	12/11/2014	Internação com possibilidade de atividade externa	
									Artigo 157, § 2º, I e II do Código penal. a vítima – caminhava em via pública na companhia da amiga, quando foram surpreendidas por Je outro adolescente que se aproximaram de bicicleta. J desceu da garupa e com arma de fogo em punho, ordenou que as mocas entregassem o celular, dinheiro e o que mais tivessem. A jovem se assustou e saiu correndo, enquanto a outra, muito nervosa, entregou o dinheiro. Perseguidos, foram detidos por populares que acionaram a PM.	Fato ocorrido: 14/09/2011	MSE de semi liberdade.	
30.	JLBN	M	21 de 02/199	Boa Vista-RR	Mecejana – Boa Vista	7º ano do Ensino	Mãe, padrasto (com quem não	1 salário mínimo do	Artigo 19 LCP – trazer consigo arma de fogo	13/06/2013	Advertência	13 anos Maconha,

	Registros de ocorrências internas		8			Fundamental – CSE. (Foi expulso de três escolas)	se entende) . Mora com n casa o avô com seus dois irmãos, a cunhada e uma. Entretanto a família tem sete irmãos de pais diferentes.	padraсто + salário mínimo da mãe + salário mínimo do irmão.	Artigo 14 10 826/06 e Artigo 180 do Código Penal – Porte de arma caseira Artigo 157, § 2º, I e II cc e Artigo 14, II do Código penal. Kennedy e Grazi assistiam o jogo da Copa do Mundo na Praça das águas quando Davi, armado de uma faca anunciou o assalto e Joao dava cobertura ameaçando ir para cima. A vitima, no intuito de se defender da agressão, jogou a bicicleta em cima dos dois jovens, momento em que foi ferido pela faca de Davi. As vitimas saíram correndo do local em direção a pizzaria trevo e a PM foi acionada, apreendendo-os ainda no local.	29/03/2014 Fato ocorrido em 08/07/2014 na praça das águas.	MSE de prestação de serviço Prestação de serviço para a comunidade	álcool e cigarros.
									Ato Infracional tipificado no Artigo 157, I e II § 2º Davi, junto com outro menor chamado Davi, de posse de uma faca, assaltou a jovem Gabriela, subtraindo -lhe a bolsa e um celular. No momento do assalto a jovem encontrava-se na frente do Totozão, sentada em um banco da praça Airton Senna, com o namorado. Após o assalto fugiram de bicicleta mas foram capturados em frente ao GRESSBE.	Fato ocorrido 01/03/2015 Institucionalizado dia 02/03/2015	MSE Semi liberdade	
31.	LSS 1 Várias ocorrências	M	27/08/1996	Boa Vista- RR	Nossa Senhora do Livramento – Caracará	1º ano do Ensino medio – CSE, mas	Pai e mãe separados. Ora mora com a mãe (Caracará) ora	Um salário mínimo mais bolsa família	Artigo 155, cc do Código Penal Artigo 155, cc do Código Penal	10/12/2009 30/01/2013	MSE LA MSE LA	13 anos. Pasta base, Maconha,

	internas					nao frequenta as aulas.	mora com o pai (Boa Vista). Possui 4 irmãos e uma irmã. Tem um padrasto. Todos moram com a mãe.		Artigo 157 do Código Penal A vítima, Marciene da Silva, caminhava pela av. Brigadeiro Eduardo Gomes, quando foi surpreendida por Leonardo que estava de bicicleta. Ele parou a bicicleta perto da vítima, sacou uma faca e ameaçou a vítima tomando-lhe o aparelho celular das mãos. Saiu em fuga de bicicleta, momento em que a vítima gritou por socorro e populares saíram em perseguição, conseguindo detê-lo.	12/06/2013	MSE LA	crack e cocaína. Dependente. Bebida alcoólica
									Artigo 155, cc e artigo 61 II – alínea h - do Código Penal	02/01/2014	MSE Semi	
									Artigo 155 do Código Penal	13/02/2014	MSE LA	
									Artigo 155 do Código Penal	08/08/2014	MSE CP	
									Artigo 155 do Código Penal	11/12/2014	MSE CP	
32.	LSS 2	M	22/031998	Caracará	São Francisco-Boa Vista	3º ano do Ensino Fundamental Parou.	Pai e mãe separados. Seis irmãos. 5 homens e uma mulher	Padrasto Serralheiro – 900,00 + 788,00 mãe serviços gerais. – 1688,00	Artigo 121, § 2º II,III do Código Penal Homicídio qualificado por motivo fútil por meio de asfixia (matou o irmão.) - Manoela combinou com o amigo Luciano de matar seu irmão. . no dia marcado consumiram cachaça, thinner e crack, esperam o nível de resistência do irmão diminuir, chamaram-no para dentro da residencia. O amigo aplicou-lhe um mata leão, ao tempo que a Manoela colocou-lhe um saco plástico na cabeça. Após luta corporal, Luciano conseguiu derrubá-lo e, utilizando-se de uma corda fornecida por Manoela, mataram-no enforcado. Enforcou com uma corda o	16/07/2015	MSE internação sem possibilidade de atividades externas	Feijão, pasta base de cocaína, conhaque, caninha e outras bebidas alcoolicas

									irmão, e saco plástico, premeditadamente, após reduzir a capacidade de resistência mediante uso de thiner			
33.	MSS A companheira o visitou algumas vezes, ressaltou o bom caráter do Macleisson, mas, aconselhada por amigos, resolveu voltar para o Pará, pois teme que quando for solto possa tentar contra sua vida.	M	15/09/1995	Boa Vista/ RR	Suelandia-Rorainópolis	Abandono ou os estudos na 6ª série do Ensino Fundamental	Morava com a companheira Alexandra. Não tem contato com a família. Tem um irmão preso, uma irmã e a sua mãe que mora em uma fazenda em Rorainópolis, é vaqueira e apresenta problemas de drogadição. Saiu de casa aos 9 anos e se sustenta desde então.	980,00 de seu trabalho como serralheiro 500,00 da companheira – doméstica. Total de 1480,00 casal.	Artigo 121 c/c II e 61 II, f - do Código Penal com violência doméstica. Macleisson, inconformado com a separação, vinha perseguindo e ameaçando sua companheira – Alexandra – de morte. No dia 22/07/2012 chegou á casa de Alcione – amiga da esposa - , onde Alexandra se encontrava. Tentou esfaquear primeiro Alcione, que desvencilhou-se. Pegou Alexandra pelos cabelos e deu três punhaladas nas sendo uma no pescoço, outa no braço e nas costas. Neste momento Alcione travou luta corporal com Macleisson, impedindo que ele consumasse o fato. Diz que foi até Alexandra porque “teve vontade de matar ela; não queria matar Alcione; que estava com pedaço de pau e parou de agredi-la porque ficou com dó dela; estava zangado, mas ao mesmo tempo se arrependeu	Fato ocorrido 22/07/2012.	MSE de internação com possibilidade de atividade externa.	Apenas cigarro, cerveja e vinho
34.	MATL	M	01/05/1998	Boa Vista/ RR	Bela Vista	1º ano do ensino Medio - CSE	Mãe, padrasto e três irmãos	788,00 mãe e padrasto. Total de 1576	Artigo 33, da Lei 11.343/06 – Uso e tráfico de drogas. Marcelo e o amigo Robert foram flagranteados pela PM fazendo uso de maconha e de posse de varias trouxinhas. Confessou que além de fazer uso estava comercializando a droga.	06/11/2014 12/02/2015	MSE sem possibilidade de atividades externas.	Aos 15 anos maconha

									Artigo 157, §2º I,II c/c e art. 29 do Código penal. Roubo qualificado. Marcelo e outros dois adolescentes (Carlos Eduardo e Gabriel da Silva), vinham de bicicleta pela rua dos taxistas, no Pricumã, quando avistaram a vítima – Elzilene - que havia parado sua moto para efetuar uma ligação para o namorado. Neste momento os três anunciaram o assalto ameaçando a moca com um simulacro de arma de fogo e um canivete, ordenando que entregasse a moto e o celular. A moca entregou e les empreenderam fuga. A moca começou a gritar por socorro. A policia apareceu. Fez uma diligência nas ruas próximas e encontrou os jovens prendendo-os.			
35.	MHF	M	22/06/1996	Boa Vista -RR	Liberdade - Boa Vista	2º ano do Ensino Médio - CSE	Mora com uma companheira. Mãe – merendeira e solteira Pai – Promotor de vendas casado Tia materna – criou por um tempo – professora. Avô paterno-militar, foi responsável por Mateus por um período, ate se desentender com ele e manda-lo para sua mãe.	\$50,00 do jovem que trabalha em um Lava-jato + renda da companheira nao informada.	Artigo 157, § 2º I e II, art 113 do Código Penal Artigo16 da Lei 10826/03 Acácio – vítima – estava em frente a sua residência quando foi abordado e rendido por Mateus, que estava com uma arma de fogo e acompanhado por um adulto de nome Jardson. Cláudio e Acácio adentraram a casa, levando a vítima para dentro sob ameaça. Na casa ainda estavam Ducicleide e Maria, ambas diaristas. Cláudio mandou que todos entrassem num quanto e deitasse no chão com o rosto para baixo, enquanto Jardson vasculhava a casa e recolhia os objetos de valor, colocando-os no carro da vítima Acácio. Durante a	Data do fato ocorrido o 03/12/2013.	MSE sem possibilidade de atividade externa Desde junho de 2013 esta com MSE de Semiliberdade	Maconha

									ação, muitos socos pontapés e palavrões foram desferidos em Acácio, mesmo estando ele imobilizado e calado. Posteriormente, Cláudio aproximou-se de Dulcilene, puxando-a pelos cabelos e arrastando-a para outro canto do quarto. Batendo em suas nádegas, tirou-lhe o short e a calcinha e ordenou que deitasse na cama, para em seguida estupra-la. Após a empreitada, Cláudio e Jardson fugiram no carro de Acácio.			
									Artigo 157, § 2º Na garupa da moto do adulto de nome Briguel, Cláudio abordou Michelli e Odilene, em plena via pública do bairro Caimbé, apontando uma arma de fogo e ordenando-as que entregassem os aparelhos celulares e a bolsa. Depois empreenderam fuga.	Fato ocorrido: 24/01/2014	MSE possibilitada de atividade externa	
36.	MGP	M	21/08/1998	Boa Vista/RR	Jardim Olímpico – Boa Vista	6º ano – EJA. CSE	Pais separados. Reside com a mãe uma irmã e um sobrinho. Tem ainda mais dois irmãos que não residem na casa.	Renda de 400,00 proveniente de pensão alimentícia do filho que é menor.	Artigo 28 da Lei 11343/06 Cumprindo medida de Semiliberdade, ao regressar ao CSE no final do dia, portava consigo trouxinhas de maconha. Artigo 157, § 2º, I e II e 288 do Código penal. Francisco Vasconcelos – a vítima- estava na empresa JF material de construção, no bairro Aracelis, quando o Felipe, junto com Maylan e um adulto de nome Wyllyans, adentrou o comércio abordando a vítima de posse de uma escopeta. Após anunciarem o assalto exigiram que a vítima e seus funcionários	22/11/2014		Maconha e Cerveja
										Fato ocorrido: 17/04/2014	MSE semiliberdade	

								entregassem dinheiro e todos os objetos de valor. Em seguida empreenderam fuga. O dono do estabelecimento prestou queixa, registrado boletim de ocorrência e após investigação policial o chegou-se aos nomes dos envolvidos.			
								Artigo 157, 1o, § 2º, I, II e IV – artigo 14, 15 e 16, § § único, II e III. Lei no 10/826/03. Marcus Rogerio, policial militar, estava chegando em casa e estacionado sua moto quando foi surpreendido por Maylon e um adulto – Ydelson – que se encontravam no quintal de sua casa. Maylon, de posse de uma arma de fogo, anunciou o assalto ordenado que a vítima entregasse a moto, no que fora prontamente atendido. Maylon montou na moto e entregou a arma para o Ydelson. Neste momento a vítima de afatou um pouco para abrigar-se e identificando-se como policial, sacou sua arma de fogo. Neste momento Maylon largou a moto e se rendeu enquanto Ydelson disparou contra a vítima, entretanto a munição não deflagrou. Neste momento a vítima efetuou um disparo que pegou no motor da moto e o adulto se rendeu. Populares e a vítima imobilizaram Maylon e Ydelson e acionaram a PM.	Fato ocorrido dia 05/01/3013	MSE de internação sem possibilidade de atividade externa.	

37.	RSA.	M	13/10/ 1997	Boa Vista/RR	São Bento – Boa Vista	8ª série do ensino Fundament al Faz parte do projeto Crescer. (Como medida de PSC)	Mãe – separa do pai. 2 irmãos.	1250,00 da mãe que é manicure.	Artigo 157, 1º, § 2º, I, II do Código Penal. Rayan e outros jovens, na companhia do um adulto – Mayke - e, portando arma de fogo caseira, praticaram dois delitos seguidamente. 1º Acassia – vítima- vinha caminhando em via publica quando foi abordada com uma faca no pescoço pelo adulto. Rayan , apontando a arma para a cabeça da Acassia ordenou que entregasse o dinheiro e o celular, no que fora prontamente atendido. Empreenderam fuga e mais adiante cometeram o 2º delito: Talison, a vitima, vinha transitando de bicicleta e diminuiu a velocidade para passar em um buraco. Neste momento Mayke e Riquelme – outro jovem – abordaram o rapaz e enquanto Mayke apontava-lhe a arma de fogo para a cabeça, Riquelme retirava a chave da ignição. Rayan sacou uma faca e ameaçou rapaz para que lhe entregasse a carteira e a moto, no que foi prontamente atendido. Seguidamente, tendo o grupo empreendido fuga, as vítimas começaram a gritar por socorro, a PM foi acionada , saiu em perseguição e apreendeu alguns deles	Fato ocorrido: 29/06/ 2015	MSE semiliberd ade	Maconha desde os 15 anos, álcool e cigarro.
38.	RFS	M	15/02/ 1999	Pedreira MA	Sao José Operário – Caracará	7º ano do Ensino Fundament al CSE	Pais separados. Mora com o pai, a avó e dois irmãos	Pai – 788,00 Aposentado. Avó 788,00 aposentada	Vários Atos infracionais (mais de 7 roubos no período de 21/12/2014 a 03/02/2015, desordem, desacato, lesão corporal etc) na Comarca de Caracará, registrados em	Datas diferen tes de ocorrê ncia dos divers	MSE internação com possibilida de de atividades externas.	Usuário desde os 13 anos

									Boletins de ocorrência, equiparados Artigo 155 § e artigo 103 do ECA	os fatos.		
39.	TGG (Pai de uma criança de oito meses)	M	08/12/1996	Boa vista-RR	Liberdade - Boa Vista	8º ano do Ensino Fundameta I - EJA	Pais separados. Mora com a avó, irmão e uma tia. A mãe mora ena Paraíba e o pai constituiu uma outra família, mas mora na mesma rua.	Pai – Pedreiro – 1200,00 Avó – copeira no Camilo Dias – 2000,00 400,00 de ajudante de pedreiro	Artigo 157, § 2º, I e II do Código penal Leidiane Evarista, a vitima, encontrava-se na frente de seu salão mexendo em seu aparelho celular quando Felipe, acompanhado de Thalyson, apareceram em uma moto. e apontando revolver calibre 38, exigiu que a vitima entregasse o celular e a carteira. Fugiram e foram apreendidos no bairro Santa Tereza, pela PM, após sofrerem uma queda de moto.	Fato ocorrido: 25/10/1014	MSE Semiliberdade	Só bebida alcoólica esporadicamente.
									§ Artigo 157, § 2º, I e II do Código penal De bicicleta, em companhia de outro jovem, de nome Fabio, Thalyson , de posse de uma faca, abordou Luana Ribeiro que encontrava-se em frente de casa, anunciando o assalto e ordenando-lhe que entregasse o celular.	08/02/2014		
40.	TBSS (participa de galera, tem varias ocorrências internas)	M	11/08/1998	Boa Vista-RR	Jardim Tropical Jardim Floresta.	1º ano do Ensino Médio (EJA) - CSE	O Pai é falecido. Reside com a mãe, padrasto uma irmã, um irmão e uma tia. Tem mais uma irmã que casa mora em outra residência.	850,00 da mãe – serviços gerais no Colmeia) + 166,00 do Bolsa Família + 1272 do padrasto (serviço de pedreiro) mais 1026,00 de pensão do INSS do pai	Artigo 157, § 2º, I e II do Código penal Tais, José, Natália e Cândido, estavam na frente do cinema Super K aguardando o horário do filme começar, quando foram abordados por Francianderson, Marcelino Brenner e outro jovem de nome Wesley que se aproximaram a pé do grupo. Wesley levantou a blusa mostrando uma arma de fogo caseira ao pequeno grupo como forma de ameaça e anunciou o assalto exigindo que	Fato ocorrido: 16/08/2014	MSE sem possibilidade de atividade externa	Maconha. Cigarro e bebida alcoólica.

								entregassem os celulares. Neste momento Marcelino, de posse de uma faca peixeira, distanciou-se um pouco das vítimas para vigiar e evitar que as mesmas fugissem ou dessem algum sinal. Wesley recolheu os celulares junto com Francianderson. Após o assalto, saíram do local caminhando tranquilamente, sendo que os adolescente Francianderson e Marcelino foram para um lado e o Wesley entrou num palio e sumiu			
								Artigo 157, § 2º, I e II c/c Artigo 288 do Código penal Thyago, Élio, Leandro e mais 4 adultos (Alef, Tino, Neto e Vinicius), usando arma de fogo, assaltaram Posto de gasolina no Bairro Santa Cecilia, Município do Canta.	Fato ocorrido: 03/04/2014	MSE com possibilidade de atividade externa	
								Ato Infracional correspondente ao artigo Artigo 157, § 2º, I e II c/c Art. 244-B, da Lei d8069/90 e Art.14 da Lei 10.826/03 (Roubo qualificado, Corrupção de menores, porte ilegal de arma de fogo).	17/11/2013	MSE Liberdade assistida com Prestação de serviços a comunidade	
								A vítima, Sayron estava em frente a sua residência quando foi abordada por Thyago que estava na garupa de uma moto, conduzida por um adulto. Thyago, desceu da moto e de posse de uma faca, anunciou o assalto ordenado que a jovem entregasse o celular. No que foi prontamente atendido.	06/11/2013		

									De igual modo, Aécio – a vítima - foi abordado pela dupla. Thyago, desta vez portando uma arma d fogo, anunciou o assalto e ordenou que a vítima lhe entregasse a motocicleta.	12/11/2013		
									A terceira vítima, Suellen, estava caminhando próximo a sua residência quando, do mesmo modo, foi abordada pela dupla. De posse de uma faca, Thyago anunciou o assalto e ordenou que lhe entregasse a bolsa, no que fora prontamente atendido.	15/11/2013		
41.	VJTS	M	13/04/2001	Boa Vista -RR	Maria benta Dias – Alto Alegre	9º ano do Ensino Fundamental	Foi criado pelos avós paternos e mora com eles e uma prima. Os pais são separados. O pai é caseiro constituiu nova família. E a mãe trabalha no supermercado são Jorge. Tem 2 irmãos do segundo relacionamento da mãe e + um do pai.	1200,00 proveniente do pai que é caseiro. A avó – Bolsa família e crédito Social	Não consta a Infração.			Bebida alcoólica
42.	WSM Namorada grávida de seis meses	M	26/05/1997	Boa Vista -RR	Cidade Satélite – Boa Vista	1º ano do ensino medio – parou de estudar	Mãe e pai, mas mora com a namorada .	Renda do adolescente como ajudante de pedreiro300,00 ?	Artigo 157, § 2º, I e II c/c Art. 329e 330 e Art. 309 do Código Penal (roubo, desobediência e resistência, dirigir sem CNH) Júnior Lima, a vítima, vinha trafegando em sua moto em estrada de barro na saída para Alto alegre quando foi abordado por Wagnerton e outro jovem conhecido por Marcos da cidade Satélite . Os jovens saíram de um matagal onde encontravam-se na espreita e portando	02/05/2015	Provisória -MSE sem possibilidade de atividade externa.	Cerveja e cigarros final de semana. Droga – maconha- Não usa mais.

									mediante o uso de arma de fogo anunciaram o assalto e roubaram a motocicleta de Júnior Lima.			
43.	WCB	M	12/02/1997	Boa Vista RR	Vila Apiaú – Mucajai	2º ano do Ensino Fundamental – Parou de estudar.	Mãe, avós, irmã e um irmão, em Mucajai, mas passa maior parte do tempo cuidando da fazenda onde trabalha como vaqueiro	Em torno de 1200,00 do trabalho do avó e dele como vaqueiro (600,00 reais cada) + crédito social e bolsa família.	Artigo 157, § 2º, I, II e IV W e Pedro Macuxi, a vítima, estavam bebendo cachaça em um bar. Em dado momento começou uma discussão entre os dois por causa de um litro de cachaça. Pedro ameaçou matar o Gabriel, que empurrou o amigo. Já no chão Pedro recebeu vários chutes e por fim nove facadas desferidas por Weber. Apos o acontecimento o jovem fugiu do local.	20/01/2014	MSE provisória de internação	Bebida alcoólica (Cachaça) aos 14, maconha e pasta base (iniciou aos 15 anos) e cigarro
44.	WSO (o irmão mais velho	M	24/06/20000	Boa Vista/RR	Cruviana – Boa Vista	6º ano do Ensino Fundamental	Padrasto, mãe e três irmãos menores. Tem um irmão mais velho que reside com a avó materna, pois foi expulso de casa pelo padrasto por uso de drogas	Renda indefinida, advém de trabalhos esporádicos que o padrasto, músico, realiza. 120 de crédito social + 160,00 Bolsa família	Artigo 217-A do Código Penal. Mickael – criança de 4 anos de idade – vizinho de Wesley, estava brincando com outras crianças na frente da casa de Wesley. Em determinado momento Mickael entrou em atrito com Wesley, motivo pelo qual Wesley se enfureceu, perdeu a paciência, pegou o garoto, levou-o para sala de sua residência e praticou atos libidinosos com a criança. Posteriormente, quando a criança chegou em casa, Dona Gracileide, mãe da criança, sem nada saber, mandou-a tomar banho. Observou o garoto de cócoras e com sangramento no ânus foi quando o indagando sobre o que ocorrerá, descobriu que o garoto havia sido violentado.	01/05/2015	MSE internação sem possibilidade de atividades externas	12 anos maconha, mas não gostou.
45.	YEM	M	09/09/1998	Boa Vista - RR	Cruviana	6º ano do Ensino	Mora com a avó (por quem foi	1 salário mínimo da avó	Artigo 157, § 2º, I e II Jailson dos Santos – vítima	16/05/2015	MSE internação	Maconha desde os

					Fundamental	criado), um tio e um irmão. Tem mais três irmãs . uma mora com o pai dela e as outras duas moram com a mãe, resultado do terceiro relacionamento.	(pensão) + um salário mínimo do tio.	– estava próximo a sua casa conduzindo sua bicicleta quando Yan, acompanhado de outro jovem conhecido por “Camarão”, também de bicicleta, apontou uma foice anunciando o assalto e obrigando-o a entregar a bicicleta. Em seguida, Yan e Camarão, empreenderam fuga, cada um em uma bicicleta. Jailson pegou sua motocicleta em casa e saiu em perseguição aso jovens, momento em em que Yan tentou acertá-lo com a foice. Jailson conseguiu derrubar Yan e acionar a PM que na ocasião estava passando pelo local.		sem possibilidade de atividades externas	15 anos, pasta base e bebida alcoólica	
46.	YMSM	M	21/03/1997	Boa Vista-RR	Cauamé	2º ano	Pai, mãe, duas irmãs e uma sobrinha.	Mãe-DETRAN 2300,00 Pai – Almozarife NA CERR– 3000,00 = 6000,00	Artigo 157, § 2º segunda parte. Yuri, Raquel e o adulto Gabriel Brummel (My Friend) cometeram homicídio de Ivanir Adilson (advogado da cidade – caso repercutiu). Raquel foi a mentora. Seduziu Ivanir para que o mesmo o levasse para casa dele, assim facilitou a entrada de Gabriel Brummel na residência posteriormente do Yuri para roubar e dirigir o veículo de Ivanir. Yuri, chamado por Raquel, entrou na casa do Ivanir e ja o encontrou morto pela Raquel e Brummel. A pedido de Brummel trocou a bermuda com ele (suja de sangue), pegou o carro do Ivanir (com o mesmo morto no porta malas) e a pedido de Raquel saiu dirigindo o carro. A instrução era aguardar um telefonema de	07/03/2015	MSE Provisória sem possibilidade de atividades externas.	Maconha desde os 14 cerveja – 16 e cigarro

									Raquel que indicaria onde ele deveria deixar o carro para vender. Este telefonema nunca chegou. Assim, Yuri, com medo, abandonou o carro perto do Cauamé e levou alguns dos pertences do Ivanir que encontravam-se no carro. Pelo serviço prestado, Raquel havia lhe prometido 5000,00.			
47.	RPS	F	03/08/2000	Alenquer/PA	Abrigo Comunitário	2o ano do Ensino Fundamental	Mae		Art. 129 Caput e Art. 147 c/c Art. 14, II do CFB. Desentendimento entre a Gerente Diana e a adolescente Rafaela, que proferiu ameaças verbais a toda comunidade do Abrigo Feminino Ameaças		MM.S.E.: Custódia Provisória	Dependente de cocaína, maconha, álcool
48.	GVA	M	10/02/1997	Manaus- AM	Equatorial	1º ano do Ensino Fundamental	Mae e três irmãos.	Nao informou.	Art. 163, II do CPB	30/01/2015	MSE sem possibilidade	11 anos Cocaína, maconha, cola
49.	JMS atividade externa	M	11/03/1998	Caracará-RR	Livramento – Caracará.	6º ano	Mae é responsável pelo sustento Quatro irmãos.	1576,00	Artigo 121. Parágrafo II, I e II do CPB	19/08/2015	MSE SP	Maconha aos 15 anos
50.	KASM	M	03/04/1997	Boa Vista- RR	Monte das Oliveiras	7º ano	Mãe e dois irmãos.	Bolsa Família, 200,00 = 120 de crédito social = 200 de pensão alimentícia= 520,00	Artigo 121 do CPB	Sentença em 08/2015	MSE sem possibilidade de atividade externa.	Maconha, pasta base e álcool.
51.	LHBS	M	13/02/2000	Boa Vista - RR	Conjunto Cidadão	5º ano	Mae, padrasto e um irmao. (sete irmãos)	Mae 800,00+ 120 credito social+ 112,00 Bolsa família+ 788,00 padrasto = 1.820,00	Artigo 121, II e IV do CPB	Sentença 07 / 2015	MSE sem possibilidade de atividade externa.	Álcool e maconha
52.	SUETAM	M	18/06/1997	Boa Vista- RR	Nova Canãa	9º ano	Madrinha e duas irmãs.	2.000,00	Art. 157, paragrafo 2 e artigo 29 do CPB.	Sentença agosto de 2015	MSE sem possibilidade de atividade externa.	Maconha, cocaína e álcool.
53.	JOÃO	M	04/08/	Boa Vista	Mecejana (6º ano	6 irmãos –	0,0	Art. 157, paragrafo 2 I do	Sente	MSE sem	10 anos

	Reincidente 4 vezes		1997		Abrigo Masculino)		morava em abrigo		CPB	nça 12/06/ 2015	possibilida de de atividade externa.	maconha cocaína cigarro alcoól
54.									Artigo 129 CPB	30/01/ 2015	MSE semi	
55.	MARIANA	F	30/07/ 1999	Boa Vista	Centro de Mucajai	6º ano	3 irmaos. abrigo	0,0	Artigo 157, paragrafo 2 I e II do CPB	06/08/ 2015	MSE sem possibilida de de atividade externa.	Maconha, pasta, álcool. 08 anos
56.	MADALENA	F	02/09/ 1998	Boa Vista	Caetano Filho	6º ano do Ensino Fundament al	3	0,0	Artigo 121, paragrafo 2 III e IV do CPB	Sente nça 23/10/ 2014	MSE sem possibilida de de atividade externa.	10 anos maconha, pasta base e álcool
57.	RCM	M	28/11/ 1999	Boa Vista	Brigadeiro	9º ano	Mãe e dois irmãos	Mãe 650,00 + 182,00 Bolsa família e 120 crédito social= 952,00	Artigo 157 , paragrafo 2 e incisos i e II do CPB	Sente nça 17/12/ 2015	MSE SP	Maconha 13 anos
58.									Artigo 33 da lei 11.343/06	20/05/ 2015	MSE SP	
59.	RNR	M	18/01/ 1998	Boa Vista	Senador Hélio Campos - RR	7º ano	Avó, mãe, irmã e sobrinha		Artigo 157, paragrafo 2, I e II do CPB	Sente nça 29/09/ 2015	MSE SP	Maconha e pasta base aos 15 anos.
60.									Artigo 157	08/08/ 2014	MSE SP	
61.	RAQUEL	F	11/06/ 1997	Manaus	Jardim Tropical	1 º ano do médio	Mãe e duas irmãs.	20.000,00	Artigo 157, paragrafo 3, <i>in fine</i> do CPB	07/03/ 2015	MSE SP	13 anos maconha e cocaína
62.	WAS	M	04/01/ 1998	Paramaribo Suriname	Senador Hélio Campos	6ª série	Mãe, quatro irmãos e uma sobrinha.	800,00 + 314 do bolsa família= 120 crédito social. 1.234,00	Artigo 157, paragrafo 1º e 2º, II doo CPB	Sente nça 16/12/ 2015	MSE SP	Maconha 13 anos cigarro e álcool.
63.	AMSS	M	24/08/ 2001	São Francisco	9º ano (cursando)		3 irmãos Sustento pela mãe Mora com a avó	Um salario minimo	Artigo 155		MSE SP Caráter Provisório.	Uso de maconha desde os 12 anos

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS
QUESTÕES SURGIDAS NO DECORRER DA PESQUISA

Roteiro das entrevistas	Questões que foram surgindo no decorrer da pesquisa etnográfica
<p>1. Quem são estes jovens?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Escolaridade (Nível de escolaridade e qual a importância do estudo para sua vida) • Atividades diárias: o que mais gostava de fazer antes de ser “recolhido” e atualmente. (Afazeres e distração/lazer) • Família – (Constituição familiar, importância da família em suas vidas, com quem se relaciona melhor, quem considera mais importante ou de quem gosta mais e por que. Cara da pessoa que você admira) • Trabalho (alguns trabalhavam antes da internação) • Origem (naturalidade e nacionalidade)
<p>2. Como se identificam?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A visão que tem de si mesmos. • A satisfação ou insatisfação com o jeito de ser. • Pessoas quem se identificam • As qualidades que tem • O que mais admira em si • Seus “defeitos”. • Pessoas que admiram e que desejariam ser. • A concepção de jovem • A concepção de jovem infrator. • A percepção com relação a si como uma pessoa violenta.
<p>3. Como os outros o veem?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Como acham que os outros o veem • O merecimento ou não da confiança das pessoas em si ou no jovem infrator de forma genérica.

<p>4. A Vida no CSE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sentimento/sensação ao chegar no CSE-RR. • Motivos de insegurança no CSE-RR. • A privação da liberdade • Atividades desenvolvidas no CSE-RR e a relação com a preparação para a saída, ou para a vida fora da prisão. • A rotina. • Redes de apoio no CSE-RR. • Os grupos dentro do CSE-RR. • A relação dos internos com os socioeducadores. • Sua relação com os outros internos. • Delitos/crimes cometidos que não são aceitáveis pelos internos
<p>5. Dos delitos cometidos e sensações.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Narrativa do que deu causa a internação e a motivação para a prática do delito/crime. • Outros delitos praticados por eles, pelos quais não foram responsabilizados. • Qual o mais marcante em sua vida? • Sentimentos com relação ao crime cometido antes, durante e depois, sendo o depois descrito de duas maneiras: logo após o ato e atualmente.) • Qual a sensação no momento do ato cometido (medo, satisfação, raiva)? • Como se organiza/planeja para efetuar assaltos e roubos.
<p>6 O que é violência para estes jovens? (Quando consideram um ato como violento e quando acham justificável a violência? Em quais contextos se sentem violentados? Como se percebem dentro deste contexto de violência? Quais as redes de apoio</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O que te deixa muito ansioso. • Motivos de irritação e reações. • O que considera uma reação ou um ato de violência. • Conceito de violência. • A relação do crime cometido por ele e a violência. • Narrativas de situações ou momentos em suas vidas, em que sofreram violência e o sentimento com relação a esse contexto.. • Situações de violência que presenciou em suas

destes jovens?)	vidas, deixando marcas.
Família: (O meio e rede de apoio)	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição: Pai, mãe irmãos etc. • Figura principal da casa. • Como se dá o sustento da família. • Dificuldades de acesso a materiais de necessidades básicas • O responsável por sua criação – ou que cuidava dele.
Como foi a infância?	<ul style="list-style-type: none"> • Escola • Brincadeiras. • Que mais gostava de fazer e ou o que não gostava de fazer. • Lembranças que preferiam não ter, mas foram narradas. • Acesso a escola • Atividades de sua responsabilidade
Amigos:	<ul style="list-style-type: none"> • A importância e o significado de amizade. • Circulo de amigos. • Amigos como causa de seu envolvimento com atos ilícitos. • Lealdade ao amigo • Tem muitos amigos? • Que você seria capaz de fazer por um amigo?

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - 1UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Projeto de Tese: CONCEPÇÕES DE VIOLÊNCIA ENTRE JOVENS DO CENTRO SOCIOEDUCATIVO DE RORAIMA

Eu, _____,
RG _____, abaixo assinado, responsável pelo
menor _____, dou meu consentimento livre e
esclarecido para autorizar a participação do referido menor no projeto de pesquisa
supracitado, sob a responsabilidade da doutoranda Daygles Maria Ferreira de Souza
e sua orientadora Profa. Dra. Miriam Steffen Vieira do Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Assinando este Termo de Consentimento estou ciente de que:

- 1 - O objetivo da pesquisa é analisar e compreender as situações de violência vivenciadas pelos jovens e como estas podem influenciar na sua autopercepção e nas suas trajetórias de vida;
- 2 – Serão realizadas entrevistas com os jovens. Estas entrevistas estarão centradas em suas trajetórias e visam acessar a perspectiva dos jovens sobre suas trajetórias e sobre o modo como a violência aparece em suas histórias de vida;
- 4 - Foram oferecidas todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a participação na referida pesquisa;
- 5 – É possível interromper a qualquer momento a participação na pesquisa;
- 6 – Os dados pessoais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos na pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho, expostos acima, incluída sua publicação na literatura científica especializada;
- 8 - O contato com o responsável pelo estudo poderá ser feito sempre que julgar necessário pelo telefone (95) 981000099;

- 9- Este Termo de Consentimento é feito em duas vias, sendo que uma permanecerá em poder do responsável pelo voluntário e outra com o pesquisador responsável.

Boa Vista/RR, dede 2015.

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – 2



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

1. ESCLARECIMENTO SOBRE A PESQUISA

Prezado (a) participante:

Sou Daygles Maria de Souza Lima, estudante do Curso de Doutorado em Ciências Sociais, ofertado pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, no Rio Grande do Sul. Estou realizando uma pesquisa intitulada provisoriamente **CONCEPÇÕES DE VIOLÊNCIA DOS JOVENS DO CENTRO SOCIOEDUCATIVO DE RORAIMA E TRAJETÓRIAS DE VIDA**, cujo objetivo é compreender as situações de violência vivenciadas pelos jovens e como estas podem influenciar na sua autopercepção e nas suas trajetórias de vida.

Sua participação neste estudo será por meio de informações sobre a trajetória de vida dos jovens internos.

Os dados pessoais serão mantidos em sigilo. Os resultados gerais obtidos na pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho, exposto acima, incluída sua publicação na literatura científica especializada;

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora pelo telefone (95)981000099.

2. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, abaixo assinado, aceito a participar desta pesquisa e dou meu consentimento livre e esclarecido ao mesmo tempo em que declaro:

- Ter recebido as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre minha participação na referida pesquisa;

(Pesquisadora)

Local e data

(Participante)

Local